



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Planejamento Orçamentário



CADERNO DE
INDICADORES
Santa Catarina
e suas regiões
2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Planejamento Orçamentário

CADERNO DE
INDICADORES
Santa Catarina
e suas regiões
2013



GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

VICE-GOVERNADOR

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Antonio Marcos Gavazzoni

DIRETOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Romualdo Goulart

ELABORAÇÃO

Vitorio Manoel Varaschin

Paulo Zoldan

Guilherme Kraus dos Santos

Dulce Maria Francener Miranda

Santa Catarina. Secretaria de Estado da Fazenda

Caderno de Indicadores / Diretoria de Planejamento Orçamentário. Florianópolis, 2013, 189p.:il.

Em atendimento da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011.

1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH-M 2. INDICADORES DEMOGRÁFICOS 3. FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS DE SANTA CATARINA 4. INDICADORES ECONÔMICOS 5. BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA 6. EMPRESAS 7. EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO 8. TRANSPORTE 9. ENERGIA 10. EDUCAÇÃO 11. SAÚDE 12. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA 13. ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL 14. FINANÇAS PÚBLICAS 15. DESPESAS DO ESTADO 16. RECEITAS FEDERAIS ARRECADADAS NO ESTADO

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
NOTAS METODOLÓGICAS	6
1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH-M	12
1.1 IDHM DE SANTA CATARINA – 2010	12
2 INDICADORES DEMOGRÁFICOS	17
2.1 PERFIL DA POPULAÇÃO CATARINENSE	18
2.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS – INDICADORES DEMOGRÁFICOS	19
2.3 POPULAÇÃO	20
2.4 ESTRUTURA DA POPULAÇÃO	26
2.5 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	29
3 FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS DE SANTA CATARINA.....	35
3.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS E DOS DOMICÍLIOS - SANTA CATARINA.....	36
3.2 PRINCIPAIS INDICADORES DE FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS	37
3.3 DOMICÍLIOS.....	38
3.4 NÍVEL DE ATENDIMENTOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA	39
3.5 RENDIMENTO FAMILIAR	40
4 INDICADORES ECONÔMICOS.....	41
4.1 PERFIL DA ECONOMIA CATARINENSE	42
4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS	43
4.3 PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	44
4.4 COMPOSIÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE SANTA CATARINA	49
4.5 PRINCIPAIS INDICADORES DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE.....	51
5 BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	62

5.1	EXPORTAÇÕES.....	63
5.2	IMPORTAÇÕES.....	64
6	EMPRESAS	65
7	EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO	66
7.1	INDICADORES DE EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO.....	66
7.2	FORÇA DE TRABALHO	67
7.3	MERCADO DE TRABALHO.....	67
7.4	RENDIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO	72
8	TRANSPORTE.....	74
8.1	PERFIL DA INFRAESTRUTURA DE SANTA CATARINA	74
8.2	TRANSPORTE AÉREO.....	75
8.3	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	76
8.4	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	79
9	ENERGIA	80
9.1	PRODUÇÃO DE ENERGIA.....	80
9.2	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	81
9.3	GÁS NATURAL.....	89
10	EDUCAÇÃO.....	91
10.1	PERFIL DA EDUCAÇÃO CATARINENSE	92
10.2	COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS.....	93
10.3	NÚMEROS DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	94
10.4	ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	103
10.5	PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	105
10.6	RENDIMENTO ESCOLAR	107
10.7	ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	115
10.8	EDUCAÇÃO INFANTIL.....	118

10.9	ENSINO FUNDAMENTAL	120
10.10	ENSINO MÉDIO.....	122
10.11	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	124
10.12	EJA – ESCOLAS DE JOVENS E ADULTOS.....	125
11	SAÚDE.....	126
11.1	PERFIL DA SAÚDE CATARINENSE	127
11.2	COMPARAÇÕES ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS.....	128
11.3	INDICADORES DE RESULTADOS DA SAÚDE	129
11.4	INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	138
11.5	INDICADORES DE RECURSOS DA SAÚDE	143
12	JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	149
12.1	INDICADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA	150
13	ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL.....	168
13.1	INDICADORES DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL	169
13.2	REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA	174
14	FINANÇAS PÚBLICAS	176
14.1	PERFIL DO ORÇAMENTO DO ESTADO	177
14.2	CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	178
14.3	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	178
14.4	1º NÍVEL - CATEGORIA ECONÔMICA.....	179
14.5	2º NÍVEL – ORIGEM DAS RECEITAS	180
15	DESPESAS DO ESTADO.....	184
15.1	CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS	184
15.2	DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	185
16	RECEITAS FEDERAIS ARRECADADAS NO ESTADO	187

APRESENTAÇÃO

O Caderno de Indicadores do Estado de Santa Catarina é um instrumento de informação que visa sistematizar e disseminar informações sobre questões relevantes ao governo e às pessoas.

Este caderno tem por objetivos:

- Apoiar o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações e dos serviços públicos.
- Disseminar informação, visando promover a participação e o controle social em todas as ações do governo.
- Facilitar a tomada de decisão, na perspectiva de uma gestão democrática e participativa, fundada nos princípios e diretrizes do gerenciamento para resultados.

A partir da análise de indicadores é possível elaborar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar o planejamento governamental, sendo fundamentais para nortear projetos, programas e ações; contribuindo na formulação de estratégias de desenvolvimento voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Esta segunda edição é constituída por indicadores globais e indicadores por eixos e por áreas de resultados (temas) que compõem os compromissos do governo apresentados nos instrumentos de gestão PPA, LDO e LOA. Os indicadores selecionados têm por base dados secundários levantados nos diversos sistemas de informações existentes nos órgãos públicos estaduais, nos ministérios federais, e em outras instituições especializadas no levantamento de dados e informações. Os indicadores procuram ex-

pressar, dentro dos limites da publicação e dos dados disponíveis, não apenas as dimensões de estrutura, processo e resultado, mas, também, sua articulação com as questões sociais, econômicas e ambientais. Busca-se uma aproximação panorâmica e exploratória dos temas selecionados. Exploratória, ademais, dos limites e possibilidades dos sistemas de informação existentes, que refletem sua utilização – ou não – pelos gestores, trabalhadores e usuários.

As ações de monitoramento e avaliação, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda (Diretoria de Planejamento Orçamentário - DIOR), não substituem as iniciativas em curso em outros órgãos e instituições, porém visam incentivá-las, como parte constitutiva das ações, dos serviços e de seu impacto na vida das pessoas. O acompanhamento permanente pelos gestores, servidores, usuários dos serviços públicos e pela sociedade civil é parte indissociável de uma nova cultura de gestão participativa e de resultados e, poderá ser muito útil aos processos de debate e de tomada de decisão.

Os indicadores apresentados a seguir possuem mensurabilidade - periodicidade de informações – compatível com avaliações anuais e também possuem embasamento metodológico, contemplando em sua substância os critérios: fácil mensuração, tempestividade, utilidade, confiabilidade e inteligibilidade.

Por fim, desejamos expressar nossos agradecimentos às diversas instituições que forneceram a base de dados que foi utilizada para a elaboração deste Caderno de Indicadores, bem como reconhecer a dedicação e o esforço da equipe técnica das diversas secretarias na elaboração deste trabalho.

NOTAS METODOLÓGICAS

O que são indicadores?

Indicadores são sinais que revelam aspectos de uma determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores: febre, dor, desânimo, etc. Para saber se a economia do país vai bem, podemos usar como indicadores: a inflação, a taxa de juros, o PIB... A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhorando; a inflação mais baixa ou o crescimento do PIB diz que a economia está melhorando). Neste documento, são apresentados indicadores de áreas ou setores de atuação da política pública sob os quais o governo estadual pode interferir, mesmo que parcialmente, já que muitos outros fatores podem influenciar tais áreas de resultados.

Seleção dos indicadores mais relevantes

Cada tema tem suas próprias especificidades, as suas próprias áreas de tomada de decisão, e, por conseguinte, as suas próprias necessidades de informação. Consequentemente, nem todos os indicadores são úteis a todos os níveis. Pelo contrário, considera-se normalmente que cada um dos atores necessita de um tipo de relatório, com um pequeno número de indicadores, escolhidos por se considerarem os mais adequados aos interesses e a situação que se está analisando.

Características de um indicador

Um indicador é a mensuração de um objetivo que se pretende cumprir, um recurso que se pretende mobilizar, um efeito que se pretende obter, um medidor de qualidade ou uma variável de um contexto. Um indicador produz informações quantificadas, com vista a ajudar os atores relacionados com as intervenções públicas a comunicar, negociar ou tomar decisões. No âmbito da avaliação, os indicadores mais importantes estão relacionados com os critérios de sucesso das intervenções públicas.

Para ser útil, um indicador deve possuir preferencialmente as seguintes características:

- A definição de indicador está estreitamente relacionada com metas, objetivos e/ou fins políticos. (De fato, os indicadores são de maior utilidade quando os objetivos forem especificados em termos de fins ou marcos aplicáveis, de acordo com a definição do indicador).
- O indicador é medido regularmente. É útil possuir informações de situações onde as definições precisas de indicador foram aplicadas consistentemente. Numa situação ideal, os dados devem estar disponíveis desde antes da implementação do plano, programa ou projeto.
- É medido numa base independente. É preferível que as informações sejam coletadas por instituições especializadas.
- O indicador baseia-se em dados confiáveis.

Um bom indicador deve proporcionar informações simples que, tanto o prestador do serviço, como o utilizador, possam transmitir e compreender. Esta é, no entanto, uma qualidade necessária, mas não suficiente. Os indicadores que se seguem são exemplos de indicadores facilmente compreensíveis: número de escolas construídas; número de empregos efetivos criados; e, quilômetros de estradas construídos.

Tipos de indicadores

A tipologia mais útil para os programas governamentais são constituídas pela distinção entre: indicadores de recursos, indicadores de produto/realização, indicadores de resultados e indicadores socioeconômicos.

Indicadores Socioeconômicos

Identificar e interpretar os pontos fortes e os pontos fracos do estado e das regiões!



Os indicadores Socioeconômicos referem-se a aspectos essenciais das dinâmicas social e econômicas de uma região, estado ou país, incluindo aqueles que são priorizados pela política pública estadual e nacional, em geral, e pelos setores, em particular.

A informação contida nestes indicadores permite analisar e interpretar os pontos fortes e fracos do estado e/ou das diferentes regiões ou setores e prospectar as grandes tendências de desenvolvimento.

Trata-se de uma informação crucial para a definição de estratégias e planos regionais e setoriais, bem como para o apoio às intervenções concretas.

Os indicadores Socioeconômicos estão 'agrupados' em três grandes temas: demografia, economia e social.

Indicadores de recursos



Os indicadores de recursos medem e monitoram os recursos financeiros, humanos e materiais para a realização das atividades definidas.

Referem-se aos recursos materiais, financeiros e humanos utilizados, geralmente expressos no número de profissionais envolvidos, instalações e equipamentos e recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das ações públicas. São indicadores úteis para dimensionar os recursos utilizados para a produção, mas não são, todavia, capazes de indicar o cumprimento dos objetivos finais.

Os recursos constituem uma responsabilidade conjunta das autoridades que os distribuem, bem como os operadores que os implementam. Os indicadores de recursos são, na sua maioria, regularmente quantificados por sistemas de monitoramento. Entre os exemplos de indicadores de recursos incluem-se: o orçamento total; o número de pessoas que trabalham na implementação do programa; e, os recursos materiais utilizados.

Indicadores de produto ou Realizações



Medem os produtos (bens e serviços) produzidos pelas ações e monitoram o nível de realização das atividades nelas previstas.

Demonstram quantitativamente os bens e serviços produzidos por um órgão público, que são resultados da combinação de um conjunto de insumos mediante determinado processo. Nas ações de governo estão representados no plano plurianual e são retratados pela realização das metas físicas das ações, que resultam em produtos específicos.

Considera-se uma realização o que se obtém em troca da despesa pública. As realizações encontram-se normalmente sob a responsabilidade dos executores que as relatam através do sistema de monitoramento.

Entre os exemplos de indicadores de realização, incluem-se: quilômetros de estradas construídos; escolas construídas; alunos matriculados; atendimentos na rede de hospitais públicos; capacidade das usinas de tratamento de resíduos construídos; atendimentos realizados pelo SAMU; número de pessoas capacitadas.

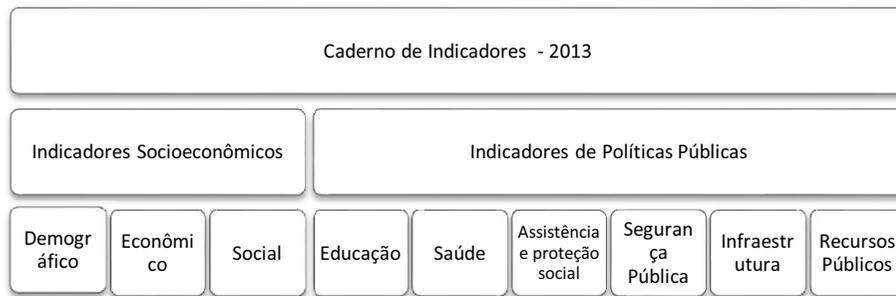
Indicadores de Resultados



Estão relacionados aos objetivos do governo. São, também, denominados indicadores de impacto - se relacionam à efetividade das ações públicas e informam as consequências das realizações de Governo.

Os indicadores de resultado representam as vantagens imediatas dos programas de governo para a população beneficiada.

Os indicadores de resultado proporcionam informações sobre as mudanças que ocorrem, e que afetam a população beneficiada, como, por exemplo, o tempo economizado pelos usuários de uma estrada, a redução da mortalidade infantil, as novas atividades turísticas geradas por um agricultor, a utilização de novas capacidades de produção utilizadas por uma empresa, e a satisfação das pessoas que receberam a prestação de serviços.



Regionalização do Estado

O Estado foi dividido em 36 regiões administrativas que correspondem às Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A Polarização dos Indicadores

Os indicadores podem ter dois sentidos. Para alguns deles, quanto menor o valor apurado melhor o resultado, como mortalidade infantil, analfabetismo ou desemprego, por exemplo, mas também há indicadores em que maior o valor, melhor o resultado, como leitos hospitalares por habitantes, PIB per capita, áreas verdes e renda média.

Análise dos Dados

Os Indicadores são apresentados em tabelas, gráficos e em mapas temáticos.

a) Tabelas

Em tabelas são apresentados as informações em nível estadual e os principais números das áreas de resultados e os quatro tipos de indicadores: socioeconômicos, recursos, produtos e resultados.

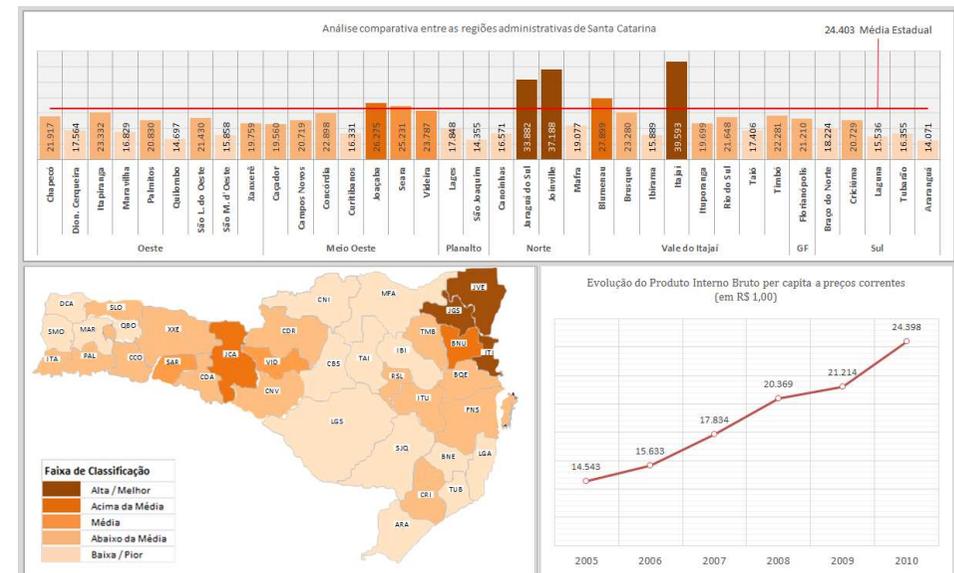
b) Gráficos

A identificação e construção de gráficos são baseadas nos tipos de informações que serão passadas. Os modelos de gráficos que foram construídos são os seguintes: gráfico de barras, setores ou pizza, colunas e linha ou segmentos.

c) Mapas Temáticos

Mapa temático é a representação de informações sob uma perspectiva geográfica, transformando o espaço-território em elemento de análise espacial dos indicadores.

Nos mapas apresentamos as informações demográficas, econômicas, sociais e pelas áreas de resultados: saúde, educação, assistência Social, segurança pública, etc., permitindo o conhecimento e também o aprofundamento da análise sobre os mais variados aspectos da realidade catarinense.



1 - Indicador

Representa a nomenclatura do indicador que será analisado pelo mapa temático.

2 - Classificação da Região

Para cada indicador disponível classificamos os valores do mais alto para o mais baixo, e apresentamos as regiões agrupadas em cinco faixas de classificação, identificadas por diferentes cores.

3- Valor Absoluto

Para a maioria dos indicadores são apresentados também os valores absolutos que serviram como base de cálculo.

4 - Índice

É o produto da análise, ou seja, representa a apuração do valor absoluto em relação ao objetivo do indicador. É o índice que fornece os parâmetros para a ordem classificatória das regiões.

5 - Legenda

LEGENDA	
	Alta
	Acima da Média
	Média
	Abaixo da Média
	Baixa

Legenda utilizada para identificar cada grupo de regiões em função de sua posição.

8 - Unidade de Medida

Padrão escolhido para mensuração da relação adotada como indicador. Por exemplo, para o indicador "taxa de analfabetismo" a unidade de medida seria "porcentagem", e para o indicador "taxa de mortalidade infantil" a unidade de medida seria "1/1000" (1 óbito para cada 1000 nascimentos).

6 - Fonte

Instituição ou órgão responsável pela apuração do indicador ou pelos dados que possibilitaram o cálculo do indicador.

A Análise Comparativa

A análise comparativa de desempenho e/ou da situação atual pretende justamente cumprir o papel de selecionar os indicadores relevantes para melhorar a atuação do setor público, padronizar seu registro e entendimento, fazer as análises técnicas e estatísticas necessárias para garantir a sua consistência e, finalmente, devolver os indicadores às áreas de atuação (saúde, educação, etc.) que o forneceram, mostrando sua

posição em relação à média estadual, das outras regiões e, quando possível de outros estados do país.

Os resultados dos indicadores foram classificados em 5 faixas, mapeados e identificados como abaixo definidos:

As faixas 1 e 2 são identificadas com as cores marrom e laranja escuro identificam as regiões que estão acima da média estadual, sendo que: laranja escuro (faixa 2) é para as regiões com valores de 10 a 50% acima da média e o marrom escuro (faixa 1) para as regiões cujo valor do indicador é superior a 50% da média estadual;

A faixa 3 é identificada pela cor laranja, identifica as regiões cujo valor do indicador está em torno da média estadual;

As faixas 4 e 5 são identificadas com as cores laranja claro e bege e identifica as regiões cujo valor do indicador é inferior à média estadual, sendo que: laranja claro (faixa 4) indica as regiões com valor de 10 a 50% inferior a média estadual, e, bege (faixa 5) identifica as regiões com o valor do indicador 50% ou mais inferior a média estadual.

A partir dos mapas temáticos elaborados podem-se estabelecer comparações entre as regiões, identificar as regiões em melhores ou piores situações para determinado indicador estudado.

Também foram elaborados textos analíticos que descrevem sucintamente cada aspecto mapeado, não se esgotando nestes textos as diversas análises que podem ser realizadas a partir da interpretação dos mapas temáticos, mas realizando-se apenas uma breve introdução sobre cada aspecto.

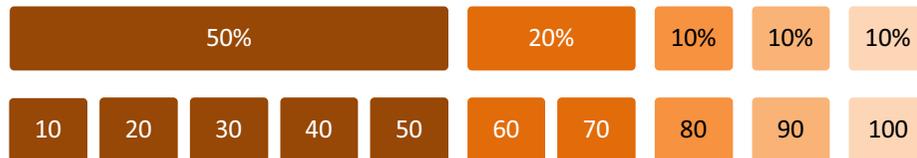
Mapas de Distribuição Espacial

Os mapas de distribuição espacial apresentados têm como objetivo analisar a distribuição espacial da renda, da população, do emprego, do PIB e de outros indicadores, e, no caso de Santa Catarina explicitam a grande desigualdade espacial em nosso estado. Observa-se em quase todos os mapas uma visível divisão de Santa Catarina em duas grandes regiões: o litoral, englobando as regiões de Joinville, Itajaí, Florianópolis, Criciúma e Blumenau e o interior.

Ocorre que a atual dinâmica de alocação espacial das atividades produtivas está cada vez mais associada aos interesses das grandes empresas, com forte tendência de acentuarem a concentração espacial da população, do emprego, da renda e da riqueza.

Espaços econômicos são constituídos e desconstituídos em ritmo cada vez mais acelerados, demandando ações cada vez mais efetivas por parte do Estado para atenuarem seus efeitos.

Análise dos “Mapas da Distribuição Espacial”



As regiões nos mapas de distribuição espacial são coloridas em 5 cores: as regiões coloridas em marrom escuro representam, no mínimo, 50% do valor total do estado; as coloridas em laranja escuro 20%; as laranja 10%; as de laranja claro 10% e as bege também 10%.

Assim as regiões coloridas em todos os tons de verde representam 80% do valor da variável analisada.

Este trabalho está dividido em duas partes: na parte I, apresenta-se os indicadores demográficos, econômicos e sociais; Na parte II, apresenta-se os dados e os indicadores por “Área de Resultado”.

Parte I

Na primeira parte do “CADERNO DE INDICADORES 2013” os temas são apresentados em quatro grupos:

Identificar e interpretar os pontos fortes e os pontos fracos do Estado !



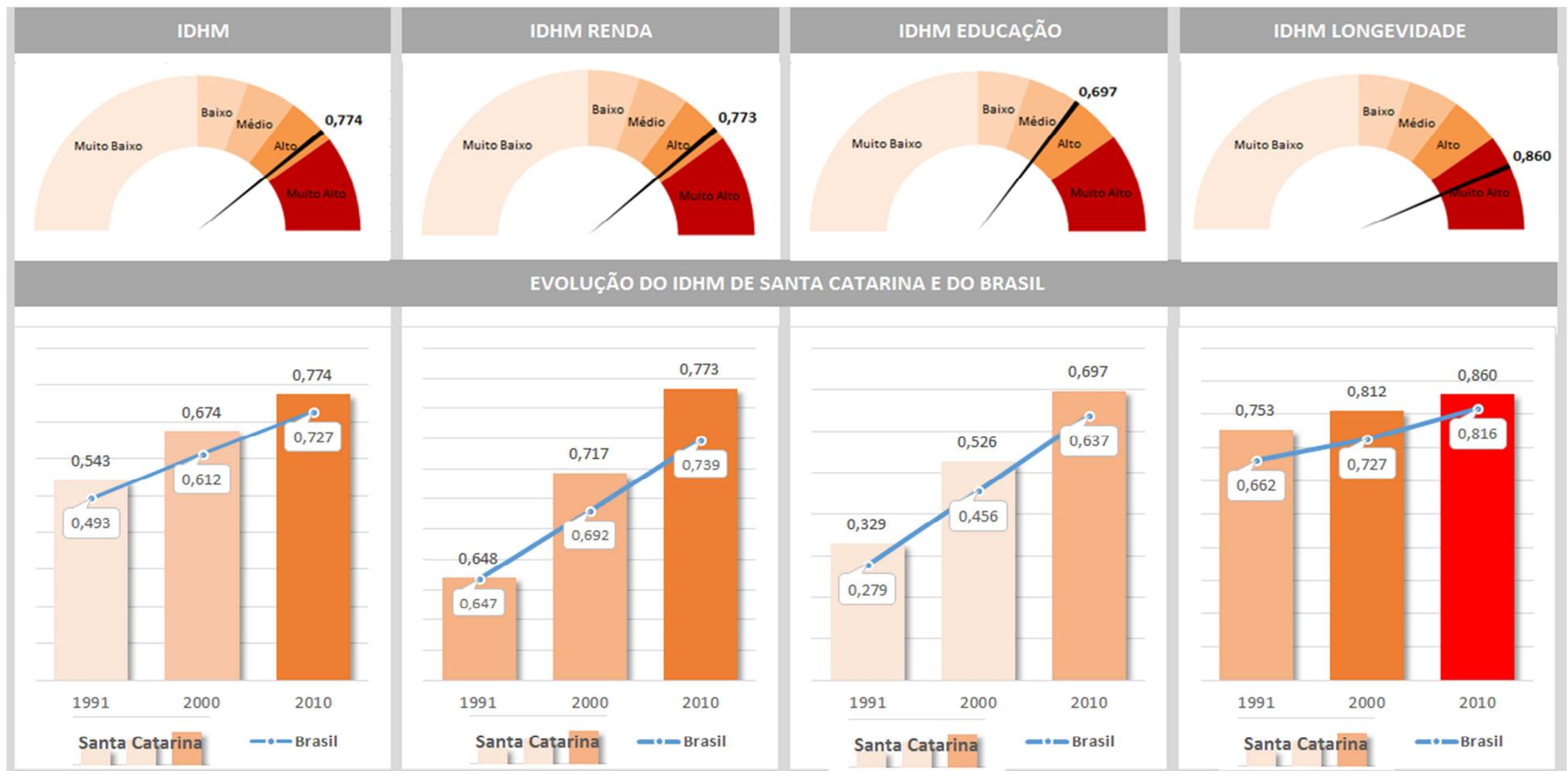
- 1 – Índice de Desenvolvimento Humano
- 2- Indicadores Demográficos
- 3 - Indicadores Econômicos
- 4 - Indicadores Sociais

1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH-M

O Índice de Desenvolvimento Humano -IDH é uma medida comparativa que engloba três dimensões: renda, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

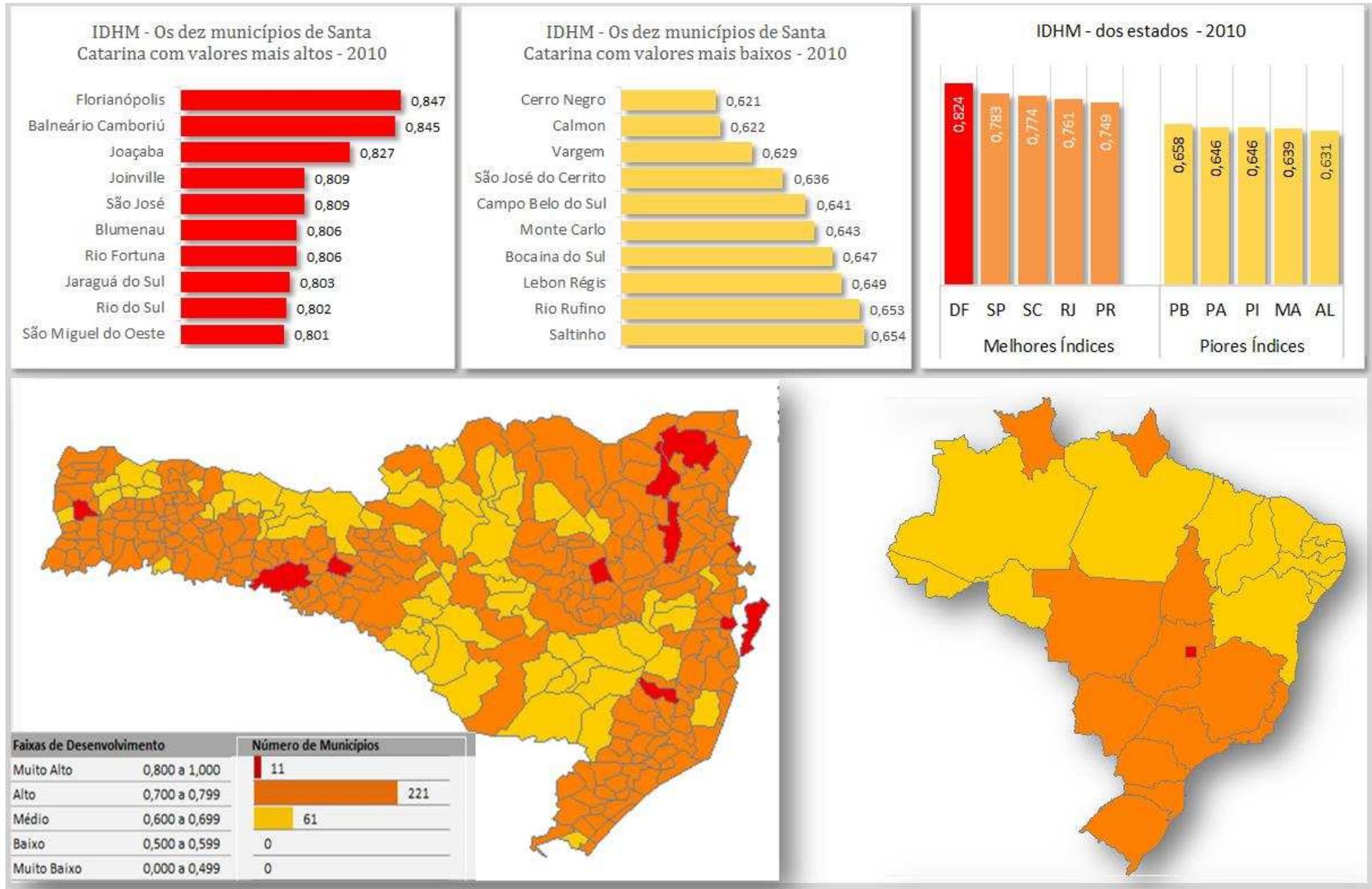
A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação das três dimensões que ele contempla – longevidade, educação e renda – em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. O IDH-M se constitui numa média geométrica dos índices das três dimensões, com pesos iguais. O IDH-M é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

1.1 IDHM DE SANTA CATARINA – 2010



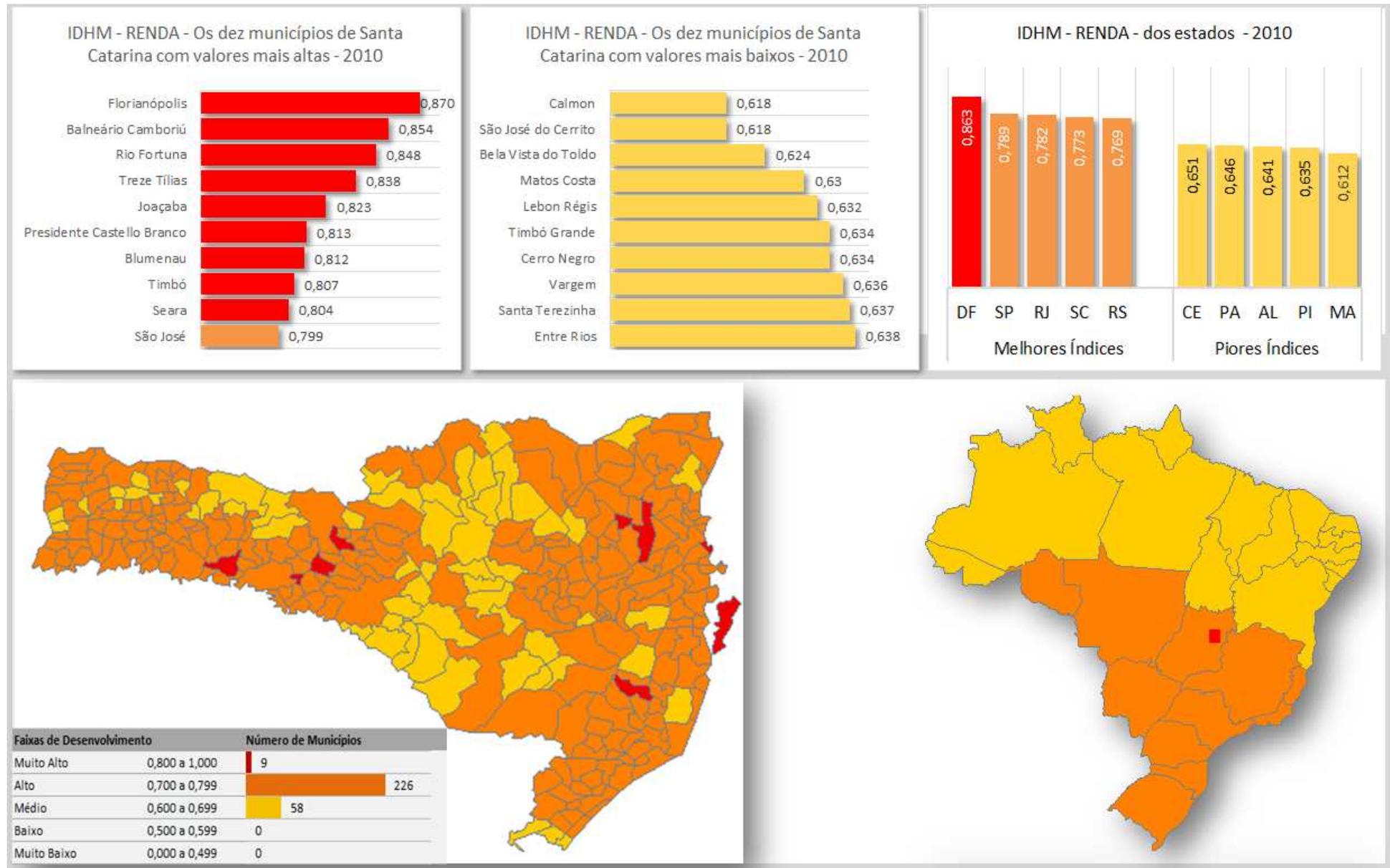
1.1.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM

É a média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.



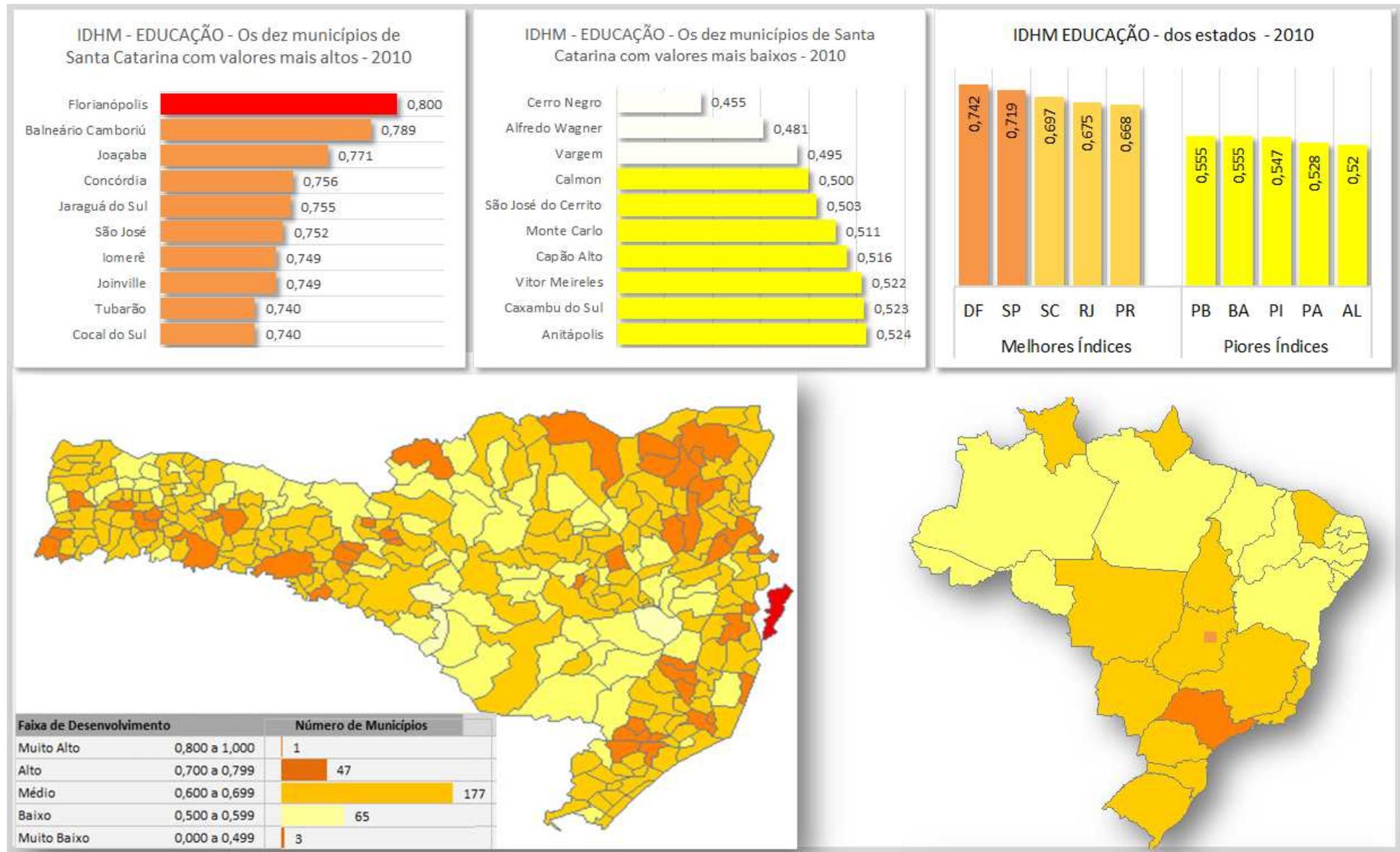
1.1.2 IDHM – RENDA

Índice da dimensão Renda que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador *Renda per capita*, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010). Quanto maior a renda, maior o índice.



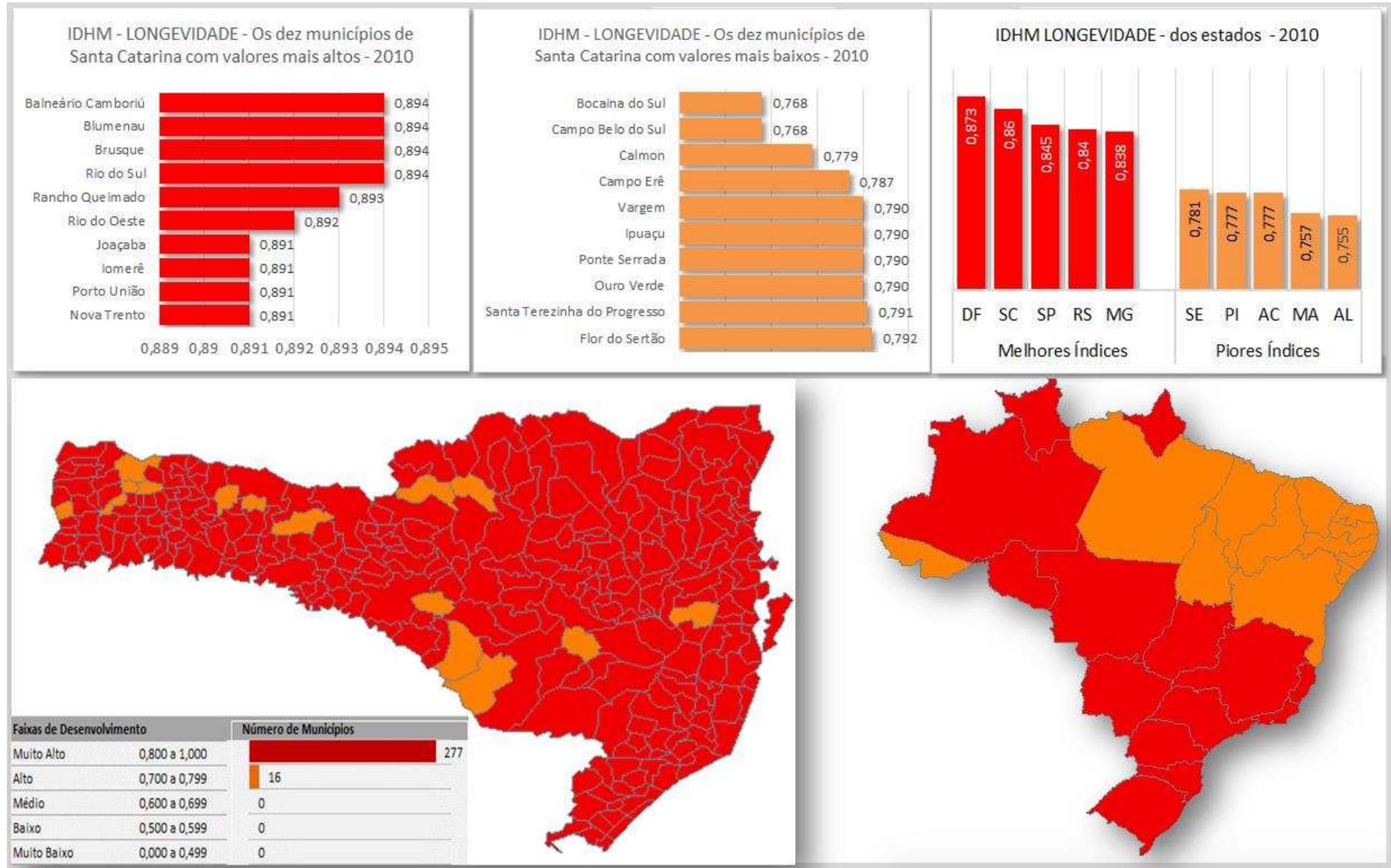
1.1.3 IDHM - EDUCAÇÃO

Índice sintético da dimensão Educação que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3. Quanto maior a taxa de analfabetismo, menor o índice e quanto maior o número de anos de estudo, maior o índice.



1.1.4 IDHM - LONGEVIDADE

Índice da dimensão Longevidade que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador *Esperança de vida ao nascer*, através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente. Quanto mais anos, maior o índice.



2 INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A demografia é uma área da ciência geográfica que estuda a dinâmica populacional humana. O seu objeto de estudo engloba as dimensões estatísticas da estrutura e distribuição da população humana. Esta não é estática, variando devido à natalidade, mortalidade e migrações.

Uma variável importante na identificação das forças que impulsionam a economia e atuam nas condições de vida da população é a dinâmica demográfica, entendida como as transformações no ritmo de crescimento, na distribuição e na estrutura da população. No Estado de Santa Catarina essa mudança é especialmente relevante pelas oportunidades que abre, bem como pelos desafios que propõe às políticas públicas. Nesse sentido, os gráficos e mapas a seguir apresentados mostram como dois dos mais importantes fatores desse processo têm atuado no Estado de Santa Catarina recentemente: (I) a taxa de crescimento - em acentuada redução, principalmente em algumas regiões; e (II) a estrutura etária da população. O movimento migratório, cujo dimensionamento é mais complexo, também tem peso importante nessa dinâmica, principalmente nas regiões litorâneas do Estado.

As implicações dessas mudanças são distintas para o desenho das políticas sociais e econômicas. Santa Catarina passa por um momento em que não só a taxa de dependência - definida como a razão entre a população inativa (soma das pessoas com até 14 anos e com mais de 65 anos de idade) pela população potencialmente ativa (entre 15 e 64 anos) deverá passar de 40,3% para 43,5%, entre 2010 e 2030, como também sua composição deverá mudar. Espera-se que a proporção entre a população jovem e a população total passe de 21,8% para 17,0%, enquanto a equivalente para a população com mais de 65 anos aumente de 6,9% para 13,3%, nesse período. O Gráfico 1-2 mostra a expansão dos contingentes populacionais por faixa etária entre 2000 e 2010 e a projeção para 2030.

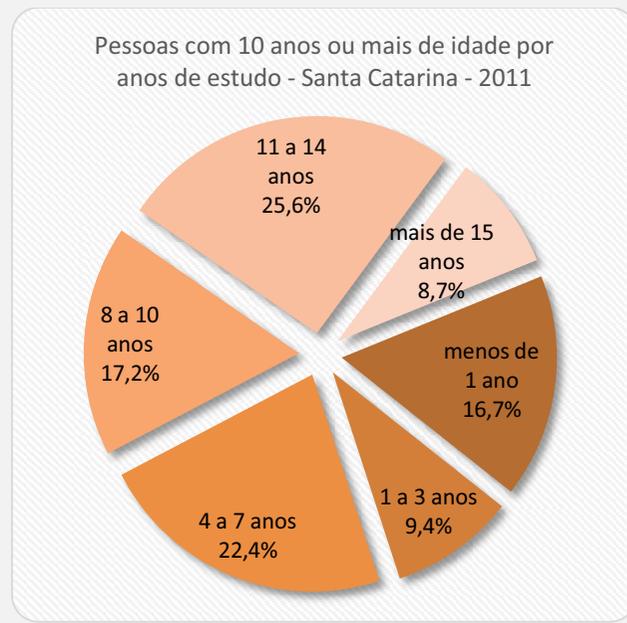
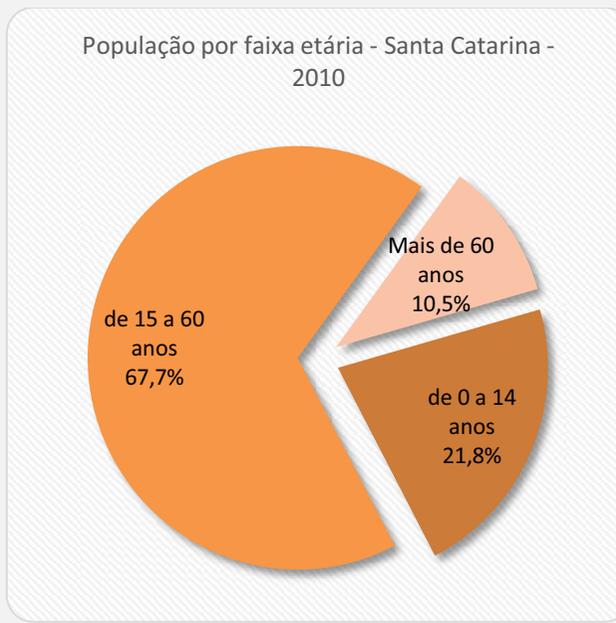
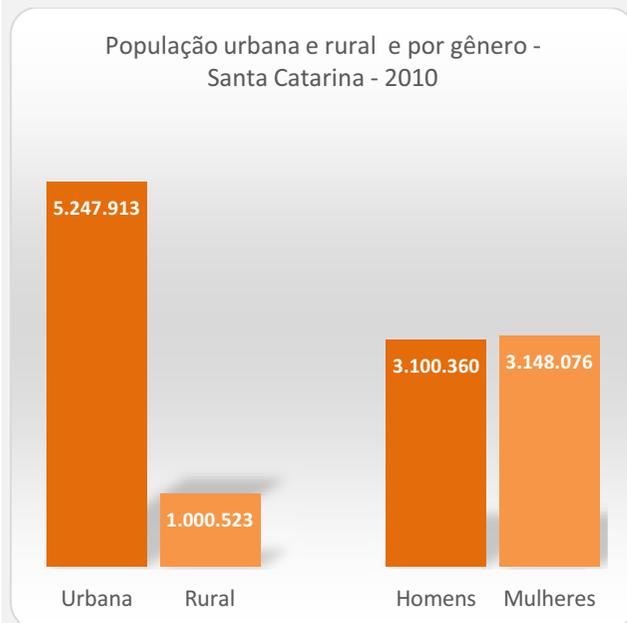
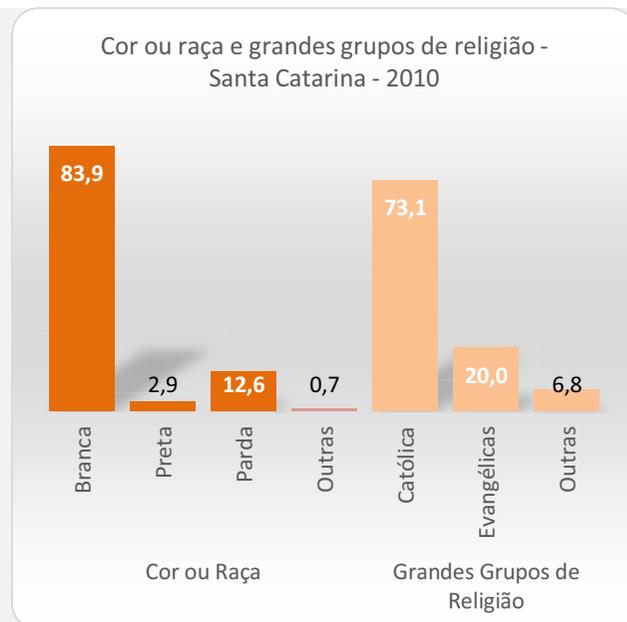
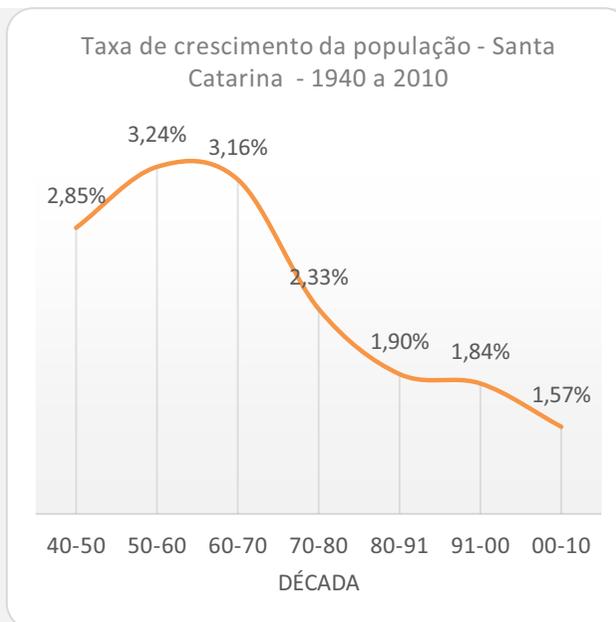
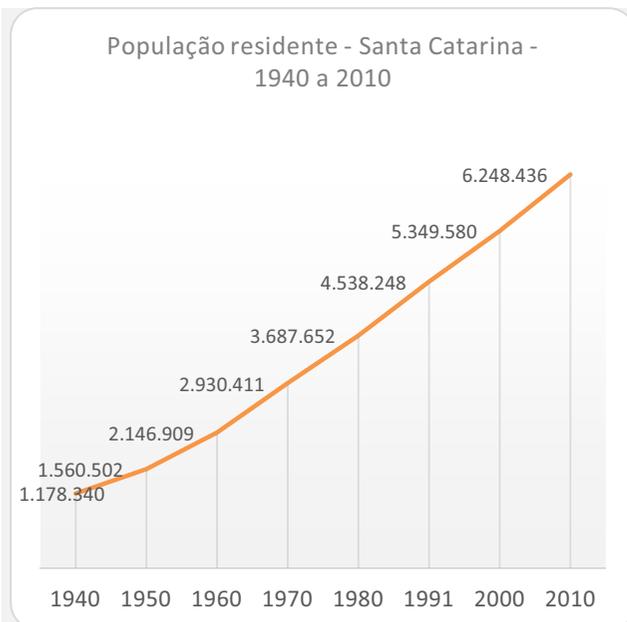
Observa-se que a população jovem tende a cair aproximadamente para 1.202.000 de pessoas no final da próxima década. Já a população de 15 a 64 anos, que constitui a maior parte da força de trabalho potencial, aumentará dos 4.452.680 observados em 2010 para 4.929.000 em 2030, revelando, nessas duas décadas, uma taxa de crescimento média de 0,9% ao ano. Os idosos (65 anos e mais) fazem parte do grupo que mais deverá crescer, em termos relativos: taxas de variação de 3,9% ao ano, entre 2010 e 2030.

Da perspectiva social, é uma mudança de perfil oferecida pela demografia, porque a menor pressão de crescimento no número de crianças e, portanto, da demanda por novos equipamentos, abre mais espaço para investimentos na melhoria dos já existentes e na qualidade do atendimento. Por outro lado, embora seja significativo o crescimento da população idosa, seu número absoluto é ainda pequeno, mas permite planejar a garantia de seu atendimento futuro.

Do ponto de vista da dinâmica econômica e fiscal o desafio é grande. Além de questões de natureza previdenciária, a mudança do perfil etário da população catarinense tem fortes impactos sobre o perfil dos serviços a serem oferecidos, bem como a necessidade de oferta crescente de postos de trabalho, em ritmo suficiente para incorporar e qualificar, além dos desempregados, os novos ingressantes no mercado de trabalho, especialmente os jovens.

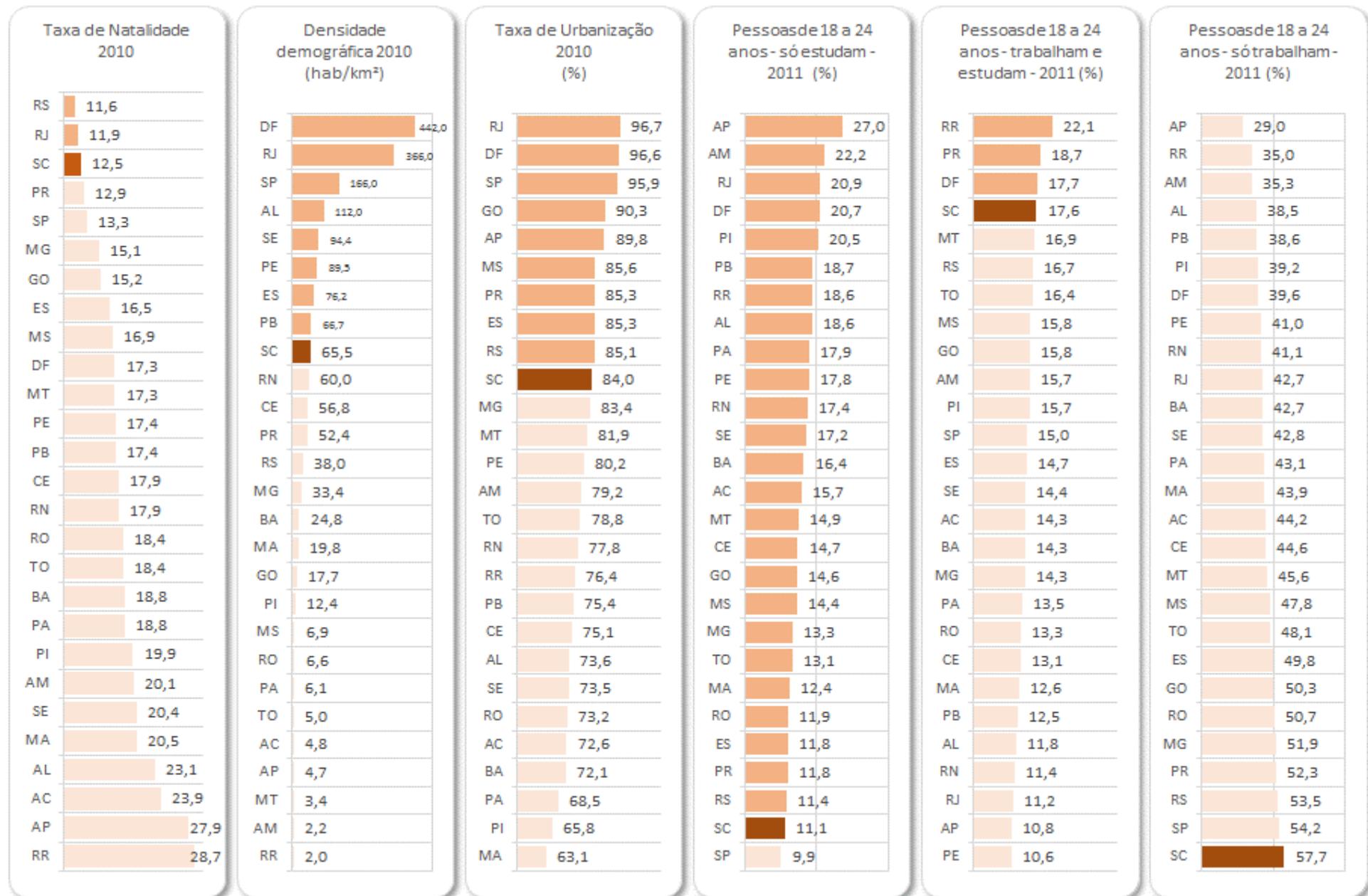
A despeito dessas tendências gerais da dinâmica populacional, as estruturas demográficas no Estado de Santa Catarina ainda são heterogêneas, segundo o espaço territorial. Tal heterogeneidade ao mesmo tempo em que reflete essas desigualdades, é um dos fatores que levam à sua reprodução.

2.1 PERFIL DA POPULAÇÃO CATARINENSE



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2010 e PNAD 2011

2.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS – INDICADORES DEMOGRÁFICOS



Fonte: IBGE – Censo Demográfico e PNAD

2.3 POPULAÇÃO

Aqui estão apresentados históricos de dados e indicadores demográficos de Santa Catarina. Essas informações permitem observar tendências e traçar um perfil da população do Estado, capaz de orientar o planejamento de políticas públicas e projetos de intervenção social ou econômica.

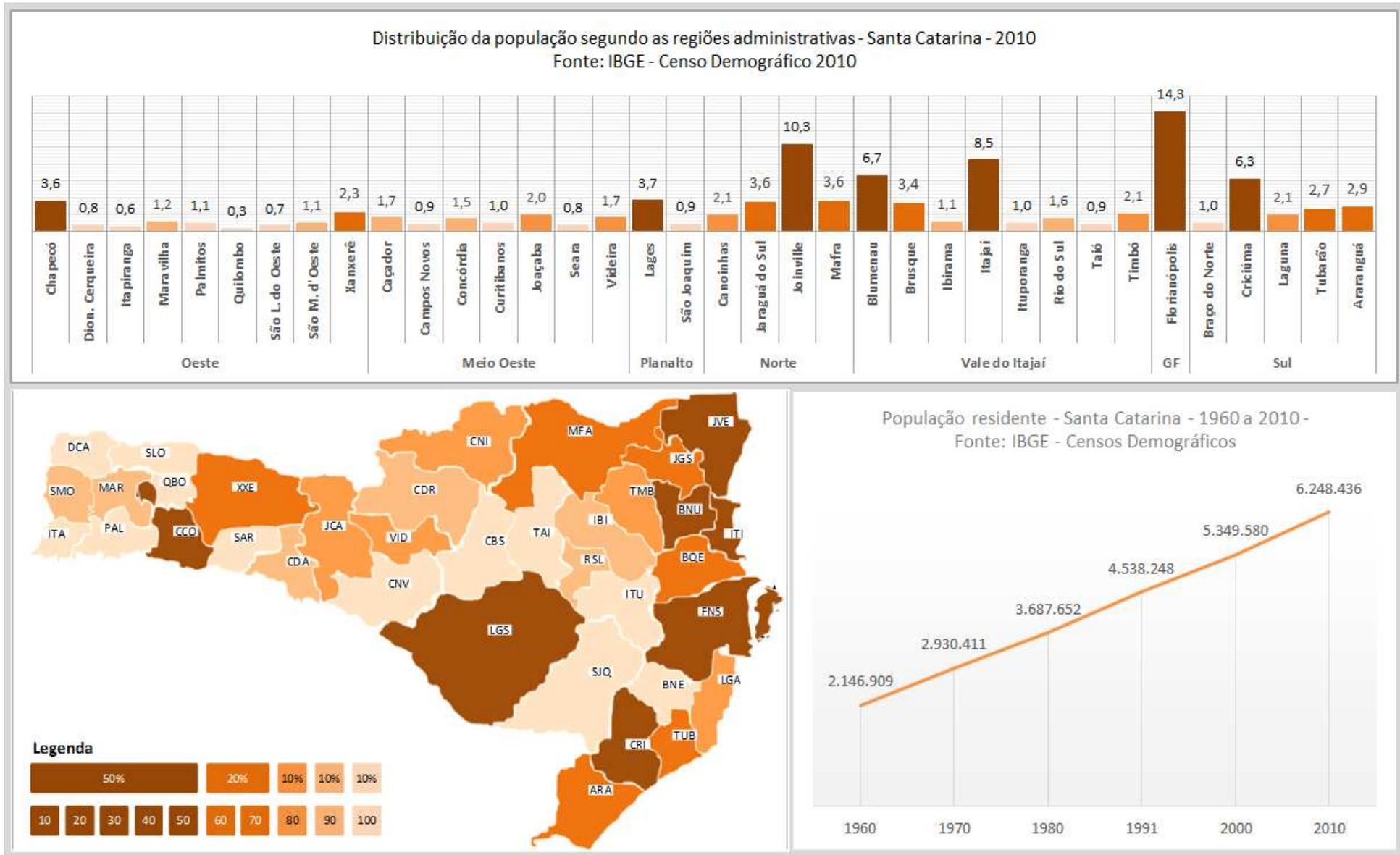
TABELA 2-1 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS - SANTA CATARINA – 1960 A 2010

Indicadores	1960	1970	1980	1991	2000	2010
POPULAÇÃO						
População residente	2.146.909	2.930.411	3.687.652	4.538.248	5.349.580	6.248.436
Taxa média de crescimento da população (%)	3,2	3,2	2,3	2,1	1,7	1,6
Taxa de natalidade (‰)	38,1	29,7	21,6	22,9	17,7	12,1
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	7,3	6,3	3,8	2,6	2,2	1,7
Esperança de vida ao nascer – homens (anos)				67,1	70,3	72,4
Esperança de vida ao nascer – mulheres (anos)				74,7	76,8	79,8
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO						
Proporção da população de 0 a 14 anos de idade (%)	46,6	44,5	37,0	33,1	28,2	21,8
Proporção da população de 15 a 64 anos de idade (%)		52,2	58,9	62,5	66,4	71,3
Proporção da população com mais de 65 anos de idade (%)		2,8	3,5	4,4	5,4	6,9
Razão de dependência dos jovens (%)		86,3	64,0	52,9	42,4	30,6
Razão de dependência dos idosos (%)		5,4	5,9	7,0	8,1	9,7
Razão de dependência total (%)		91,7	69,9	59,9	50,5	40,3
Razão de sexos (homens para cada grupo de 100 mulheres)	102,8	101,7	101,8	100,4	99,3	98,5
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO						
Grau de urbanização (%)	32,4	43,2	59,7	70,6	78,7	84,0
População rural	1.451.562	1.663.702	1.486.302	1.332.648	1.137.601	1.000.523
Taxa de crescimento da população rural (%)	1,94	1,37	-1,12	-0,99	-1,74	-1,28
Densidade demográfica (hab./km ²)	22,5	30,8	38,7	47,6	56,1	65,3
População que vive em municípios com mais de 50 mil habitantes	590.740	765.697	1.265.081	2.013.014	2.626.127	3.609.287
Proporção da população que vive em municípios com mais de 50 mil habitantes (%)	27,5	26,1	34,3	44,4	49,1	57,8
Número de municípios com mais de 50 mil habitantes	8	8	10	16	19	27

IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

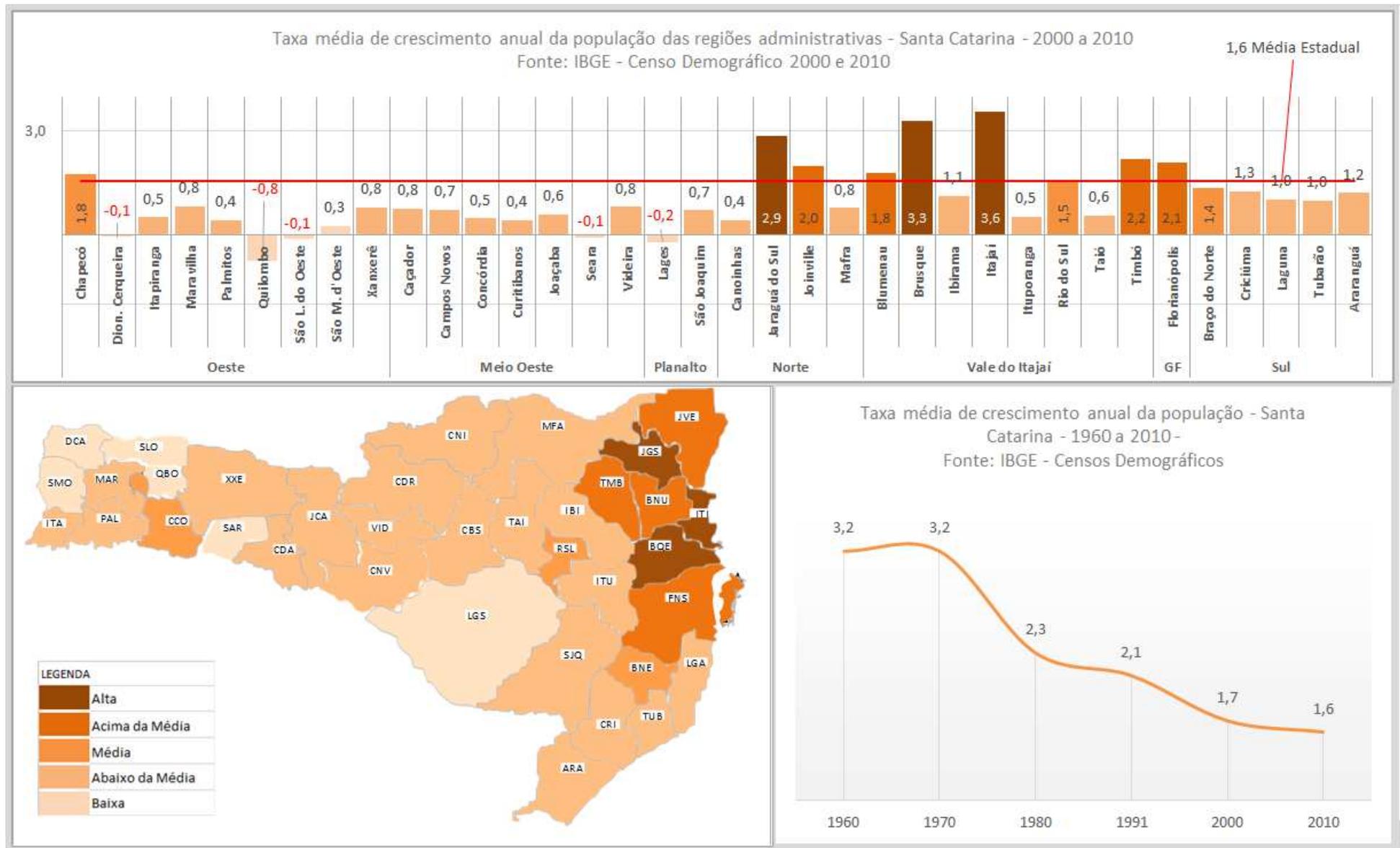
2.3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

É composta pelos moradores presentes ou ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual.



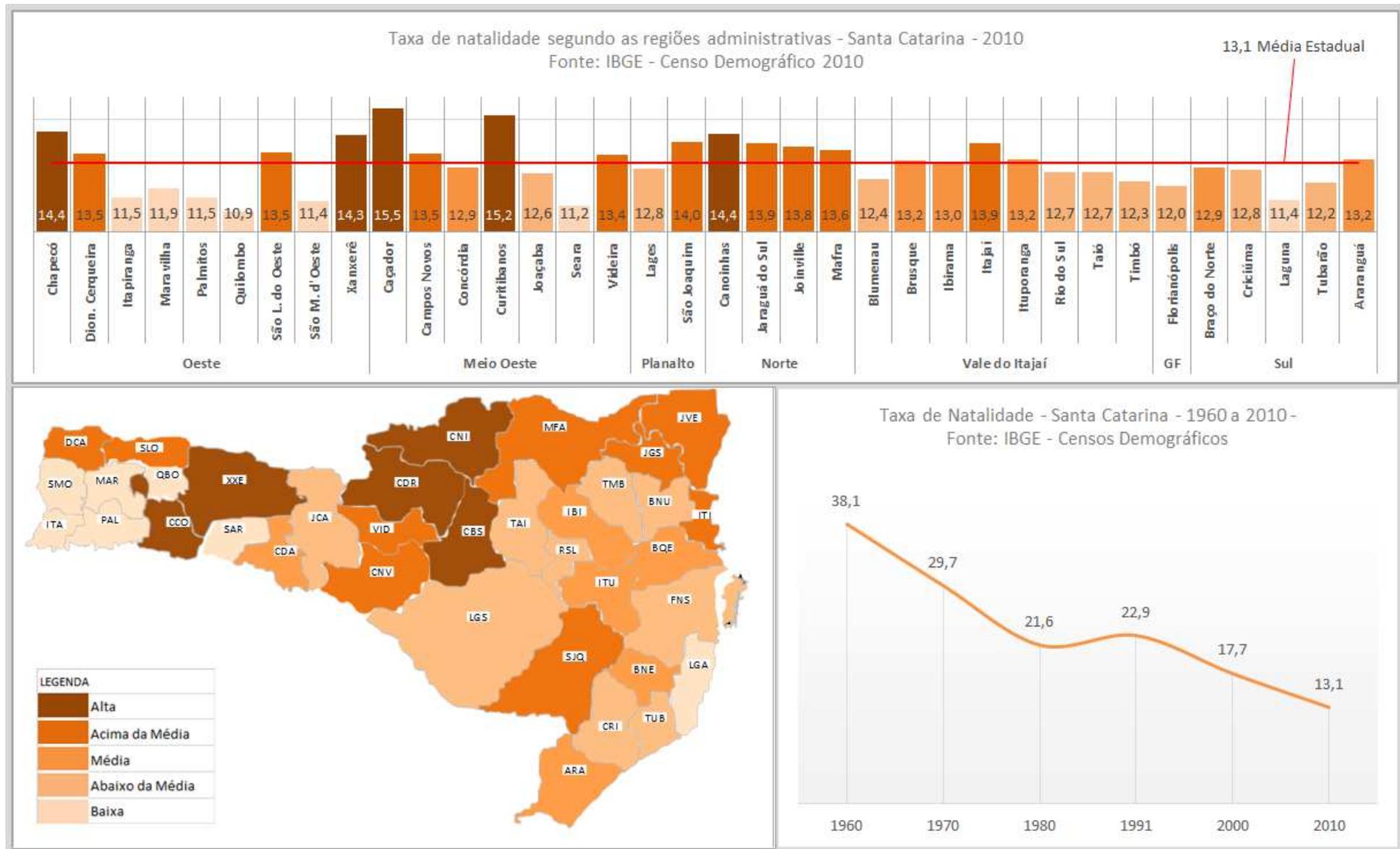
2.3.2 TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Varição percentual média anual no número da população, resultante de um excedente (ou déficit) de nascimentos e óbitos e o saldo de migração que entra e sai de um país, estado ou região. A taxa pode ser positiva ou negativa. A taxa de crescimento é um fator que determina a magnitude das demandas de uma região e deve atender à infraestrutura (hospitais, habitação, estradas), aos recursos (alimentos, água, eletricidade) e ao emprego, frente às novas necessidades de seus habitantes.



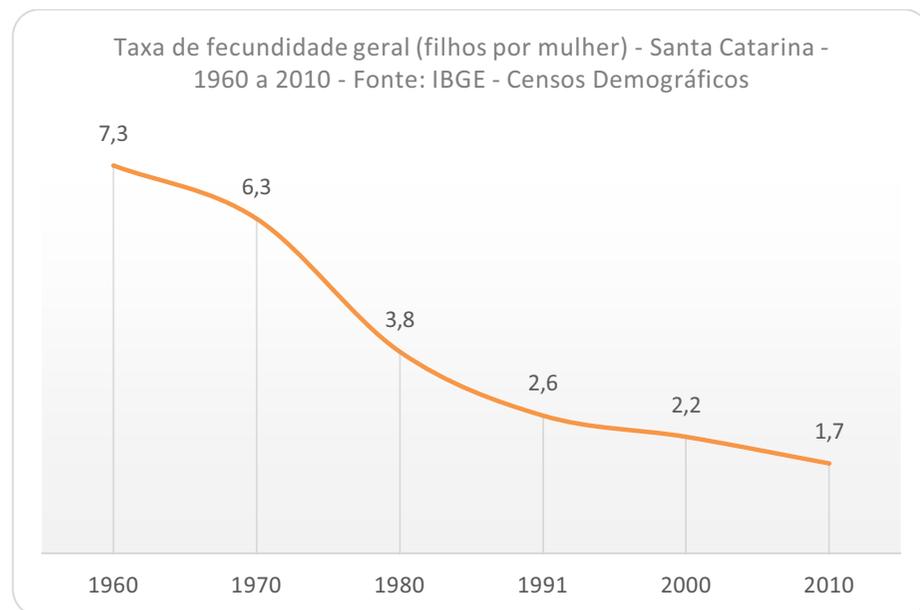
2.3.3 TAXA DE NATALIDADE

Relação entre os nascidos vivos de uma determinada unidade geográfica, ocorridos e registrados num determinado período de tempo, e a população estimada para o meio do período. Fórmula de cálculo: Taxa de natalidade = (nascidos vivos / população estimada para o meio do período) X 1000.



2.3.4 TAXA DE FECUNDIDADE GERAL

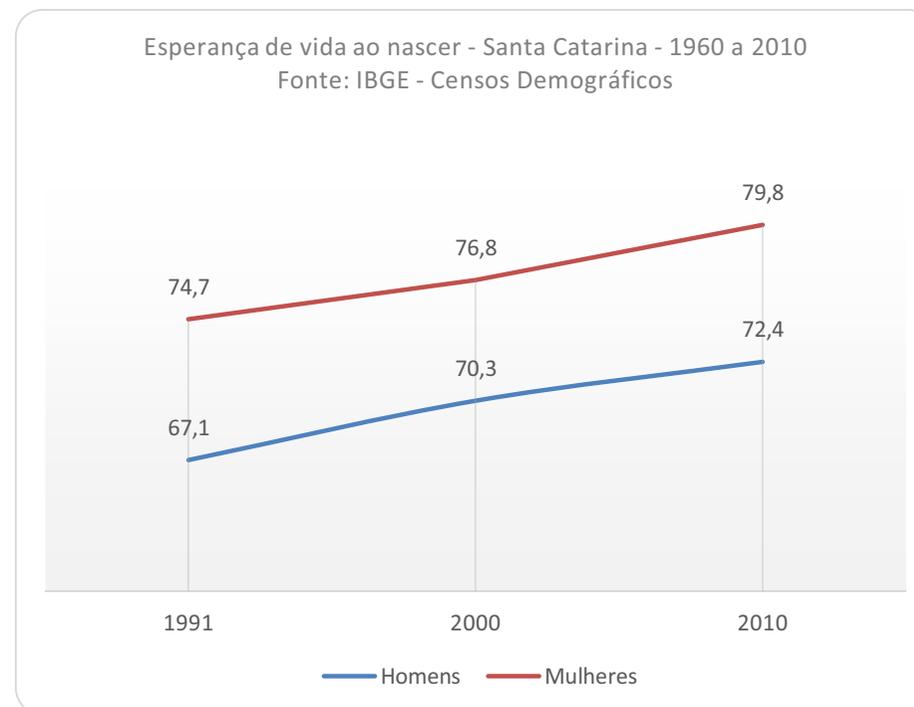
Relação entre o número de nascidos vivos ocorridos numa determinada unidade geográfica, num período de tempo, e a população feminina em idade fértil (15 a 49 anos) residente na mesma unidade estimada para o meio do período. Fórmula de cálculo: Taxa de fecundidade geral = (nascidos vivos / população feminina entre 15 e 49 Anos) X 1000.



O rápido e generalizado declínio da fecundidade em Santa Catarina constitui-se numa das mais importantes mudanças estruturais da população catarinense no final do século XX e no início do século XXI. O menor ritmo de crescimento da população e a profunda modificação na estrutura etária, com rápido envelhecimento, têm e terão, profundas implicações sobre toda a vida social e econômica do Estado.

2.3.5 ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

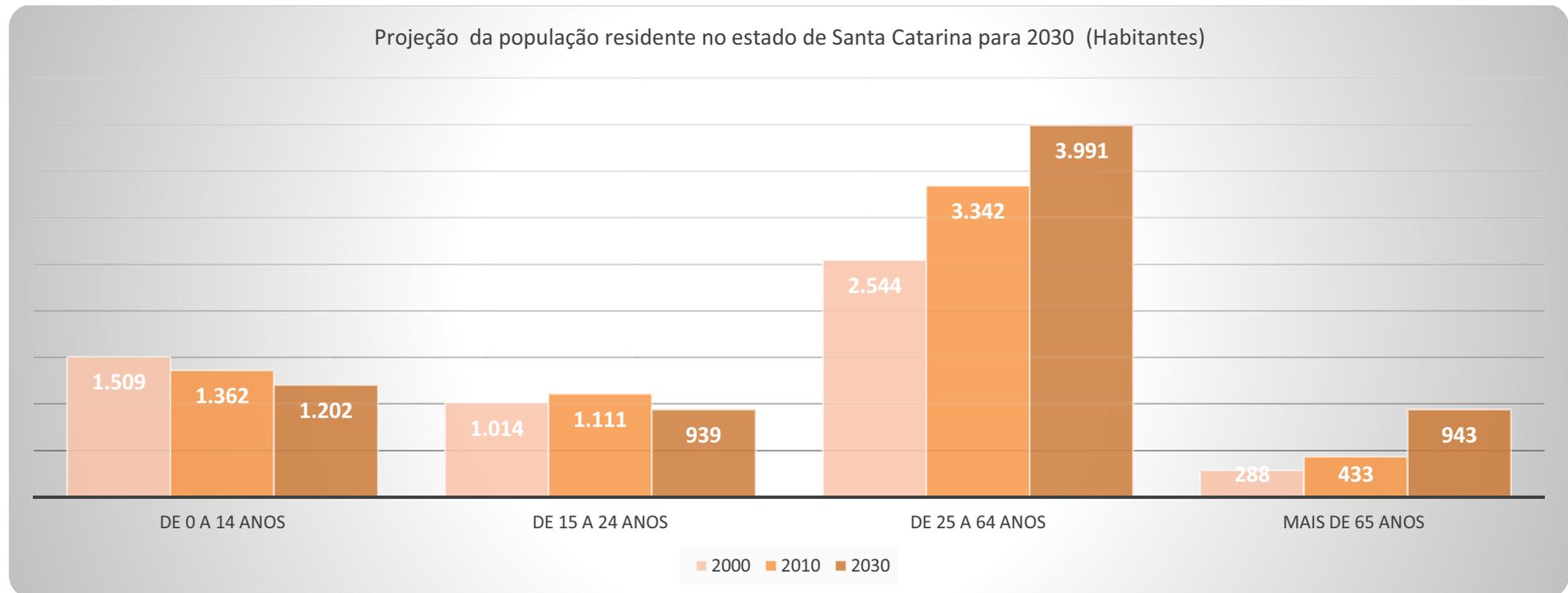
Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



2.3.6 PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO CATARINENSE PARA 2030

As projeções demográficas são essenciais para a orientação de políticas públicas e tornam-se instrumentos fundamentais para todas as esferas de planejamento, tanto na administração pública quanto na privada. Estas informações viabilizam análises prospectivas da demanda por serviços públicos, como o fornecimento de água ou a quantidade de vagas necessárias na rede de ensino, o dimensionamento da oferta de serviços de saúde, além de serem fundamentais para o estudo de determinados segmentos populacionais para os quais são formuladas políticas específicas, como os idosos, jovens, crianças e mulheres, bem como para estudos regionais para o dimensionamento de mercados e em proposta de políticas de desenvolvimento.

As projeções populacionais entram ainda no cálculo de vários indicadores econômicos e sociais, como por exemplo, PIB *per capita*, taxa de participação no mercado de trabalho e leitos por mil habitantes, utilizados para avaliar e monitorar o grau de desenvolvimento de uma região geográfica e os esforços do governo para atender às demandas da sociedade.

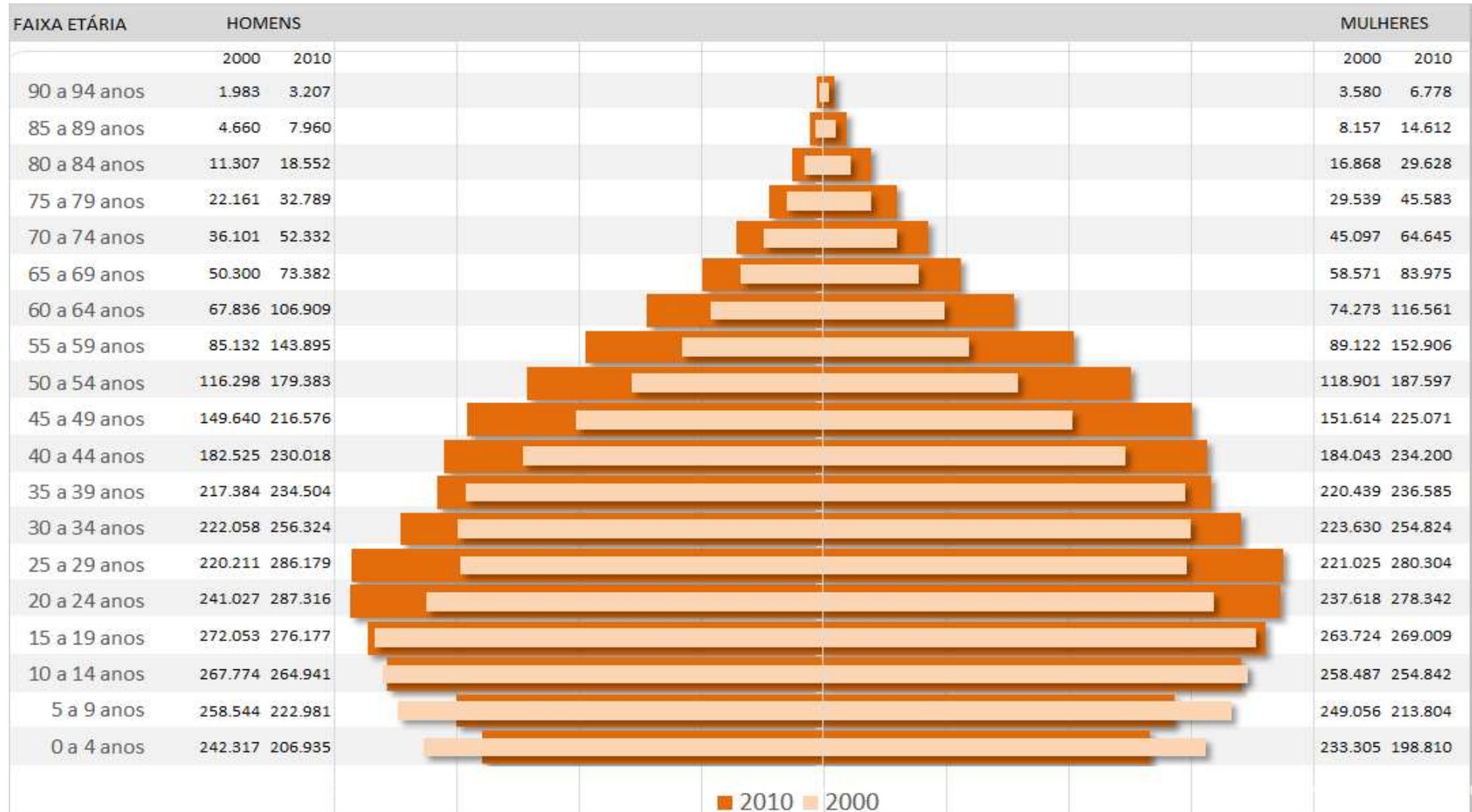


Baseada em projeções da população realizadas pelo IBGE estimou-se o crescimento da população de Santa Catarina, por sexo e faixa etária, para as próximas duas décadas. Os dados comprovam os efeitos combinados da redução dos níveis da fecundidade e da mortalidade no Estado, caracterizando uma sociedade em processo de envelhecimento. Enquanto em 2000, as crianças de 0 a 14 anos de idade correspondiam a 28,2% da população total, o contingente com 65 anos ou mais de idade representava 5,4%. Em 2030, o primeiro grupo representará 17%, enquanto a população idosa representará 13,3%.

2.4 ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

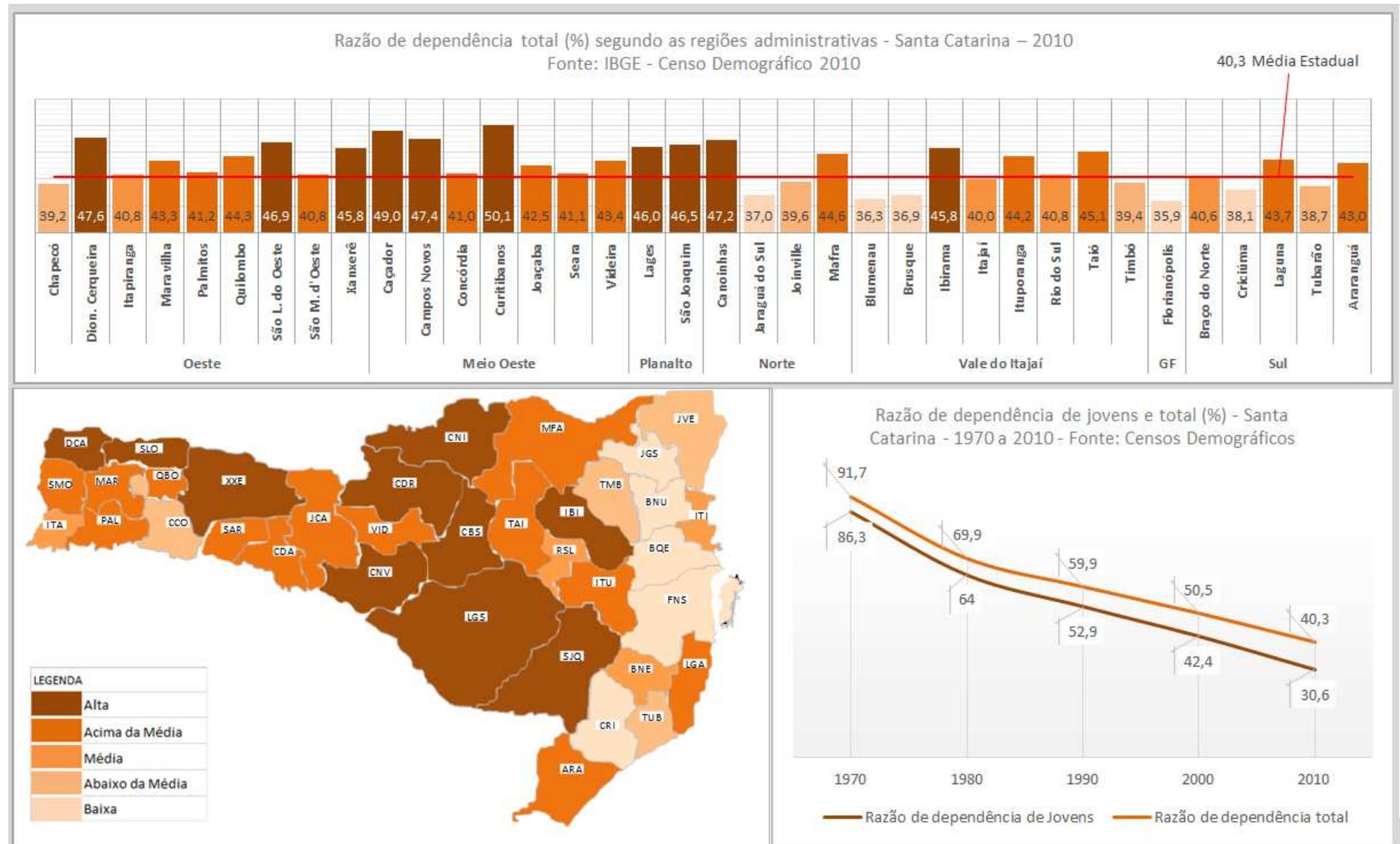
2.4.1 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE

A estrutura etária da população catarinense vem se modificando ao longo das décadas em função da queda da fecundidade e da elevação da expectativa de vida, cujos efeitos são expressos no estreitamento da base e no alargamento do topo da pirâmide etária. No ano 1960, 46,6% da população estava na faixa etária de 0 a 14 anos (população jovem), 48,5% tinha entre 15 e 60 anos (pessoas em idade ativa) e 4,1% da população tinha mais de 60 anos de idade. Em 2010 mudou significativamente para 21,8%, 67,7% e 10,5%, respectivamente. Essa tendência vem persistindo como pode ser observado na estrutura etária entre 2000 e 2010.



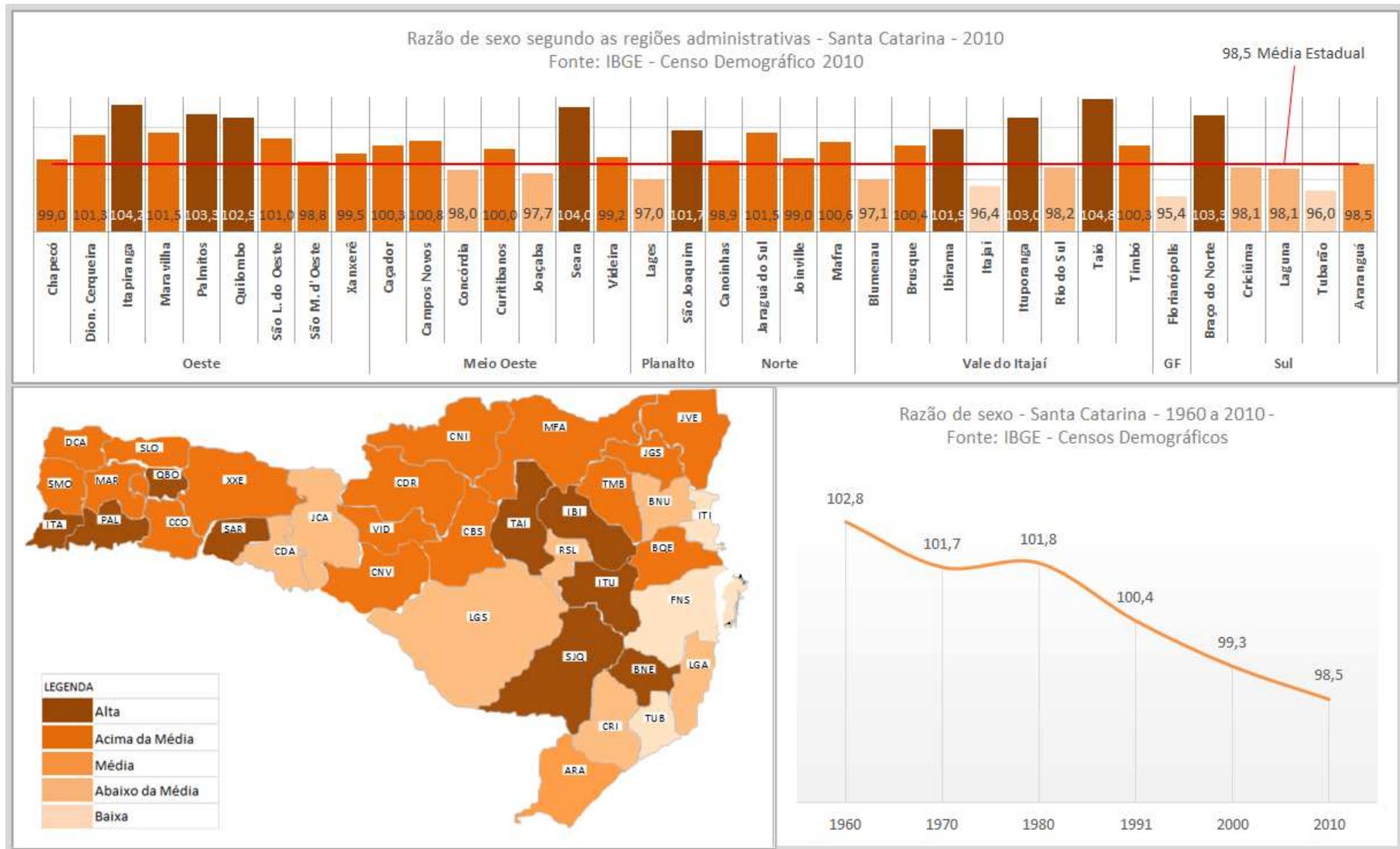
2.4.2 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

Peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos). Quanto maior o valor, maior será a proporção de dependentes da população potencialmente ativa, indicando maiores encargos assistenciais para a sociedade.



2.4.3 RAZÃO DE SEXO

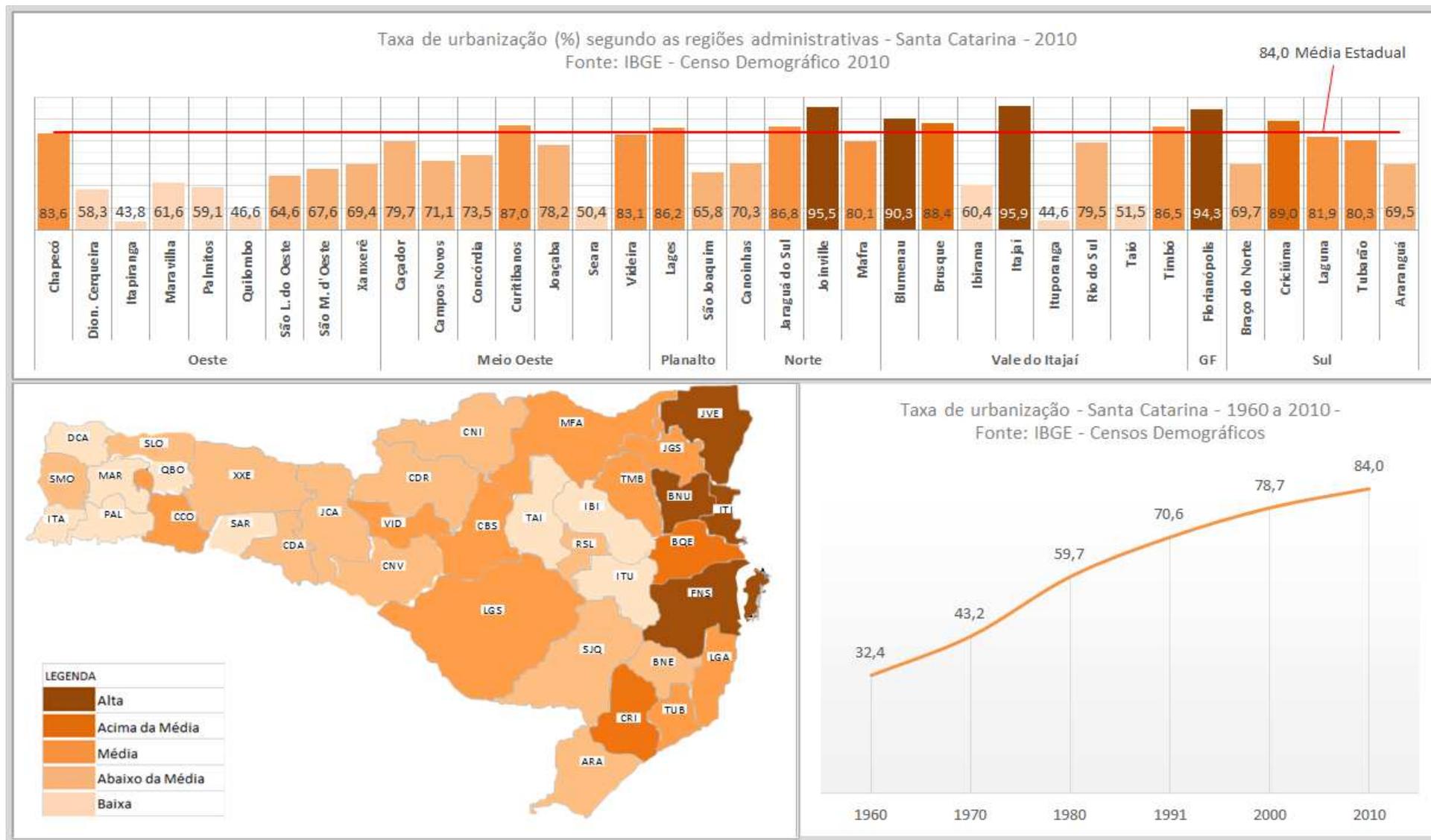
Expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada grupo de 100 pessoas do sexo feminino. É obtida através do quociente entre as populações masculina e feminina por grupos de idade.



2.5 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

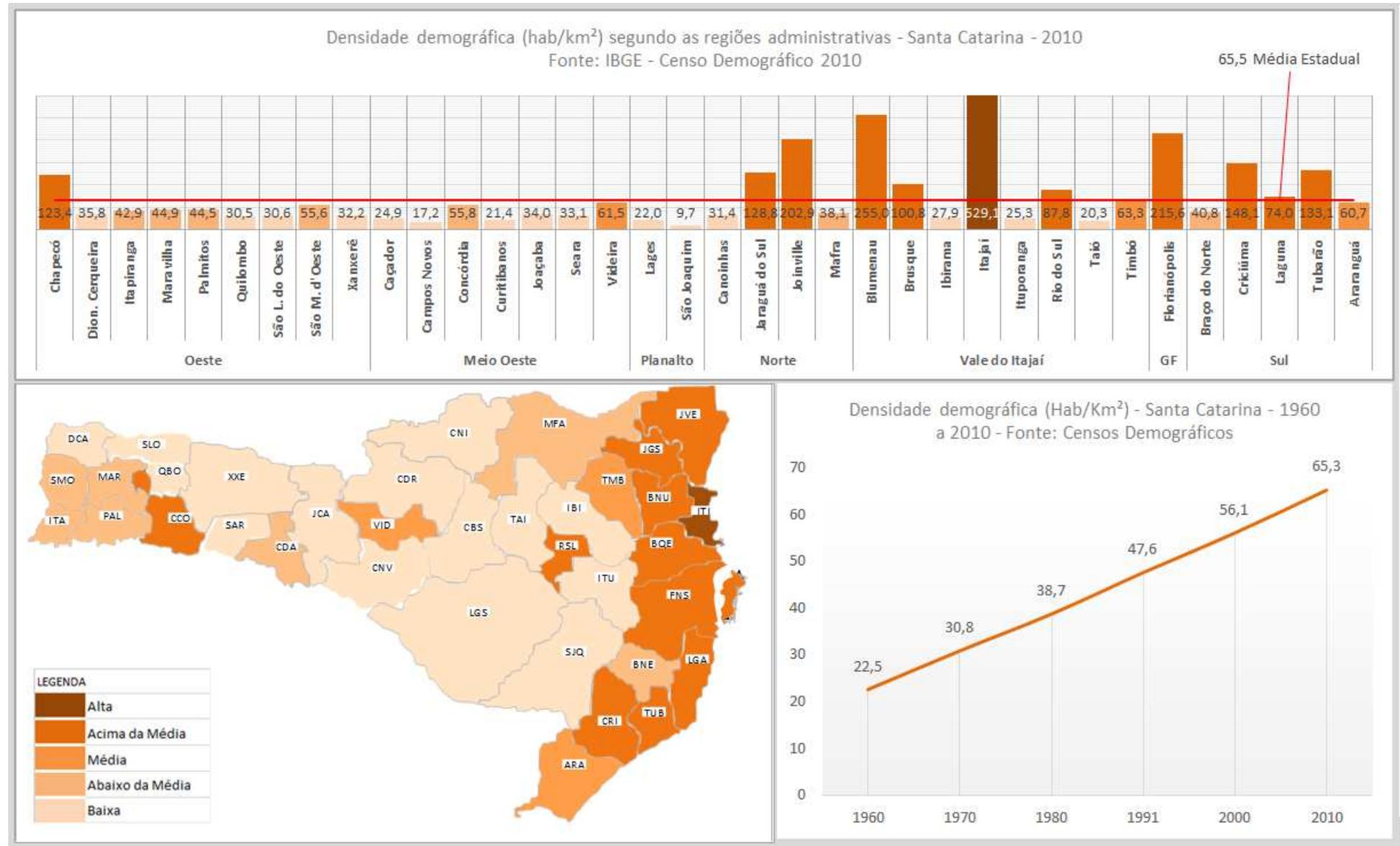
2.5.1 TAXA DE URBANIZAÇÃO

A classificação da situação da população é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio. Como situação urbana considera-se a população que vive nas áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. O grau de urbanização é igual a divisão entre a população urbana e a população total multiplicado 100.



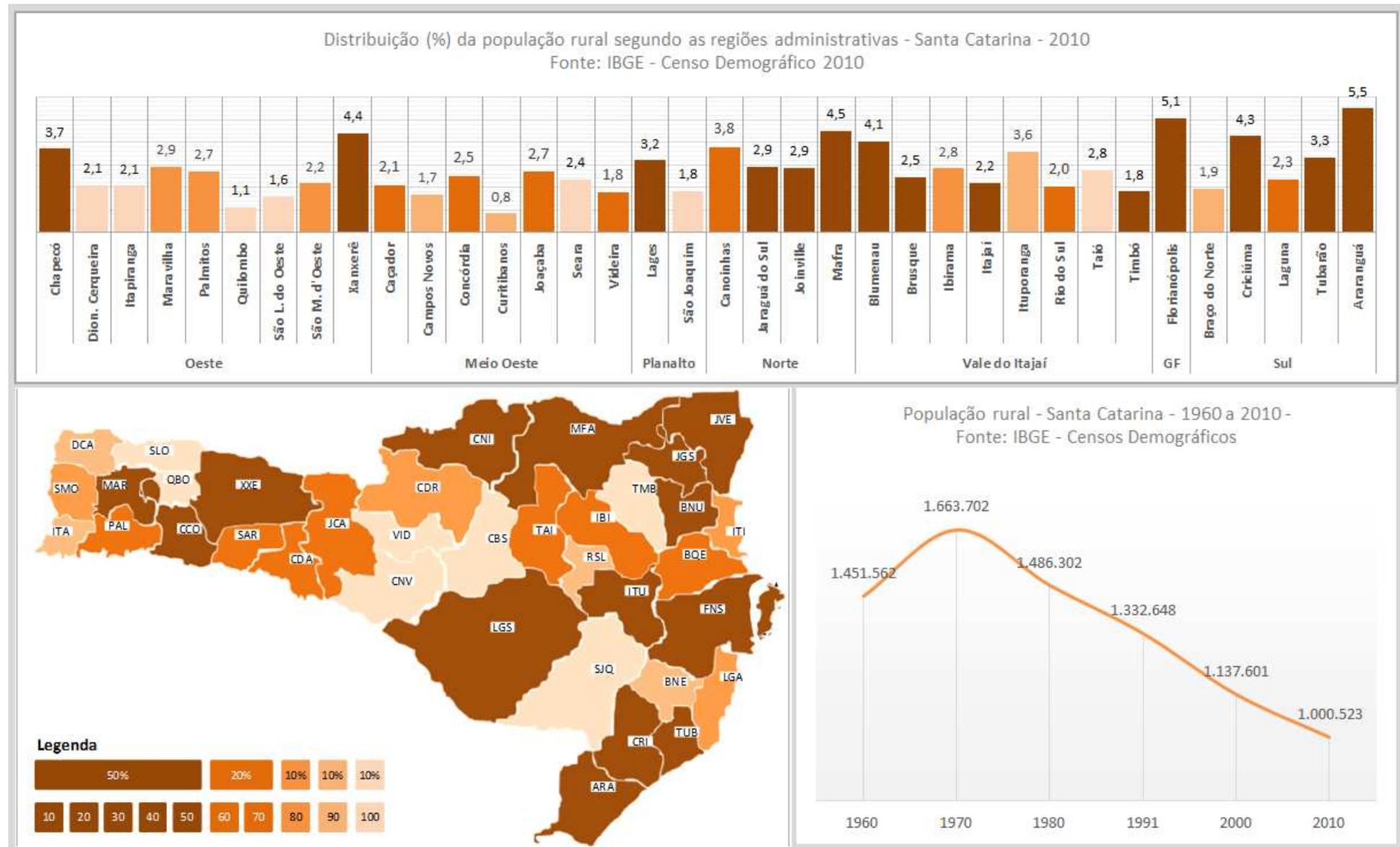
2.5.2 DENSIDADE DEMOGRÁFICA

É a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território - número de habitantes por quilômetro quadrado.



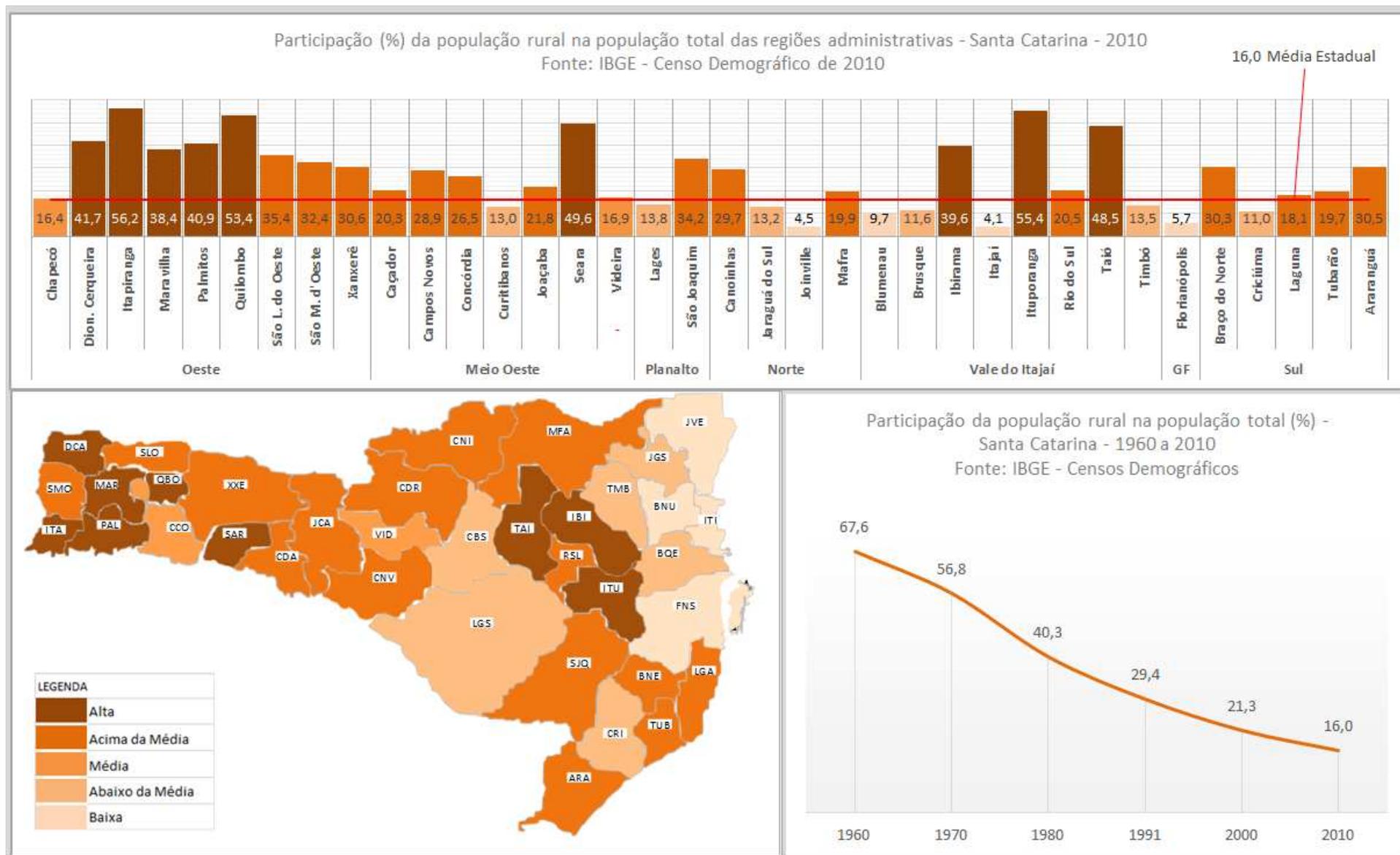
2.5.3 POPULAÇÃO RURAL

Como situação rural considera-se a população que vive em toda área situada fora dos limites da área urbana. As áreas urbanas englobam as cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas.



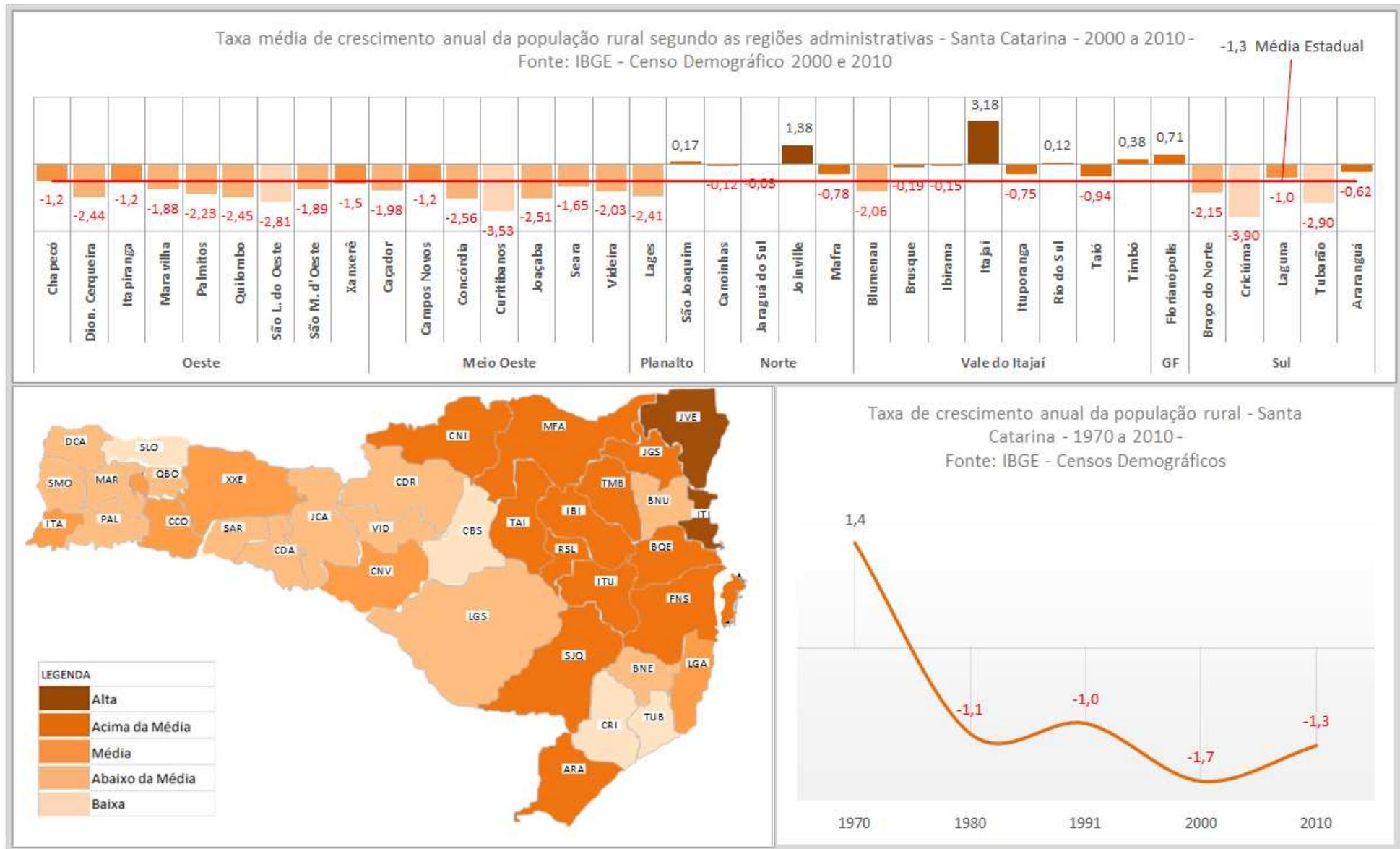
2.5.4 PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Mede a relação entre a população rural e a população total de uma unidade geográfica em um determinado período.



2.5.5 TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO RURAL

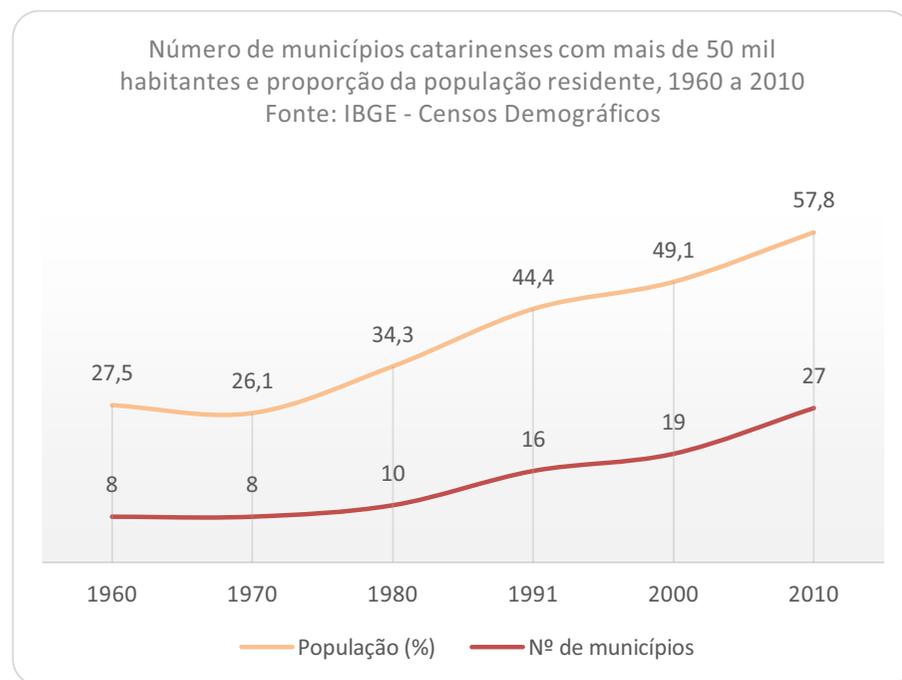
Variação percentual média anual no número de população rural, resultante de um excedente (ou déficit) de nascimentos e óbitos e o saldo de migração (entradas e saídas) da área rural de um país, estado ou região. A taxa pode ser positiva ou negativa.



2.5.6 POPULAÇÃO QUE VIVE EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES

Entre 1960 e 2010 a porcentagem da população residente nos municípios menores que 20.000 habitantes reduziu de 80,0 para 46,0% e, conseqüentemente, naqueles maiores que 20.000 aumentou de 20,0% para 54,0%, num processo de nítida concentração demográfica nos municípios maiores. Essa concentração fica ainda mais clara quando se considera que, em 2010, aproximadamente, 57,8% da população concentrava-se em apenas 27 municípios com mais de 50.000 habitantes. Entre eles somente três tinham, em 2010, uma população acima de 300 mil habitantes: Joinville (526.338), Florianópolis (433.158) e Blumenau (316.139). Vale ressaltar que nesses três municípios, residiam cerca de 1,3 milhões de habitantes - um valor quase igual à soma da população dos 212 municípios; 72,4 % deles, com população de até 15 mil habitantes.

De uma forma geral, observa-se que os municípios litorâneos são aqueles que mais têm atraído população, enquanto no Planalto e Oeste, os municípios estão perdendo população, especialmente nas faixas mais jovens.



3 FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS DE SANTA CATARINA

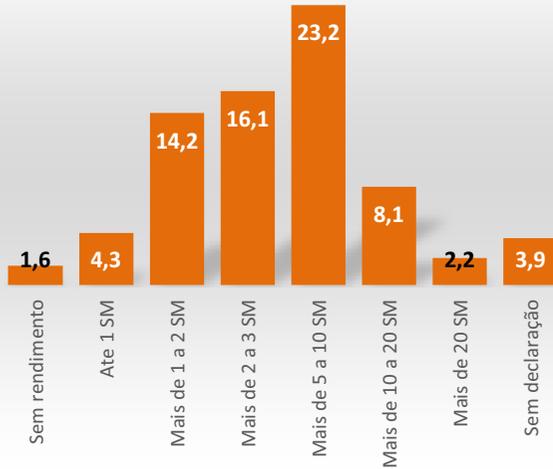
A família é considerada um dos principais eixos da sociedade. O IBGE considera que família é o grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco que vivem numa unidade doméstica. Essa unidade doméstica pode ser de três tipos: unipessoal (quando é composta por uma pessoa apenas), de duas pessoas ou mais com parentesco ou de duas pessoas ou mais sem parentesco entre elas.

As características dos domicílios se referem ao conforto, pois indicam a quantidade de moradores por domicílios, os serviços de que dispõem e a renda familiar. Ao pesquisar os domicílios, o IBGE fornece dados que permitem medir o bem-estar social da população catarinense.

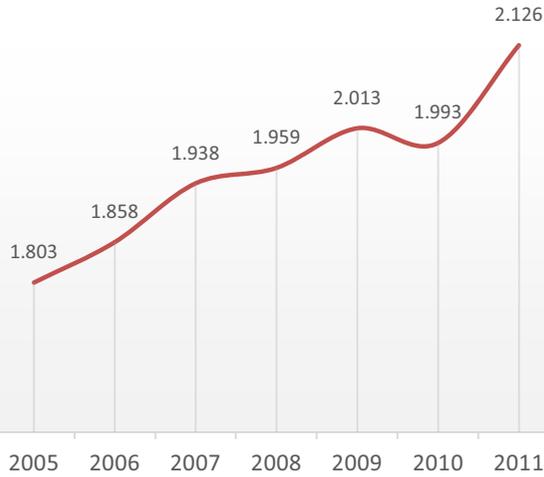
De acordo com o Censo Demográfico 2010, cada domicílio catarinense tem 3,0 moradores, em média. Em 2005, esse número era um pouco maior: 3,2 moradores. Dentre os serviços existentes, a iluminação elétrica está presente em quase todos os domicílios catarinenses (99,8%) e a coleta de lixo em 90,0% das moradias. Já o serviço de abastecimento de água alcança 83,8% dos domicílios, o esgotamento sanitário ligados a rede geral 22,9% e computador com acesso a internet 46,8%.

3.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS E DOS DOMICÍLIOS - SANTA CATARINA

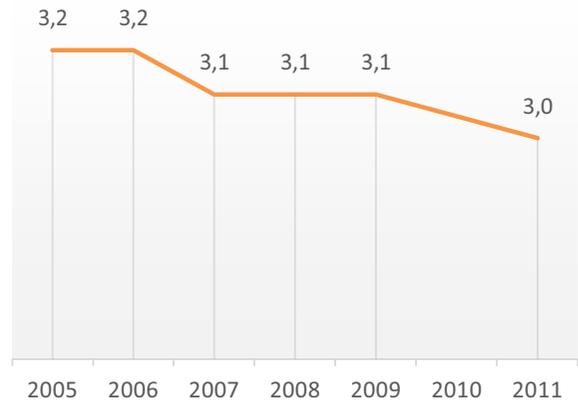
Renda Familiar - famílias por faixa de renda (%) - Santa Catarina - 2011



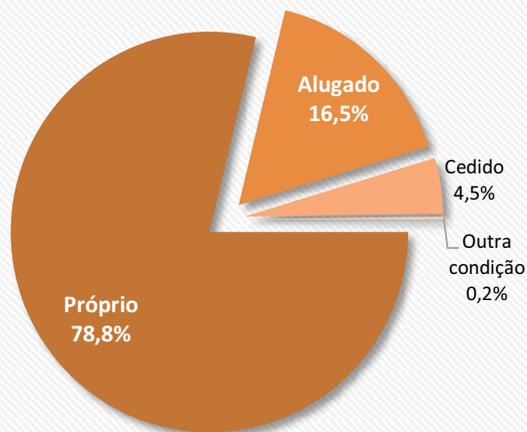
Número de domicílios particulares (em mil) - Santa Catarina - 2005 a 2011



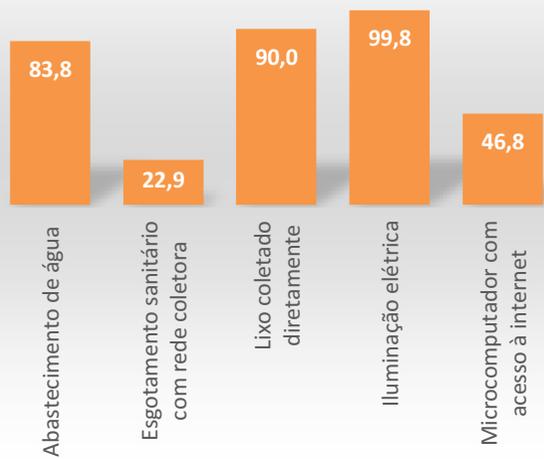
Número médio de pessoas por domicílio - Santa Catarina - 2005 a 2011



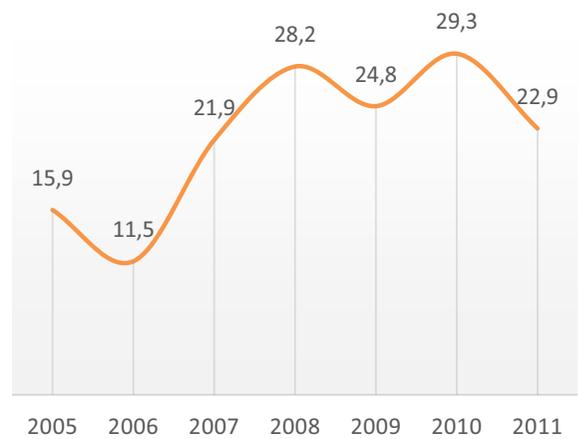
Condição dos domicílios permanentes
Número médio de pessoas por domicílio - Santa Catarina - 2005 a 2011



Serviços públicos - nível de atendimento (% de domicílios) - Santa Catarina - 2011



Esgotamento sanitário com rede coletora (% de domicílios) - Santa Catarina - 2005 a 2011



Fonte: IBGE - PNAD

3.2 PRINCIPAIS INDICADORES DE FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS

TABELA 3-1 - PRINCIPAIS INDICADORES DE FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS – SANTA CATARINA – 2005 A 2011

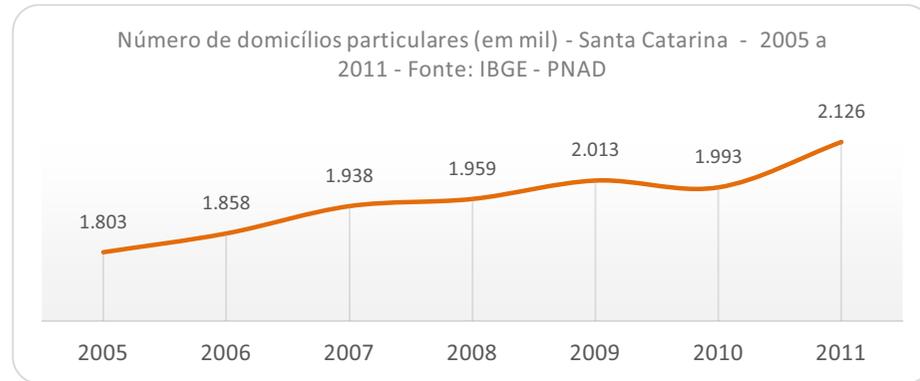
INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DOMICÍLIOS							
Número de domicílios particulares (mil unidades)	1.803	1.858	1.938	1.959	2.013	1.993	2.126
Famílias residentes em domicílios particulares permanentes (mil unidades)	1.933	1.990	2.026	2.040	2.094	1.877	2.213
Condição de ocupação do domicílio – próprio (%)	77,8	77,7	78,2	78,6	78,2	78,3	78,6
Número médio de pessoas por domicílio	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0
NÍVEL DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS							
Abastecimento de água com rede geral – nível de atendimento (%)	79,1	79,2	79,2	78,9	79,3	81,5	83,8
Esgotamento sanitário com rede coletora – nível de atendimento (%)	15,9	11,5	21,9	28,2	24,8	29,3	22,9
Lixo coletado diretamente – nível de atendimento (%)	82,5	81,8	85,0	84,1	87,9	92,8	90,0
Iluminação elétrica – nível de atendimento (%)	99,7	99,7	99,9	99,8	100,0	99,8	99,8
Domicílios com microcomputador com acesso à internet (%)	19,7	25,1	28,2	33,5	36,5	38,6	46,8
FAMÍLIAS, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (%)							
Até 1 salário mínimo	5,4	5,0	4,9	4,8	4,4	5,4	4,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	14,4	16,1	15,0	16,2	14,8	14,6	14,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,5	17,4	16,8	16,1	15,3	15,0	16,1
Mais de 3 a 5 salários mínimos	24,8	23,0	26,0	26,1	26,5	26,1	26,3
Mais de 5 a 10 salários mínimos	23,9	24,0	23,9	22,9	23,5	24,8	23,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos	10,0	9,2	8,7	8,8	9,3	8,5	8,1
Mais de 20 salários mínimos	2,7	2,7	2,6	2,6	2,7	3,3	2,2
Sem rendimento	1,2	1,5	1,2	0,9	1,2	2,2	1,6
Sem declaração	2,2	1,2	1,0	1,5	2,2	-	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2011 e Censo Demográfico 2010

3.3 DOMICÍLIOS

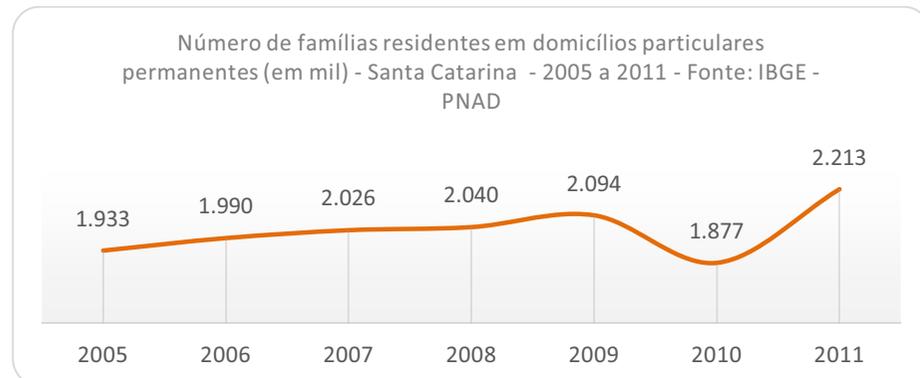
3.3.1 NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência do Censo.



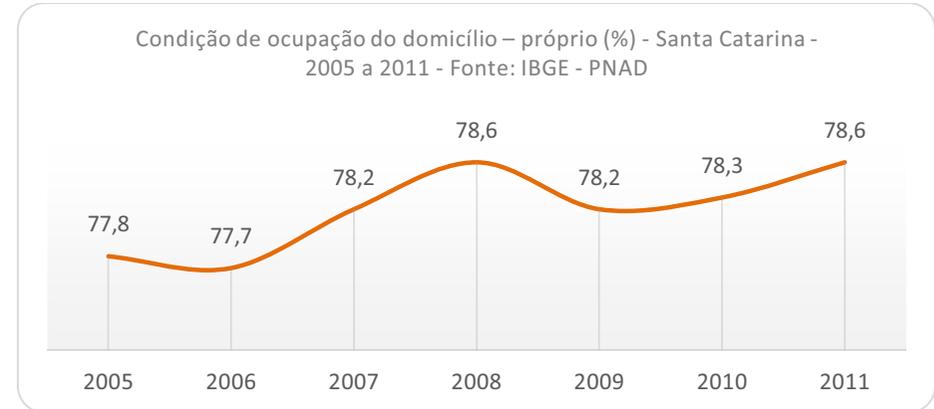
3.3.2 FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES

Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Essa unidade doméstica pode ser de três tipos: unipessoal (quando é composta por uma pessoa apenas), de duas pessoas ou mais com parentesco ou de duas pessoas ou mais sem parentesco entre elas.



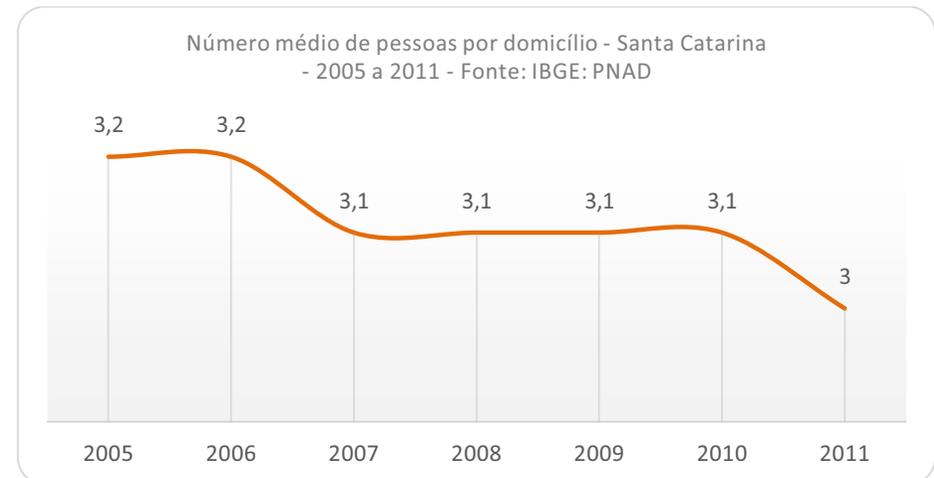
3.3.3 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO - PRÓPRIO

Ao analisar o percentual de imóveis próprios vemos que Santa Catarina é o nono estado da federação com maior percentual de domicílios urbanos próprios (78,6%).



3.3.4 NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

De acordo com o IBGE, de 2005 a 2011 cada família catarinense tinha 3,0 moradores, em média de 3 e em 2005, esse número era de 3,2 moradores.

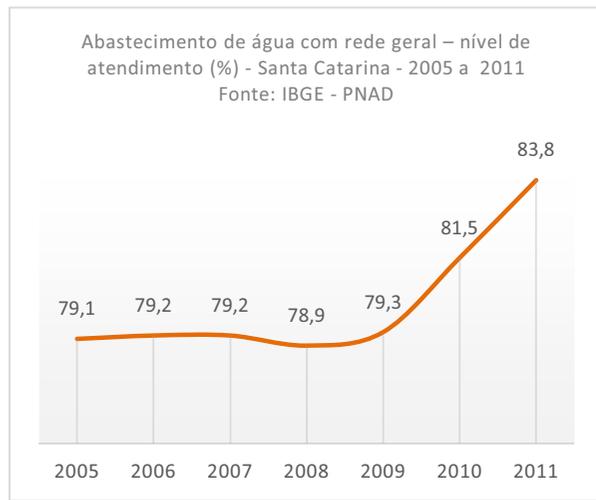


3.4 NÍVEL DE ATENDIMENTOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA

Abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região.

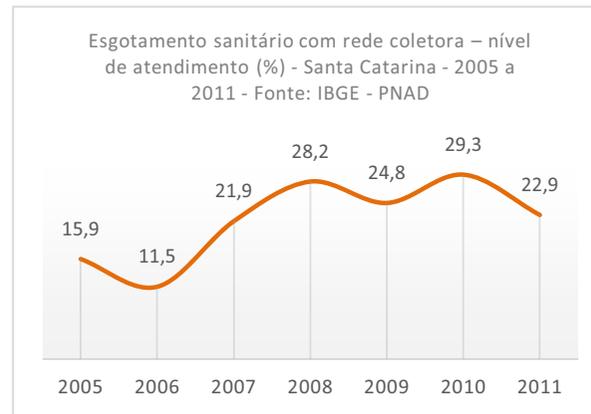
3.4.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM REDE GERAL

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2011, em Santa Catarina, dos 2.126 mil domicílios particulares permanentes urbanos, 1.782 mil possuem serviço de abastecimento de água, alcançando um percentual de 83,8%.



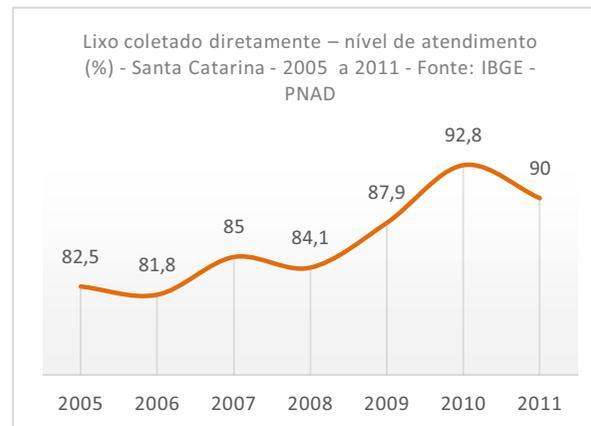
3.4.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO COM REDE COLETORA

O serviço de esgoto sanitário é deficitário em Santa Catarina. Em 2011, dos 2.126 mil domicílios particulares permanentes, 77,1% não contavam com rede coletora de esgotamento sanitário.



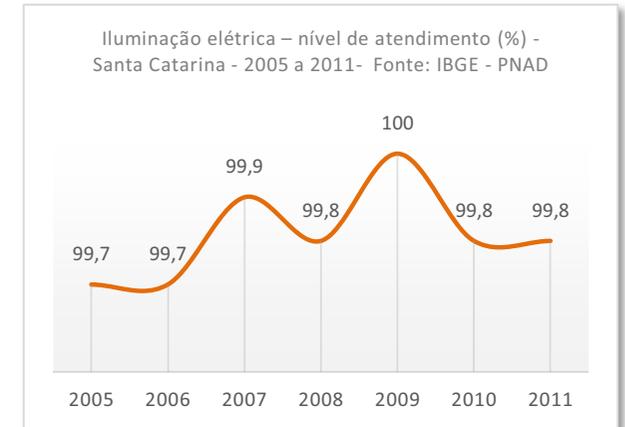
3.4.3 SERVIÇO DE COLETA DE LIXO EM DOMICÍLIOS URBANOS

De acordo com os dados da PNAD 2011, em Santa Catarina, dos 2.126 mil domicílios particulares permanentes urbanos, 90% possuem serviço de coleta direta de lixo.



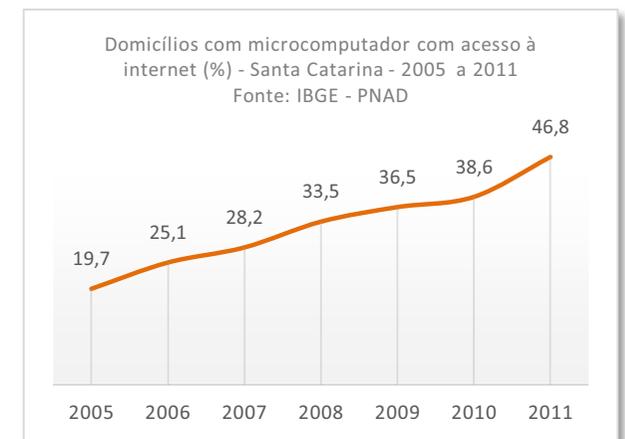
3.4.4 ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

A iluminação elétrica estava praticamente universalizada em Santa Catarina em 2011, já que 99,8% dos domicílios urbanos tinham acesso ao serviço.



3.4.5 DOMICÍLIOS COM MICROCOMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET

O microcomputador com acesso à internet estava presente, em 2011, em 48,6% dos domicílios catarinenses, sendo que em 2005 atingia apenas 19,7%.

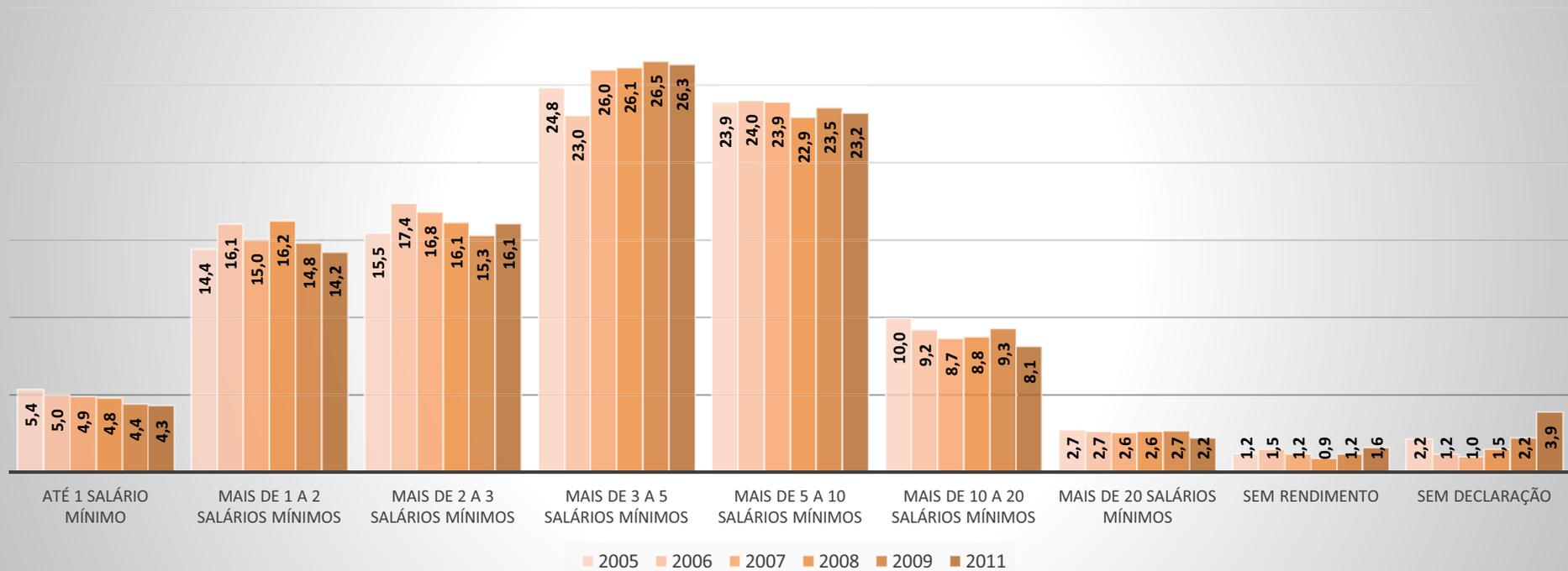


3.5 RENDIMENTO FAMILIAR

3.5.1 FAMÍLIAS POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)

A proporção de famílias, no estrato com rendimento mensal familiar de até 1 salário mínimo caiu no período observado, assim como a de famílias com mais de 10 salários mínimos. Já a proporção de famílias nos estratos de 2 a 5 salários mínimos teve crescimento. A proporção de famílias nos demais estratos de renda teve uma discreta variação. Vale destacar que no período analisado o salário mínimo teve uma importante valorização real.

Proporção (%) de famílias por classes de rendimento mensal familiar em salários mínimos - Santa Catarina -
Fonte: IBGE - PNAD



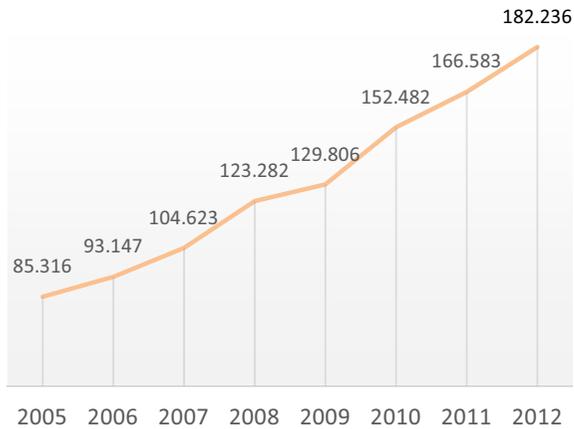
4 INDICADORES ECONÔMICOS

Apresentamos uma visão geral do Estado de Santa Catarina sob o ponto de vista de seu desempenho econômico. Deste modo, foram observados aspectos como produto interno bruto (PIB), balança comercial, número de empresas e empregos, renda da população, finanças públicas e movimentações realizadas pelo setor primário.

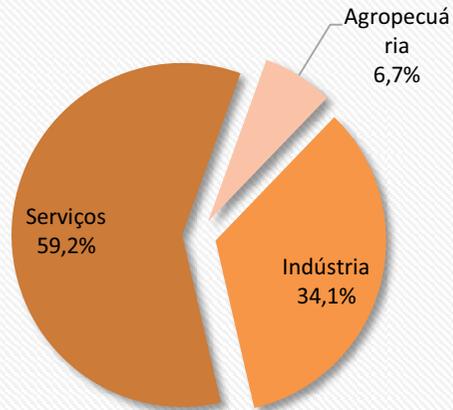
Os indicadores econômicos são grandezas, expressas em valor numérico, cujas principais utilidades são: a) aferição dos níveis de desenvolvimento de países, estados, regiões, municípios, etc.; b) compreensão, informação e previsão do comportamento da economia; e, c) avaliação da política econômica do governo.

4.1 PERFIL DA ECONOMIA CATARINENSE

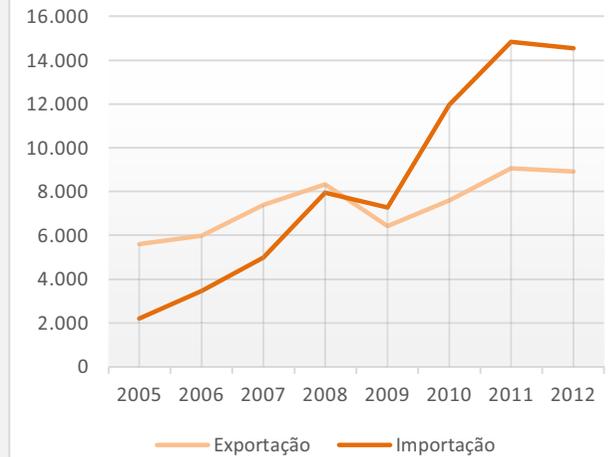
PIB (em R\$ milhões) - Santa Catarina -
2005 a 2010 -
Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC



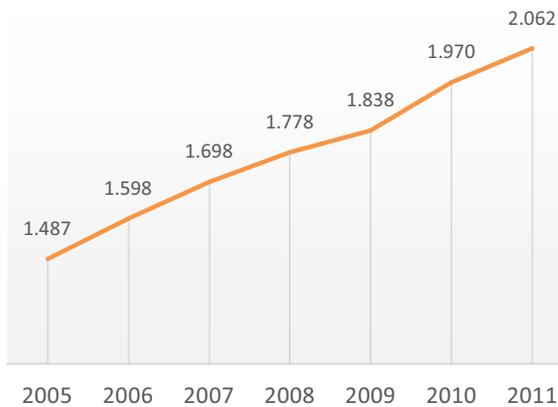
Participação dos setores econômicos no PIB
- Santa Catarina - 2010
Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC



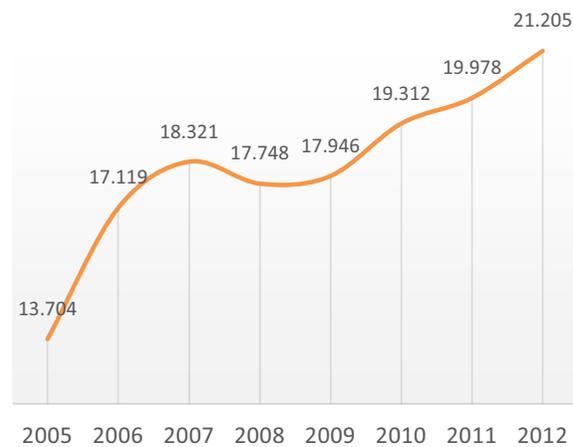
Balança Comercial (em milhões de US\$)
- Santa Catarina - 2005 a 2012 - Fonte:
MDIC - SECEX



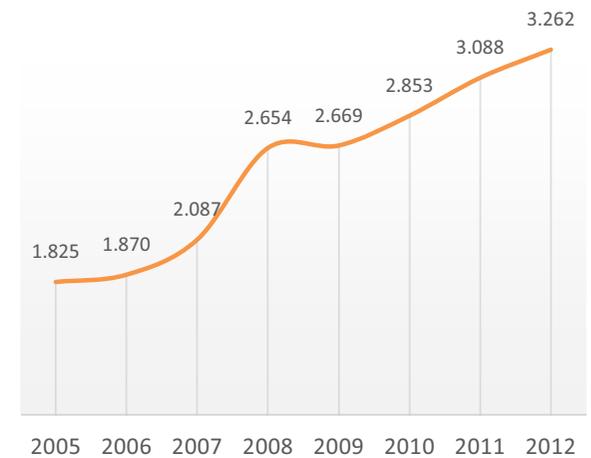
Empregos Formais (em mil)
- Santa Catarina - 2005 a 2011 - Fonte:
MTE - CAGED



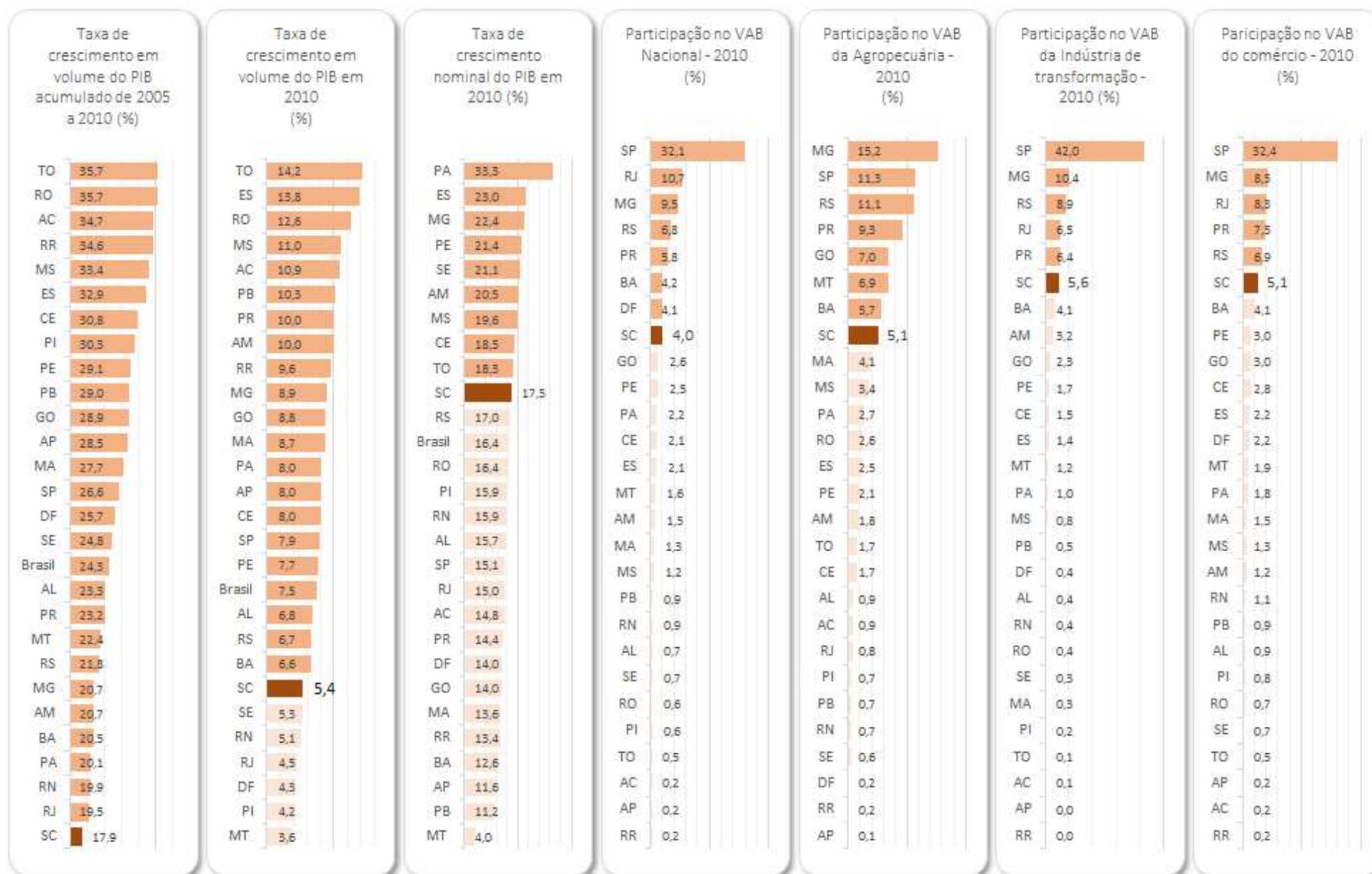
Consumo de Energia Elétrica
(em mil MWh) - Santa Catarina - 2005 a
2012 - Fonte: CELESC



Consumo aparente de cimento (em mil t)
- Santa Catarina - 2005 a 2012 -
Fonte: SNIC



4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS



Fonte: IBGE – Contas Regionais

4.3 PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

4.3.1 PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NO PIB NACIONAL

A economia catarinense vem mantendo sua participação e importância em relação ao conjunto da economia brasileira.

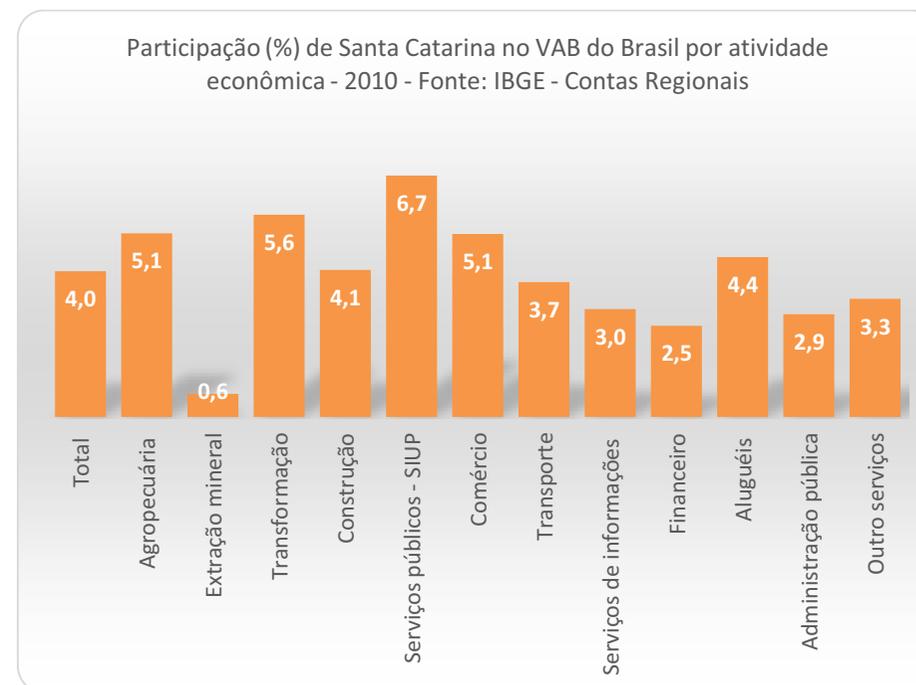
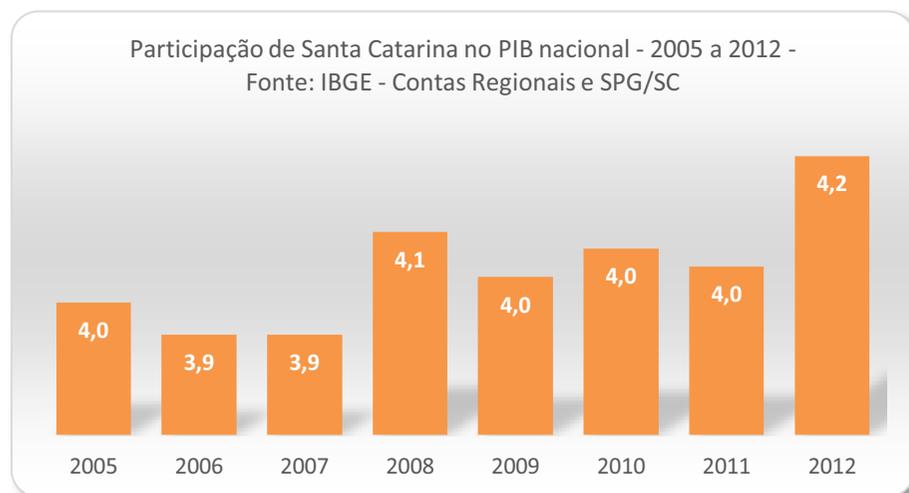


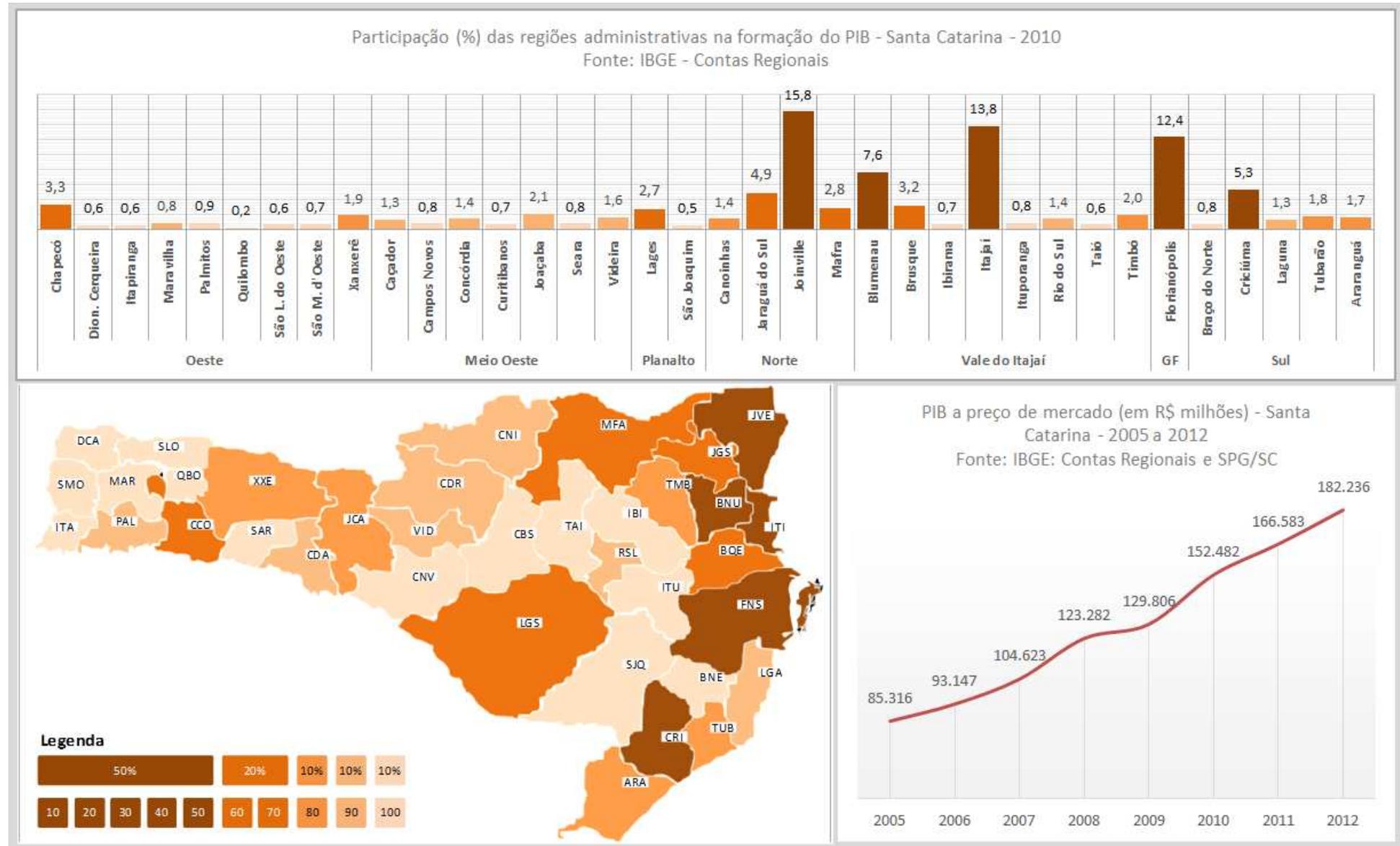
TABELA 4-1 – PIB E VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR – SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (*)	2012 (*)
Participação de Santa Catarina no PIB nacional (%)	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0	4,0	4,0	4,1
PIB a preço de mercado (em R\$ milhões)	85.316	93.147	104.623	123.282	129.806	152.482	166.583	182.236
Taxa de crescimento real do PIB (%)	1,6	2,6	6,0	3,0	-0,1	5,4	2,6	3,4
Taxa de crescimento nominal do PIB (%)	10,2	9,2	12,3	17,8	5,3	17,5	9,2	9,4
PIB per capita a preços de mercado (em R\$)	14.543	15.633	17.834	20.369	21.214	24.398	26.240	28.262
Taxa de crescimento do PIB per capita (%)	8,5	7,5	14,1	14,2	4,2	15,0	7,5	7,7
Valor Adicionado Bruto - VAB								
VAB total, a preços correntes (R\$ milhões)	74.582	81.546	91.316	106.991	113.332	130.618	142.700	156.108
VAB da agricultura, a preços correntes (R\$ milhões)	6.225	5.644	6.591	8.599	9.241	8.754		
VAB da indústria, a preços correntes (R\$ milhões)	25.316	28.103	32.619	36.833	37.214	44.528		
VAB de serviços, a preços correntes (R\$ milhões)	43.040	47.798	52.106	61.559	66.877	77.336		

Fonte: IBGE – Contas Regionais (*) – Estimativas SPG/SC e SEF/SC

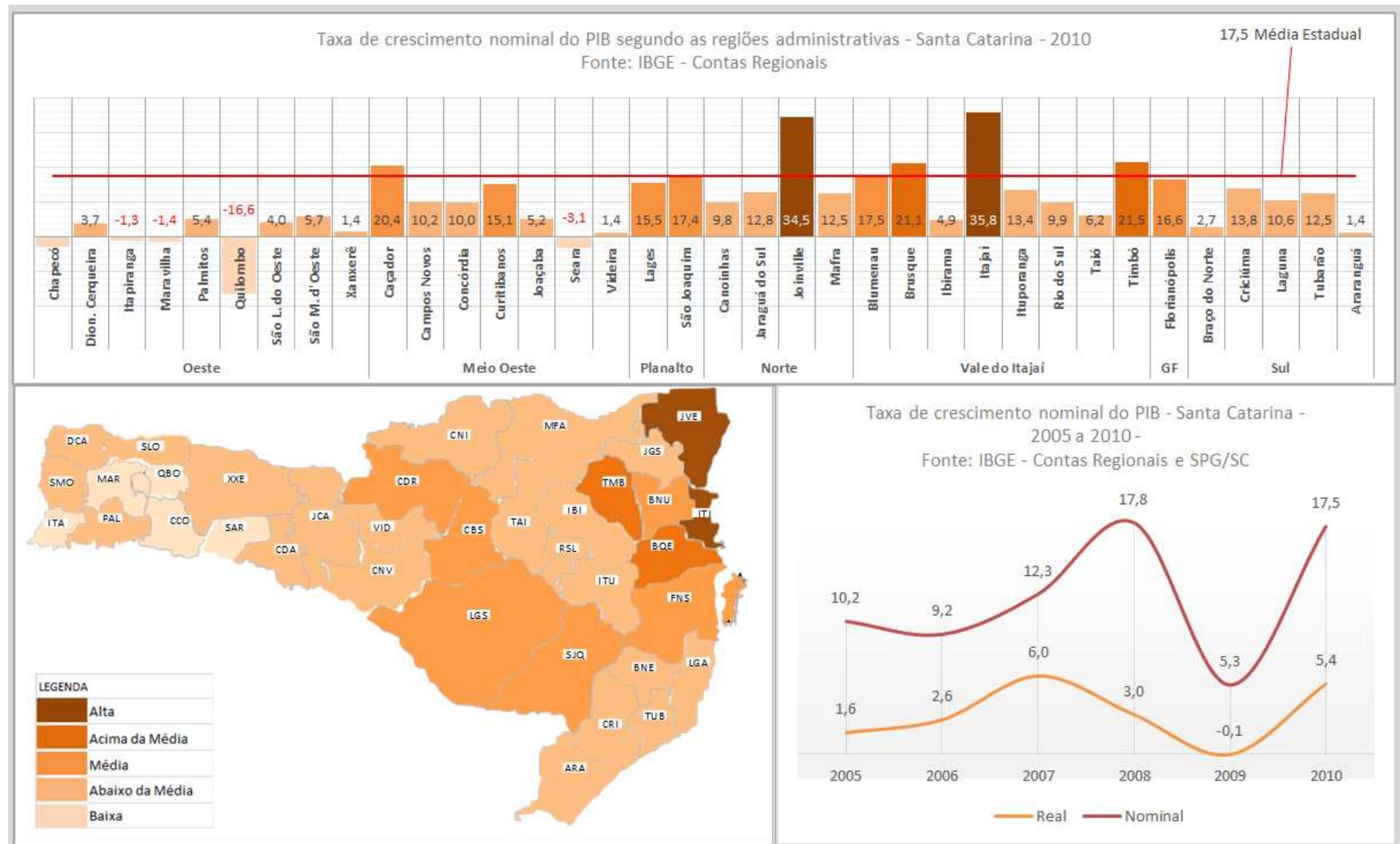
4.3.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador-síntese da atividade produtiva dos agentes econômicos, constituindo-se em um valor monetário, sem duplicações, do fluxo total de bens e serviços produzidos em um sistema econômico, num dado período de tempo, destinando-se ao consumo, ao investimento e à exportação. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de um país, estado ou região.

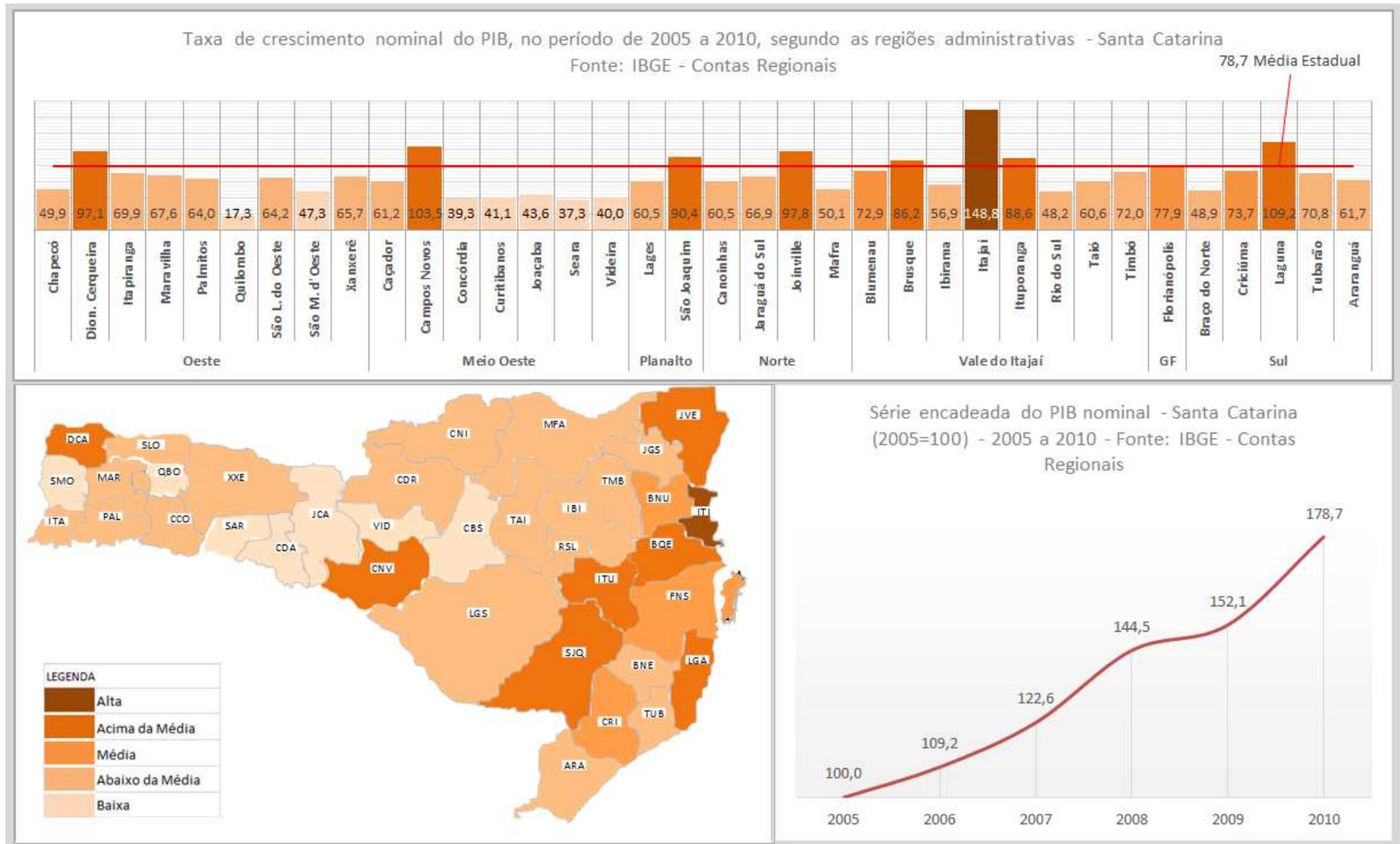


4.3.3 TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

Quando se procura comparar ou analisar o comportamento do PIB de um país ao longo do tempo, é preciso diferenciar o **PIB nominal** do **PIB real**. O primeiro diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, já o segundo, é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base onde é feito o cálculo do PIB eliminando assim o efeito da inflação.

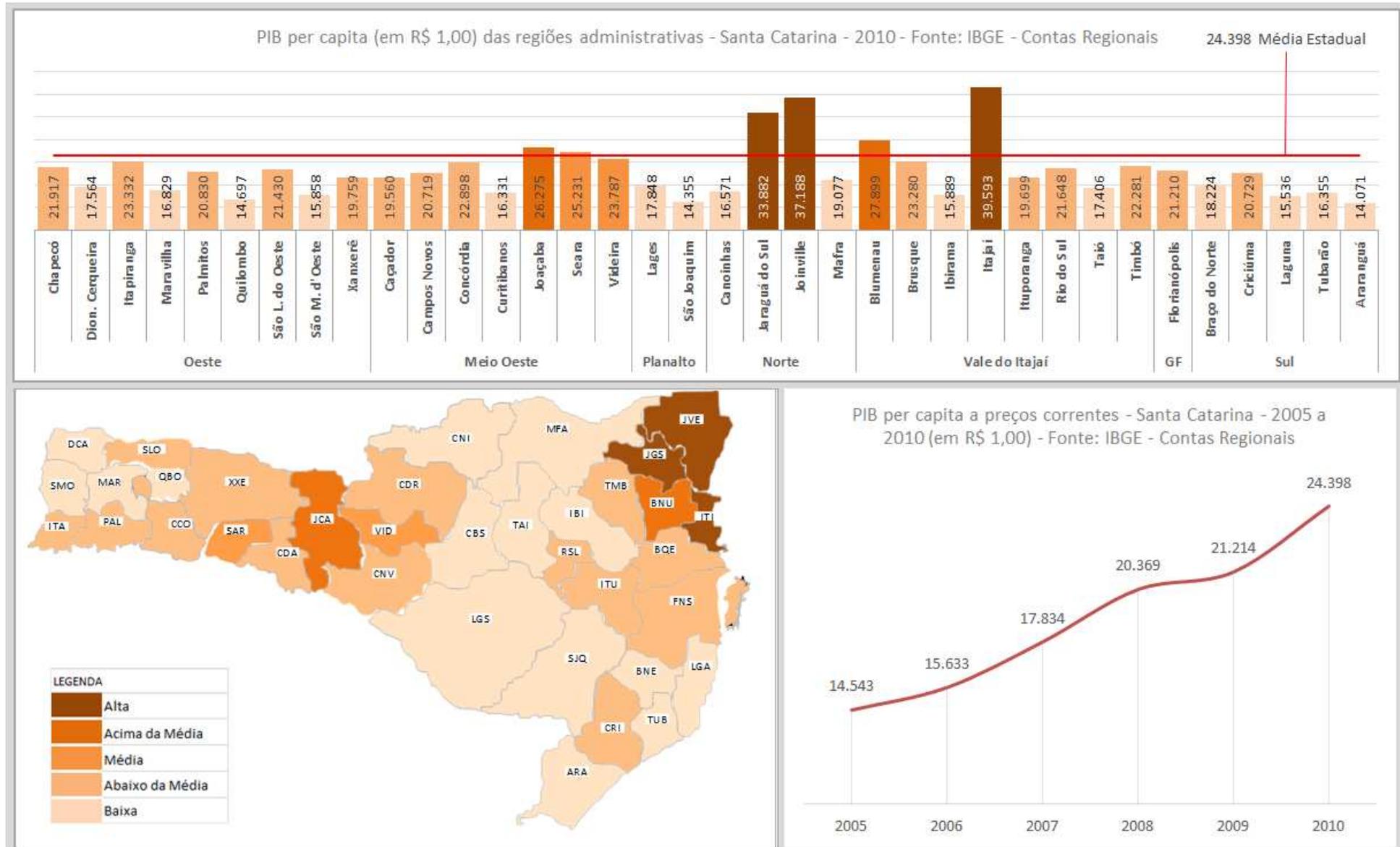


4.3.4 TAXA DE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB DE SANTA CATARINA DE 2005 A 2010

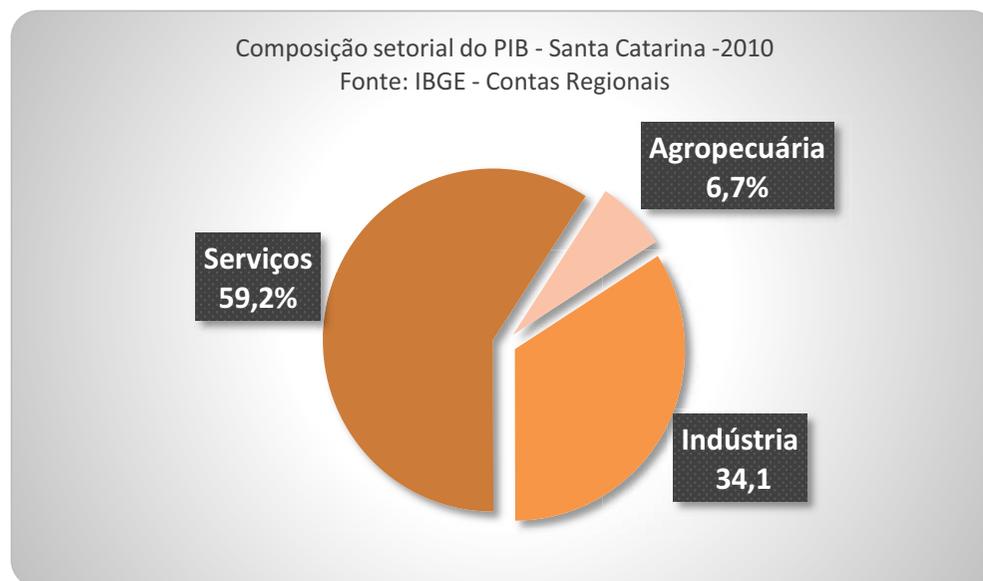


4.3.5 PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DE SANTA CATARINA

PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país, estado ou região. Em Santa Catarina, as regiões do Litoral Norte destacam-se pela densidade econômica e populacional, sendo também as de maior produção per capita.



4.4 COMPOSIÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE SANTA CATARINA



VAB é o valor que o setor ou a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto - PIB pelas diversos setores ou atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

O VAB é, portanto, o valor da “produção sem duplicações”, e se obtém descontando-se do Valor Bruto da Produção (VBP) o valor dos insumos utilizados no processo produtivo.

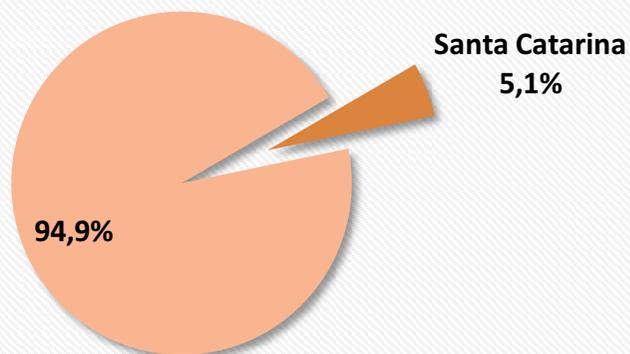
TABELA 4-2 – COMPOSIÇÃO SETORIAL DO VAB (%) - SANTA CATARINA – 2005 A 2010

SETOR / SUBSETOR	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AGROPECUÁRIA	8,3	6,9	7,2	8,0	8,2	6,7
INDÚSTRIA	33,9	34,5	35,7	34,4	32,8	34,1
Indústria extrativa	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5
Indústria de transformação	24,5	24,4	24,2	23,3	22,3	22,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,4	4,9	6,0	5,7	4,9	5,3
Construção civil	4,7	4,8	5,2	5,1	5,2	5,7
SERVIÇOS	57,7	58,6	57,1	57,5	59,0	59,2
Comércio	13,6	14,4	13,6	15,2	15,2	15,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,2	4,5	4,7	4,1	4,5	4,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	10,6	10,9	11,1	11,1	11,4	11,5
Outros serviços	29,3	28,9	27,7	27,1	27,9	27,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Contas Regionais

4.4.1 VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA

Participação de Santa Catarina no VAB da agropecuária brasileira - 2010 - Fonte: IBGE - Contas Regionais

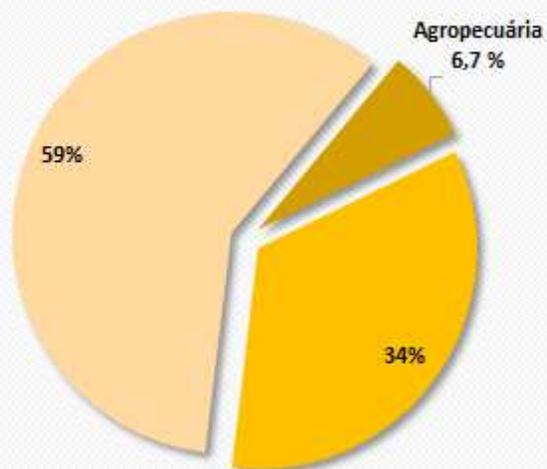


A agropecuária catarinense participa com 5,1% do VAB da agropecuária brasileira.

A agropecuária contribui com 6,7% do valor adicionado bruto da economia catarinense. Neste montante, além da agricultura e da pecuária, estão incluídas a silvicultura, a extração vegetal e a pesca. Suas características são de uma produção diversificada e que representa a base econômica da maioria dos municípios do Estado e está bastante vinculada à dinâmica dos demais setores, especialmente o agroindustrial.

Em 2012, o Estado foi o maior produtor nacional de suínos, cebola e maçãs; o segundo de aves, arroz, alho e fumo e o terceiro de banana e trigo. Ocupa ainda um lugar de destaque nacional na produção de pescados e crustáceos.

Participação da agropecuária no VAB de SC - 2010 - Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC



Contribuição (%) dos subsetores na formação do VAB da agropecuária - 2010 - Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC

- Lav. Temporárias	52,1
- Pecuária	25,0
- Silvicultura	14,2
- Lav. Permanentes	5,0
- Pesca	3,7

Participação (%) de Santa Catarina na produção nacional segundo produtos selecionados - 2012 - Fonte: IBGE - LSPA abril de 2013

- Maçã	49,4
- Fumo	29,4
- Cebola	26,1
- Suínos	25,1
- Aves	17,5
- Banana	10,0
- Arroz	9,6
- Tomate	4,2
- Feijão	4,1
- Milho	4,0
- Trigo	3,2
- Mandioca	2,3
- Soja	1,6
- Bovinos	0,4

4.5 PRINCIPAIS INDICADORES DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE

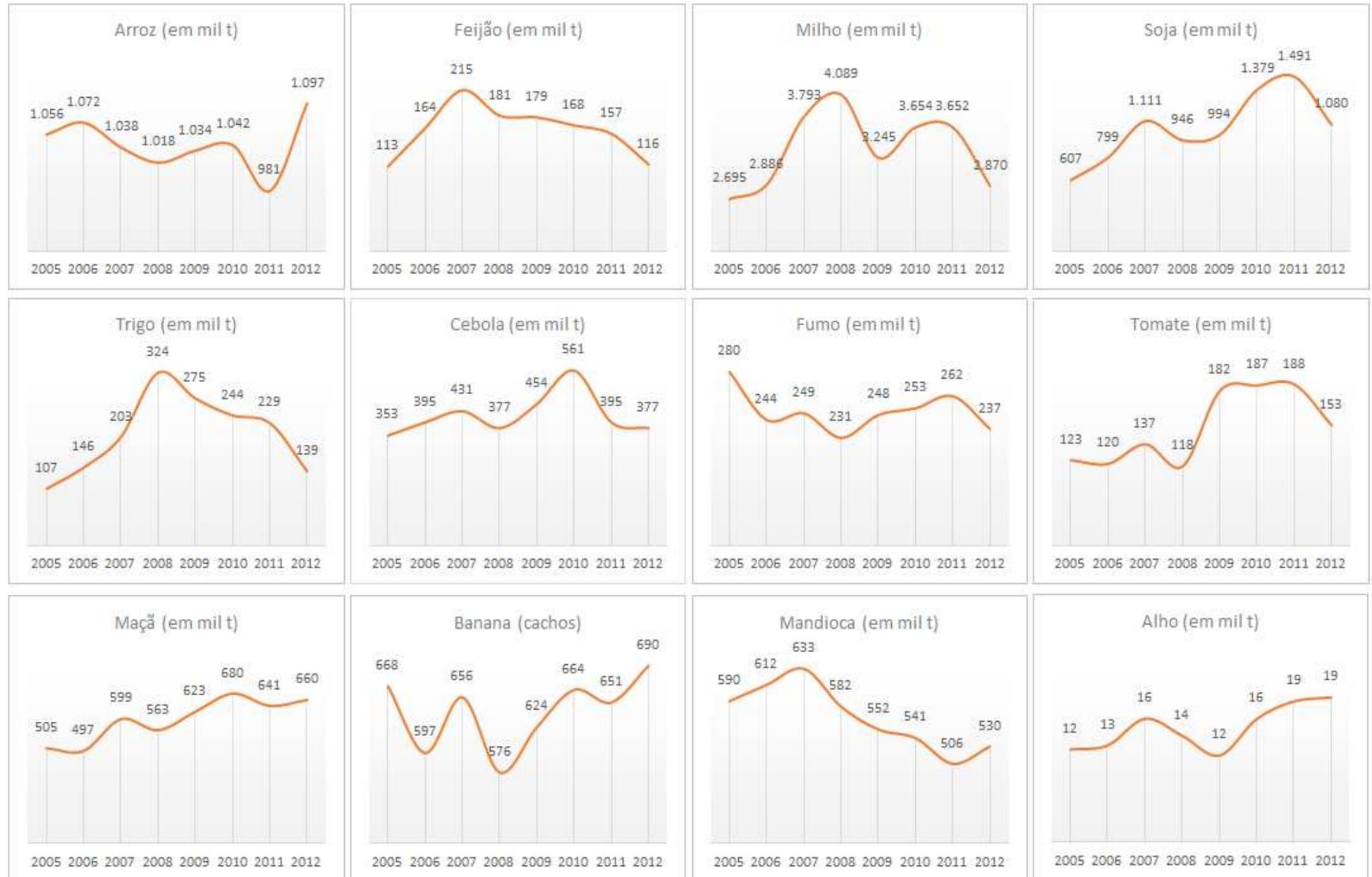
Na tabela a seguir pode-se observar a evolução da produção dos produtos agropecuários no Estado entre 2005 e 2012. Cabe ressaltar que a safra de 2012 foi afetada por problemas climáticos que impactaram principalmente a produção de grãos. Isso considerado, pode-se destacar a tendência de crescimento da produção de feijão, milho, soja, tomate e trigo. Na produção pecuária, destaca-se o crescimento dos abates de aves e suínos e da produção leiteira.

TABELA 4-3 – VAB E DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

PRODUTOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (1)
VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA								
Valor Adicionado Bruto da agricultura (em milhões de R\$)	6.225	5.644	6.591	8.599	9.241	8.754		
Participação da agricultura no VAB de Santa Catarina (%)	8,3	6,9	7,2	8,0	8,2	6,7		
PRODUÇÃO DA AGRICULTURA (em t)								
Arroz (em casca)	1.055.613	1.071.559	1.038.438	1.018.108	1.034.209	1.041.587	980.501	1.097.212
Banana (cacho)	668.003	596.636	655.973	575.798	624.204	664.012	650.518	689.836
Cebola	353.077	395.439	431.002	377.023	454.348	561.184	395.135	376.603
Feijão (em grão)	113.168	164.267	214.924	180.892	178.516	167.903	156.744	115.719
Fumo (em folha)	280.045	244.011	249.015	230.641	247.758	252.771	261.776	237.213
Maçã	504.994	496.665	598.680	562.988	622.501	680.000	640.676	659.732
Mandioca	589.998	611.699	633.216	582.481	552.169	540.626	506.280	529.648
Milho (em grão)	2.695.211	2.886.139	3.793.364	4.089.215	3.244.500	3.653.803	3.651.825	2.870.450
Soja (em grão)	607.413	798.809	1.111.456	946.463	993.991	1.378.532	1.490.551	1.079.690
Tomate	123.239	119.992	136.764	117.892	182.475	186.944	187.900	153.006
Trigo (em grão)	106.514	146.146	203.334	323.617	275.193	243.595	229.130	139.428
PRODUÇÃO DA PECUÁRIA								
Aves (cabeça) (*)	770.104.812	736.036.629	791.831.724	844.616.394	845.405.904	899.373.049	939.376.172	891.889.394
Suínos (cabeça) (*)	7.240.335	7.113.761	7.299.275	7.922.669	8.244.007	8.078.327	8.724.912	8.434.517
Bovinos (cabeça) (*)	152.263	141.031	104.375	100.073	97.810	94.254	92.262	87.765
Leite (mil litros)	1.555.622	1.709.812	1.865.568	2.125.856	2.217.800	2.381.130	2.531.159	
Ovos de galinha (mil dúzias)	197.893	202.415	203.673	209.522	214.246	209.582	221.974	
Mel (kg)	3.925.556	3.990.118	3.470.963	3.706.463	4.514.601	3.965.962	3.990.442	

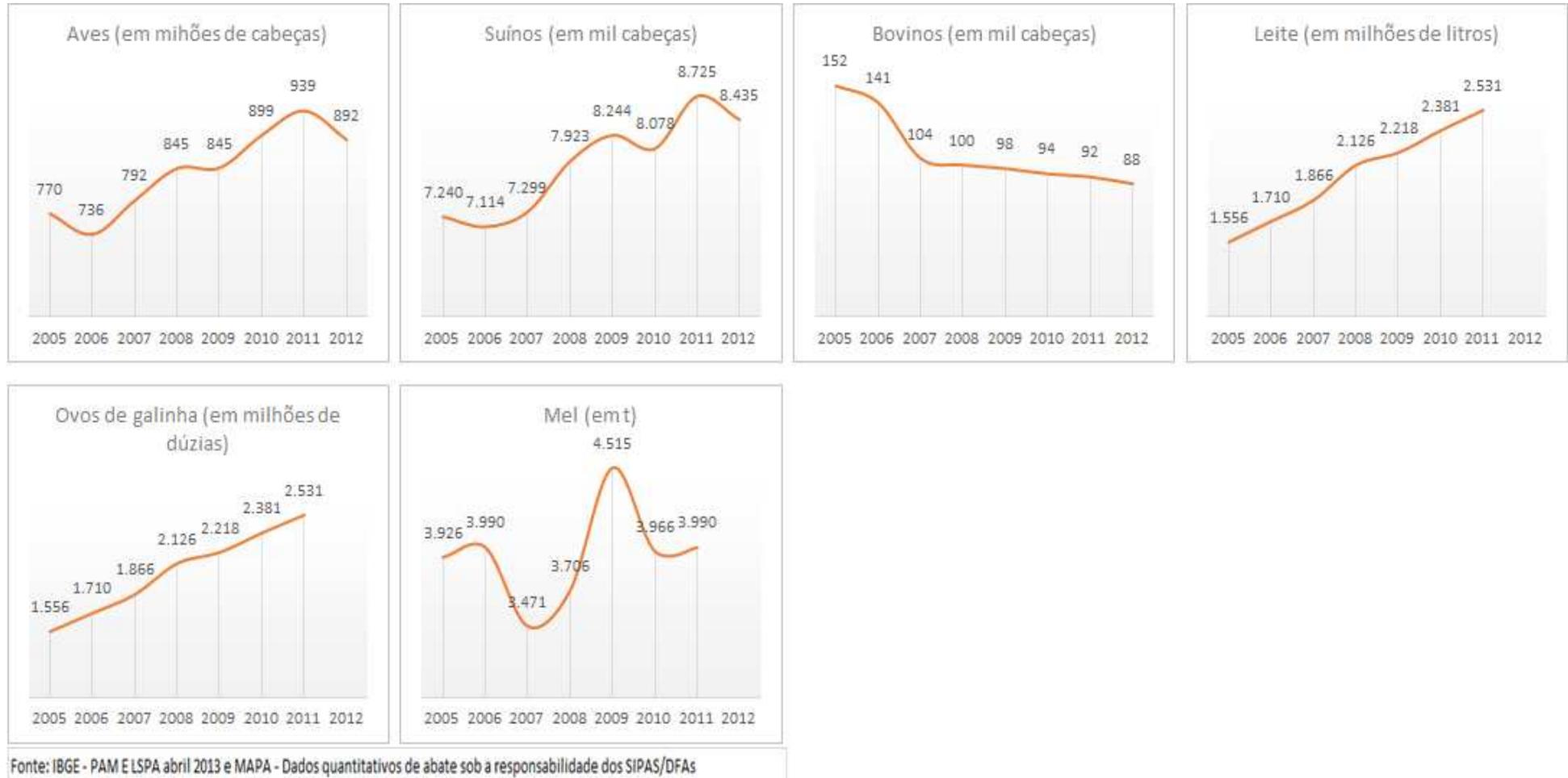
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal e (1) LSPA, Levantamento Sistemático da Produção, abril de 2013 e IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA - *Dados Quantitativos de Abate sob a responsabilidade dos SIPAs/DFAs

GRÁFICO 4-1 - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA – 2005 A 2012



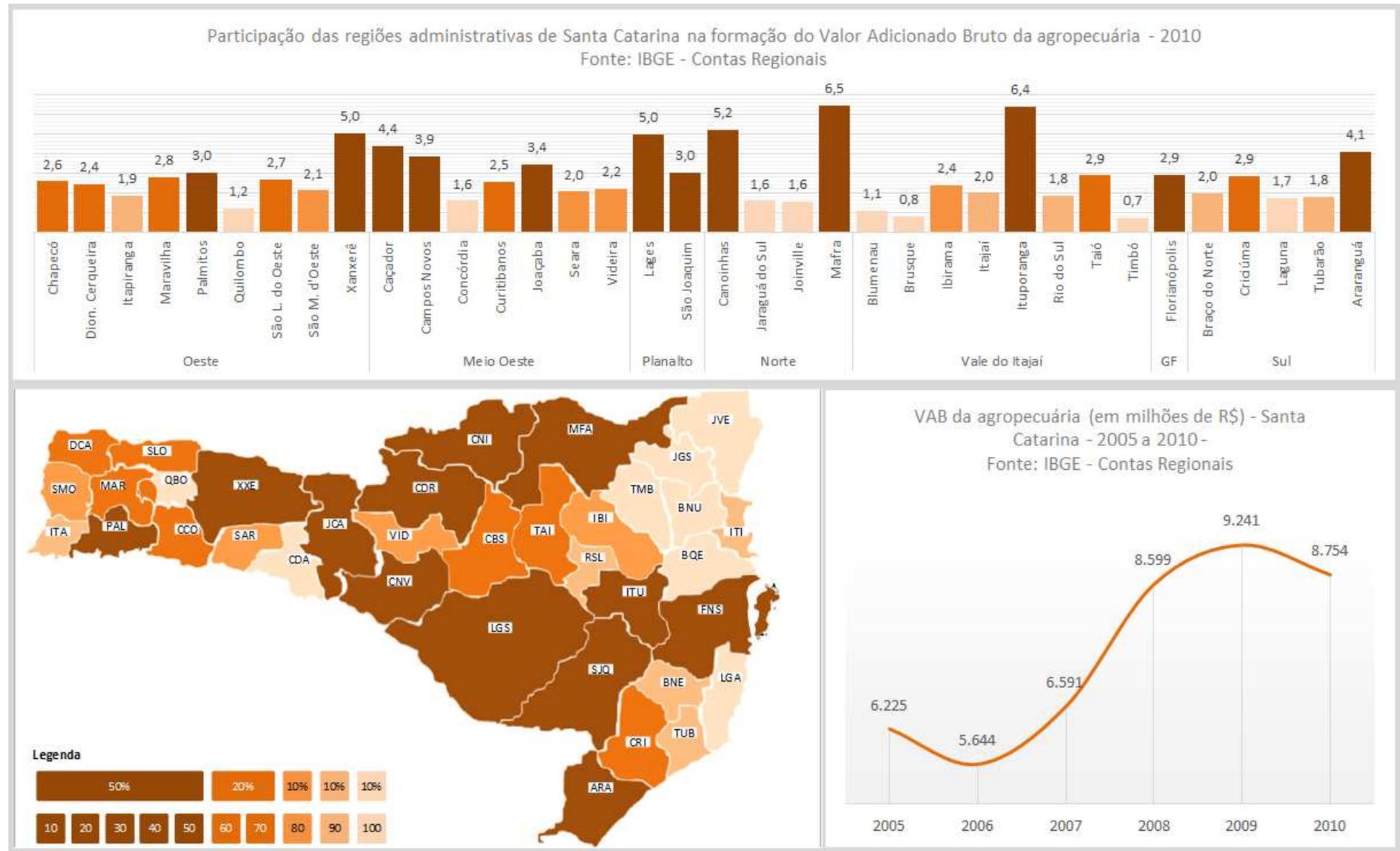
Fonte: IBGE - FAM e LSPA abril 2013

GRÁFICO 4-2 - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PECUÁRIOS - SANTA CATARINA – 2005 A 2012



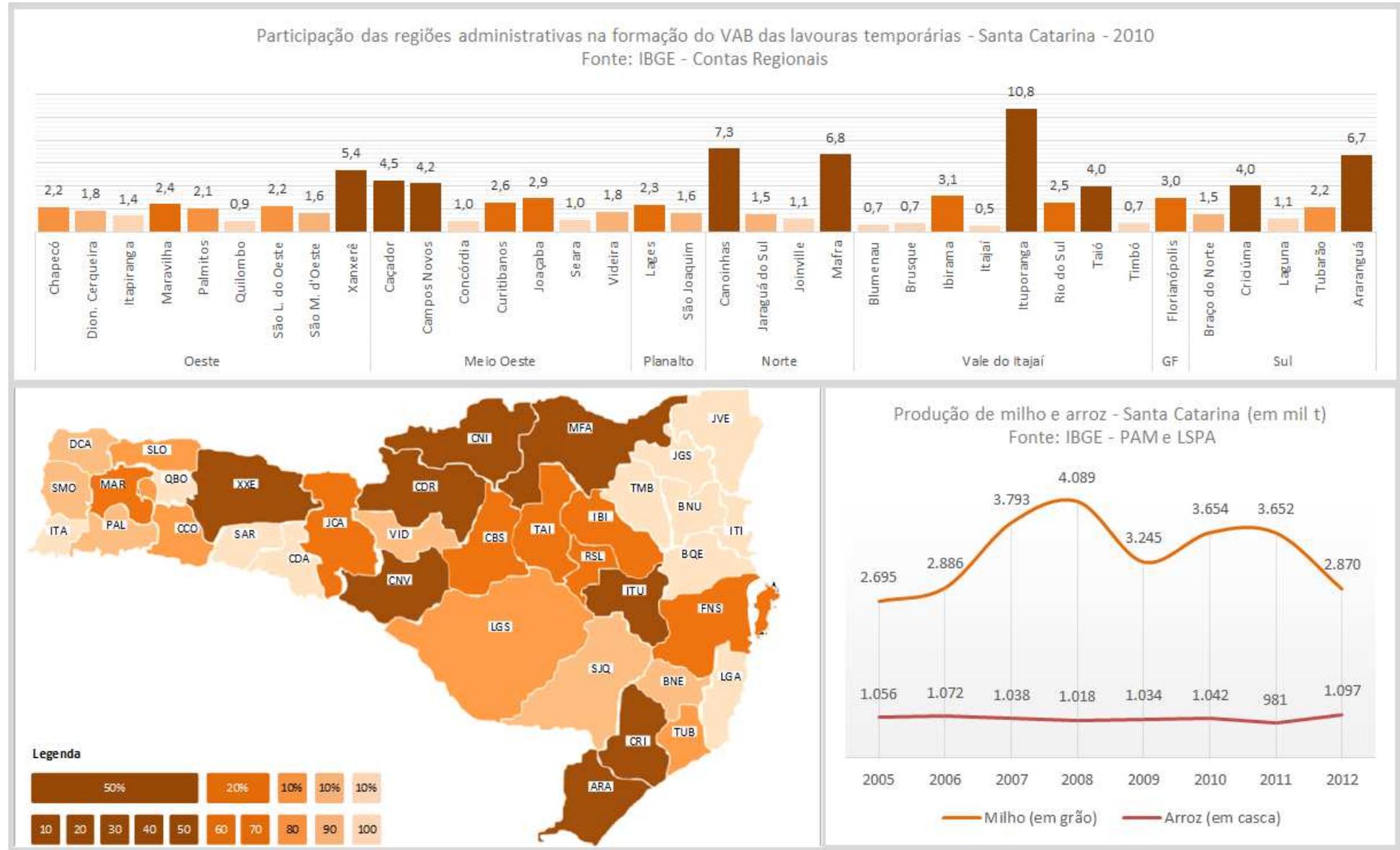
4.5.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA

Valor que as atividades da agropecuária acrescentam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades da agropecuária.



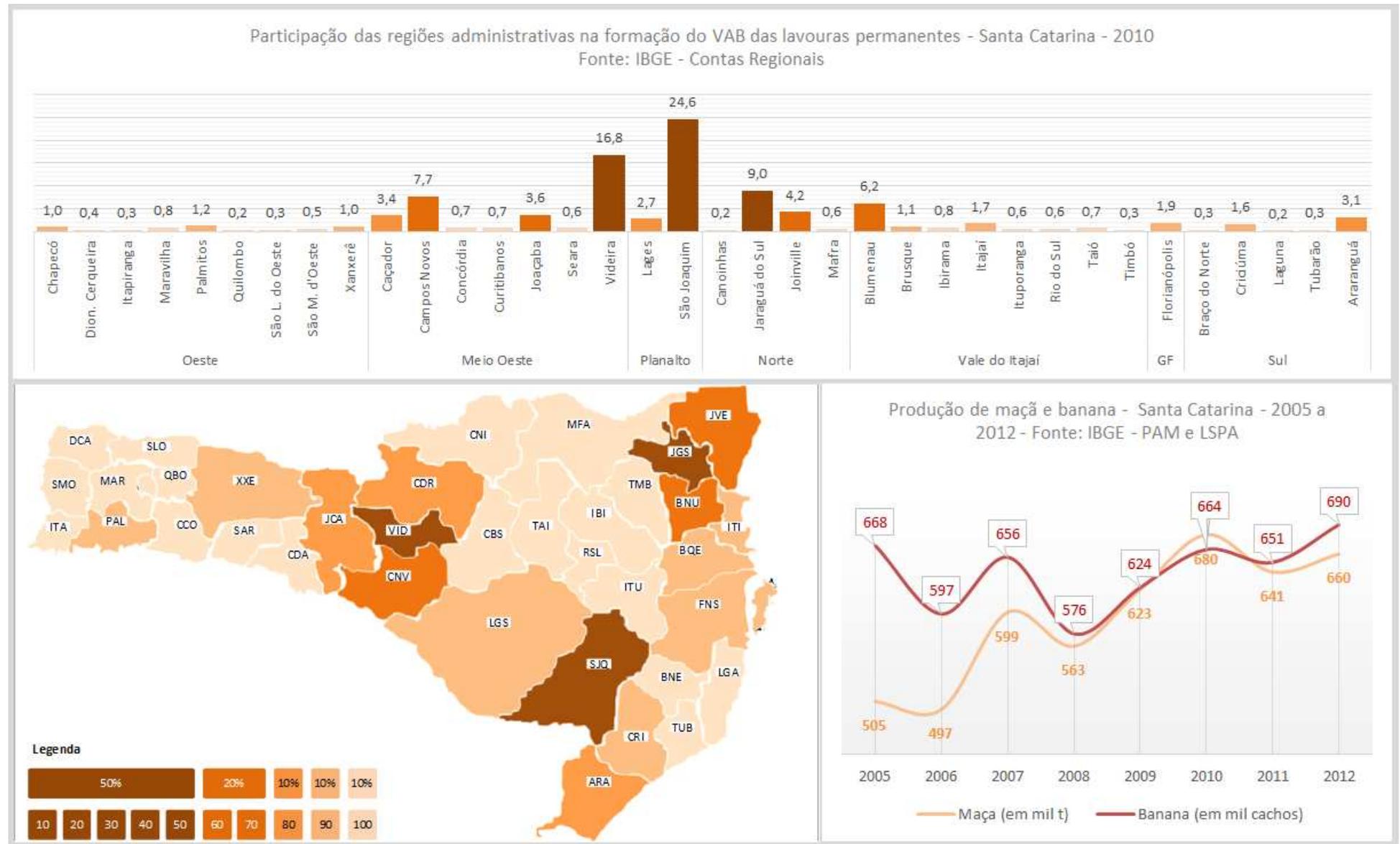
4.5.2 VALOR ADICIONADO BRUTO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS

Valor que as lavouras temporárias acrescentam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades das lavouras temporárias.



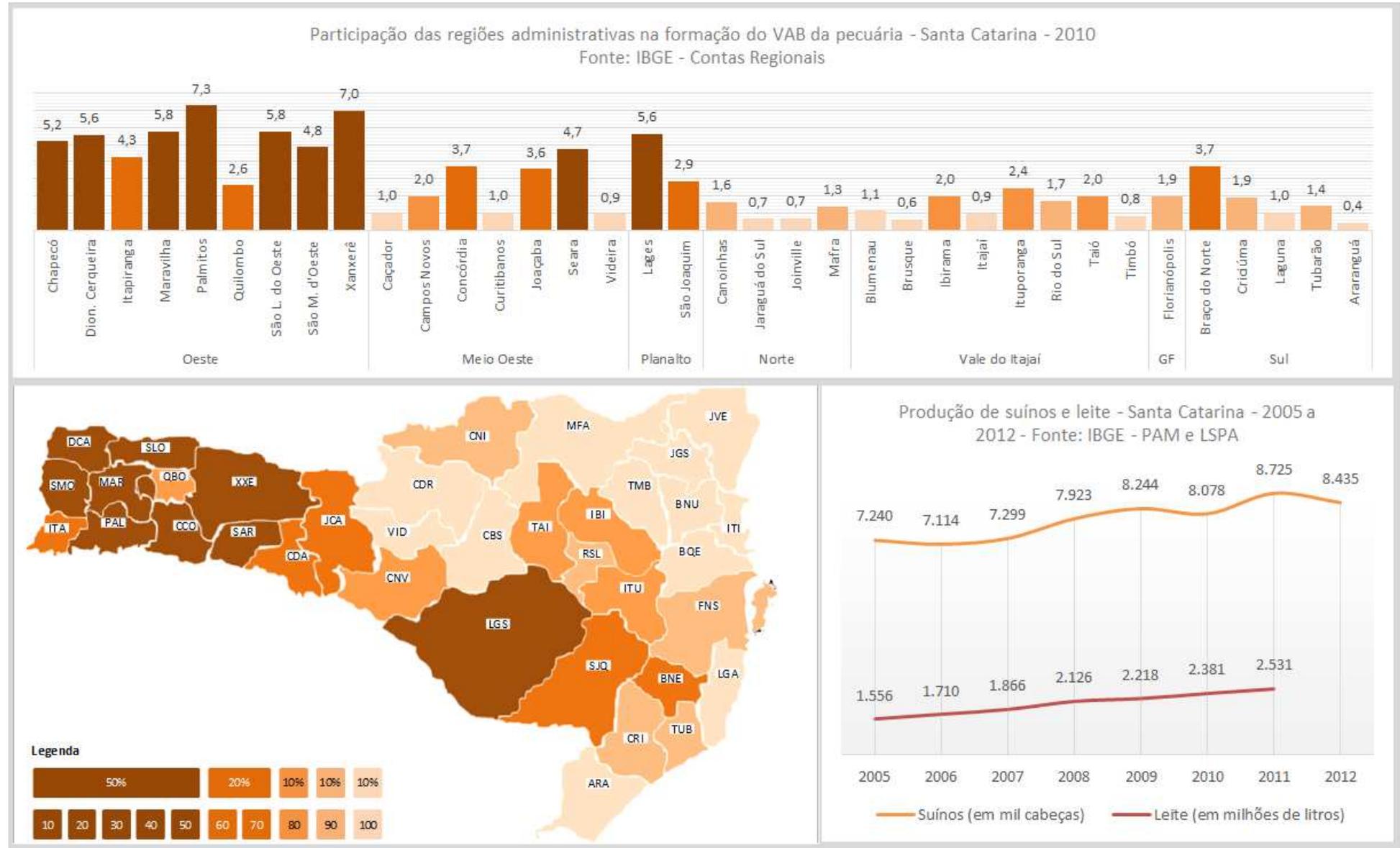
4.5.3 VALOR ADICIONADO BRUTO DAS LAVOURAS PERMANENTES

Valor que as lavouras permanentes acrescentam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades das lavouras permanentes (fruticultura).



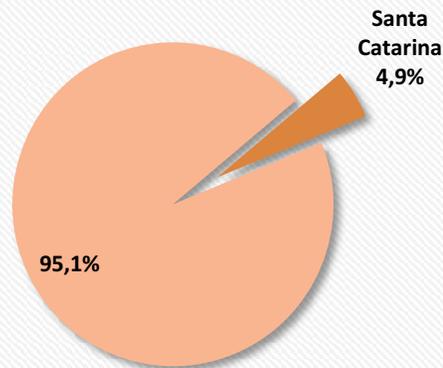
4.5.4 VALOR ADICIONADO BRUTO DA PECUÁRIA

Valor que a pecuária acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades da pecuária.



4.5.5 VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA

Participação de Santa Catarina no VAB da indústria brasileira - 2010 -
Fonte: IBGE - Contas Regionais

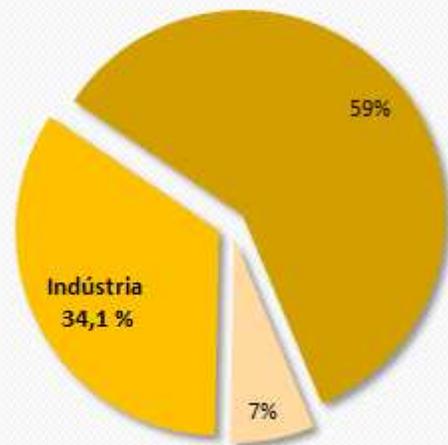


O parque industrial catarinense gerou, em 2010, 4,92% do VAB da indústria brasileira, sendo 5,6% da indústria de transformação, 6,7% dos serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e 4,1% da produção da construção civil.

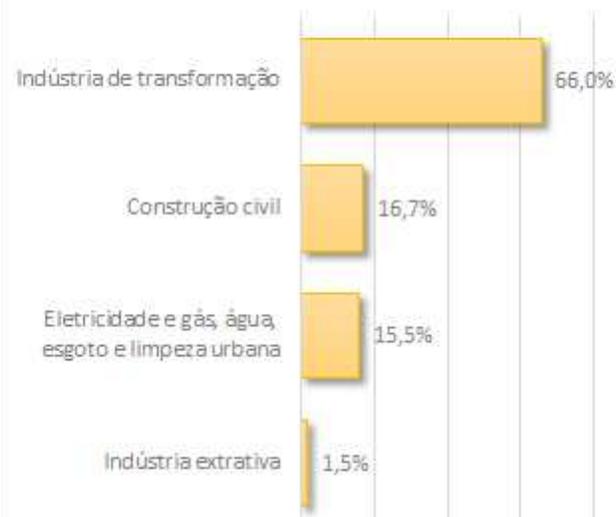
Em 2010, a indústria contribuiu com 34,1% do valor adicionado bruto da economia catarinense. Neste montante, além da indústria de transformação, estão incluídas a indústria extrativa, a construção civil e a produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. A indústria da transformação gerou 66,2% do VAB do setor e suas características são de uma produção diversificada e distribuída pelo território estadual, sendo um dos maiores parques industriais do país e tem influência marcante sob os demais setores. Tem, também, fundamental importância social e na geração de divisas ao Estado.

Apesar das características de diversidade e distribuição, o parque industrial catarinense tem expressiva concentração nas regiões litorâneas, especialmente no Litoral Norte e Vale do Itajaí, onde predominam os setores de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, vestuário, mobiliário, cristais, como também os setores têxtil e naval. Na Região de Criciúma destaca-se o setor cerâmico, de carvão, de vestuário e de descartáveis plásticos, enquanto na Grande Florianópolis, o tecnológico.

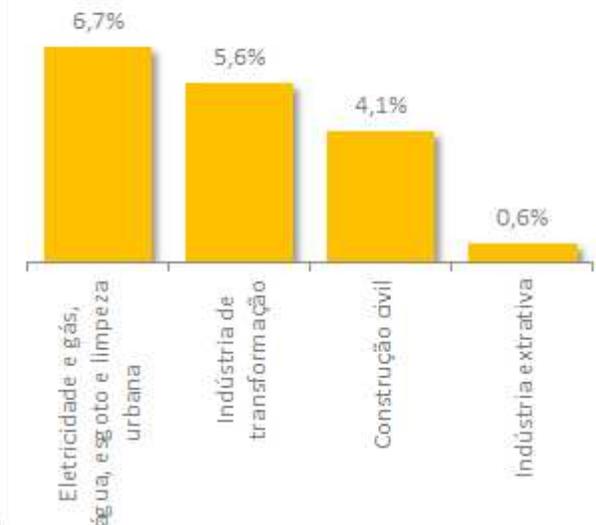
Participação da indústria no VAB de SC - 2010
Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC



Participação dos subsetores na formação do VAB da indústria catarinense - 2010.
Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC

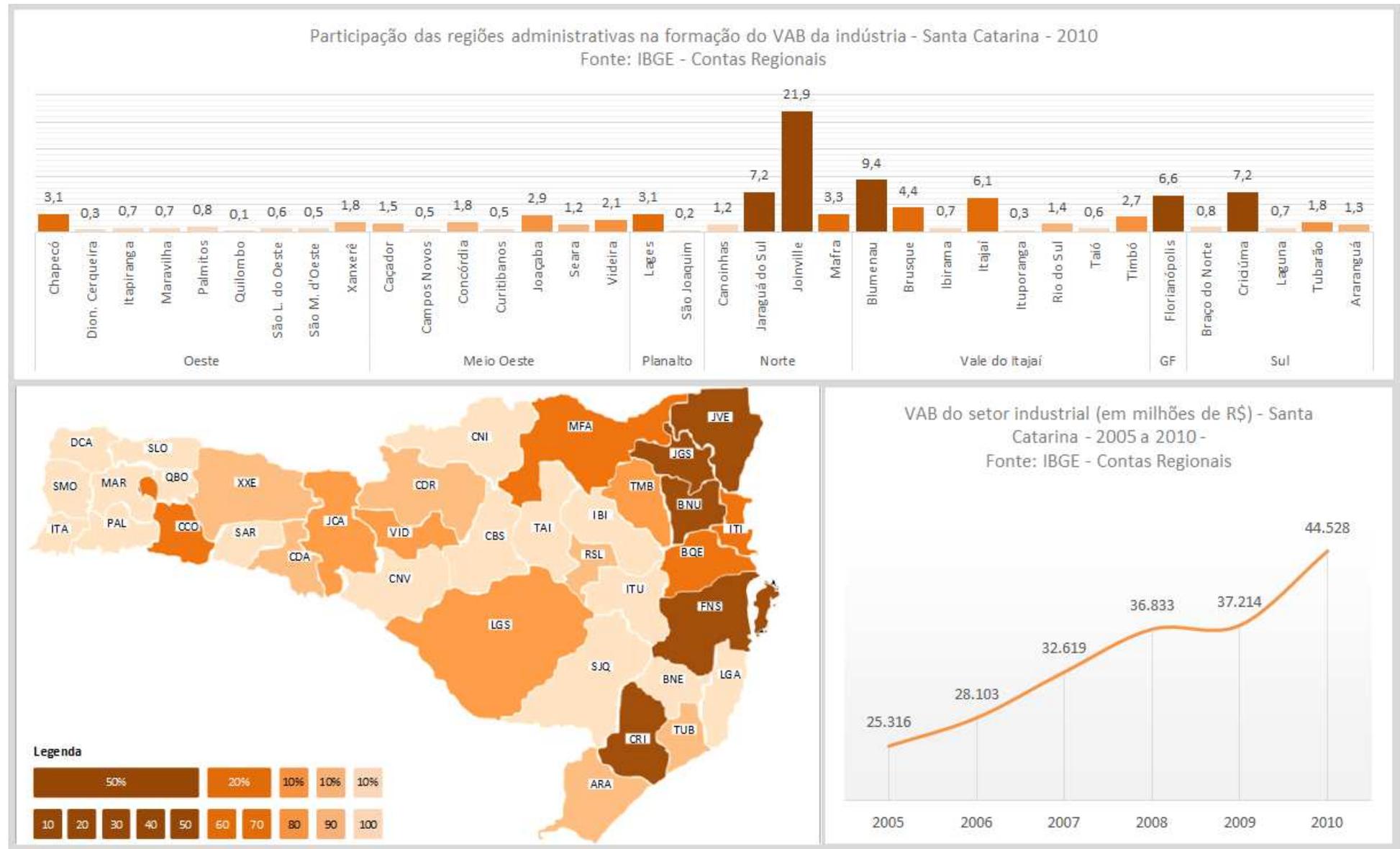


Participação de Santa Catarina no VAB dos subsetores da indústria brasileira - 2010 -
Fonte: IBGE - Contas Regionais e SPG/SC



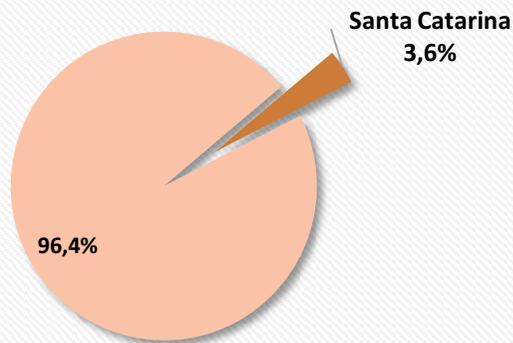
4.5.6 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VAB DA INDÚSTRIA

Valor que as atividades industriais acrescentam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades da indústria, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.



4.5.7 VALOR ADICIONADO BRUTO DE SERVIÇOS

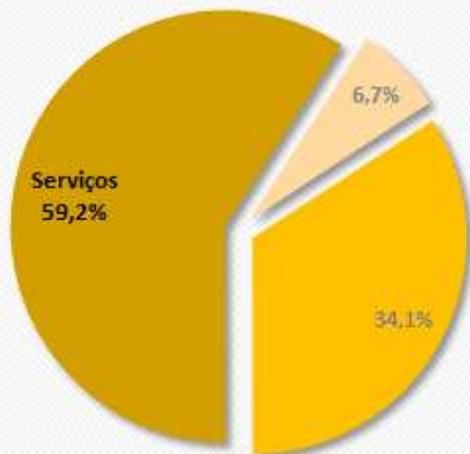
Participação de Santa Catarina no VAB de serviços no Brasil - 2010 - Fonte: IBGE - Contas Regionais



O setor de serviços é o que mais ganhou participação no PIB entre 2005 e 2010 em Santa Catarina, passando de 57,7% para 59,2% no período. Os subsetores que mais contribuíram para esse crescimento foram o comércio, a intermediação financeira e a administração pública.

Assim como a indústria, o setor de serviços está bastante concentrado nas regiões litorâneas. A Grande Florianópolis, que concentra a administração pública, os serviços de saúde e educação, o comércio, os serviços financeiros e turísticos do Estado é a de maior expressão, representando 17% do PIB de serviços. A regional de Itajaí (serviços portuários), Joinville (comércio e outros) e Blumenau (diversos), respondem, respectivamente, por 15,4%, 12,9% e 7,8% do valor adicionado dos serviços. Juntas, essas 4 regiões produzem 53,1% da produção de serviços do Estado.

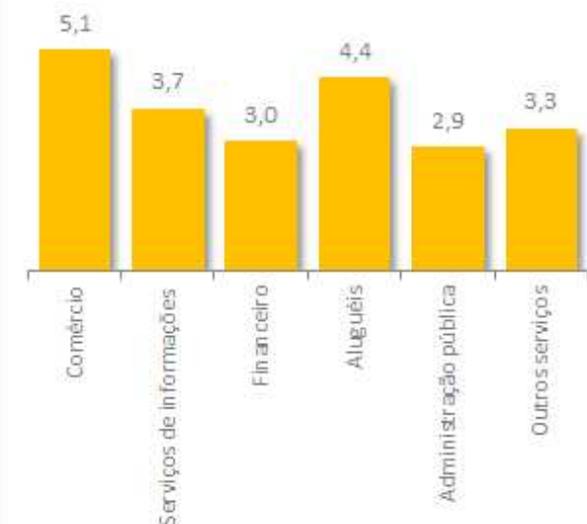
Participação dos serviços no VAB de SC - 2010 - Fonte: IBGE - Contas Regionais



Participação dos subsetores na formação do VAB de serviços - 2010
Fonte: IBGE - Contas Regionais

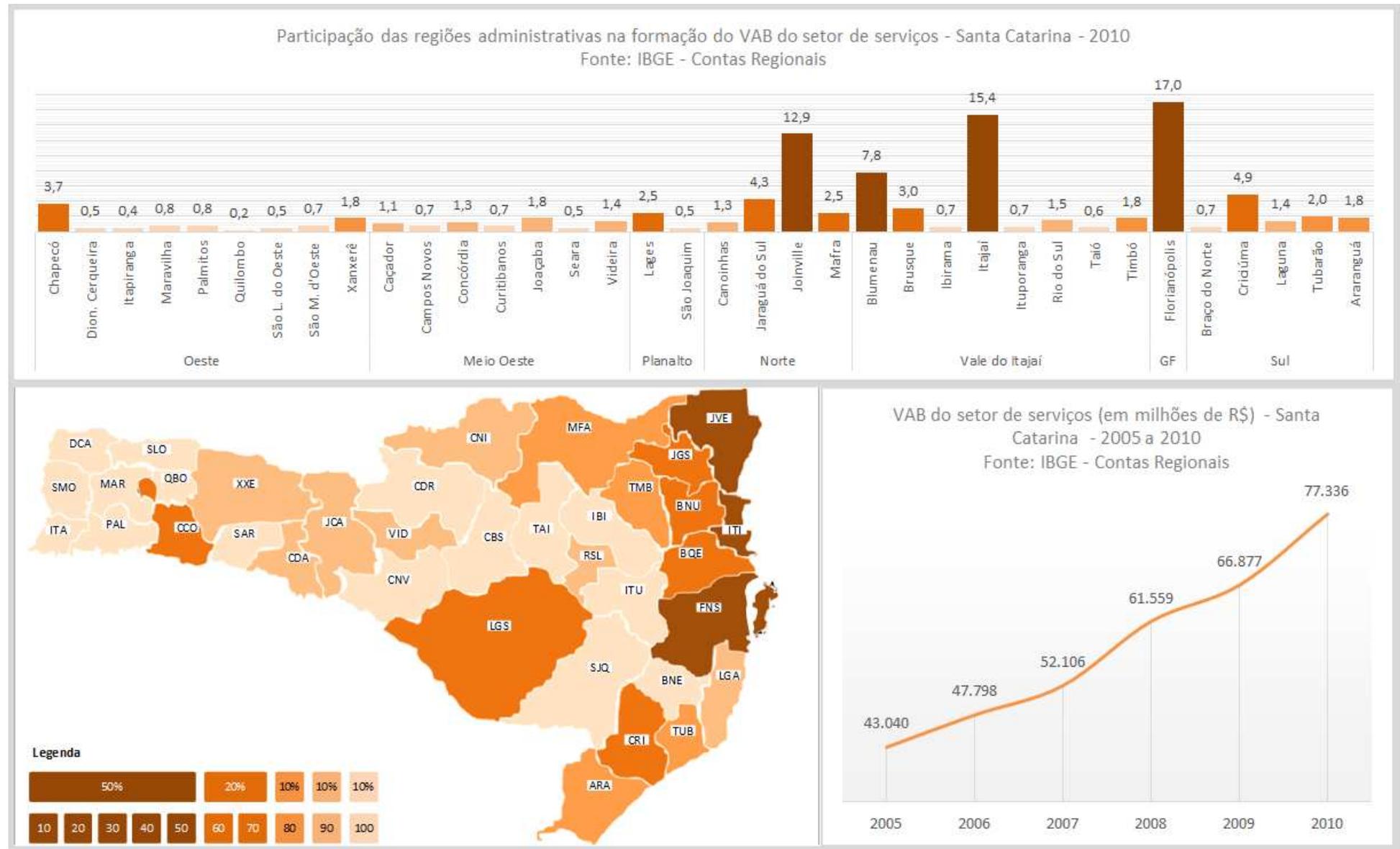


Participação de Santa Catarina na formação do VAB dos subsetores de serviços no Brasil - 2010 - Fonte: IBGE - Contas Regionais



4.5.8 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VAB DO SETOR DE SERVIÇOS

Valor que as atividades classificadas como serviços acrescentam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades de serviços, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.



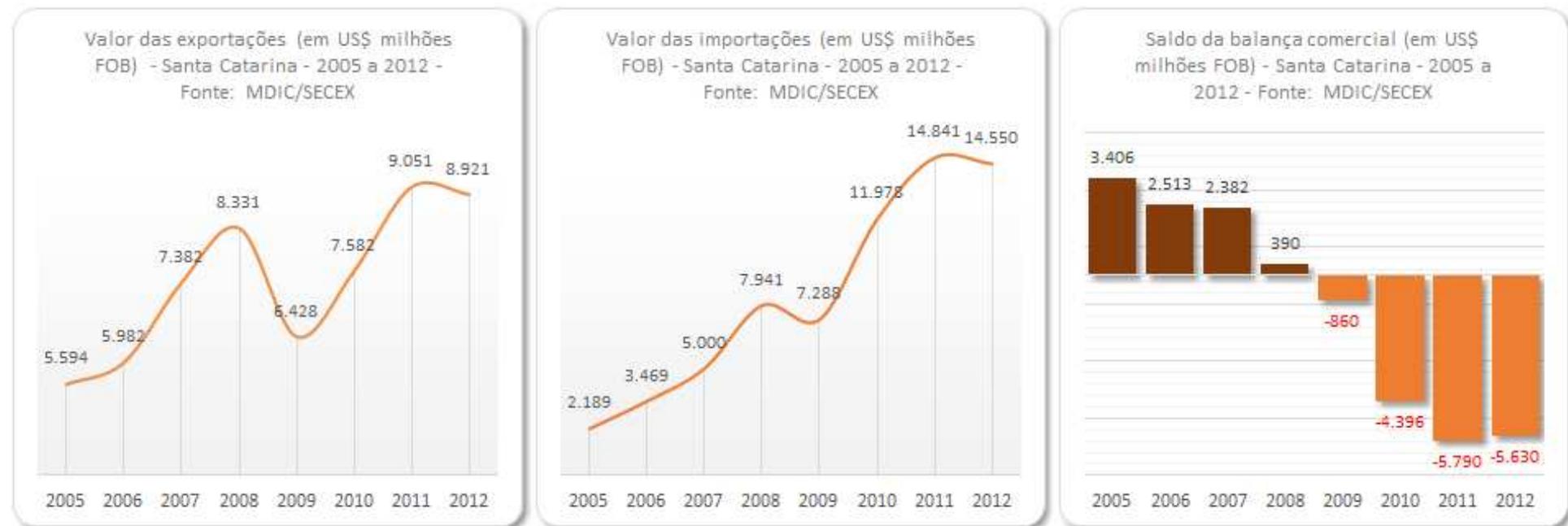
5 BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contabiliza as importações e exportações de bens entre os países. No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC contabiliza tais informações por Estado onde entram ou saem tais produtos. Assim podemos observar a evolução do setor, a participação do Estado no comércio exterior do país, bem como a composição dos produtos desse mercado.

TABELA 5-1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES – SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADOR	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor das exportações (US\$ milhões FOB)	5.594,24	5.982,11	7.381,84	8.331,09	6.427,66	7.582,02	9.051,04	8.920,65
Valor das importações (US\$ milhões FOB)	2.188,54	3.468,77	5.000,22	7.940,72	7.288,15	11.978,11	14.840,95	14.550,22
Saldo da balança comercial (US\$ milhões FOB)	3.405,70	2.513,34	2.381,62	390,37	- 860,49	-4.396,08	-5.789,91	- 5.629,57
Taxa de crescimento das exportações (%)	15,05	6,93	23,4	12,86	-22,85	17,96	19,38	-1,44
Taxa de crescimento das importações (%)	45,04	58,5	44,15	58,81	-8,22	64,35	23,9	-1,96

Fonte: MDIC – SECEX



5.1 EXPORTAÇÕES

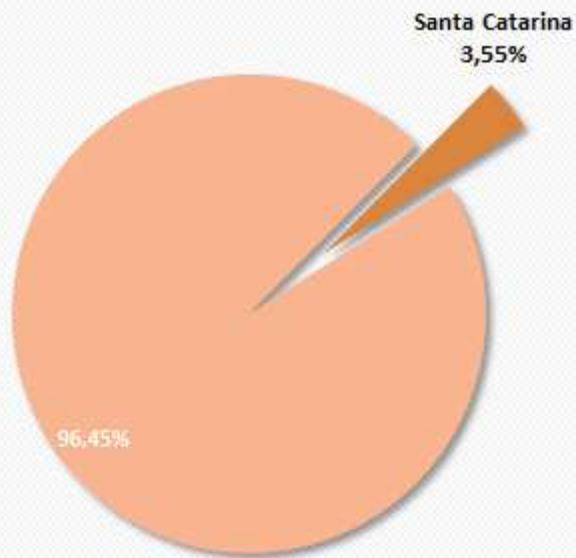
Estrutura do valor das exportações (%) - Santa Catarina
2005 e 2012 - Fonte: MDIC - SECEX



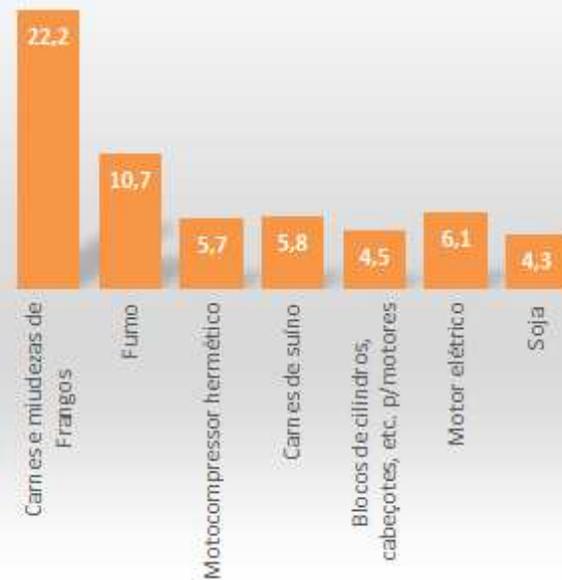
Em 2012, Santa Catarina exportou 3,5% do valor total das exportações brasileiras. O destino das exportações do Estado é bastante diversificado e tem um razoável equilíbrio das vendas nas mais diversas regiões do Mundo. Neste último ano, os EUA foi o principal destino, com 11,41% do total exportado, seguido pela Argentina, China, Holanda e Japão.

Os produtos agroindustriais são preponderantes nas vendas externas, onde também se destacam máquinas e equipamentos industriais. Considerando-se a estrutura das exportações em 2005 e em 2012, observa-se a queda da participação de produtos manufaturados na pauta total, que passa de 64,3% para 49,8% no período, enquanto sobe a parcela de produtos básicos.

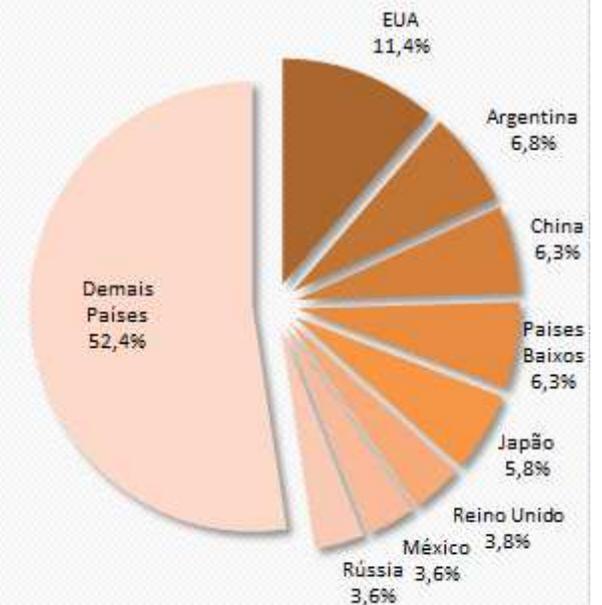
Participação de Santa Catarina nas
exportações brasileiras - 2012



Participação (%) no valor total das
exportações dos principais produtos
exportados por Santa Catarina - 2012



Principais destinos das exportações
catarinenses - 2012



5.2 IMPORTAÇÕES

Estrutura das importações (%) - Santa Catarina - 2005 e 2012 - Fonte: MDIC/SECEX



Santa Catarina importa pelos seus portos 6,12% do total importado pelo Brasil.

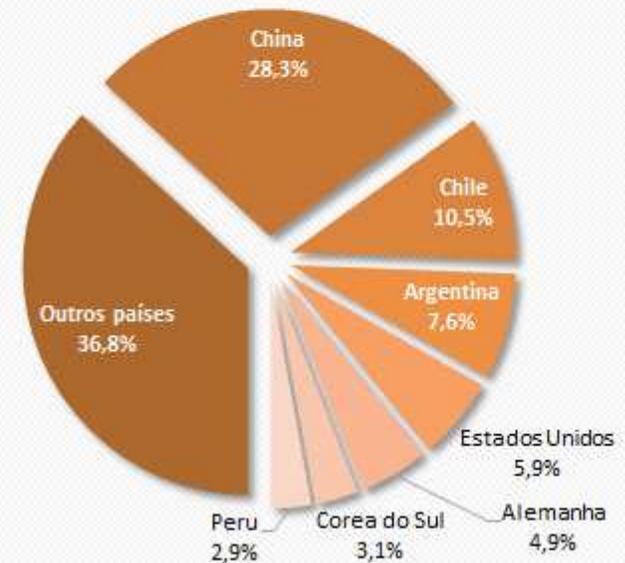
O principal país de origem dos produtos importados é a China, que responde por quase 1/3 do total importado. Argentina e Chile aparecem em 2º e 3º lugar entre os principais fornecedores.

Os produtos importados são bastante diversificados, predominando os insumos industriais. Observa-se um crescimento das importações de produtos manufaturados de 2005 para 2012.

Participação de Santa Catarina nas importações brasileiras - 2012



Origem das importações catarinenses (%) - principais países - 2012 - Fonte: MDIC/SECEX



6 EMPRESAS

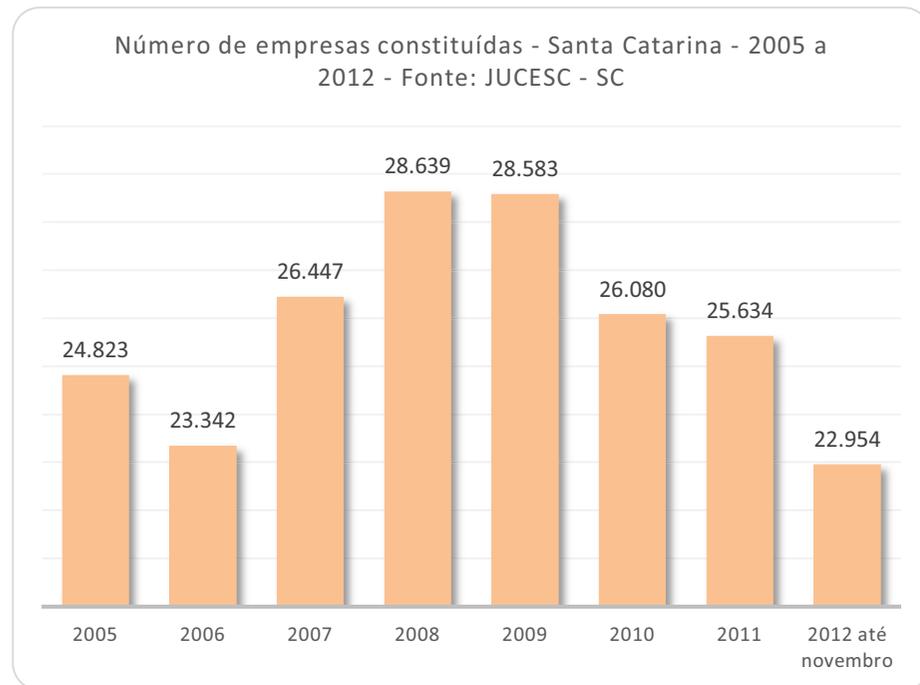
O número de empresas oficialmente constituídas e liquidadas na Junta Comercial de Santa Catarina, de 2006 a 2012. Observa-se que entre 2005 e 2012 ocorreu, em média, a criação líquida de 15.610 empresas por ano, no Estado.

TABELA 6-1 – CONSTITUIÇÕES E EXTINÇÕES DE EMPRESAS - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

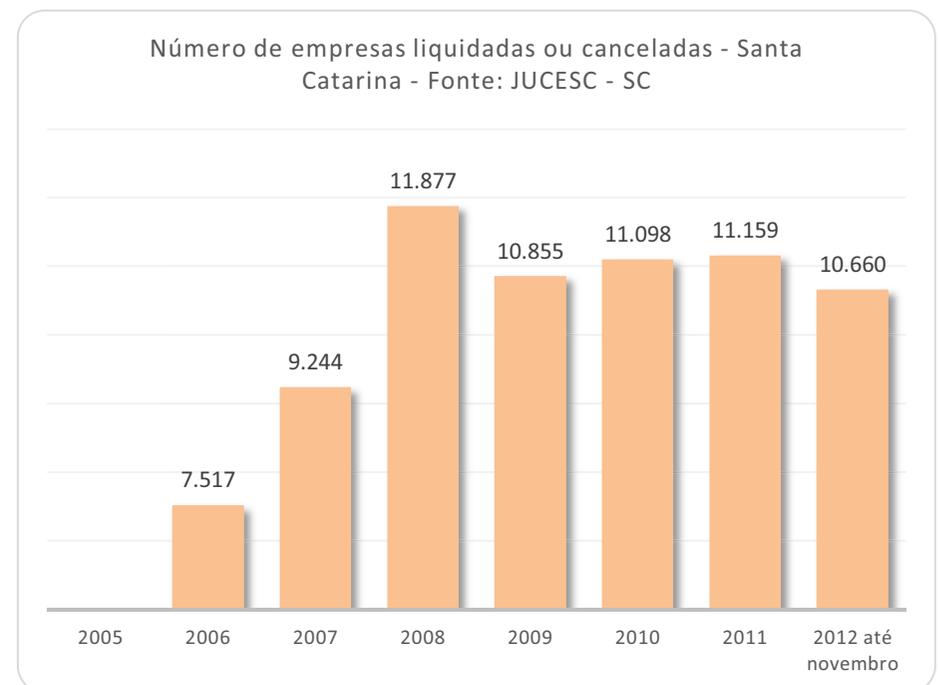
Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de empresas constituídas em Santa Catarina	24.823	23.342	26.447	28.639	28.583	26.080	25.634	22.954
Número de empresas liquidadas ou canceladas em Santa Catarina		7.517	9.244	11.877	10.855	11.098	11.159	10.660

Fonte: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

6.1.1 NÚMERO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS - SANTA CATARINA – 2005 A 2012



6.1.2 NÚMERO DE EMPRESAS LIQUIDADAS OU CANCELADAS - SANTA CATARINA – 2005 A 2012



7 EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

O tamanho de uma população, a sua estrutura etária e a disposição dessa população para participar do mercado de trabalho são fatores que determinam a oferta de mão de obra na economia. Segundo as informações coletadas pelo IBGE – PNAD em 2011, Santa Catarina tinha uma população de 6,3 milhões de pessoas, sendo que 55,7% foram consideradas População Economicamente Ativa, isto é, cerca de 3,5 milhões de indivíduos.

7.1 INDICADORES DE EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

TABELA 7-1 – PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO SANTA CATARINA – 2005 A 2012

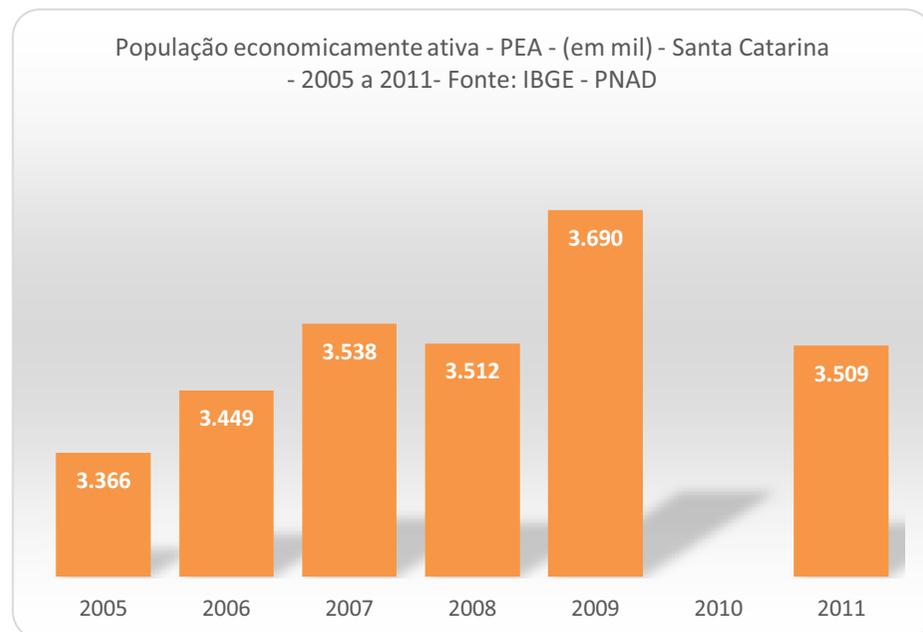
INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
FORÇA DE TRABALHO (*)								
PEA - População Economicamente Ativa (em mil)	3.366	3.449	3.538	3.512	3.690	..	3.509	
MERCADO DE TRABALHO (**)								
Número de estabelecimentos com vínculos em 31/12	150.881	159.013	166.454	175.884	183.963	193.129	202.810	
Número de empregados no mercado formal total	1.486.969	1.598.454	1.697.800	1.777.604	1.838.334	1.969.654	2.061.577	
Número de empregados no mercado formal - feminino	607.141	666.202	717.726	763.086	796.320	862.060	906.874	
Número de empregados no mercado formal - Masculino	879.828	932.252	980.074	1.014.518	1.042.014	1.107.594	1.154.703	
Participação da mulher no mercado formal de emprego	40,8	41,7	42,3	42,9	43,3	43,8	44,0	
Taxa de crescimento do emprego formal	5,7	7,5	6,2	4,7	3,4	7,1	4,7	
Proporção da população economicamente ativa (PEA) com emprego formal	44,2	46,3	48,0	50,6	49,8		58,8	
RENDIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO (**)								
Remuneração média mensal em SM no ano	3,3	3,0	2,8	2,9	2,8	2,7	2,8	
Contribuintes do Sistema de Previdência Social (em mil)	1.945	2.060	2.271	2.233	2.442	..	2.557	

Fonte: (*) IBGE – PNAD e (**) MTE – CAGED Anuário RAIS

7.2 FORÇA DE TRABALHO

7.2.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Compreende o potencial de mão de obra à disposição do setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definida: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).



As pessoas ocupadas são classificadas em:

Empregados - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

Conta própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.

Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.

Não remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

7.3 MERCADO DE TRABALHO

Em Santa Catarina, pelas características de distribuição da atividade econômica, o emprego formal é concentrado nas regiões litorâneas. A Grande Florianópolis, por concentrar os serviços e a produção tecnológica foi a que mais gerou empregos no Estado em 2012. Depois da Capital, as regiões de Joinville, Itajaí, Blumenau e Criciúma foram respectivamente as que mais geraram empregos formais e, juntas, respondem por 53% do emprego no Estado. Observando-se a taxa de crescimento do emprego entre 2005 e 2012, fica evidenciada uma melhor distribuição da geração do emprego entre as diversas regiões administrativas do Estado, destacando-se regiões do Planalto Serrano (Sul e Norte), Vale do Itajaí e Sul do Estado. Nesta análise, vale lembrar, torna-se importante considerar a base de empregos existentes.

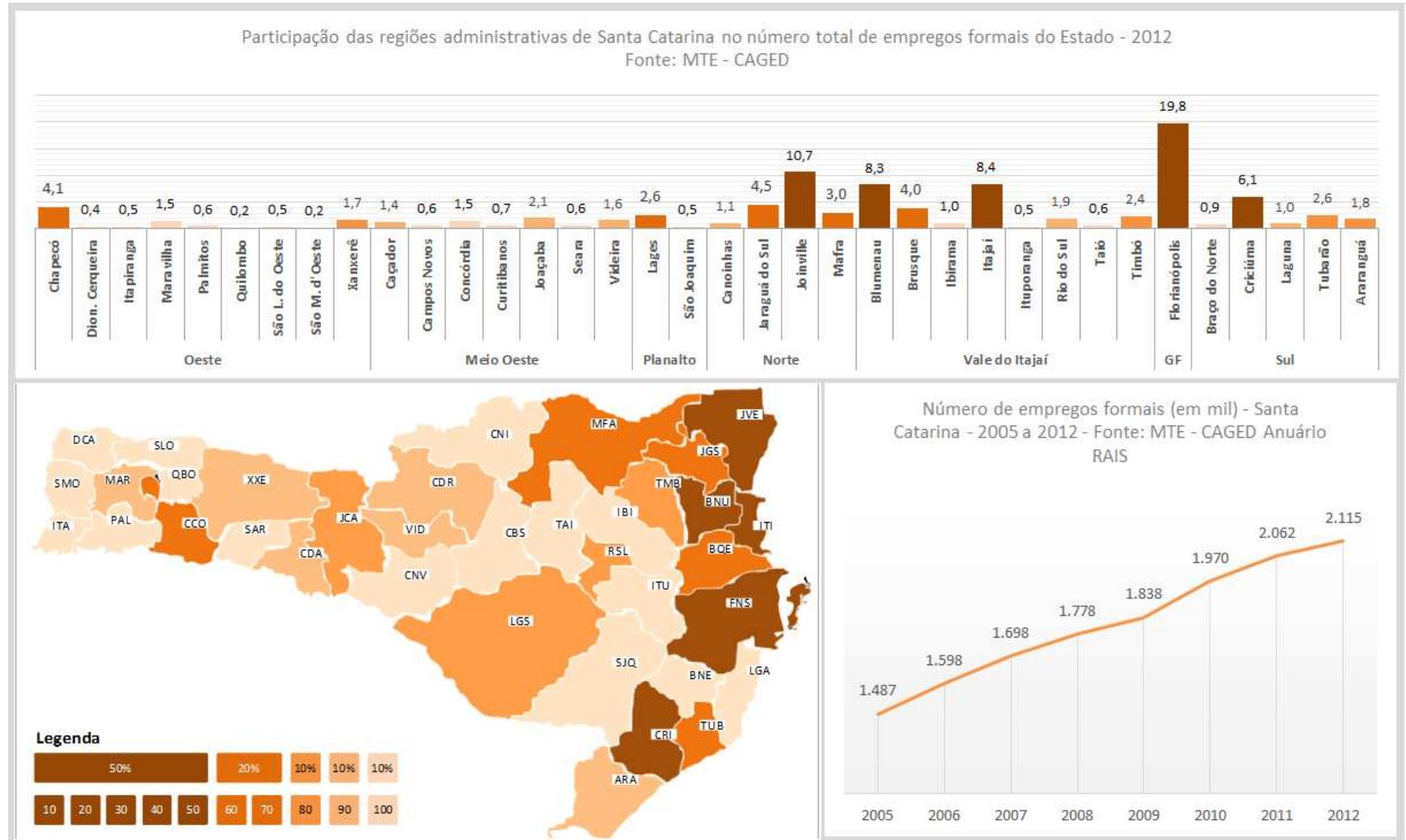
O volume de emprego cresceu quase 40% no período considerado, atingindo 2.061.577 empregos. Considerando-se a taxa geral de crescimento do emprego no Estado, observa-se uma evolução positiva em todo o período, embora haja sensíveis oscilações, especialmente nos anos de crise econômica de 2009 e 2012.

O comércio varejista, a administração pública e os profissionais técnicos aparecem como os maiores subsetores geradores de emprego. No subsetor industrial, a indústria têxtil e de alimentos eram as que mais empregavam no Estado.

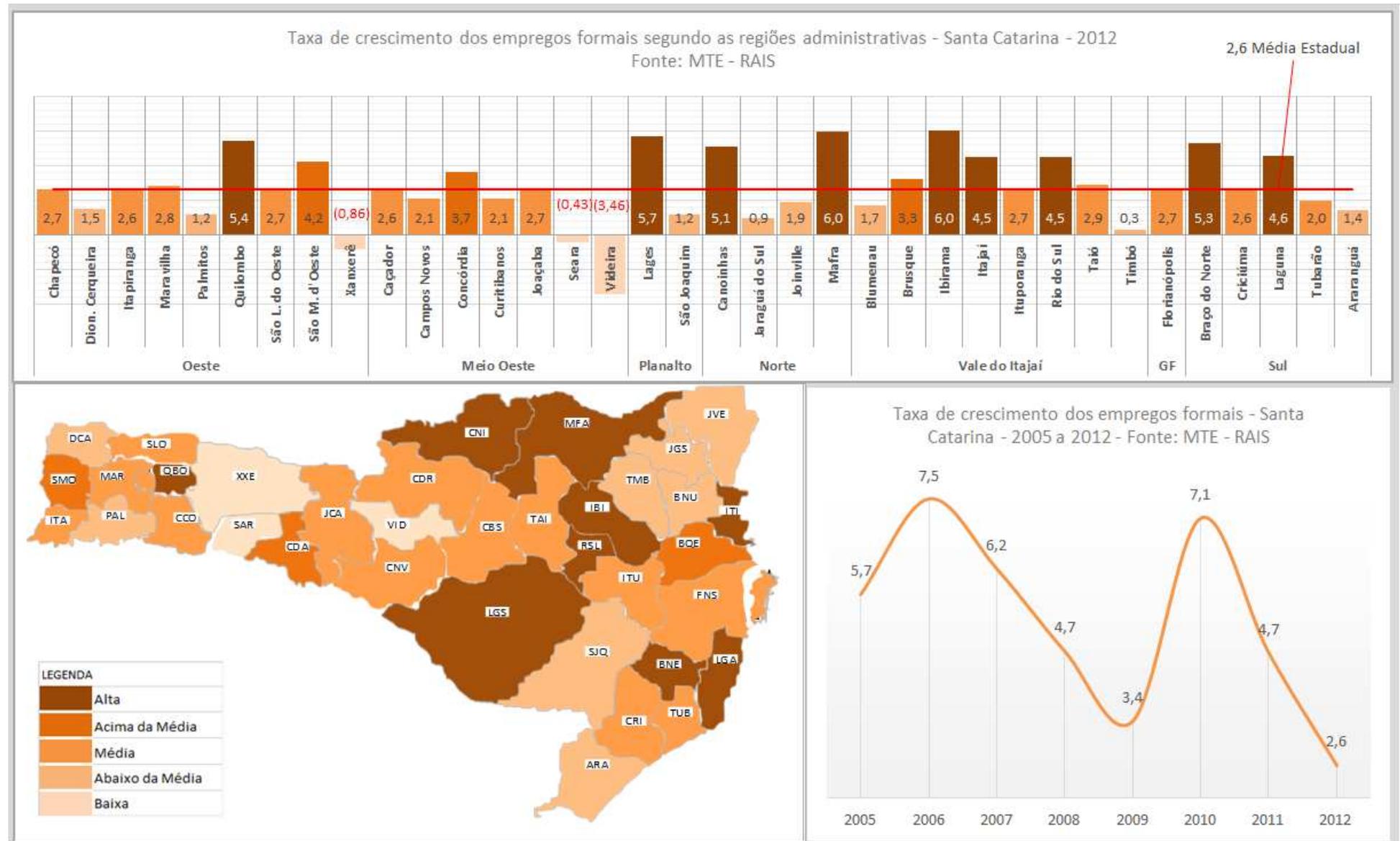
A grande maioria dos trabalhadores catarinenses percebia, em média, entre 1 e 5 salários mínimos mensais.

7.3.1 NÚMERO DE EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL DE SANTA CATARINA

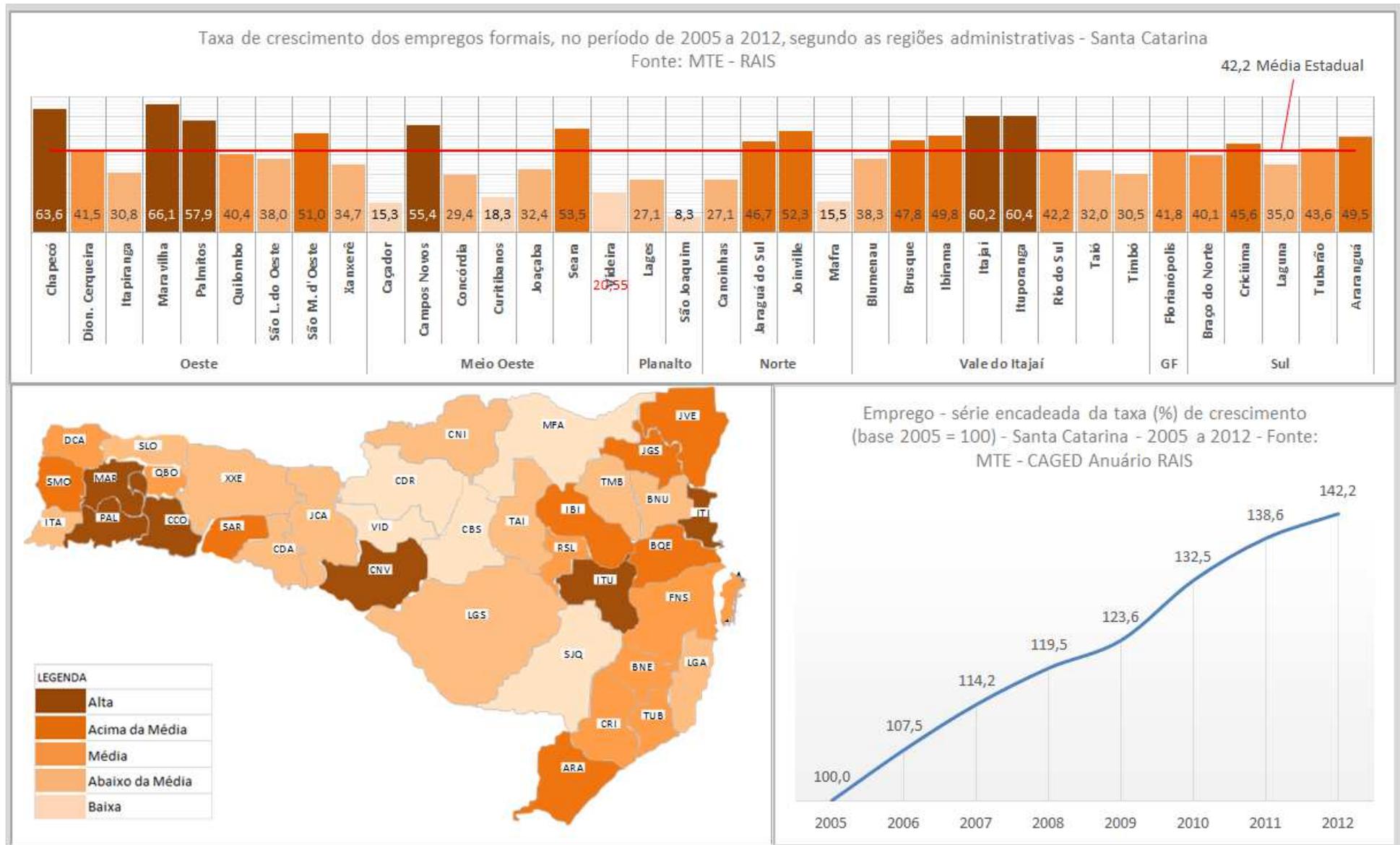
Refere-se ao total de vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho.



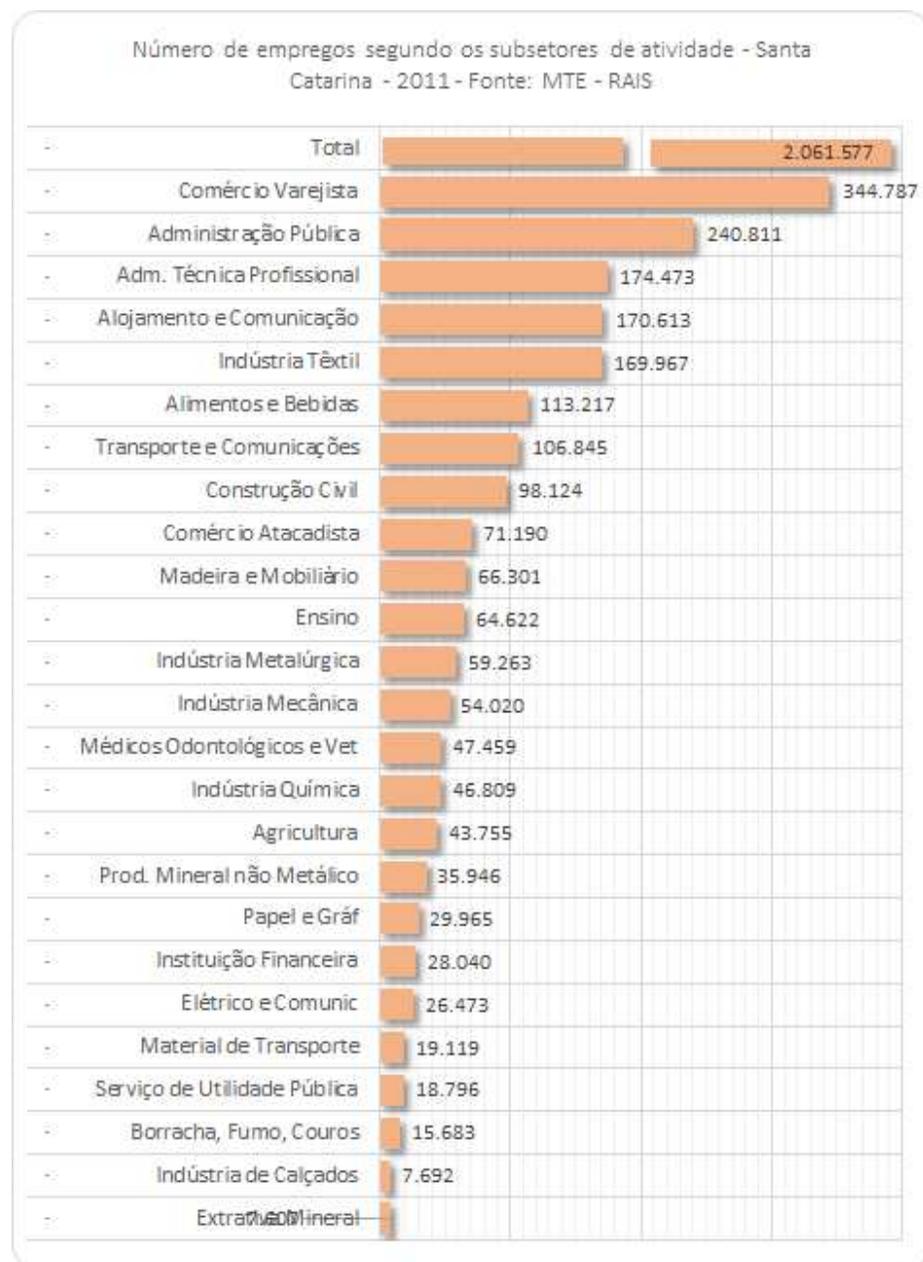
7.3.2 TAXA DE CRESCIMENTO DOS EMPREGOS FORMAIS



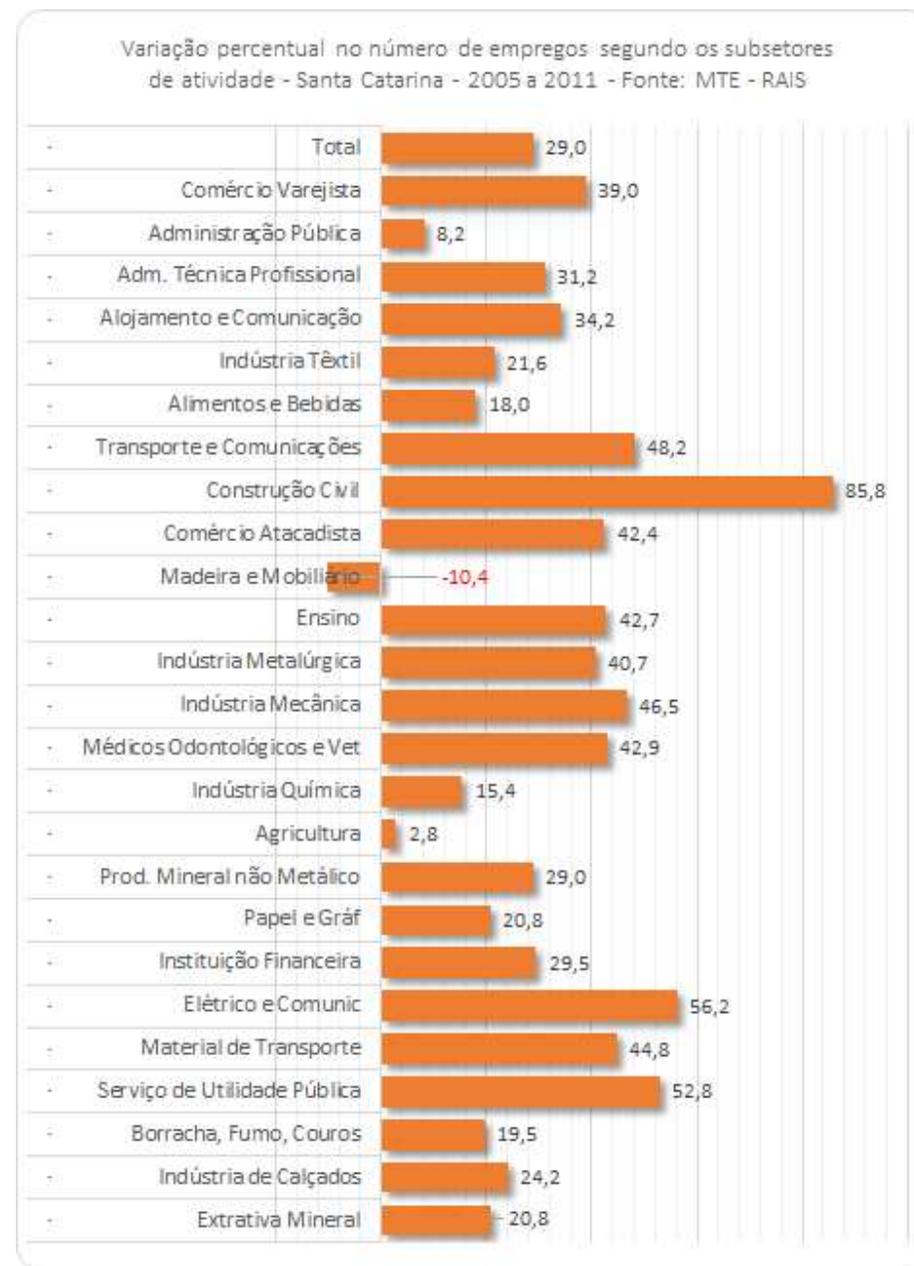
7.3.3 TAXA DE CRESCIMENTO DOS EMPREGOS FORMAIS DE 2005 A 2012



7.3.4 NÚMERO DE EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL, POR SUBSETORES DE ATIVIDADES EM SANTA CATARINA



7.3.5 VARIAÇÃO PERCENTUAL NO EMPREGO FORMAL, POR SUBSETOR DE ATIVIDADE 2005 A 2011 EM SANTA CATARINA

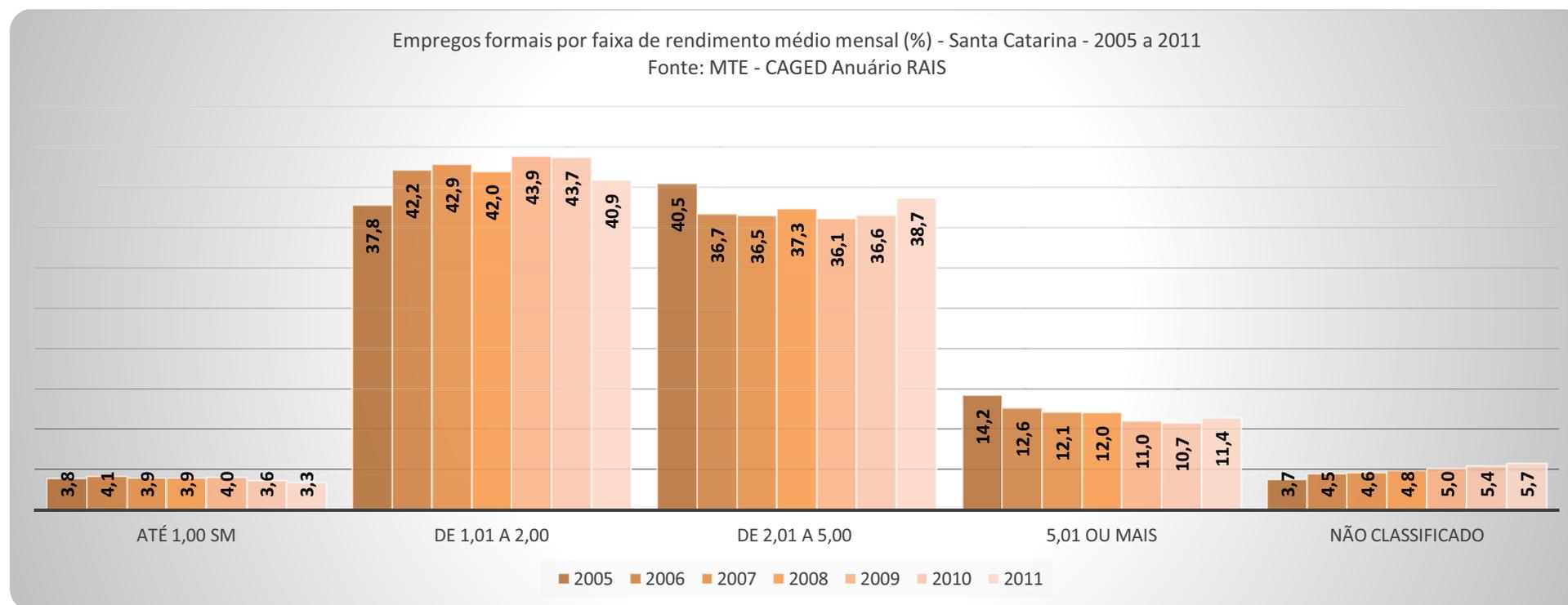


7.4 RENDIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO

TABELA 7-2 – TRABALHADORES ASSALARIADOS POR FAIXA DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL – SANTA CATARINA – 2005 A 2011

Faixas salariais (em salário mínimo)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Até 1,00 SM	56.820	65.609	66.863	69.297	72.669	70.342	68.277
De 1,01 a 2,00 SM	562.217	674.009	727.920	745.942	806.245	861.108	843.274
De 2,01 a 5,00 SM	602.056	586.177	620.099	663.298	663.827	720.635	797.169
5,01 SM ou mais	210.556	201.485	205.395	213.848	202.769	211.625	235.241
Não classificado	55.320	71.174	77.523	85.219	92.824	105.944	117.616
Total	1.486.969	1.598.454	1.697.800	1.777.604	1.838.334	1.969.654	2.061.577

Fonte: TEM – CAGED Anuário RAIS



Parte II

Na segunda parte do “CADERNO DE INDICADORES 2013” os objetivos são:



Temas abordados são:

Transporte

Energia

Educação

Saúde

Assistência e Proteção Social

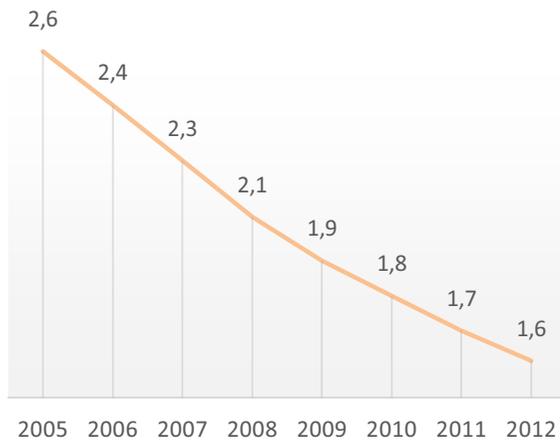
Segurança Pública

Gestão Pública

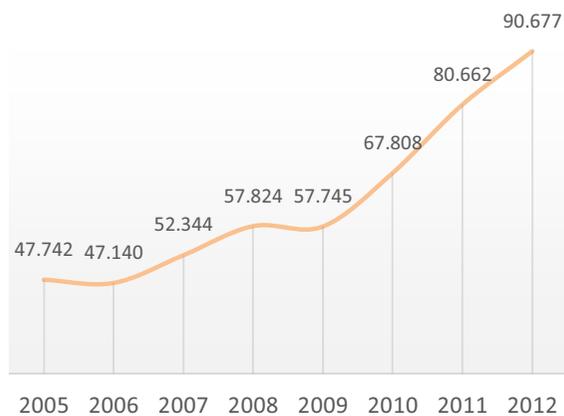
8 TRANSPORTE

8.1 PERFIL DA INFRAESTRUTURA DE SANTA CATARINA

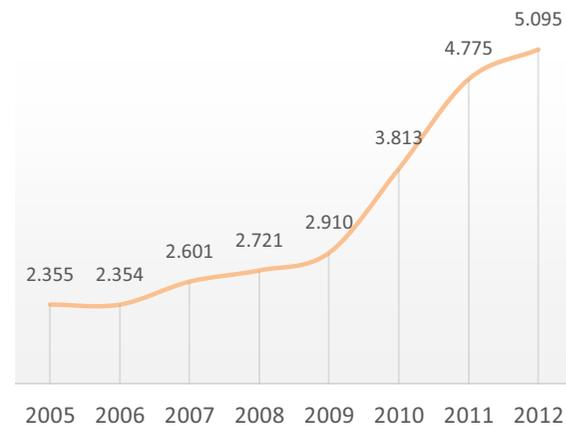
Número de habitantes por veículo - Santa Catarina - 2005 a 2012
Fonte: DENATRAN



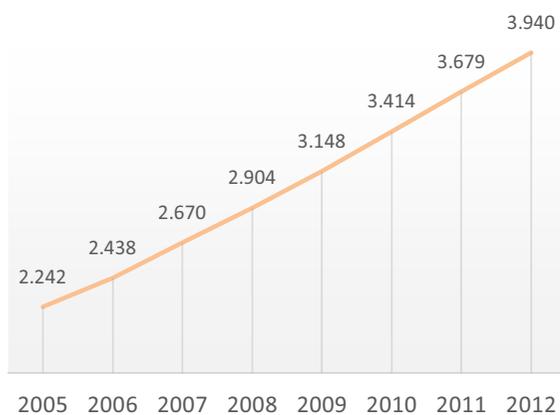
TRANSPORTE AÉREO - número de aeronaves (pousos e decolagens) - Santa Catarina - 2005 a 2012 - Fonte: INFRAERO



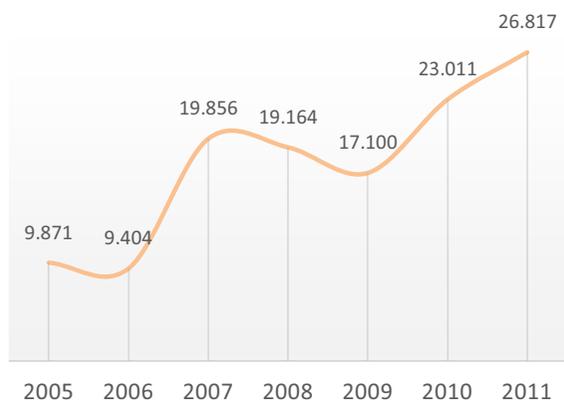
TRANSPORTE AÉREO - número de passageiros (embarques + desembarques) em SC - 2005 a 2012 (em mil) - Fonte: INFRAERO



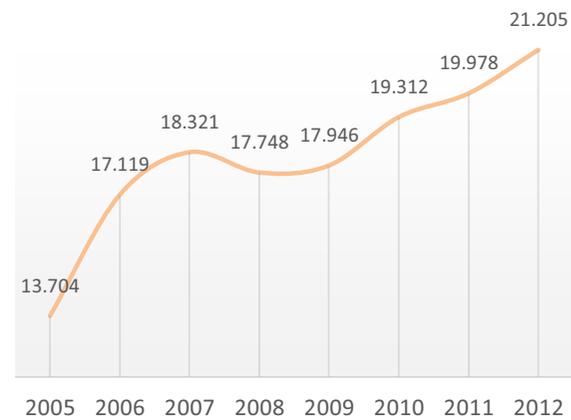
FROTA DE VEÍCULOS - número de veículos em Santa Catarina - 2005 a 2012 (em mil) - Fonte: DENATRAN



ENERGIA ELÉTRICA - geração elétrica - Santa Catarina - 2005 a 2011 (GWh)



ENERGIA ELÉTRICA - consumo de energia elétrica - Santa Catarina - 2005 a 2012 (em mil MWh) - Fonte: CELESC



8.2 TRANSPORTE AÉREO

Santa Catarina dispõe de dois aeroportos internacionais – o de Florianópolis e o de Navegantes, recentemente ampliado –, além de importantes aeroportos regionais, com linhas regulares e capacidade para aeronaves de médio porte, como é o caso de Joinville, Chapecó, Blumenau, Lages e Forquilha/Criciúma. Completando a excelente cobertura aérea do Estado, há ainda aeroportos em Caçador, Joaçaba, Dionísio Cerqueira e Xanxerê, além de aeroportos ou aeródromos para voos fretados em todas as regiões.

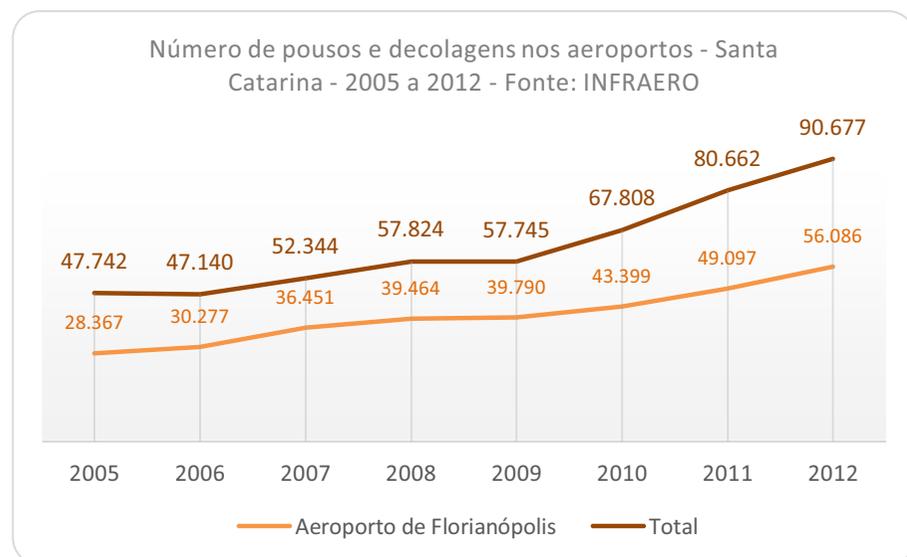
TABELA 8-1 - MOVIMENTO ANUAL DE AERONAVES (POUSOS + DECOLAGENS) E DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS - SANTA CATARINA - 2005 A 2012

INDICADORES / AEROPORTOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
NÚMERO DE POUSOS E DECOLAGENS DE AERONAVES	47.742	47.140	52.344	57.824	57.745	67.808	80.662	90.677
Florianópolis	28.367	30.277	36.451	39.464	39.790	43.399	49.097	56.086
Navegantes	9.864	9.245	8.806	11.705	12.124	16.094	21.662	24.485
Joinville	9.511	7.618	7.087	6.655	5.831	8.315	9.903	10.106
NÚMERO DE PASSAGEIROS (EM MIL)	2.355	2.354	2.601	2.721	2.910	3.813	4.775	5.095
Florianópolis	1.549	1.630	1.948	2.080	2.108	2.672	3.122	3.395
Navegantes	497	467	419	396	594	852	1.168	1.277
Joinville	309	257	234	245	208	289	485	423

Fonte: INFRAERO - Anuário Estatístico Operacional de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

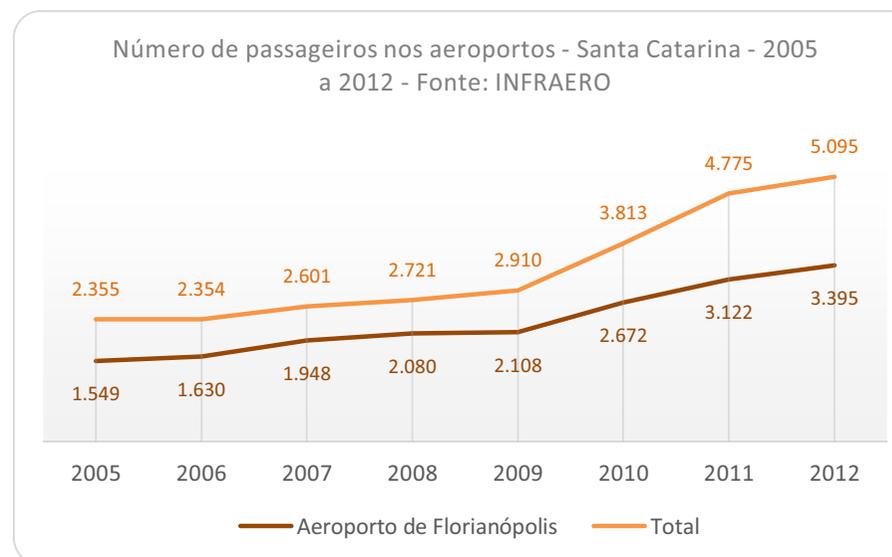
8.2.1 MOVIMENTO DE AERONAVES NOS AEROPORTOS DE SANTA CATARINA

Movimento de Aeronaves é igual a soma dos pousos mais decolagens, não estão computados os movimentos de aeronaves militares.



8.2.2 MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DE SANTA CATARINA

Movimento de passageiros é igual a soma do quantitativo de passageiros embarcados mais desembarcados, ou seja, a soma dos passageiros de origem, destino e conexões.



8.3 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

8.3.1 MALHA VIÁRIA DE SANTA CATARINA



Mais de 62 mil km de estradas federais, estaduais e municipais formam a malha viária catarinense. Todos os 295 municípios possuem rodovias de acesso. A rodovia BR-101, principal via de ligação entre Santa Catarina e os demais estados pelo litoral é única duplicada.

A malha viária conta ainda com outras duas importantes rodovias: a BR-116, com 310 km de extensão, que atravessa o interior do Estado no sentido Norte-Sul, conectando-o com os estados vizinhos; e a BR-282, com 690 km de extensão, que corta transversalmente o Estado, ligando a capital Florianópolis à Argentina.

Rodovias	Pavimentadas	Não pavimentadas	Total
Federais	2.259	39	2.298
Estaduais	3.812	1.774	5.585
Estaduais Coincidentes	707	245	952
Municipais	915	52.977	53.892
TOTAL	7.692	55.035	62.727

Fonte: DNIT - 2011

8.3.2 FROTA DE VEÍCULOS

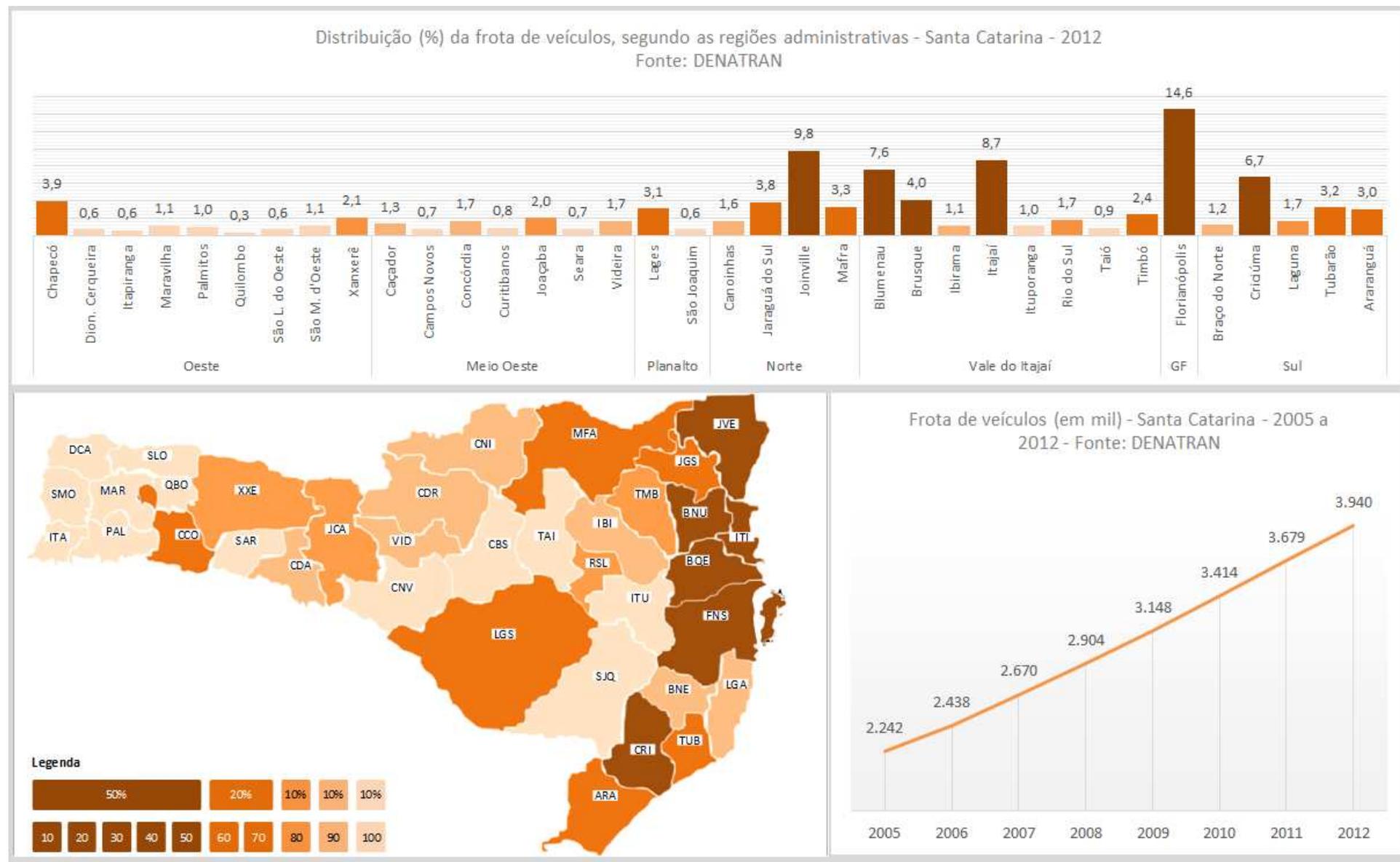
TABELA 8-2 - FROTA DE VEÍCULOS - SANTA CATARINA - 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Frota de veículos de Santa Catarina (unidade)	2.241.769	2.437.535	2.670.284	2.904.009	3.147.722	3.414.195	3.679.482	3.940.467
Taxa de crescimento da frota de veículos (%)	9,1	8,7	9,5	8,8	8,4	8,5	7,8	7,1
Número de habitantes por veículo	2,6	2,4	2,3	2,1	1,9	1,8	1,7	1,6

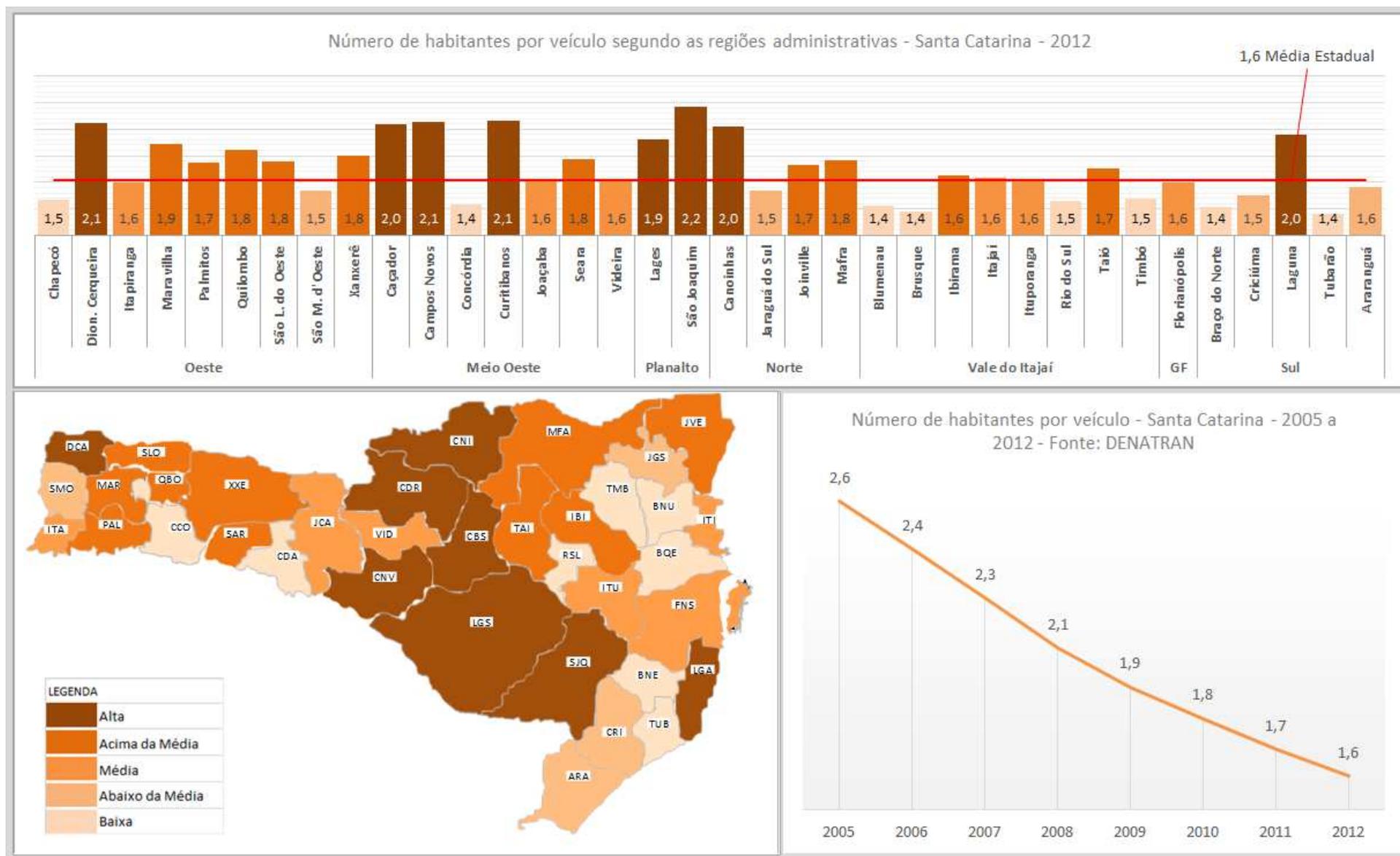
Fonte: DENATRAN

8.3.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA FROTA DE VEÍCULOS

A frota é composta por automóvel, caminhão, caminhonete, caminhoneta, ônibus, micro-ônibus, motocicleta e outros (caminhão trator, motoneta, reboque e semirreboque).



8.3.4 NÚMERO DE HABITANTES POR VEÍCULO



8.4 TRANSPORTE FERROVIÁRIO



8.4.1 FERROVIAS EXISTENTES

O Estado de Santa Catarina tem 1.365 quilômetros de ferrovias. O serviço ferroviário é realizado por duas empresas concessionárias: a) América Latina Logística – opera a ferrovia ALL – com 1.201 quilômetros. Transporta principalmente grãos. b) Ferrovia Tereza Cristina – FTC – 164 quilômetros. Transporta principalmente carvão.

8.4.2 FERROVIAS PLANEJADAS

Ferrovia Leste Oeste – que ligará o Porto de Itajaí a Chapecó - esse trecho será ampliado até a fronteira com a Argentina, no município de Dionísio Cerqueira.

Ferrovia Litorânea – que ligará o Porto de São Francisco ao Porto de Imbituba, passando por Itajaí e Florianópolis.

9 ENERGIA

Celesc é a empresa responsável pela distribuição de energia em quase todo o território catarinense.

9.1 PRODUÇÃO DE ENERGIA

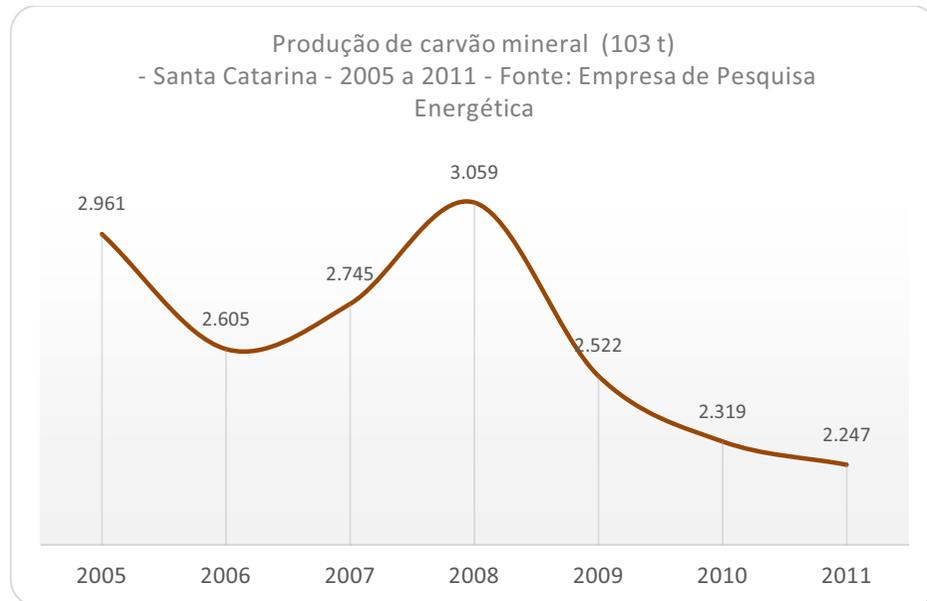
TABELA 9-1 – PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL E DE ENERGIA ELÉTRICA – SANTA CATARINA – 2005 A 2011

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produção de carvão mineral (10 ³ t)	2.961	2.605	2.745	3.059	2.522	2.319	2.247
Geração elétrica (GWh)	9.871	9.404	19.856	19.164	17.100	23.011	26.817
Participação de Santa Catarina na produção de carvão mineral (%)	47,3	44,3	46,0	48,2	44,2	41,1	41,3
Participação de Santa Catarina na geração elétrica	2,45	2,24	4,47	4,14	3,69	4,52	5,04

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (Brasil). Balanço Energético Nacional 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011

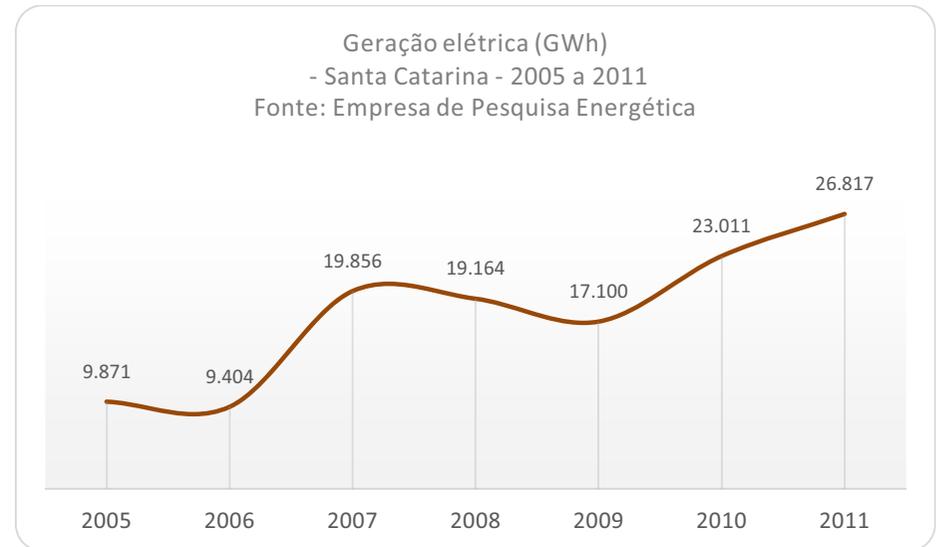
9.1.1 PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL

O carvão produzido em Santa Catarina é principalmente utilizado na geração termoeleétrica. Os principais estados produtores são o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



9.1.2 GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Celesc Geração opera 12 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs). A capacidade atual instalada é de 81,15 MW e chegará a 241,74 com os projetos de repotenciação e ampliação.



9.2 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

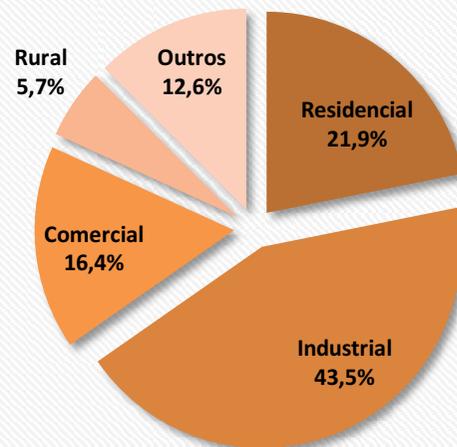
O consumo de energia elétrica no Estado se concentra no segmento industrial. Historicamente, a demanda de energia nos países em desenvolvimento cresce a taxas superiores ao PIB. Neste contexto, o crescente consumo industrial tem sido o principal impulsionador da significativa expansão da demanda de energia elétrica no Estado.

TABELA 9-2 - NÚMERO DE CONSUMIDORES E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

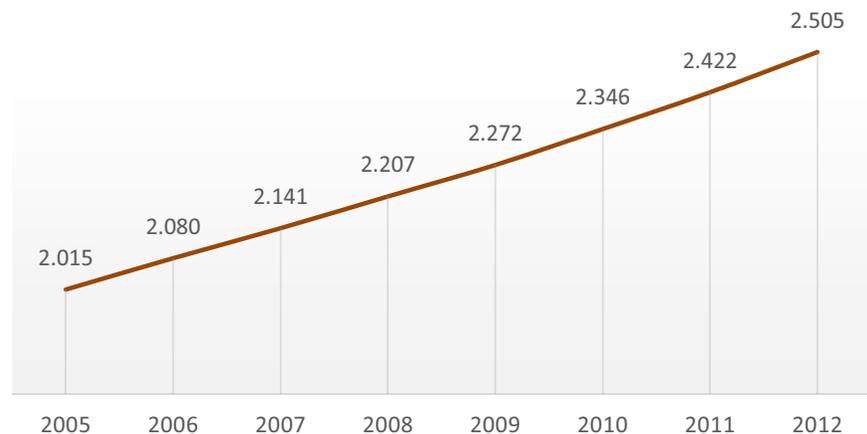
INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de crescimento do número de unidades consumidoras	...	3,2	2,9	3,1	2,9	3,3	3,2	3,4
Taxa de crescimento do consumo de energia elétrica	...	24,9	7,0	-3,1	1,1	7,6	3,4	6,1
TOTAL DE UNIDADES CONSUMIDORAS (em mil) (*)	2.015	2.080	2.141	2.207	2.272	2.346	2.422	2.505
Residencial	1.565	1.616	1.667	1.718	1.770	1.828	1.870	1.937
Industrial	58	60	65	70	75	81	86	91
Comercial	160	165	170	176	181	187	214	222
Rural	214	219	220	223	226	228	229	230
Outros	18	19	20	21	20	22	23	25
TOTAL DE ENERGIA DISTRIBUÍDA (em mil MWh)	13.704	17.119	18.321	17.748	17.946	19.312	19.978	21.205
Residencial	3.325	3.449	3.697	3.801	4.079	4.308	4.407	4.637
Industrial	5.844	7.265	7.688	8.254	7.843	8.628	8.830	9.224
Comercial	2.069	2.200	2.374	2.514	2.693	2.845	3.087	3.479
Rural	1.523	1.580	1.649	1.739	1.265	1.187	1.113	1.199
Outros	943	2.625	2.913	1.439	2.065	2.344	2.541	2.667

Fonte: Celesc - (*) Refere-se ao número de unidades no mês de dezembro do respectivo ano

Consumo de energia elétrica por classe de consumidor - Santa Catarina - 2012 - Fonte: CELESC

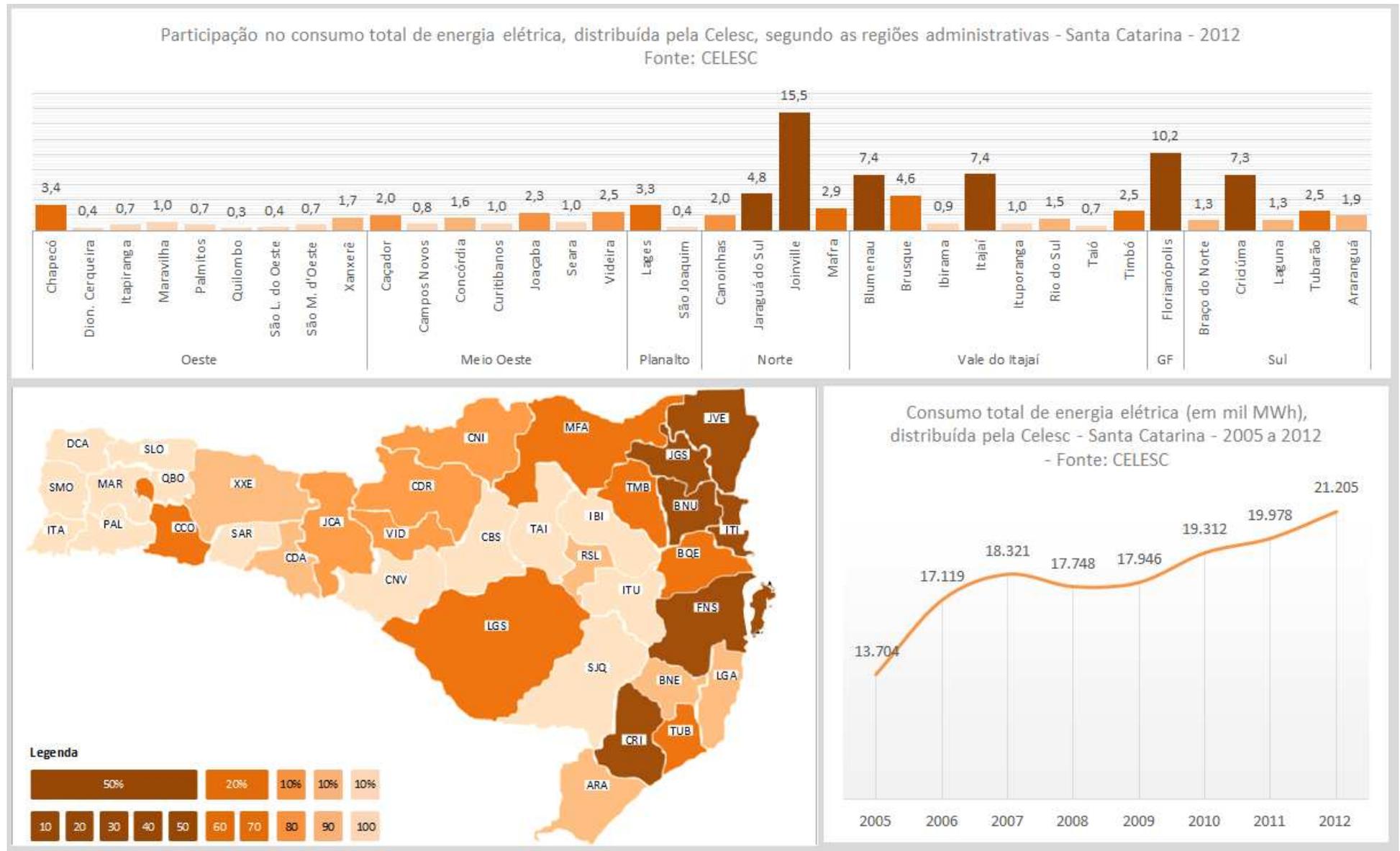


Número de consumidores de energia elétrica (em mil) - Santa Catarina - 2005 a 2012 - Fonte: CELESC

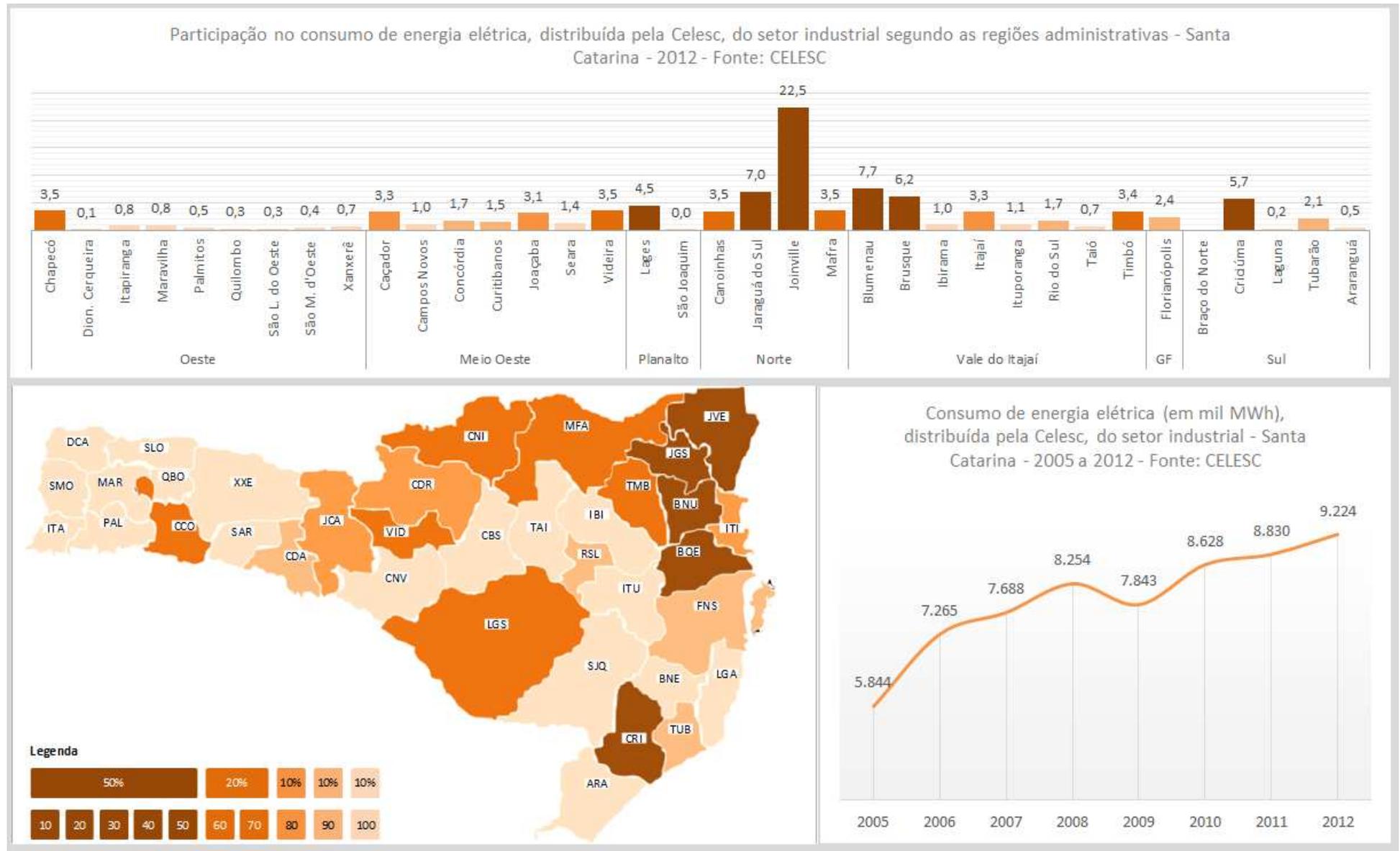


9.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA

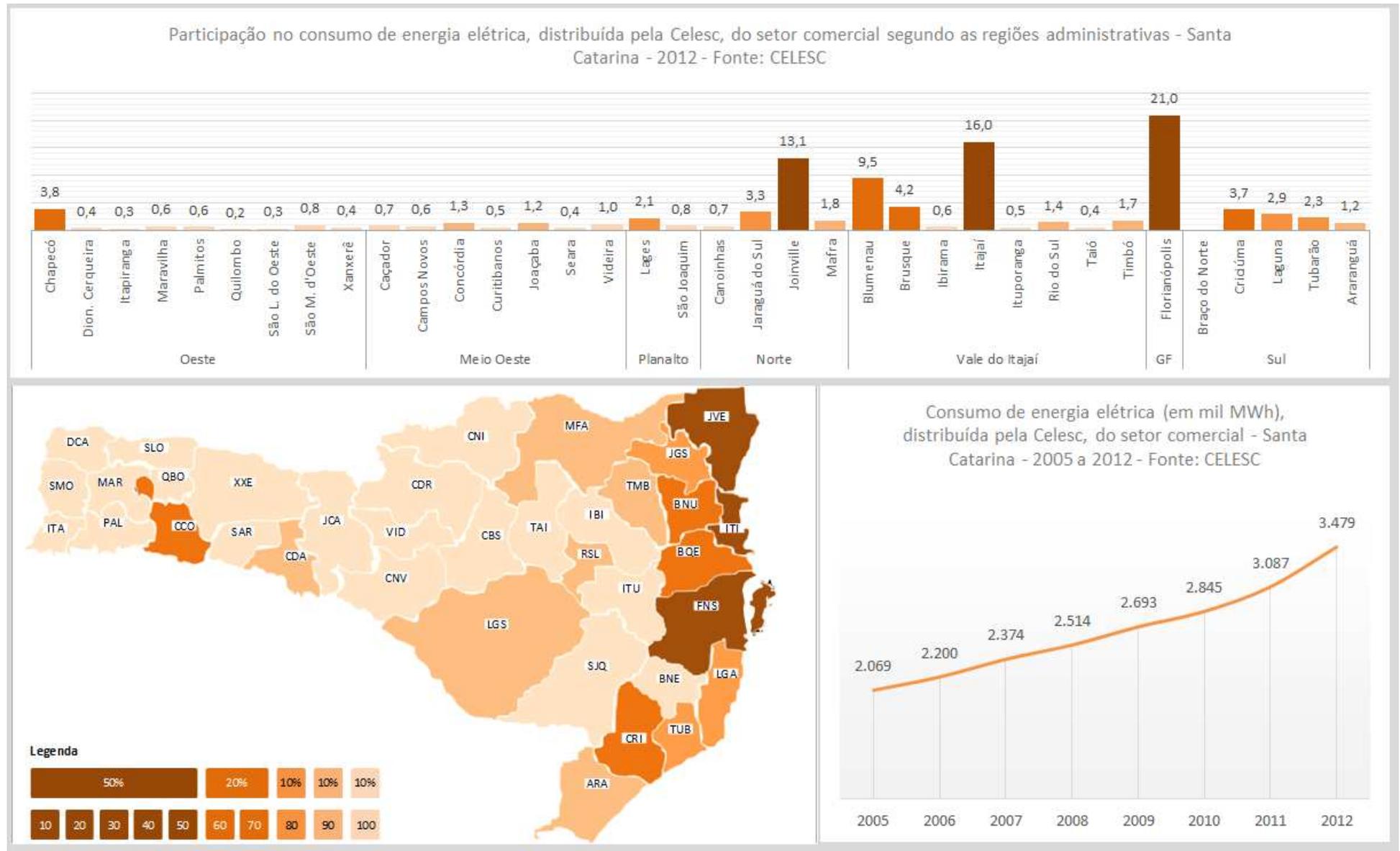
Consumo de energia elétrica para fins residenciais, das classes consumidoras que desenvolvem atividades industriais, comerciais, atividade rural com objetivos econômicos, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio.



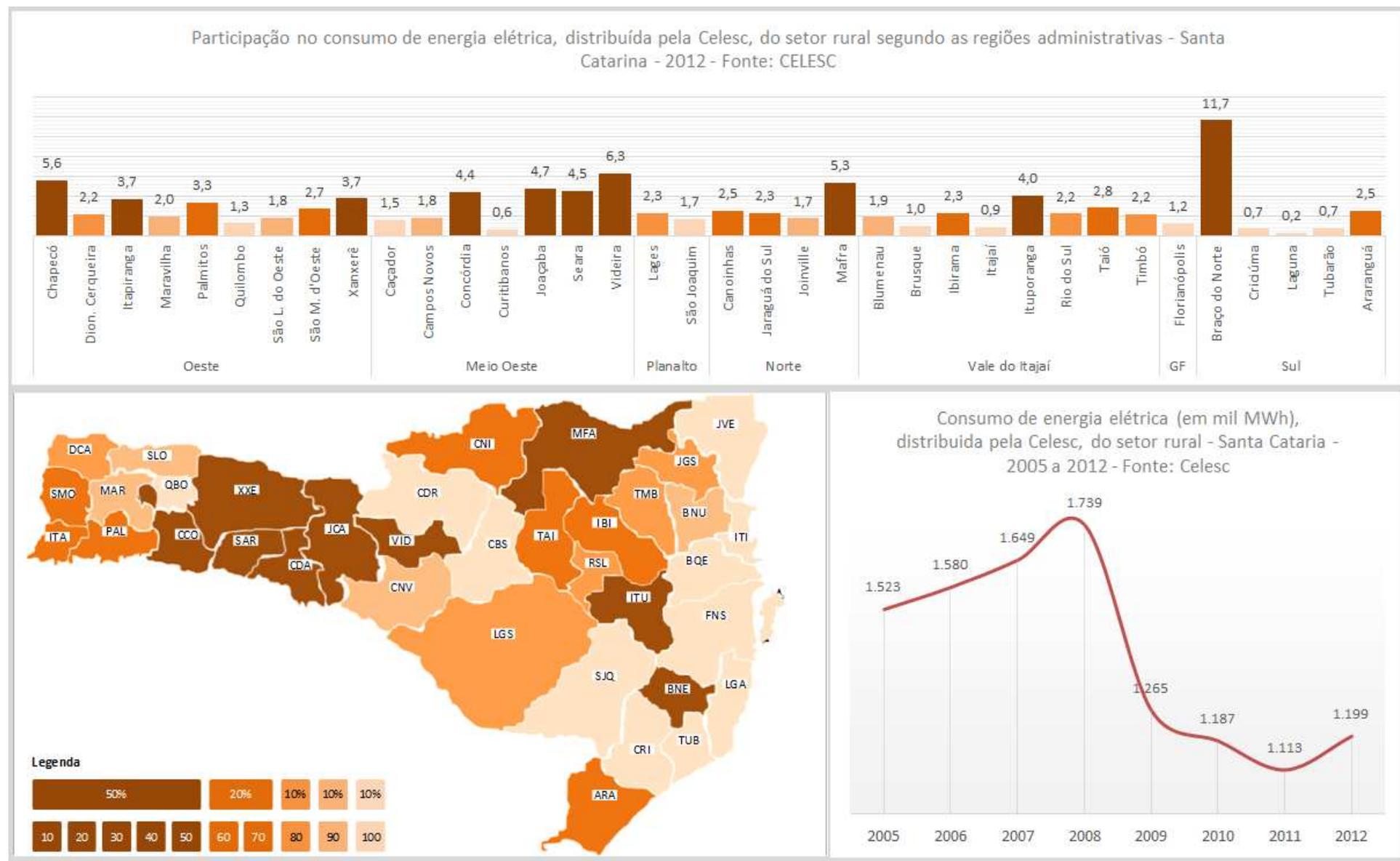
9.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CONSUMO DE ENERGIA PELO SETOR INDUSTRIAL



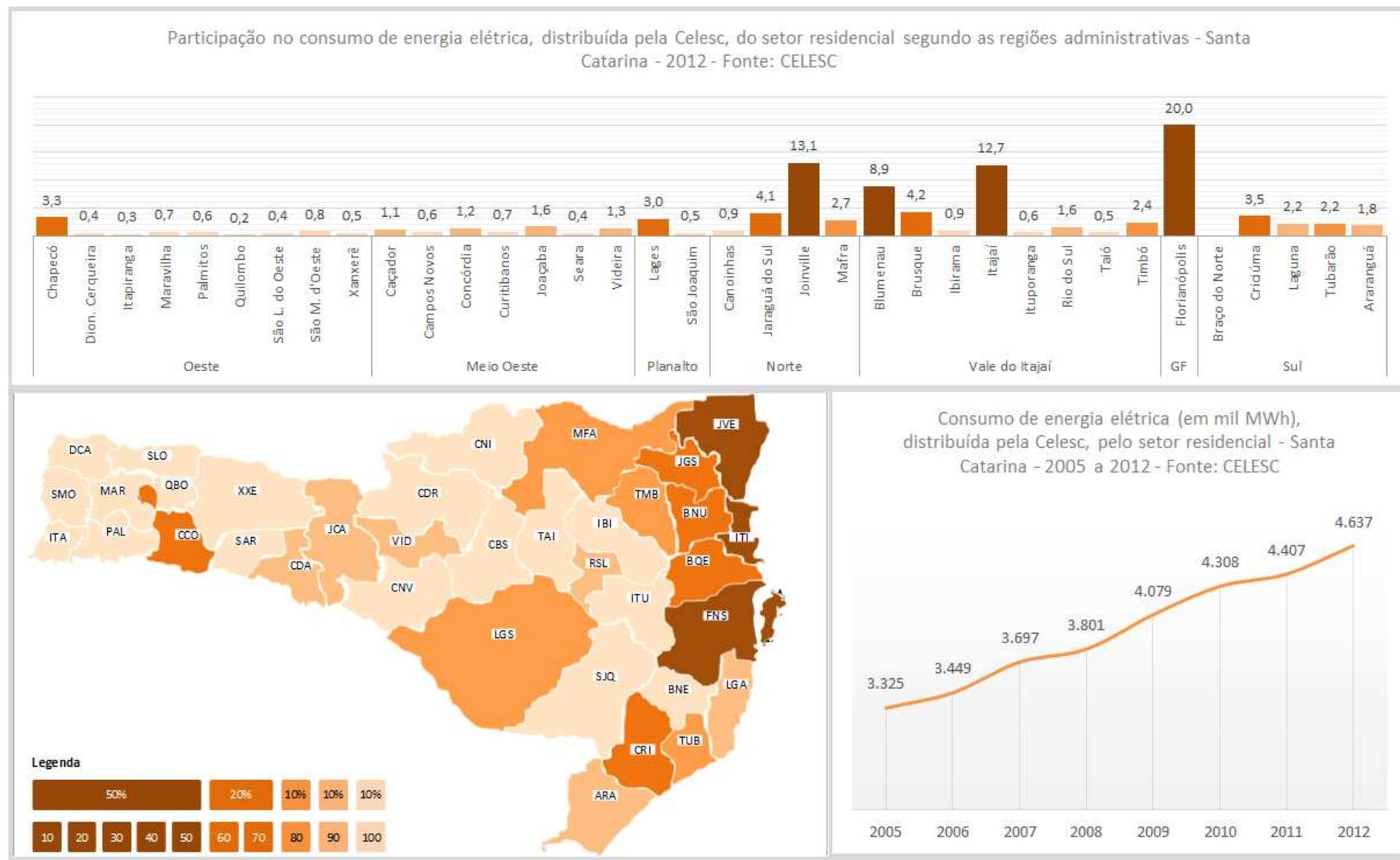
9.2.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA PELO SETOR COMERCIAL



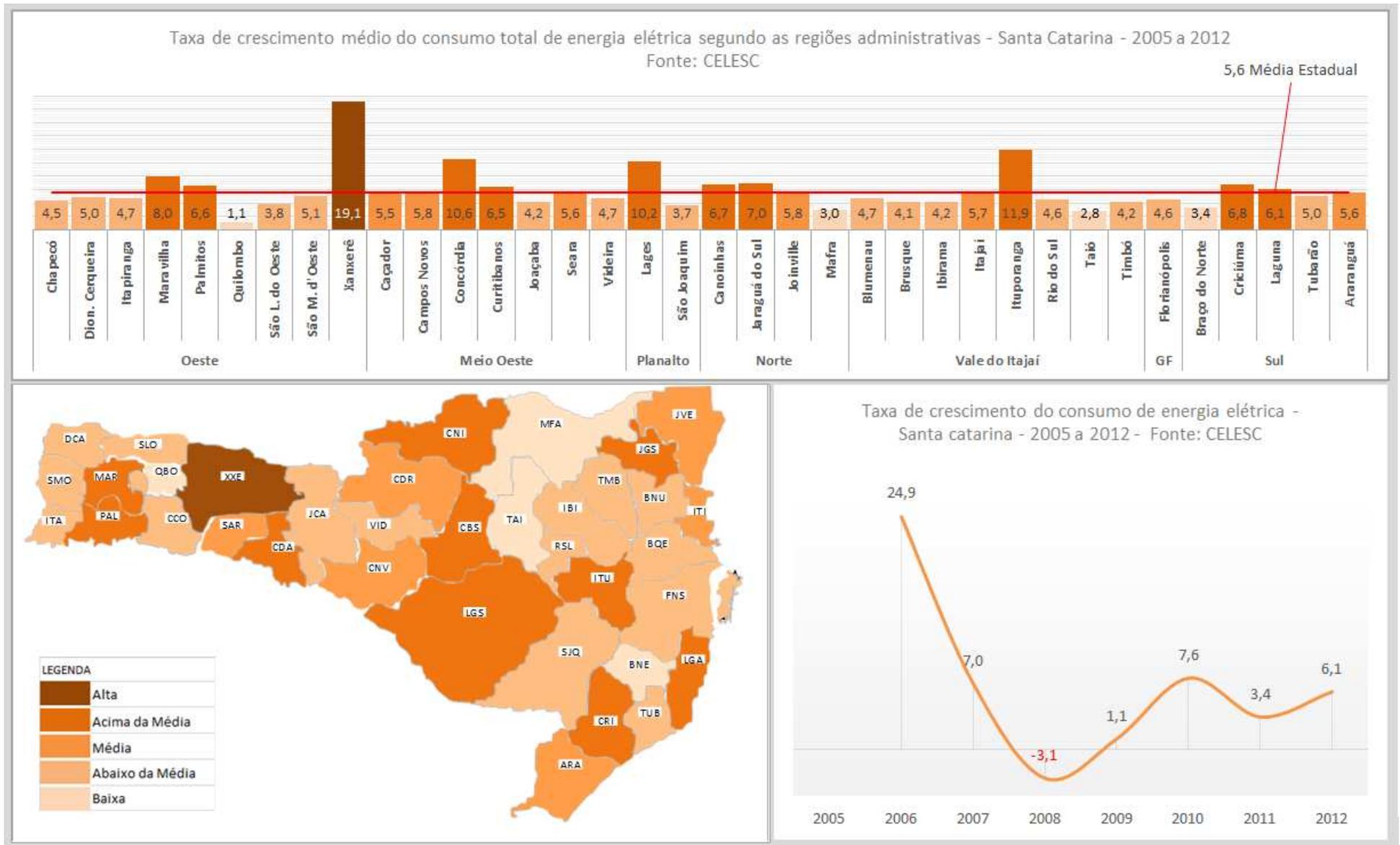
9.2.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA PELO SETOR RURAL



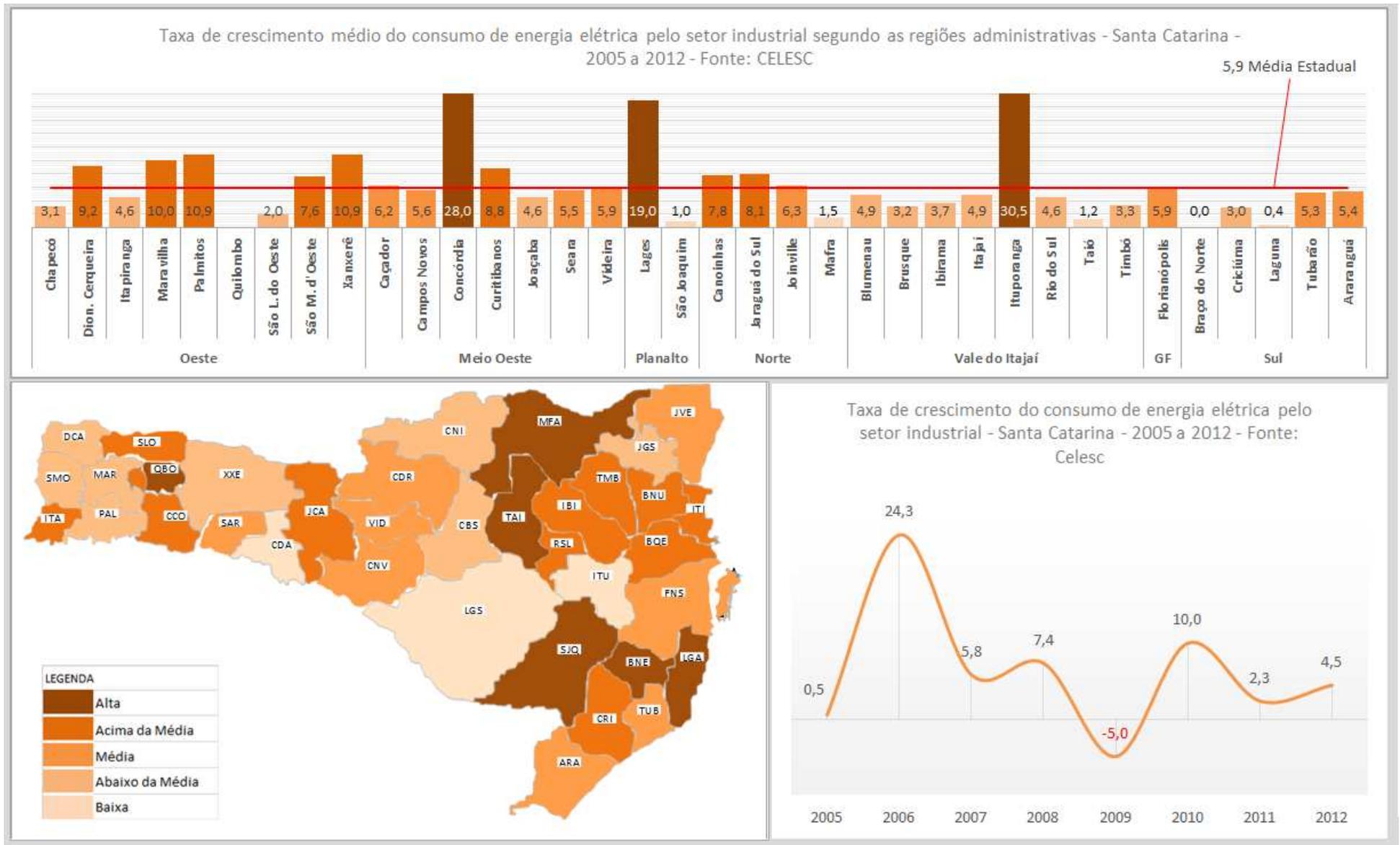
9.2.5 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA PELAS RESIDÊNCIAS



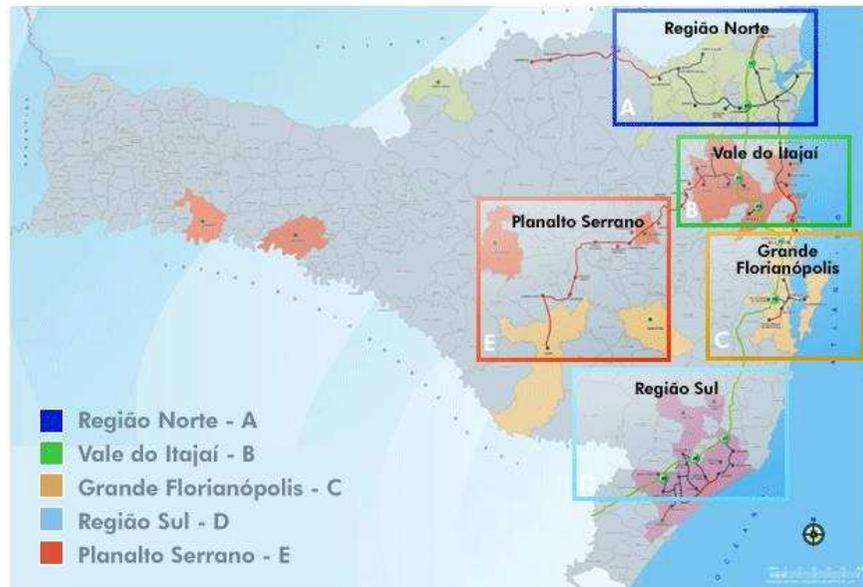
9.2.6 TAXA DE CRESCIMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



9.2.7 TAXA DE CRESCIMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA PELO SETOR INDUSTRIAL



9.3 GÁS NATURAL



A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Celesc, Gaspetro, Mitsui Gás e Infragás.

Com volume médio de vendas de 1.474 mil m³/dia, o segmento industrial apresentou crescimento de 1,7% (24 mil m³/dia) em relação a 2012.

O mercado automotivo, composto por Gás Natural Veicular (GNV) e Gás Natural Comprimido (GNC), representou 19% das vendas da empresa. No final do ano de 2012, Santa Catarina contava com 136 postos em 47 municípios para atendimento a 93.350 veículos com instalação para uso de gás natural.

No mercado comercial, com aplicação em diferentes setores (panificadoras, lavanderias, restaurantes, hospitais, hotéis, entre outros), o segmento contava, no final de 2012 com 255 clientes e representava 0,9% do volume médio de vendas.

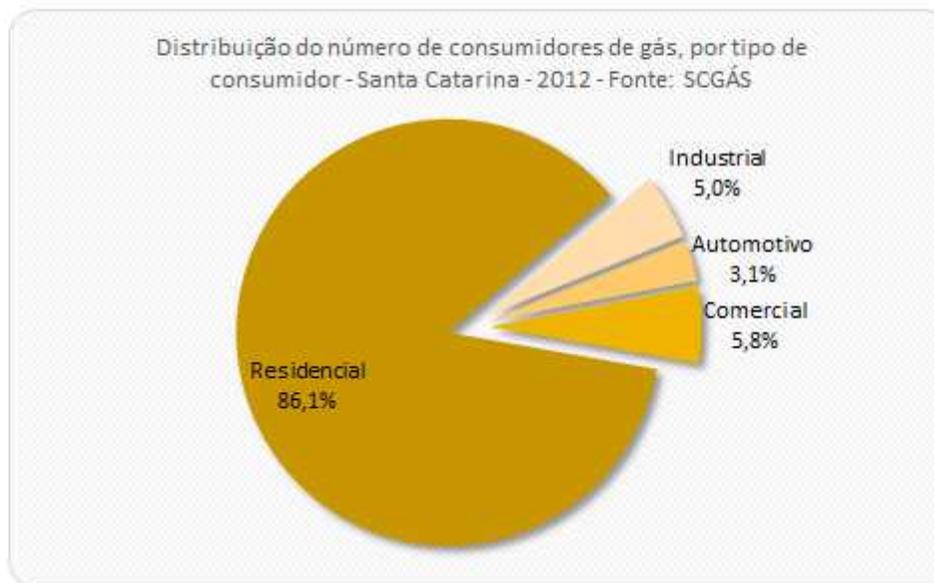
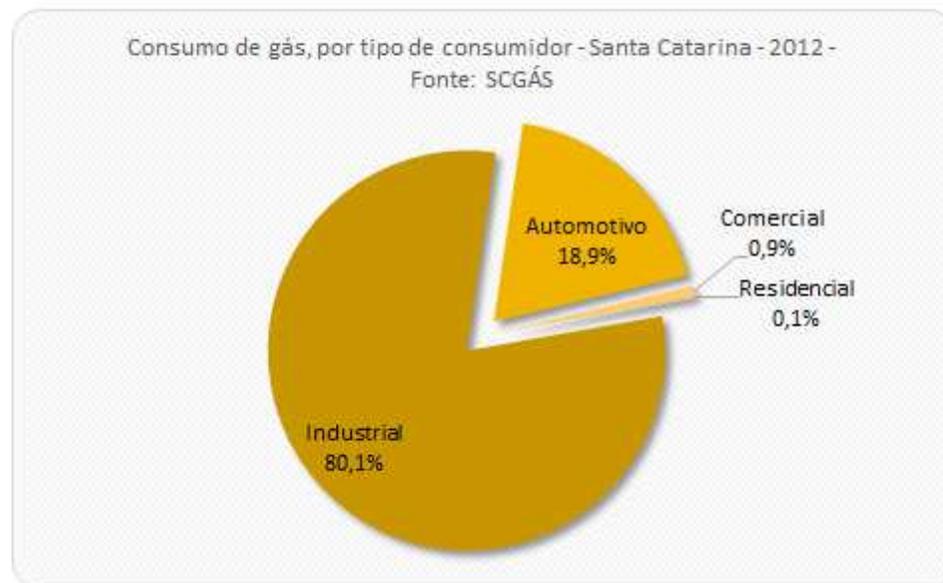
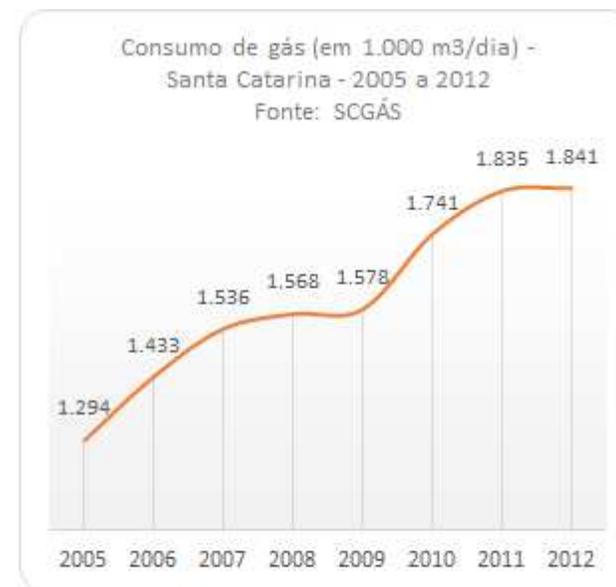
O mercado residencial atende 3.802 clientes residenciais nos municípios de Joinville, Florianópolis e Criciúma.

TABELA 9-3 – CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE GÁS NATURAL – SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo de Gás (em 1.000 m ³ /dia) total	1.294	1.433	1.536	1.568	1.578	1.741	1.835	1.841
Industrial	1.073	1.127	1.174	1.199	1.212	1.368	1.450	1.474
Automotivo	219	302	354	359	355	360	369	349
Comercial	2,1	4,3	7,5	10,2	10,3	12,7	15,2	16,1
Residencial	0,03	0,07	0,08	0,21	0,59	0,82	1,08	1,43
Número de clientes total	210	357	422	725	1.645	1.988	2.928	4.414
Industrial	120	125	137	154	177	194	210	221
Automotivo	51	69	91	107	128	131	132	136
Comercial	39	64	93	119	163	197	221	255
Residencial	-	99	101	345	1.177	1.466	2.365	3.802
Extensão da rede de distribuição	612	679	707	769	821	883	958	1.009

Fonte: SCGÁS

9.3.1 CONSUMO, NÚMERO DE CONSUMIDORES E DA EXTENSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS



10 EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A educação constitui-se num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento social e econômico de um país ou região. Tem por finalidade preparar o indivíduo para o exercício do trabalho e da cidadania. A formação do cidadão tem no processo educativo, formal e informal, o elemento chave para alcançar plenamente este objetivo.

Neste sentido, mapeou-se um conjunto de indicadores educacionais, permitindo analisar sua tendência no tempo e sua distribuição espacial no território catarinense. Os indicadores foram agrupados em cinco tópicos, a saber: Anos de estudo e analfabetismo; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio e ensino superior.

Nó tópico referente a anos de estudo e analfabetismo os indicadores analisados foram: percentual da população por anos de estudo e a taxa de analfabetismo.

A partir dos mapas temáticos elaborados, visualizam-se as regiões em melhores ou piores situações para um determinado indicador apresentado, gerando assim os agrupamentos de regiões com maiores e menores índices médios. Dessa forma pode-se estabelecer comparações, apontar tendências e determinar metas, entre outras informações necessárias para o planejamento de políticas públicas na área da educação.

Características Gerais do Sistema Educacional - Níveis e Modalidades de Ensino

De acordo com o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), a educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e ensino médio. O diagrama a seguir apresenta a organização e estrutura do Sistema Educativo Brasileiro.



A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Ela pode ser oferecida no ensino regular e nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional.

Educação Infantil

Primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em creches, para crianças de zero a três anos de idade, e pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos.

Ensino Fundamental

Tem como objetivo maior a formação básica do cidadão, com duração de nove anos e é obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos de idade.

Ensino Médio

Etapa final da educação básica objetiva a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade.

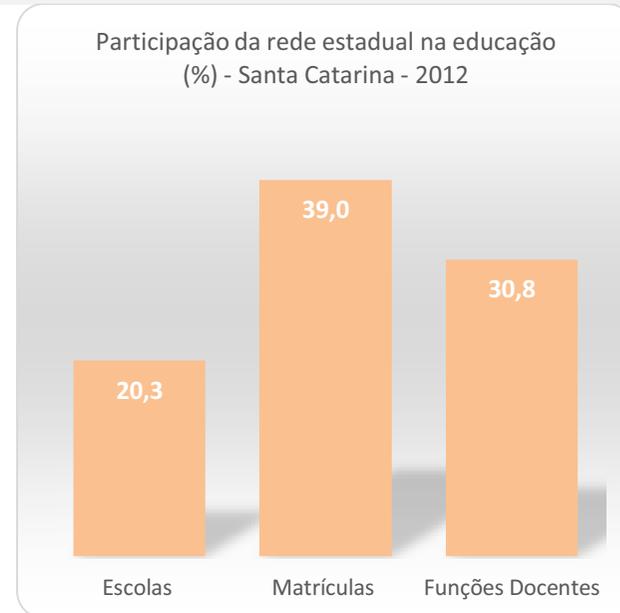
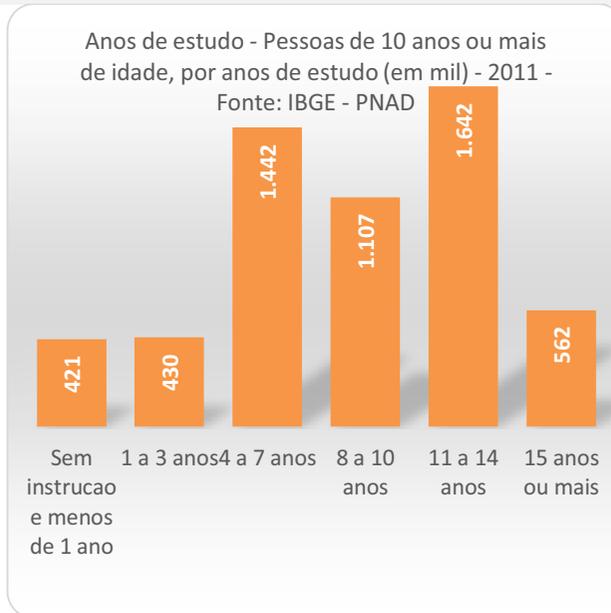
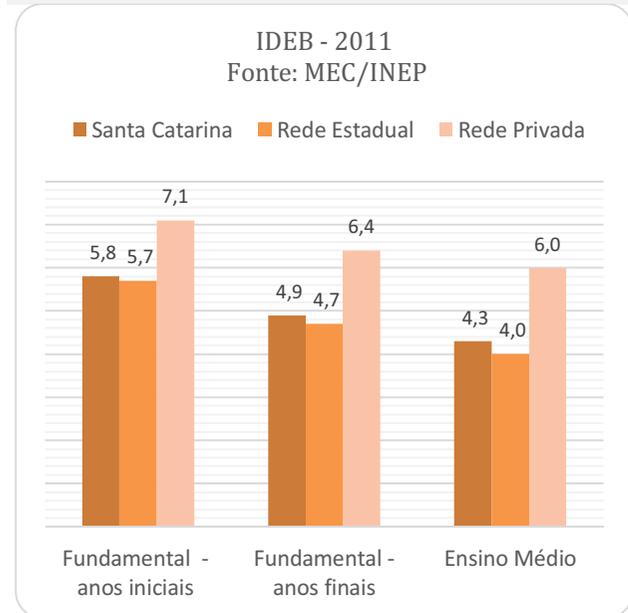
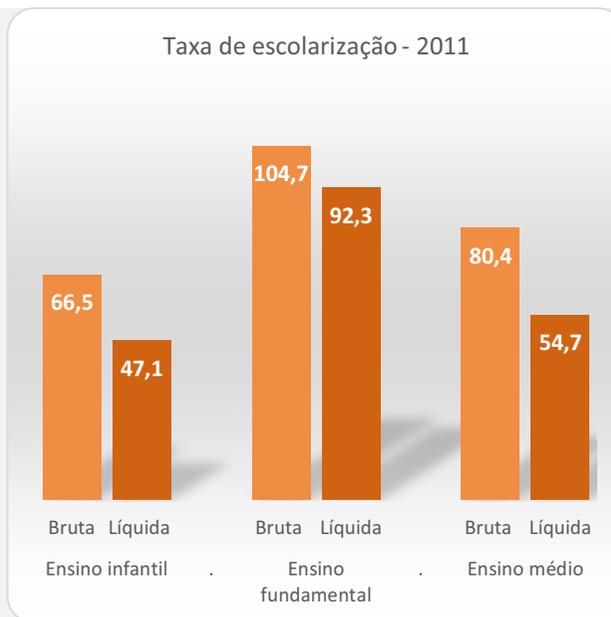
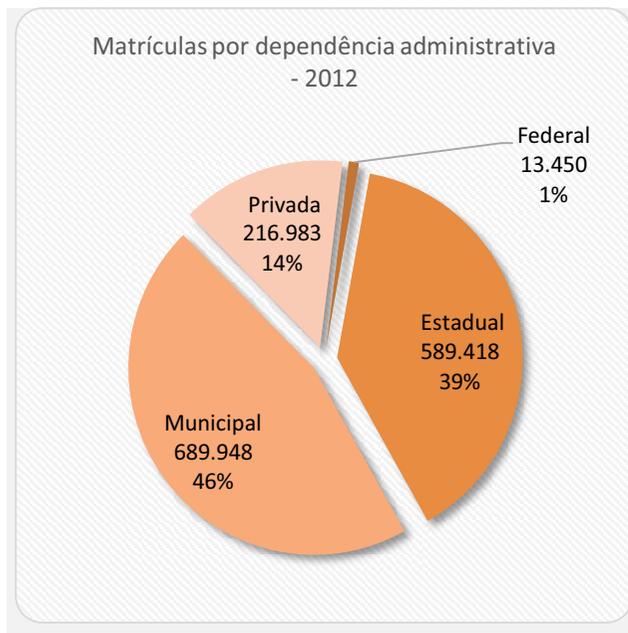
Modalidades de ensino que permeiam os níveis anteriormente citados:

Educação Especial - Oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Educação de Jovens e Adultos - Destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

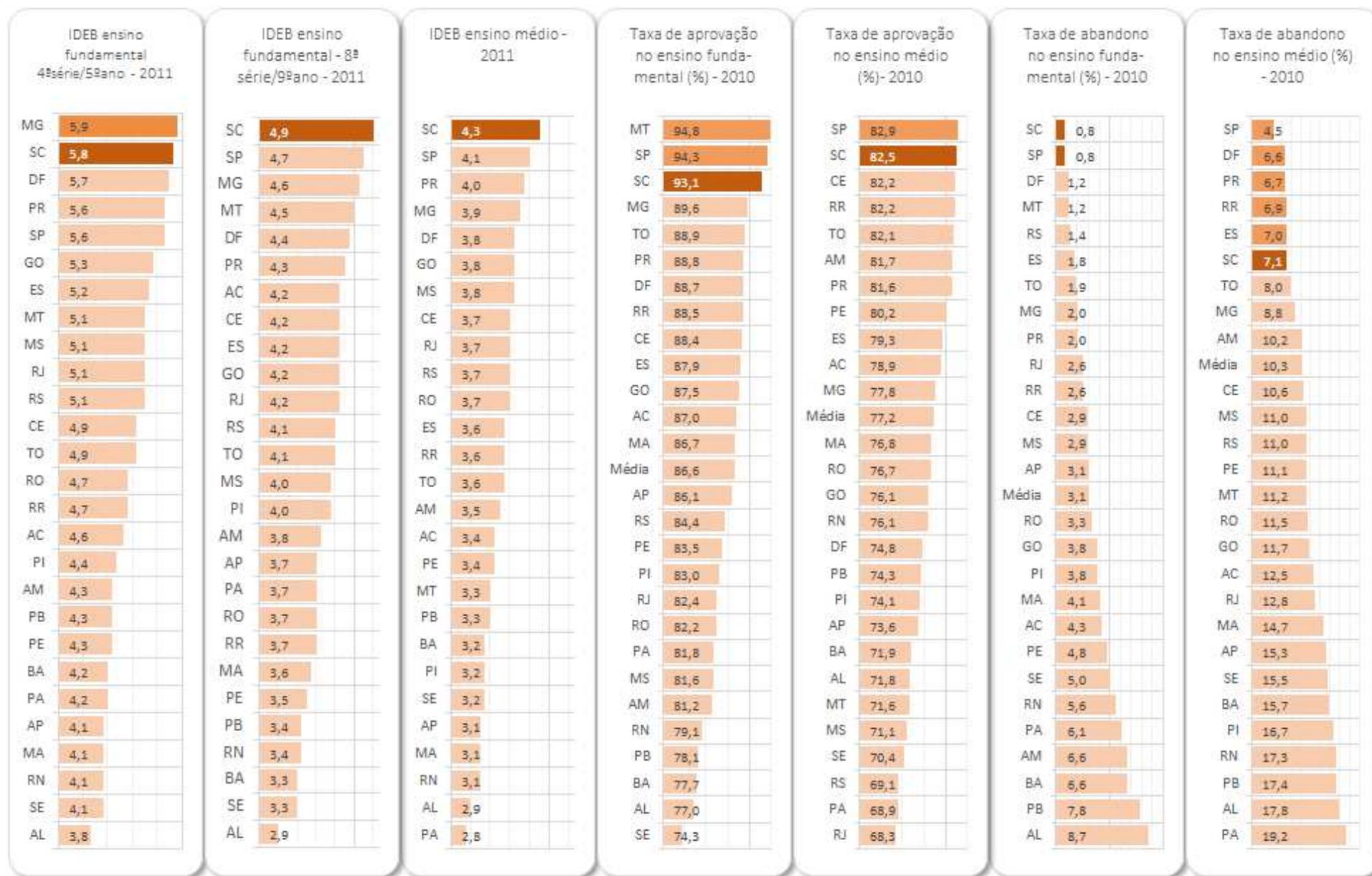
Educação Profissional - Que, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Além dos níveis e modalidades de ensino apresentados, em Santa Catarina, devido à existência de comunidades indígenas em algumas regiões, há a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

10.1 PERFIL DA EDUCAÇÃO CATARINENSE



Fonte: Censo Escolar/AEST/SED/SC

10.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS



Fonte: MEC/INEP

10.3 NÚMEROS DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

10.3.1 ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

TABELA 10-1 - TAXA DE ANALFABETISMO E ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO CATARINENSE – 2005 A 2012

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de analfabetismo (anos censitários)				1991 (9,2%)	2000 (5,8%)	2010 (4,0%)		
ESCOLARIDADE – ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 10 OU MAIS ANOS DE IDADE (%) (*)								
Sem instrução e menos de 1 ano	4,76	4,55	5,29	6,39	5,36		7,5	
1 a 3 anos	11,62	11,76	10,8	10,27	9,96		7,67	
4 a 7 anos	33,02	31,85	31,94	28,73	28,49		25,7	
8 a 10 anos	19,44	20,12	19,07	19,71	18,77		19,74	
11 a 14 anos	24	24,06	24,38	25,13	27,72		29,28	
15 anos ou mais	6,55	7,13	8,03	9,49	9,22		10,02	
Não determinados e sem declaração	0,62	0,53	0,49	0,27	0,48		0,08	
Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais com curso superior completo						9,7		
Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais com curso médio completo ou mais						34,5		
POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (**)								
0 a 3 anos de idade	413.670	420.219	356.329	339.325	327.511	320.798	324.410	327.843
4 e 5 anos de idade	221.108	224.583	198.444	189.854	183.318	171.004	172.891	174.698
6 a 10 anos de idade	555.653	564.198	494.923	490.701	491.029	454.406	459.347	464.100
11 a 14 anos de idade	460.862	467.918	416.073	407.247	402.799	416.105	420.582	424.927
15 a 17 anos de idade	349.582	354.971	322.768	318.137	316.558	326.188	329.704	333.104
4 a 17 anos de idade	1.587.205	1.611.670	1.432.208	1.405.939	1.393.704	1.367.703	1.382.524	1.396.829

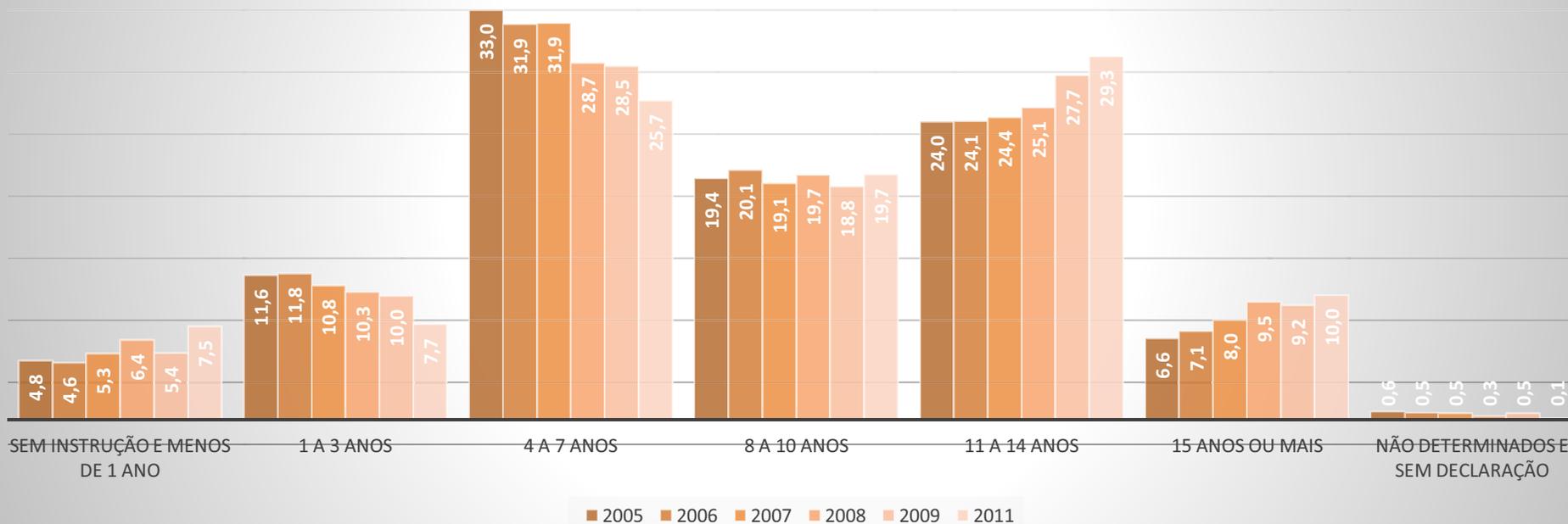
Fonte: IBGE, (*) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 a 2011 – (**) IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais

10.3.2 ESCOLARIDADE

A escolaridade média corresponde à média dos anos de estudos concluídos por uma determinada população. Vale ressaltar que não se consideram os anos que a pessoa passou na escola, mas apenas aqueles em que ela teve aprovação. As pessoas com zero ano de estudo são aquelas que nunca estudaram e as que, se frequentaram a escola, não conseguiram ser aprovadas nem na 1ª série do ensino fundamental. As pessoas com um ano de estudo são aquelas que já foram aprovadas na 1ª série do ensino fundamental, mas ainda não foram aprovadas na série seguinte, e assim sucessivamente.

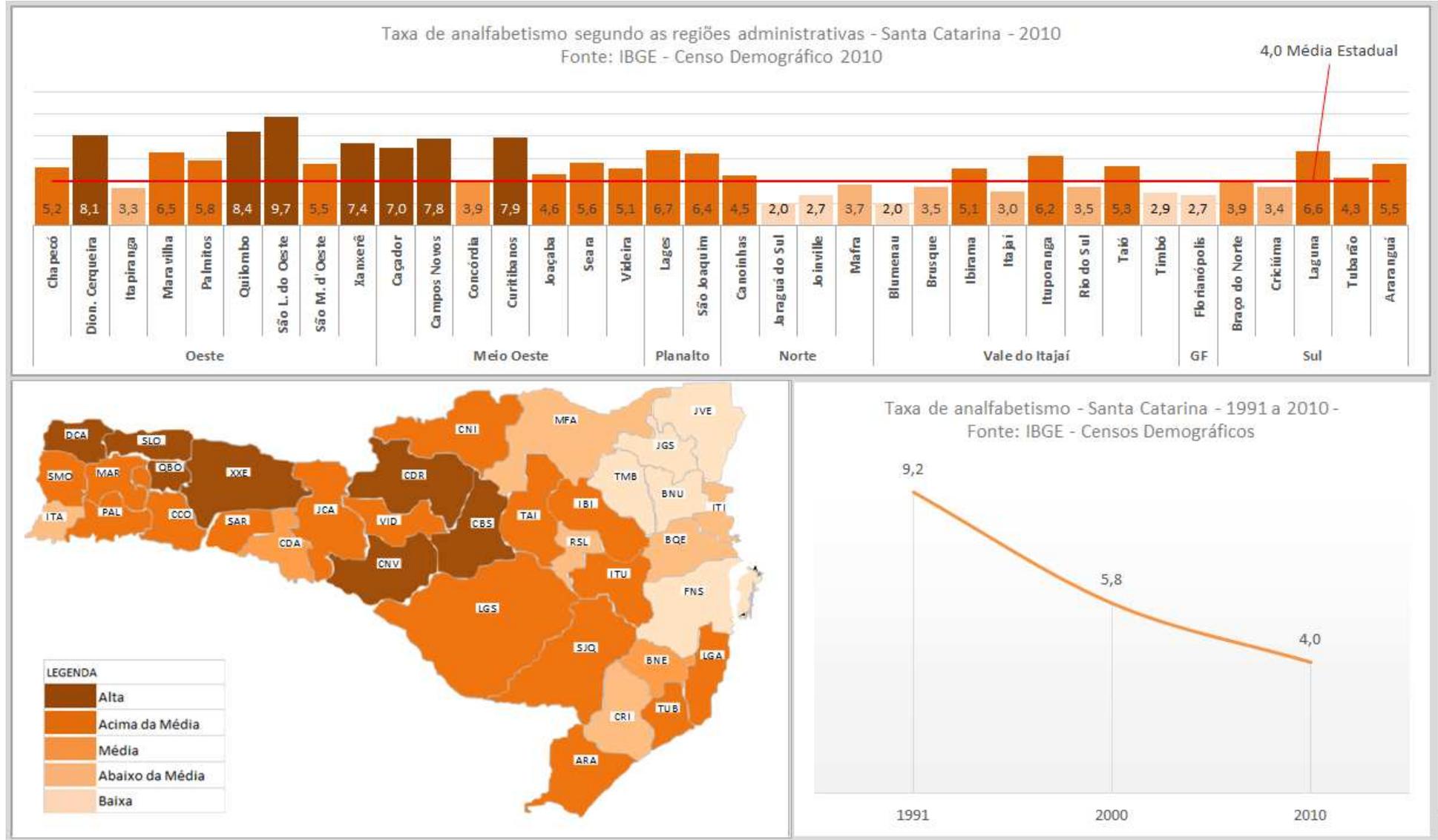
A escolaridade média é um importante indicador educacional porque na sua estimativa estão embutidas as taxas de rendimento escolar – aprovação, reprovação e evasão, bem como o grau de atendimento do sistema de ensino. Portanto, altos níveis de atendimento escolar e taxas de aprovação tendem a elevar a escolaridade média, uma vez que há maior número de pessoas dentro da escola e que estas estão progredindo para séries mais avançadas. Por outro lado, taxas de evasão e reprovação maiores tendem a diminuir a escolaridade média. Dessa forma, esta é uma boa medida síntese das taxas de rendimento escolar e do nível de atendimento do sistema de ensino.

Evolução da escolaridade da população de 10 ou mais anos de idade, por faixa de anos de estudo - Santa Catarina - 2005 a 2011
 Fonte: IBGE - PNAD



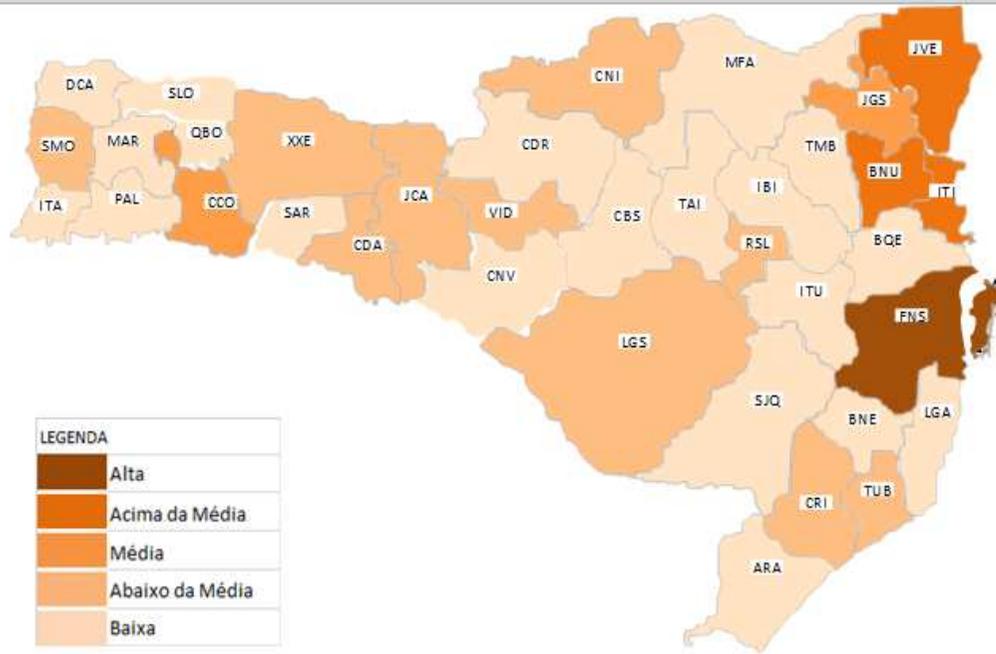
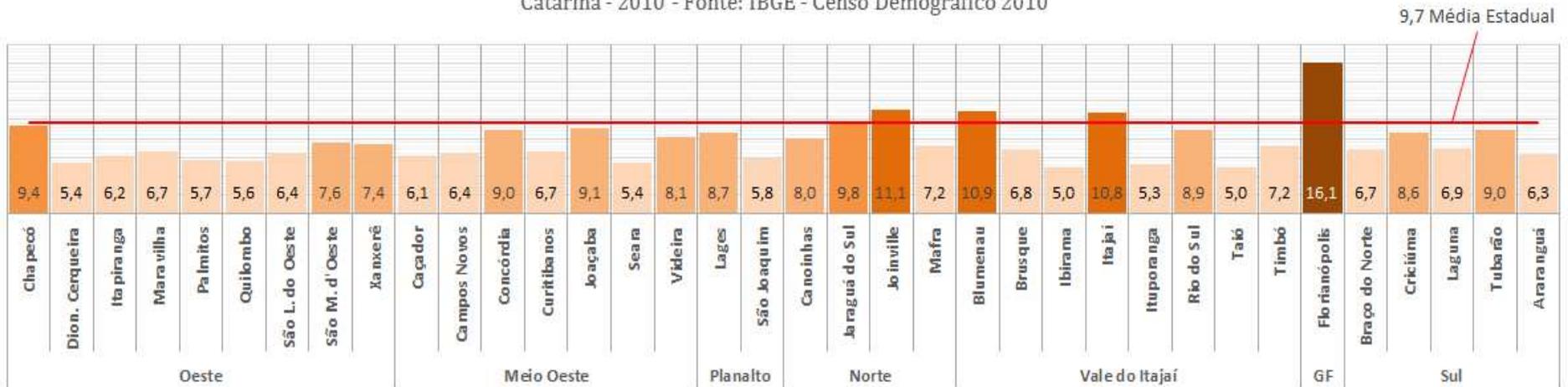
10.3.3 TAXA DE ANALFABETISMO

Percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado, que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem. A taxa de analfabetismo é bastante utilizada por órgãos internacionais como um indicador que mede os níveis de desenvolvimento socioeconômico de países.

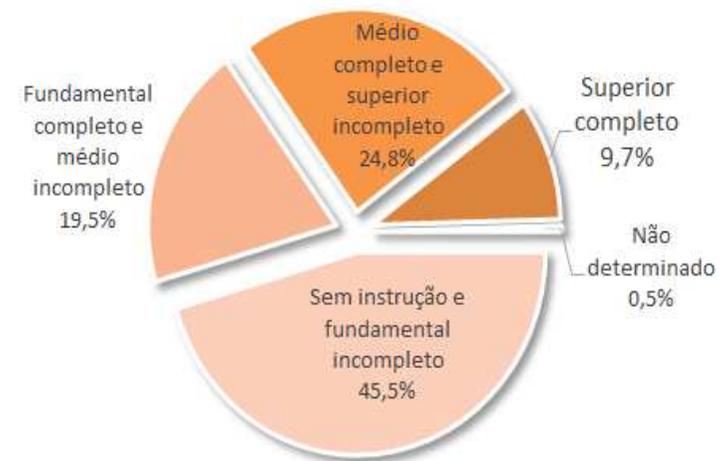


10.3.4 POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS ANOS DE IDADE COM CURSO SUPERIOR

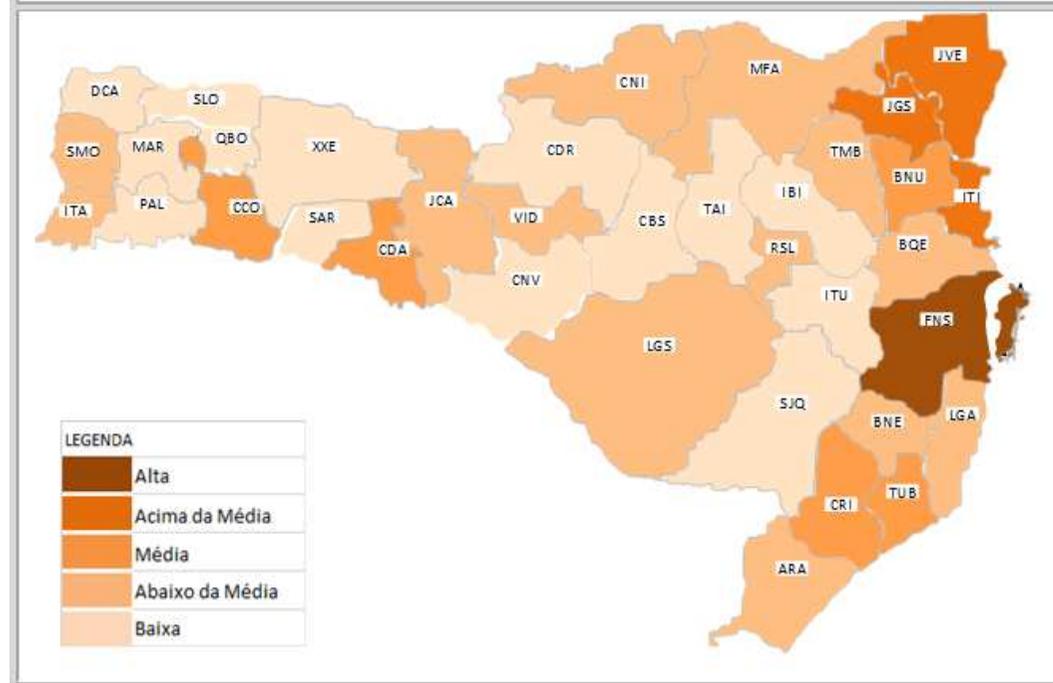
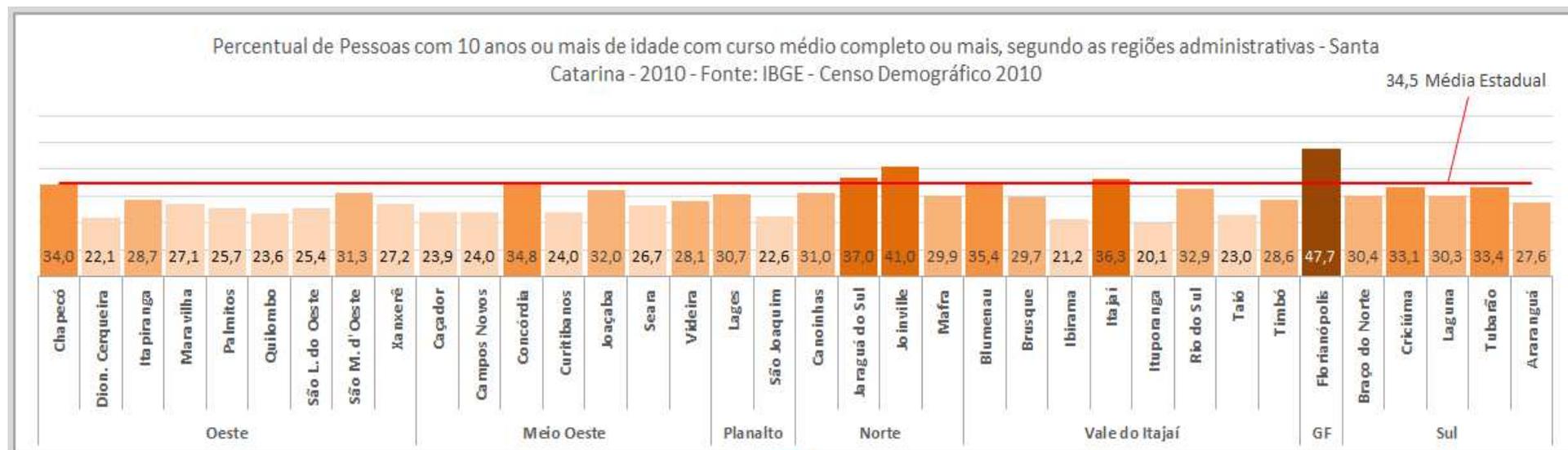
Percentual de Pessoas com 10 anos ou mais de idade com curso superior completo, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2010 - Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010



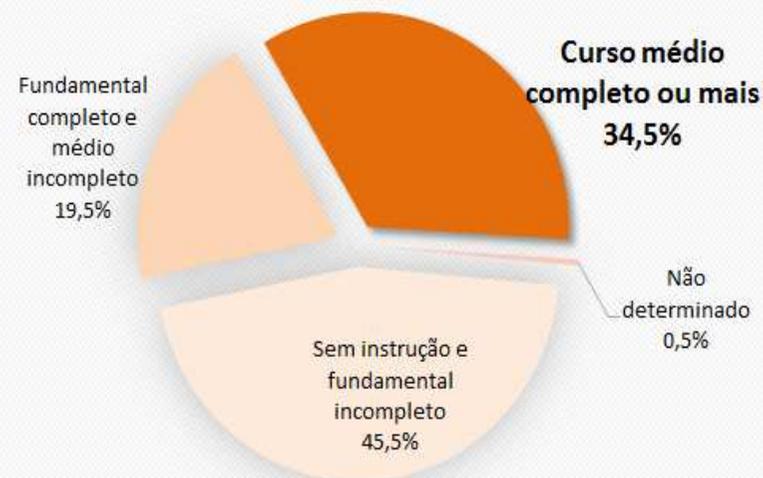
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução - Santa Catarina - 2010 - Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010



10.3.5 POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS ANOS DE IDADE COM CURSO MÉDIO COMPLETO OU MAIS

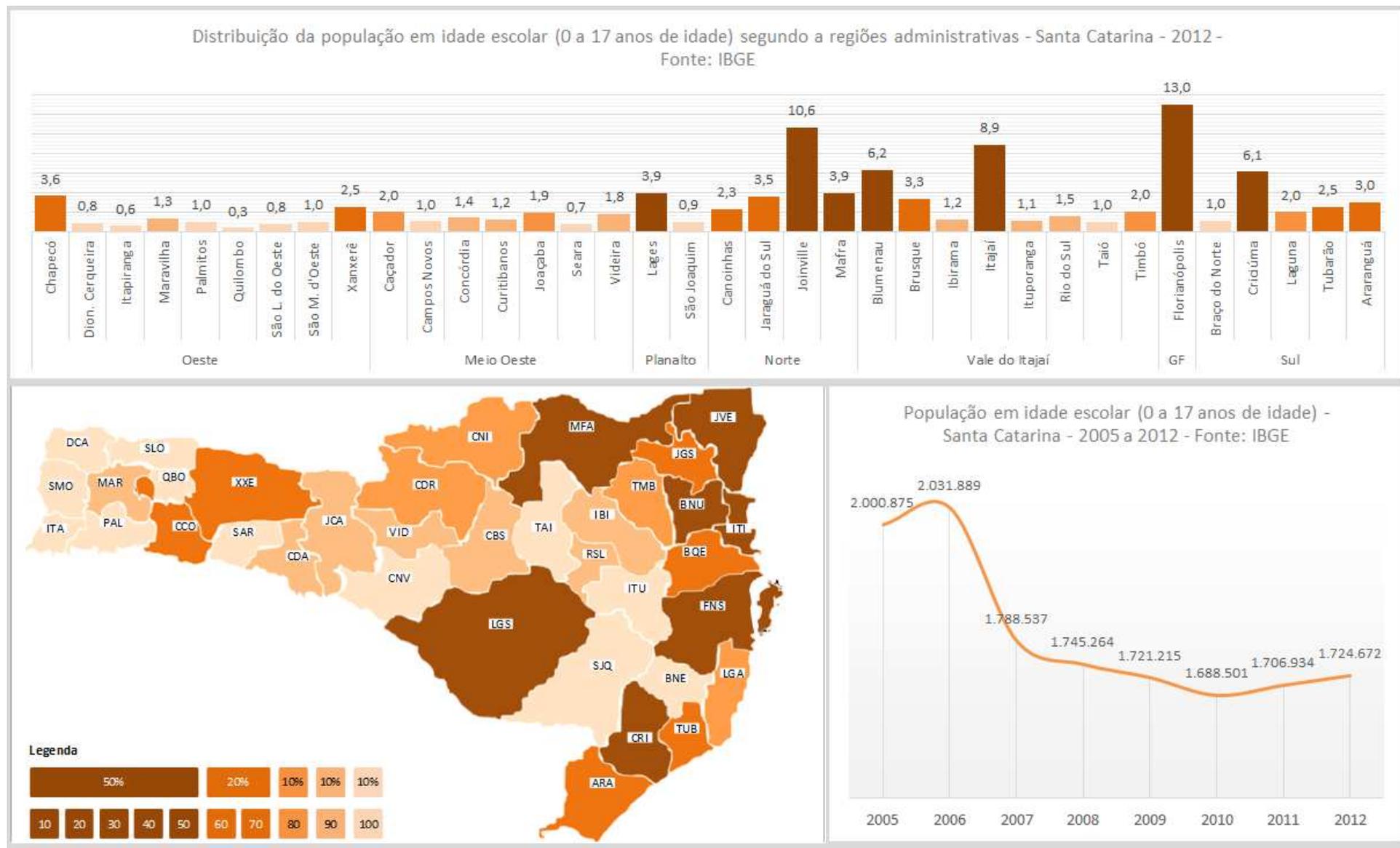


Pessoas com 10 ou mais anos de idade, por nível de instrução - Santa Catarina - 2010 - Fonte: IBGE - Censo Demográfico



10.3.6 POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

População nas faixas etárias atendidas pela educação básica que, de acordo com a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9.394/96), é composta por: a) educação infantil, oferecida na forma de creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos, e de pré-escolas para aquelas entre 4 e 5 anos; b) ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade; c) ensino médio, com duração mínima de três anos.



10.3.7 MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SANTA CATARINA

O aluno é a razão de ser da educação. Deve estar no centro das análises, debates e políticas públicas de ensino. O Estado conta com dados importantes sobre o aluno, que permitem saber qual o percentual que está matriculado no nível de ensino adequado, quantos são aprovados, reprovados ou abandonam a escola todos os anos, e qual a parcela que está atrasada na trajetória escolar.

A educação constitui uma aposta decisiva, mas difícil, para o futuro de Santa Catarina, sendo essencial que toda a sociedade esteja empenhada na melhoria da qualidade e das condições de equidade que são oferecidas para elevar a qualificação dos catarinenses e para que seja possível construir os consensos necessários à sustentabilidade do sistema e promover as reformas e o desenvolvimento da educação básica em todo o território de Santa Catarina.

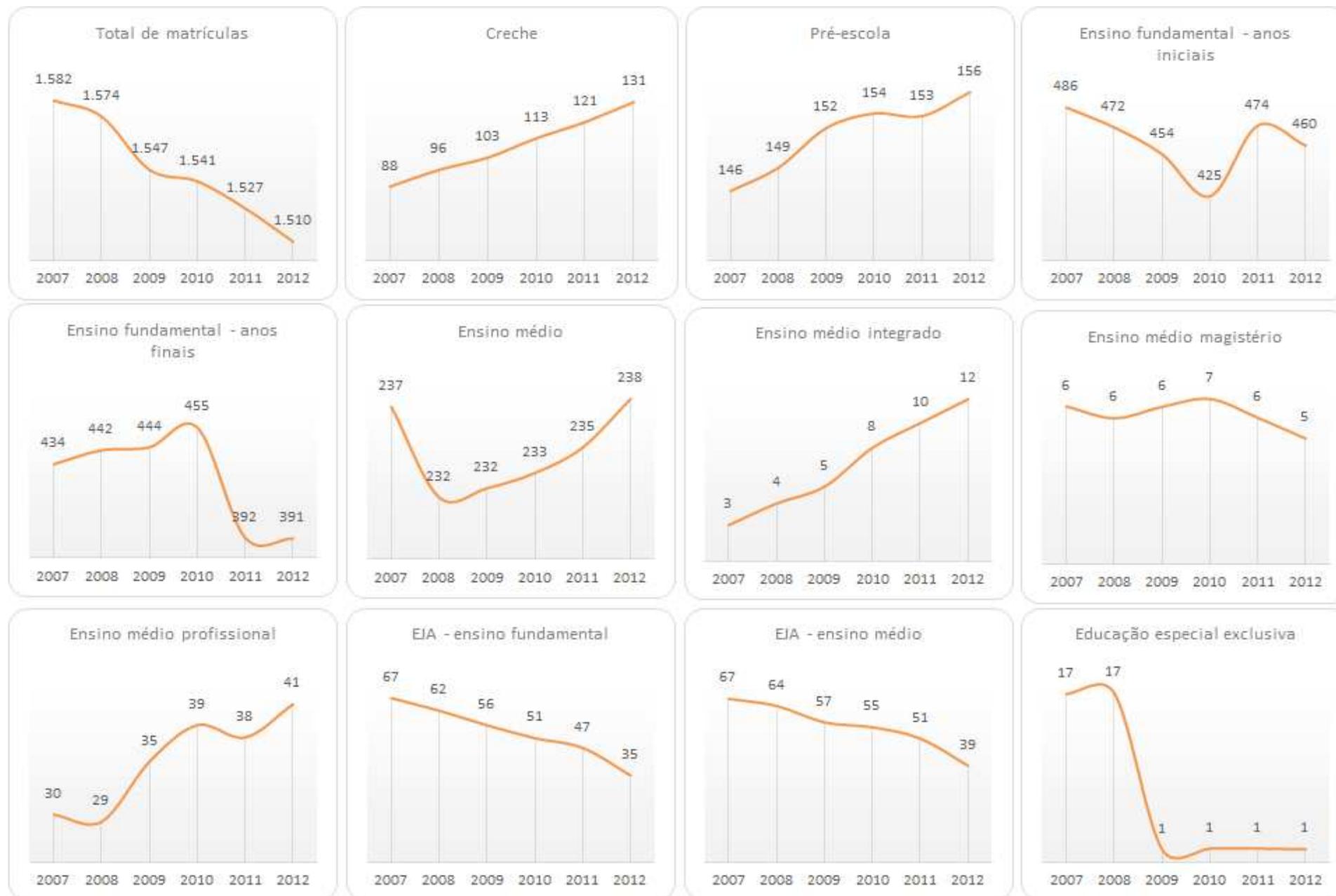
Países com população mais jovem enfrentam maior demanda por Educação Básica, ou seja, precisam oferecer mais vagas proporcionalmente em creches e escolas. A população catarinense está envelhecendo paulatinamente, e isso terá impacto sobre as matrículas em todas as etapas da educação básica.

TABELA 10-2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS E MODALIDADE DE ENSINO - SANTA CATARINA - 2007 A 2012

Etapa	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Creche	87.914	96.452	102.758	112.660	120.995	131.225
Pré-escola	146.437	148.576	152.233	153.572	153.334	155.539
Fundamental - anos iniciais	486.110	472.338	453.795	424.666	473.644	459.748
Fundamental - anos finais	434.227	442.244	443.996	455.346	391.689	391.432
Médio	237.358	231.799	232.356	233.294	234.867	237.851
Médio integrado	2.599	4.150	5.351	8.134	9.902	11.622
Médio magistério	6.478	5.992	6.460	6.781	6.011	5.163
EJA – ensino fundamental	67.084	61.970	55.971	50.692	46.695	35.402
EJA – ensino médio	66.794	63.874	57.129	55.159	50.523	39.374
Ensino médio profissional	29.845	29.121	35.267	39.003	37.748	41.148
Educação especial exclusiva - classes especiais	17.197	17.296	1.263	1.359	1.369	1.295
TOTAL	1.582.043	1.573.812	1.546.579	1.540.666	1.526.777	1.509.799

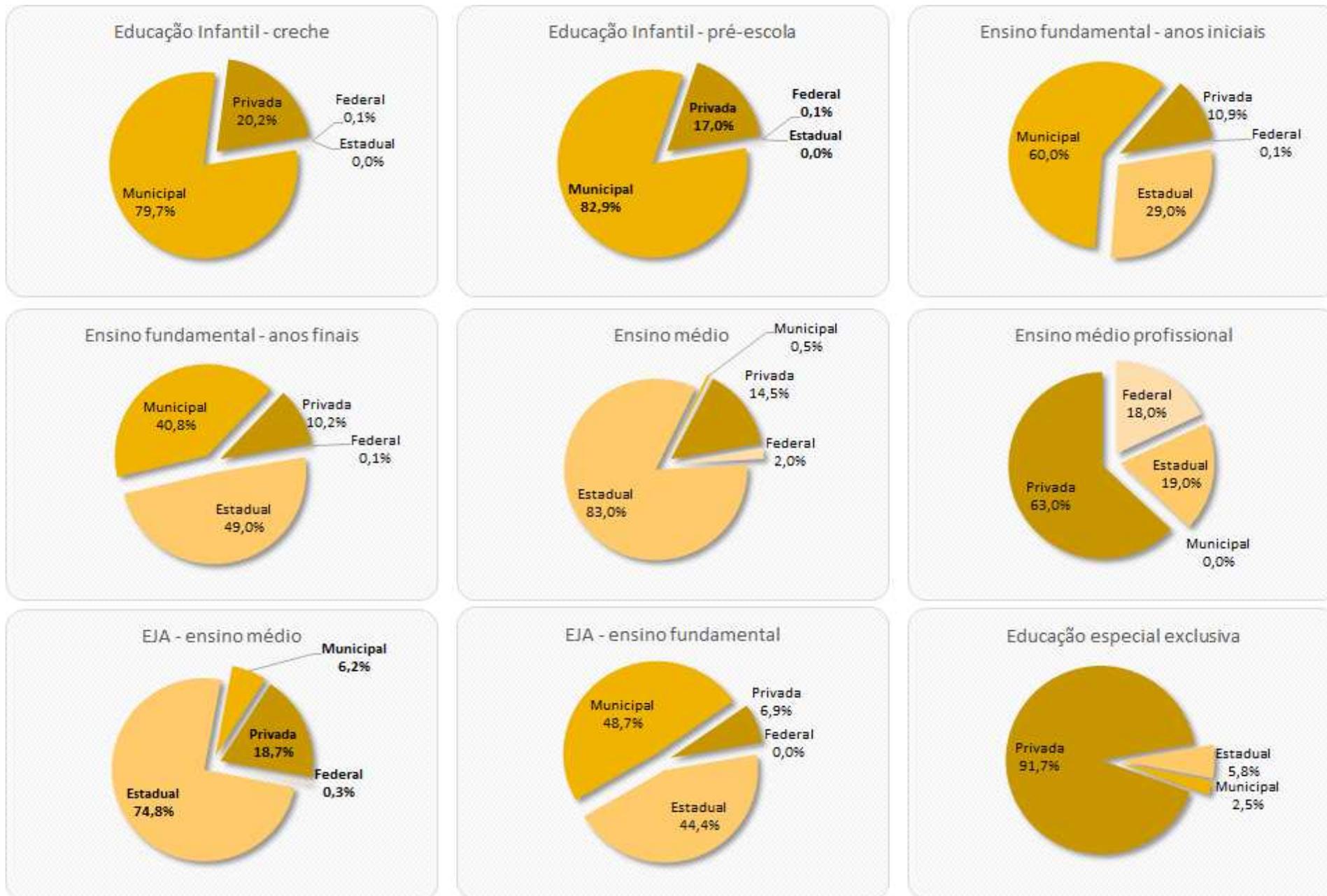
FONTE: CENSO ESCOLAR/ASEST/SED/SC

GRÁFICO 10-1 - MATRÍCULAS (EM MIL) NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO – SANTA CATARINA - 2007 A 2012



Fonte: Censo Escolar/ASEST/SED/SC

GRÁFICO 10-2 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR ETAPA E MODALIDADE, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - SANTA CATARINA – 2012



Fonte: Censo Escolar/AEST/SED/SC

10.4 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Santa Catarina contava em 2012 com 6.238 escolas, segundo os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação. As unidades de ensino municipais predominam na educação infantil e no ensino fundamental, enquanto a maioria dos estabelecimentos que oferecem ensino médio é estadual.

A infraestrutura disponível nas escolas tem importância fundamental no processo de aprendizado, mesmo assim nota-se uma importante lacuna ainda a ser preenchida em termos de alguns itens a ela ligados. Apresentamos as condições de infraestrutura disponível nas escolas estaduais de Santa Catarina. O Censo Escolar dispõe de um amplo conjunto de informações relativas à infraestrutura das escolas, dentre as quais foram selecionados alguns itens pela sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

TABELA 10-3 – ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SANTA CATARINA – 2005 A 2012

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Educação infantil - creche	1.570	1.659	1.930	1.998	2.104	2.151	2.291	2.358
Educação infantil - pré-escola	3.784	3.715	3.670	3.633	3.323	3.306	3.319	3.379
Ensino fundamental	4.007	3.932	3.856	3.757	3.646	3.492	3.421	3.376
Ensino médio	835	844	858	875	917	952	965	970
Educação profissional	84	98	85	89	94	119	124	134
Educação especial (escolas exclusivamente especializadas)	194	197	206	203	22	47	78	74
Educação de jovens e adultos	465	455	559	562	547	517	518	457

Fonte: MEC/INEP/DEED

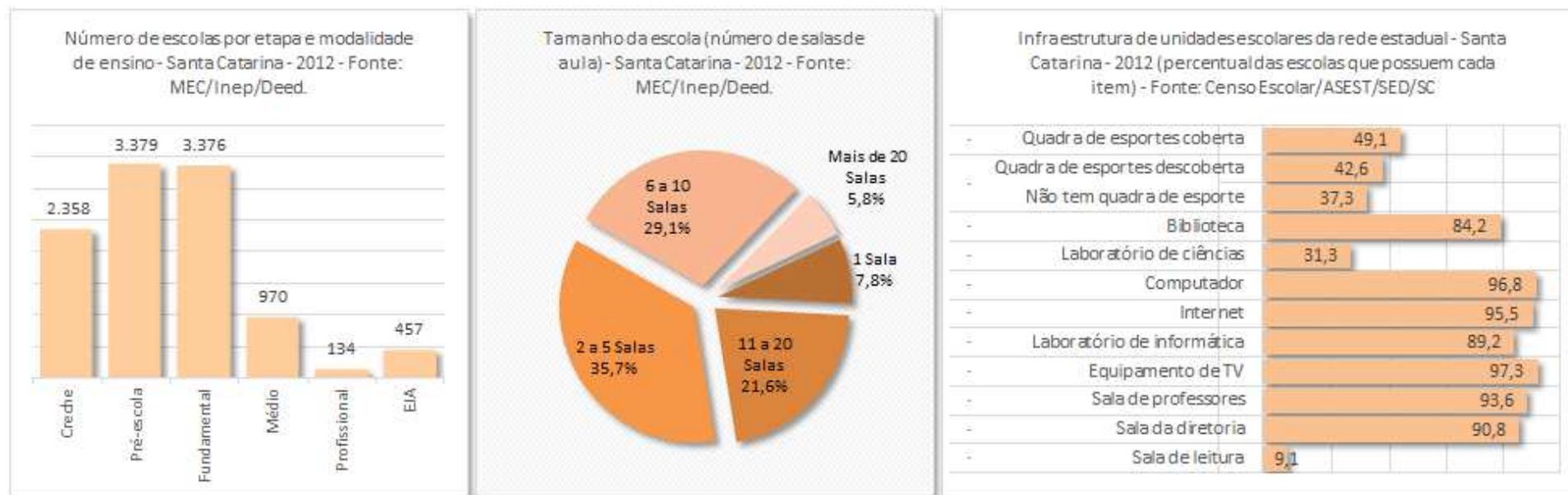


GRÁFICO 10-3 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, TAMANHO E LOCALIZAÇÃO - SANTA CATARINA – 2012



Fonte: MEC/INEP/DEEP – Censo Escolar

GRÁFICO 10-4 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, TAMANHO E LOCALIZAÇÃO - SANTA CATARINA – 2012

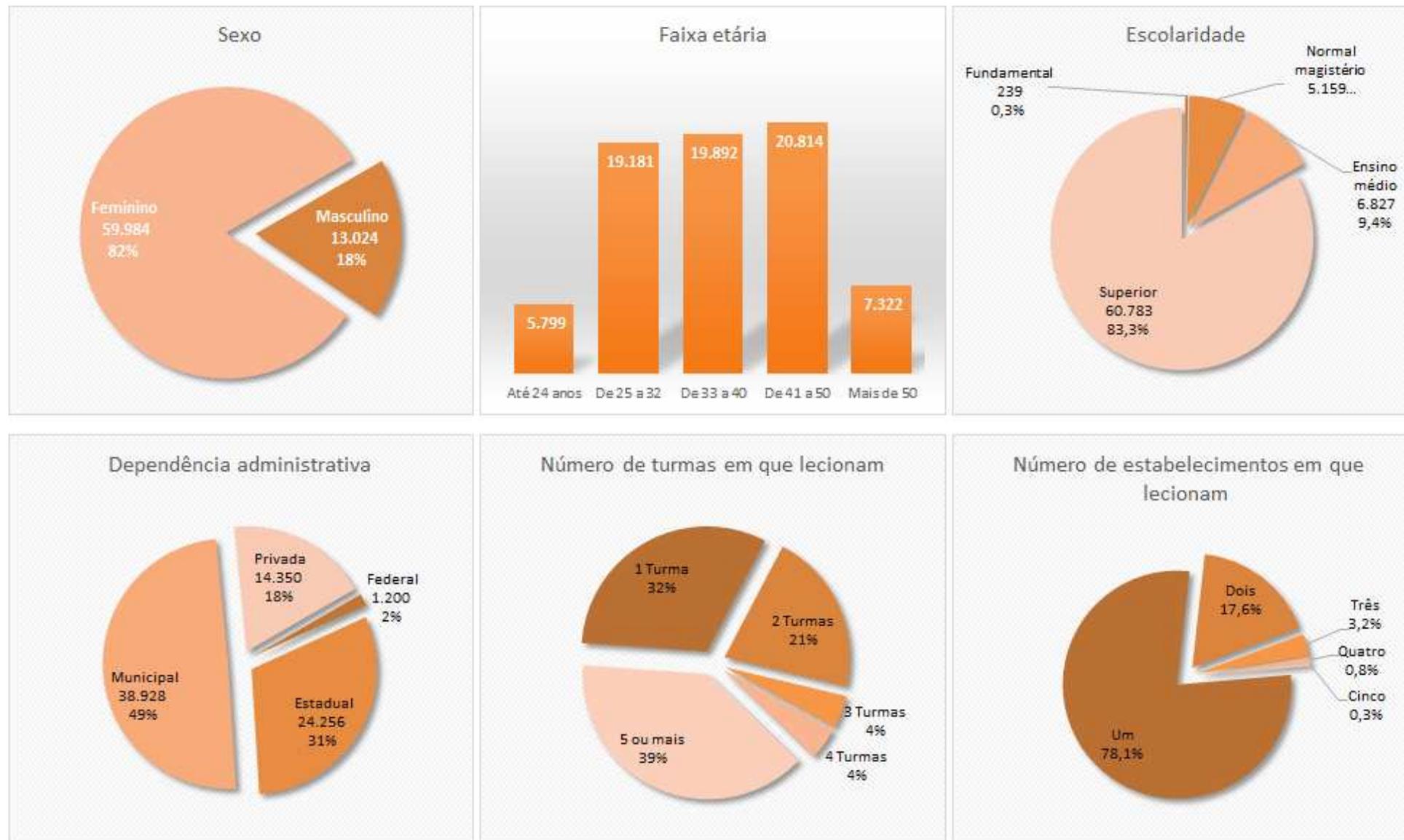


Fonte: MEC/INEP/DEEP – Censo Escolar 2012

10.5 PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Apresenta-se, a seguir, uma síntese das informações relativas ao corpo docente que atua na educação básica de Santa Catarina, conforme o Censo Escolar 2012.

GRÁFICO 10-5 - PERFIL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SANTA CATARINA – 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed – Censo Escolar

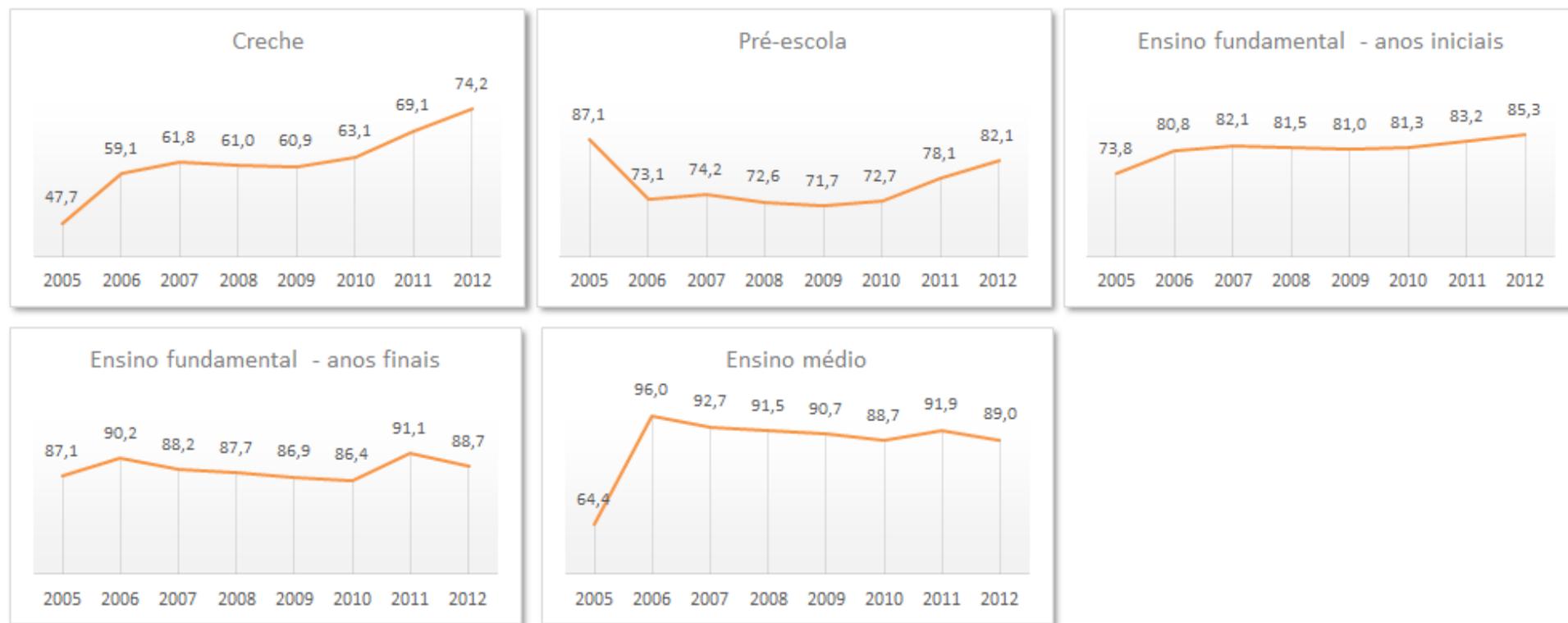
10.5.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFESSORES

TABELA 10-4 - PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO SUPERIOR (%) POR ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO – SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Creche	47,7	59,1	61,8	61,0	60,9	63,1	69,1	74,2
Pré-escola	87,1	73,1	74,2	72,6	71,7	72,7	78,1	82,1
Ensino fundamental - anos iniciais	73,8	80,8	82,1	81,5	81,0	81,3	83,2	85,3
Ensino fundamental - anos finais	87,1	90,2	88,2	87,7	86,9	86,4	91,1	88,7
Ensino médio	64,4	96,0	92,7	91,5	90,7	88,7	91,9	89,0

Censo escolar 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

GRÁFICO 10-6 – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FORMAÇÃO SUPERIOR (%) POR ETAPA DE ENSINO - SANTA CATARIANA – 2012



Fonte: MEC/INEP/DEEP – Censo Escolar

10.6 RENDIMENTO ESCOLAR

As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento dos alunos e expressam o percentual de alunos aprovados, reprovados, que abandonaram a escola ou que não responderam. As taxas de rendimento são fundamentais para a verificação e o acompanhamento do rendimento da escola. Além disso, são variáveis utilizadas no cálculo do IDEB.

TABELA 10-5 - TAXA DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – SANTA CATARINA - 2005 A 2011

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TAXA DE APROVAÇÃO (%)							
Federal	96,4	94,5	92,6	92,1	94,6	95,4	95,8
Estadual	87,4	88,4	89,2	89,8	90,0	93,3	96,6
Municipal	89,6	90,7	91,8	92,2	92,4	93,6	94,2
Particular	98,2	98,1	98,0	98,2	98,1	98,1	98,0
Média estadual	89,3	90,2	91,1	91,6	91,8	93,9	95,6
TAXA DE REPROVAÇÃO (%)							
Federal	3,6	5,5	7,5	7,9	5,4	4,6	4,2
Estadual	12,6	11,6	10,8	10,2	10,0	6,7	3,4
Municipal	10,4	9,3	8,2	7,8	7,6	6,4	5,8
Particular	1,8	1,9	2,0	1,8	1,9	1,9	2,0
Média estadual	10,7	9,8	8,9	8,4	8,2	6,1	4,4

Fonte: CENSO ESCOLAR /ASEST/SED/SC

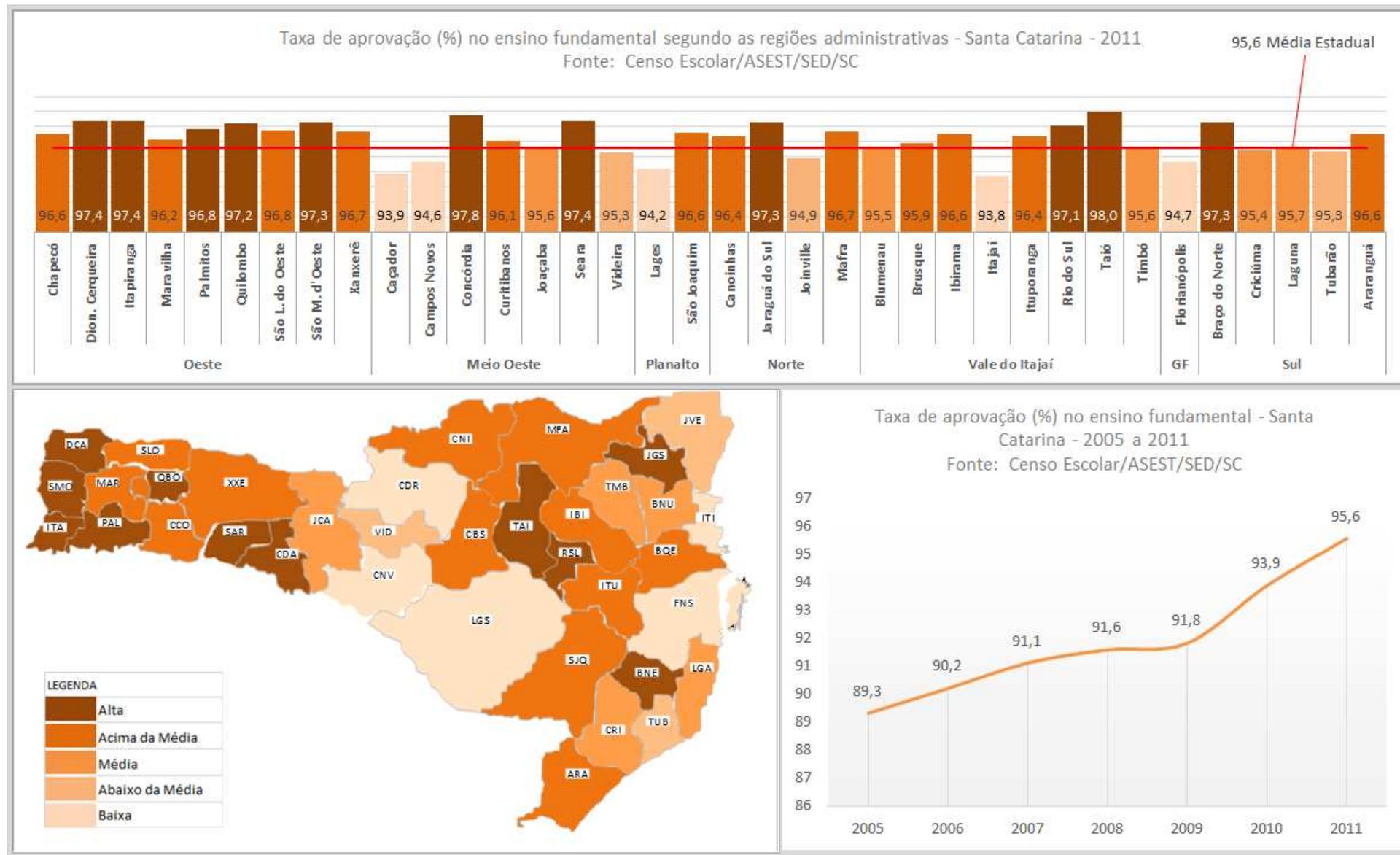
TABELA 10-6 - TAXA DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – SANTA CATARINA – 2005 A 2011

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TAXA DE APROVAÇÃO (%)							
Federal	92,7	94,2	91,0	91,2	91,8	91,1	92,8
Estadual	89,7	90,8	89,1	89,5	88,7	87,6	91,2
Municipal	87,9	90,2	94,0	92,7	94,2	95,5	95,9
Particular	96,4	96,4	96,2	95,7	95,7	95,8	95,4
Média estadual	90,8	91,6	90,2	89,4	89,8	88,8	91,9
TAXA DE REPROVAÇÃO (%)							
Federal	7,3	5,8	9,0	8,8	8,2	8,9	7,2
Estadual	10,4	9,2	10,9	10,5	11,3	12,4	8,8
Municipal	12,1	9,8	6,0	7,3	5,8	4,5	4,1
Particular	3,6	3,6	3,8	4,3	4,3	4,2	4,6
Média estadual	9,2	8,4	9,8	10,6	10,2	11,2	8,2

Fonte: CENSO ESCOLAR /ASEST/SED/SC

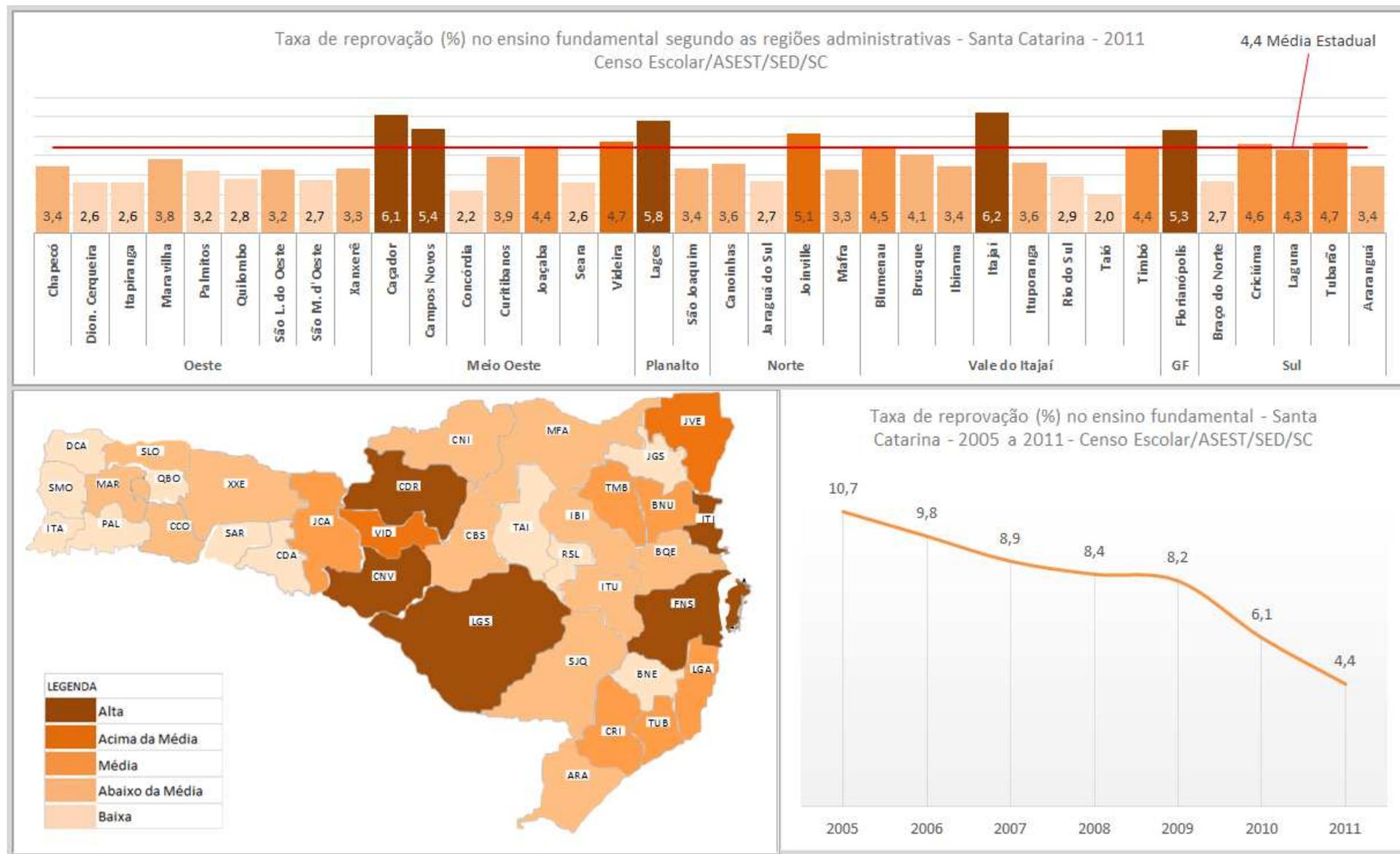
10.6.1 TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

É o percentual de alunos que preencheram os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos no final do ano letivo.



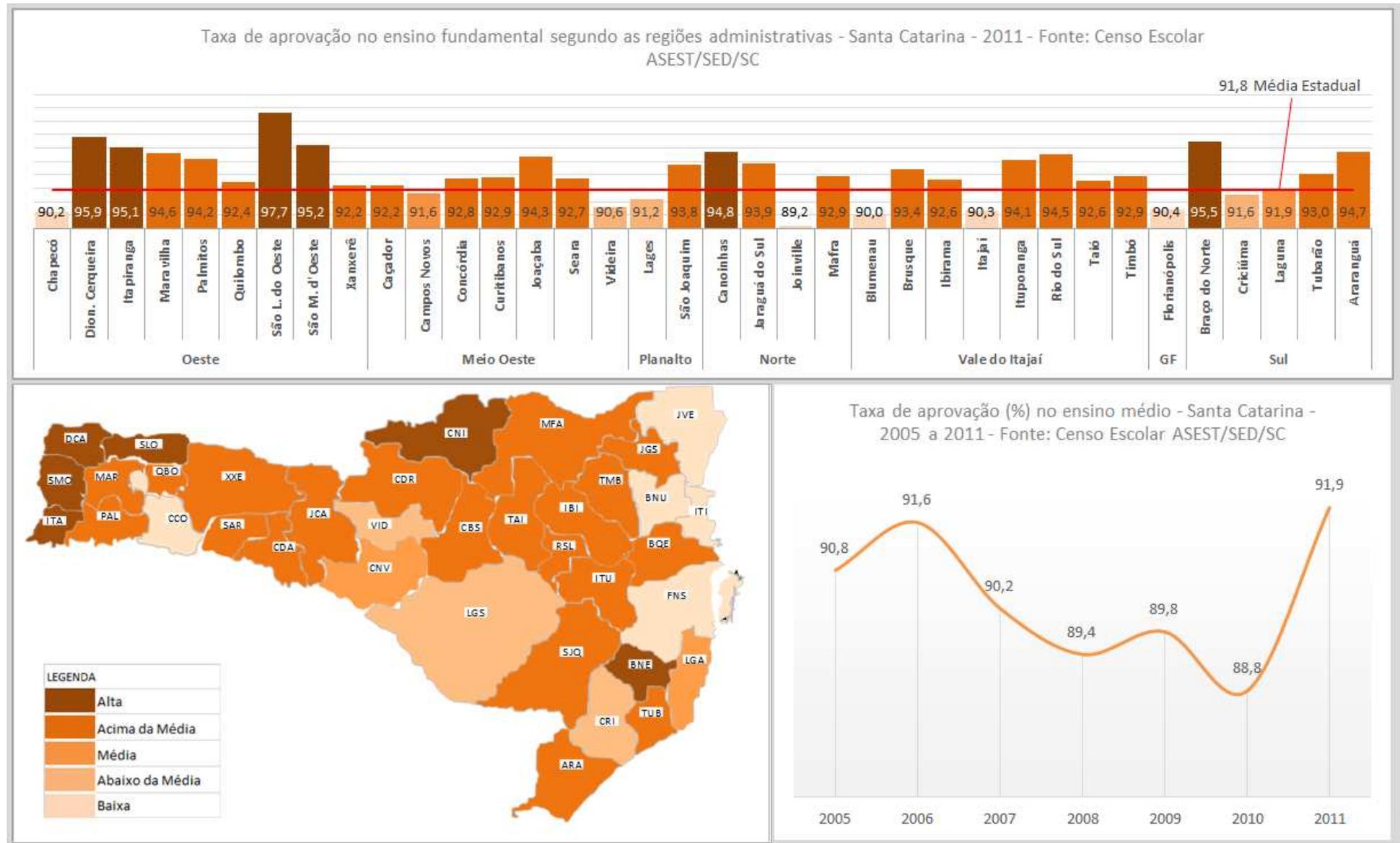
10.6.2 TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontravam.

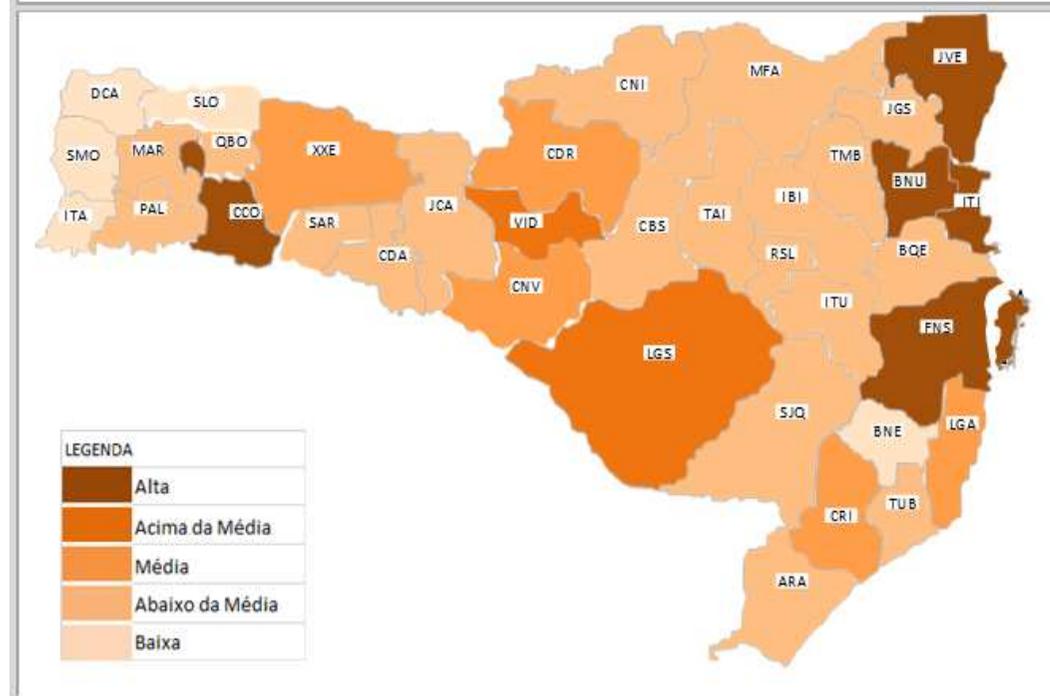
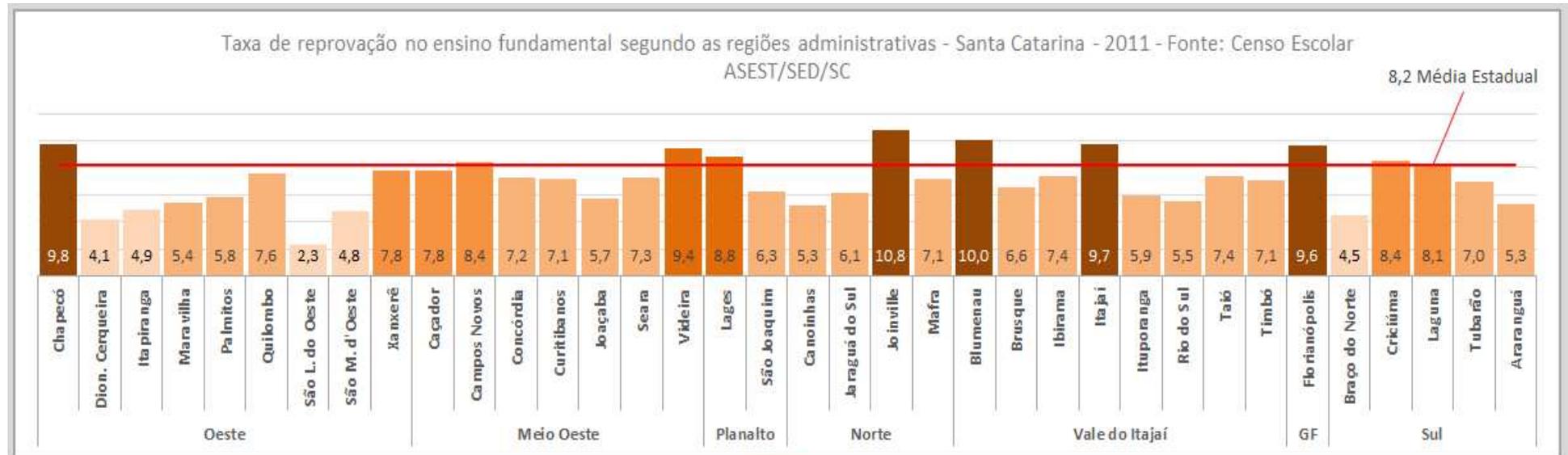


10.6.3 TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

É o percentual de alunos que preencheram os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no final do ano letivo.



10.6.4 TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO



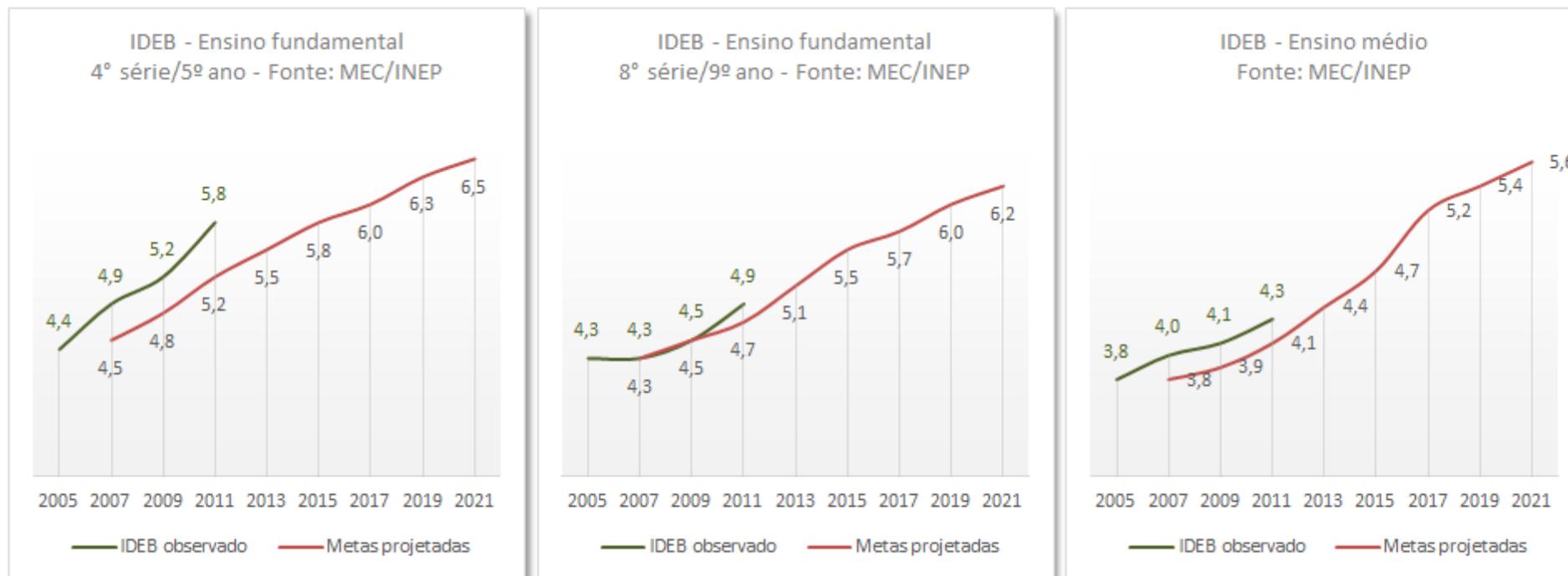
10.6.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador da qualidade da educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 0 a 10. A meta é que Santa Catarina alcance o IDEB de 6,5 no ensino fundamental nos anos iniciais, de 6,2 nos anos finais e de 5,6 no ensino médio, até o ano de 2021.

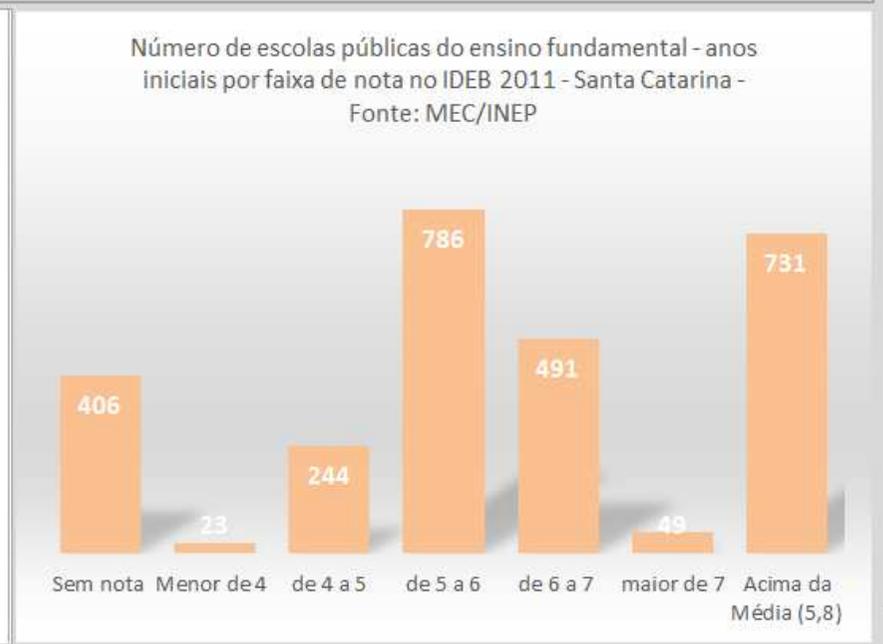
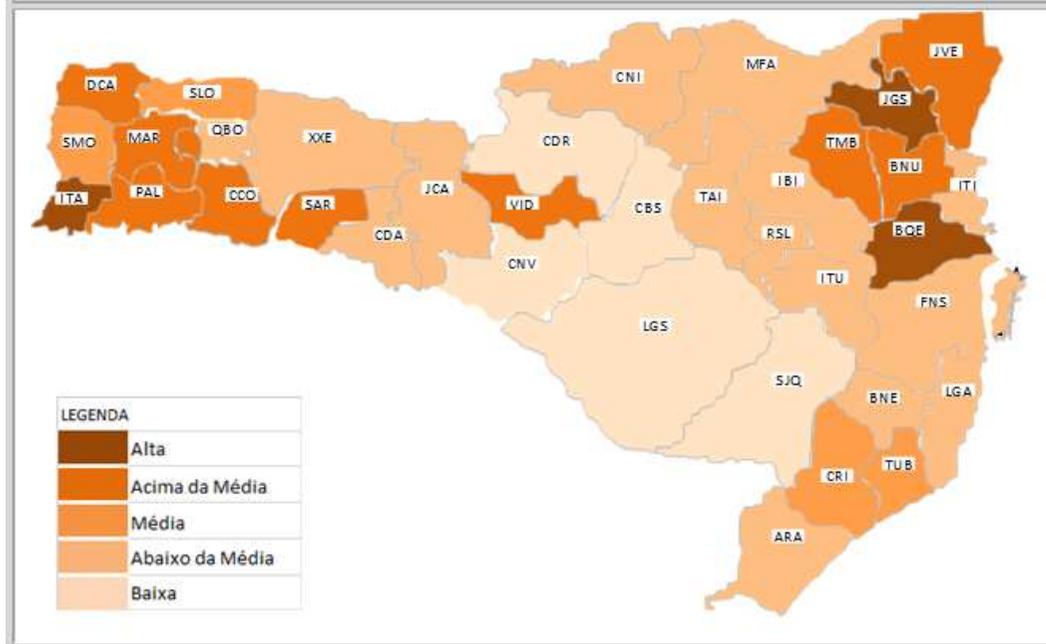
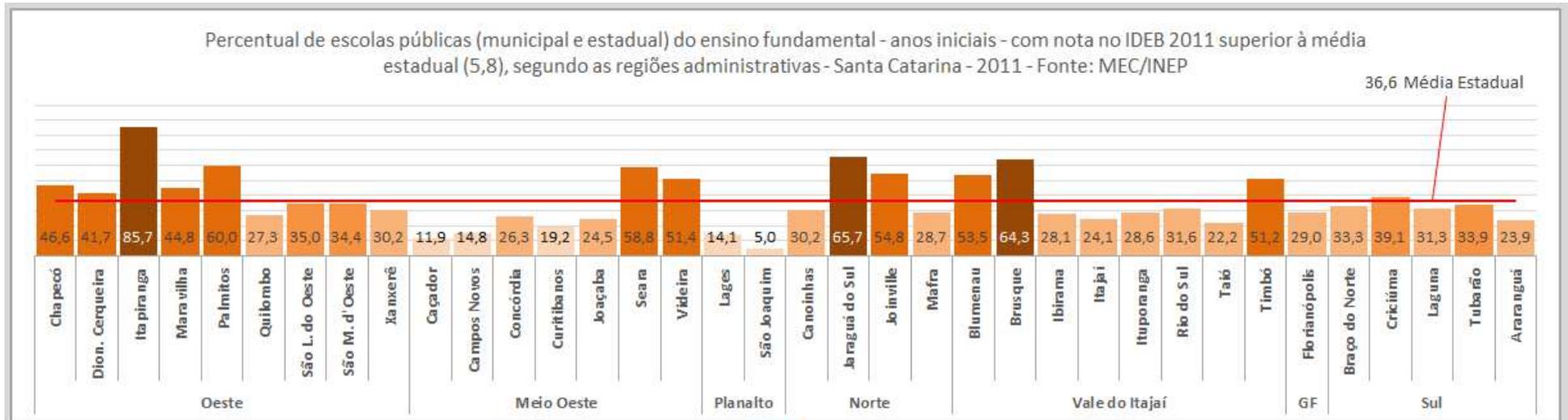
O indicador é calculado com base no desempenho do estudante nas avaliações realizadas e nas taxas de aprovação.

Assim, segundo a própria definição do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, “para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula”. O IDEB é calculado por escola, para as escolas públicas de ensino fundamental e médio. Também é calculado para todas as redes de ensino fundamental e médio, federais, estaduais e municipais, públicas e privadas.

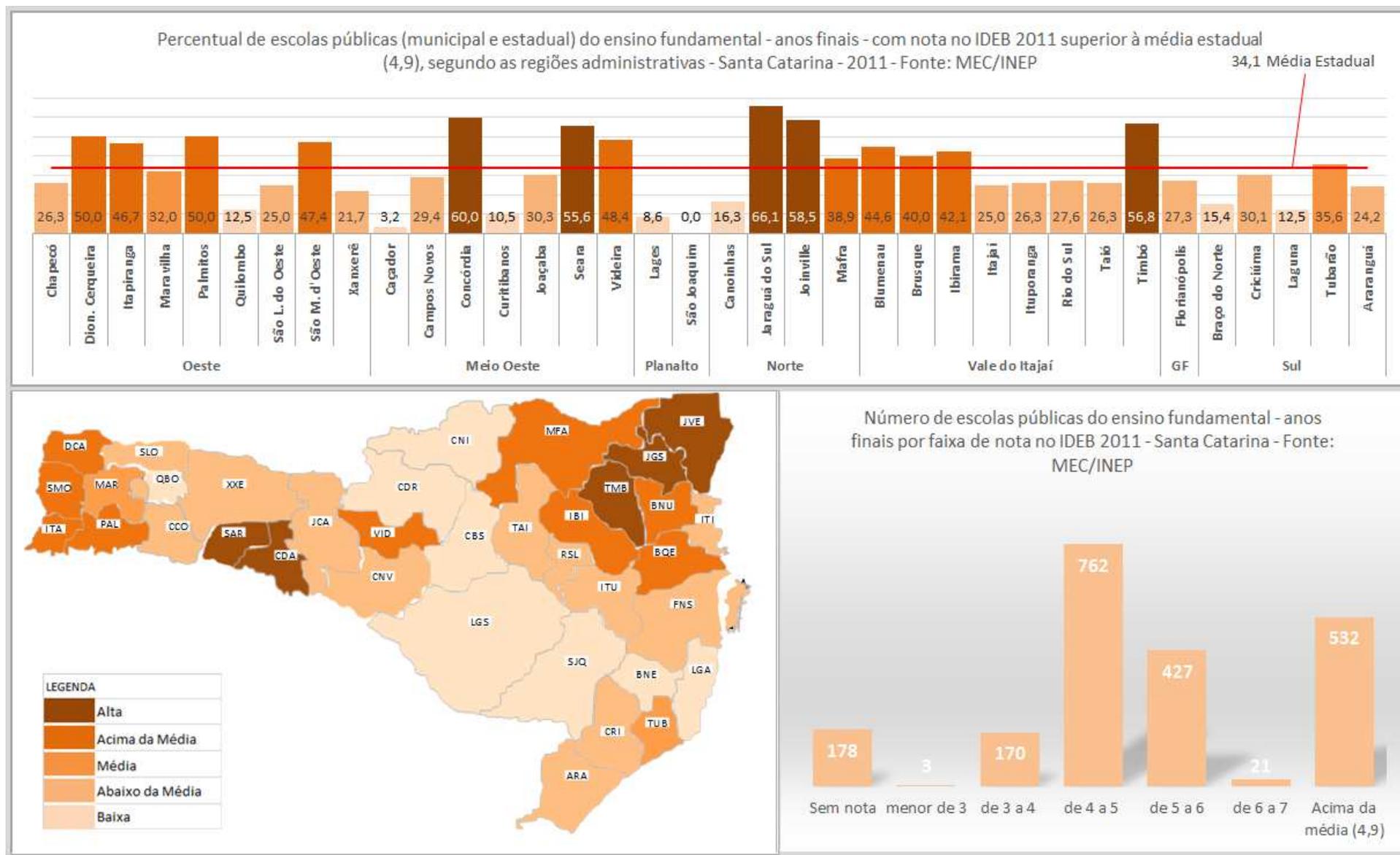
GRÁFICO 10-7 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SANTA CATARINA



10.6.6 IDEB – ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS



10.6.7 IDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



10.7 ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Estes indicadores captam a proporção da população em uma determinada faixa etária que frequenta a escola, podendo avaliar a capacidade do sistema de ensino de manter as crianças e adolescentes nas escolas. Normalmente, considera-se a faixa etária adequada para se cursar determinado grau, ou seja, 4 a 5 anos para a Pré-Escola, 6 a 14 para o ensino fundamental e 15 a 17 para o ensino médio.

Taxa de escolarização bruta

Este indicador é dado pela razão entre as matrículas em um determinado nível de ensino e a população em idade adequada de cursar tal nível. Ele possibilita avaliar o volume de matrículas nesse nível em função da demanda potencial na faixa etária adequada.

Taxa de escolarização líquida

Este indicador corresponde à razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível e a população total na mesma idade, ou seja, indica a porcentagem da população na faixa etária que está matriculada no nível de ensino adequado. Como este indicador não capta os estudantes que estão atrasados e fora de seu nível adequado de ensino, ele é mais apropriado para avaliar a eficiência do sistema de ensino do que a taxa de escolarização bruta, já que um crescimento dessa taxa só ocorre, basicamente, por fatores positivos.

TABELA 10-7 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA DA EDUCAÇÃO BÁSICA – SANTA CATARINA – 2005 A 2011

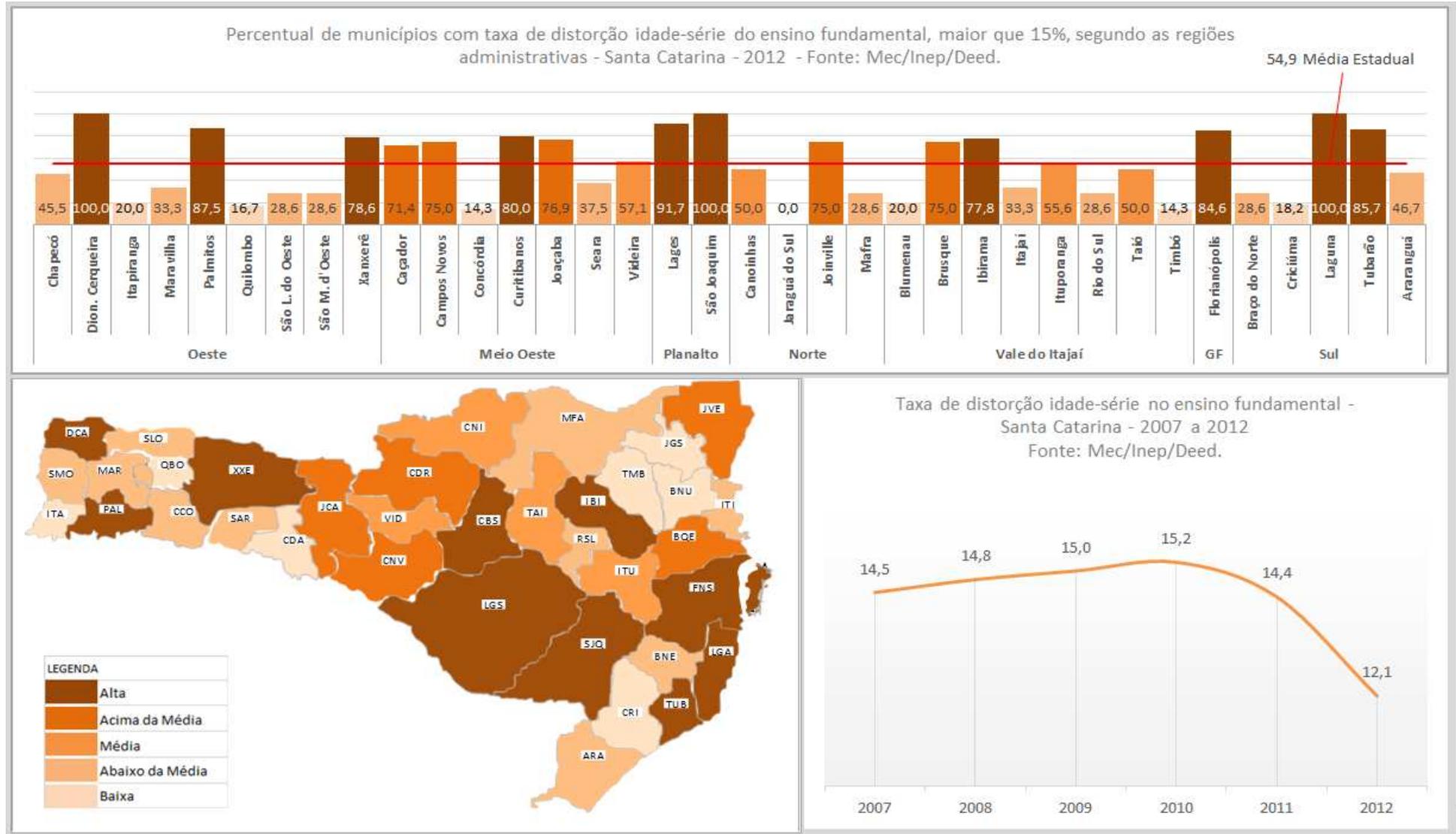
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Taxa de Escolarização Bruta						
Ensino infantil - pré-escola	67,6	71,9	55,3	73,7	61,8	66,5
Ensino fundamental	107,4	108,3	111,7	98,7	100,4	104,7
Ensino médio	90,2	81,4	81,1	86	77,2	80,4
Taxa de Escolarização líquida						
Ensino infantil - pré-escola	66,7	70,5	53,8	72,9	52,3	47,1
Ensino fundamental	96,6	96,9	96,7	90,6	92,6	92,3
Ensino médio	62,7	62	56,8	59,8	60,9	54,7

Fonte: IBGE - PNAD

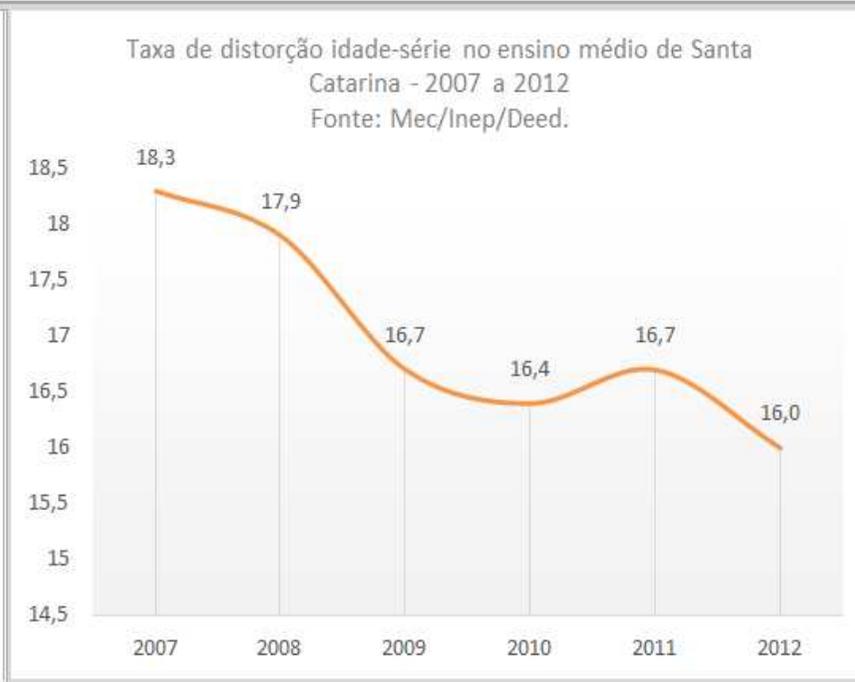
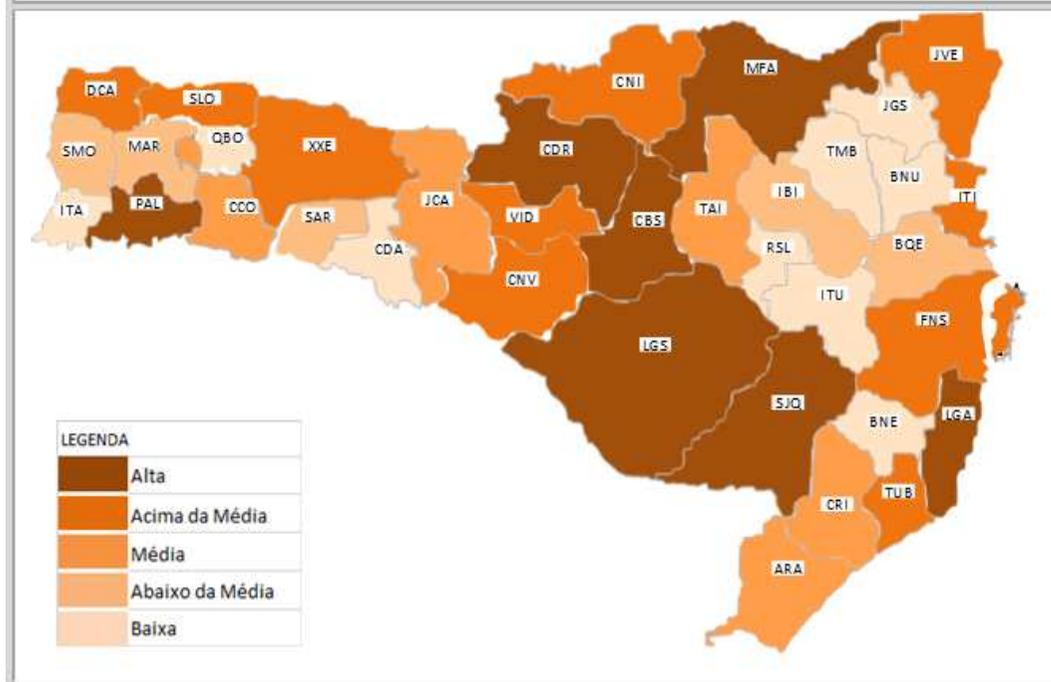
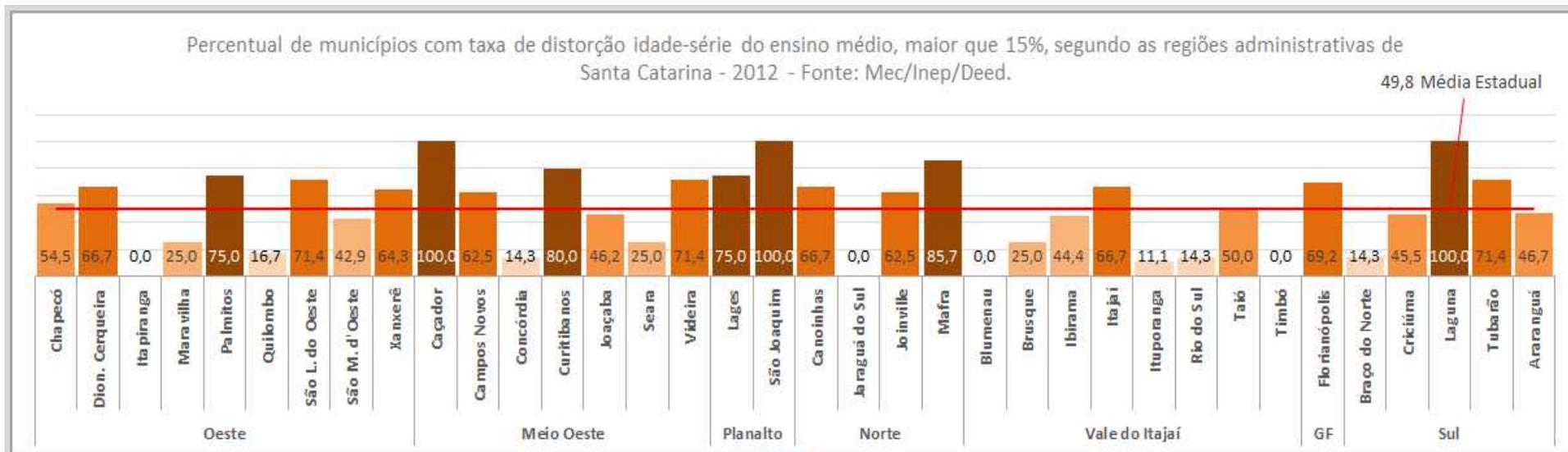
10.7.1 TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE

Corresponde ao total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade superior à considerada ideal sobre o total de matrículas na série em questão. Esse índice é importante para determinar problemas relacionados, principalmente, com a alta repetência em determinada série, que é um dos principais problemas no sistema de ensino brasileiro, com graves consequências para os níveis de escolaridade da população.

Ensino fundamental



Ensino Médio



10.8 EDUCAÇÃO INFANTIL

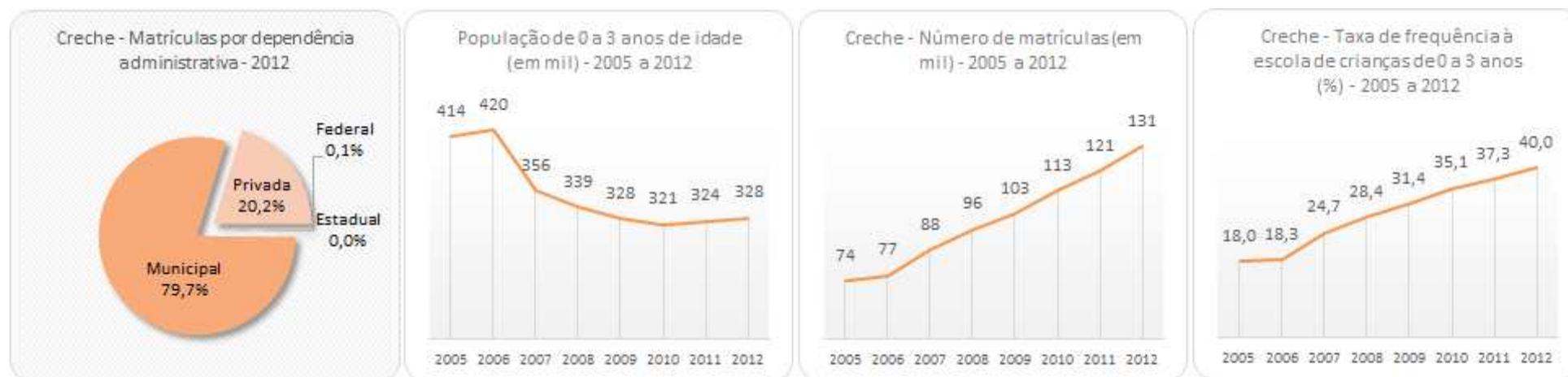
Consiste na educação das crianças antes da sua entrada no ensino obrigatório. É ministrada normalmente no período compreendido até os cinco anos de idade. Neste tipo de educação, as crianças são estimuladas - através de atividades lúdicas e jogos - a exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, a fazer descobertas e a iniciar o processo de alfabetização.

TABELA 10-8 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População de 0 a 3 anos de idade	413.670	420.219	356.329	339.325	327.511	320.798	324.410	327.843
População de 4 e 5 anos de idade	221.108	224.583	198.444	189.854	183.318	171.004	172.891	174.698
Matrículas – creche (crianças de 0 a 3 anos)	74.426	77.101	87.914	96.452	102.758	112.660	120.995	131.225
Matrículas - pré-escola (crianças de 4 a 5 anos)	176.316	166.160	146.437	148.576	152.233	153.572	153.334	155.539
Número de escolas	5.354	5.374	4.028	4.025	3.686	3.690	3.772	3.718
Número de funções docentes	19.076	19.323	18.528	20.145	20.902	21.953	23.495	26.159
Taxa de frequência à creche (crianças de 0 a 3 anos) (%)	18,0	18,3	24,7	28,4	31,4	35,1	37,3	40,0
Taxa de frequência à pré-escola (crianças de 4 a 5anos) (%)	79,7	74,0	73,8	78,3	83,0	89,8	88,7	89,0

Fonte: MEC/Inep/Deed – Sinopse Estatística da Educação Básica de 2005 a 2012

10.8.1 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES: CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE



10.8.2 EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA: CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS DE IDADE



10.9 ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos. Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo. Após a conclusão do ciclo, o aluno deve ser também capaz de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

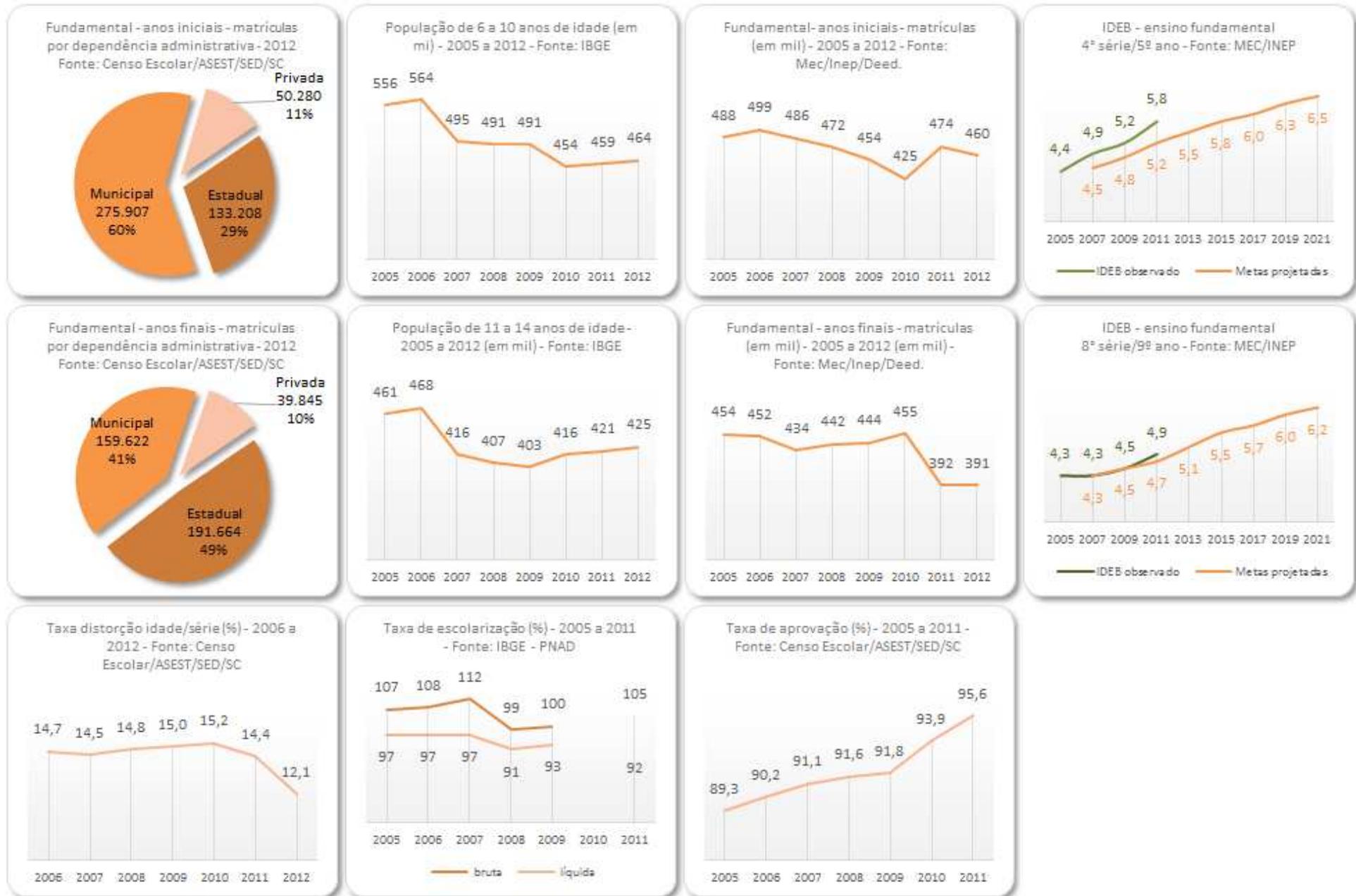
Desde 2005, a Lei nº 11.114 determinou a duração de nove anos para o ensino fundamental. Desta forma, a criança entra na escola aos 6 anos de idade, e não mais aos 7 anos, e conclui aos 14 anos, ou seja, no 9º ano do fundamental.

TABELA 10-9 – INDICADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População em idade escolar de 6 a 10 anos	555.653	564.198	494.923	490.701	491.029	454.406	459.347	464.100
População em idade escolar de 11 a 14 anos	460.862	467.918	416.073	407.247	402.799	416.105	420.582	424.927
Número de matrículas - anos iniciais	487.983	499.081	486.110	472.338	453.795	424.666	473.644	459.748
Número de matrículas – anos finais	454.399	452.111	434.227	442.244	443.996	455.346	391.689	391.432
Número de escolas	4.007	3.932	3.856	3.757	3.646	3.492	3.421	5.242
Número de funções docentes	49.249	50.315	46.875	48.045	41.140	40.667	41.787	42.824
Taxa de distorção idade/série		14,7	14,5	14,8	15,0	15,2	14,4	
Taxa de escolarização bruta	107,4	108,3	111,7	98,7	100,4		104,7	
Taxa de escolarização líquida	96,6	96,9	96,7	90,6	92,6		92,3	
Taxa de aprovação	89,3	90,2	91,1	91,6	91,8	89,3	90,2	
Taxa de reprovação	10,7	9,8	8,9	8,4	8,2	10,7	9,8	
Taxa de abandono	1,2	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9		
IDEB – anos iniciais do ensino fundamental	4,4		4,9		5,2		5,8	
IDEB - anos finais do ensino fundamental	4,3		4,3		4,5		4,9	

Fonte: MEC/Inep/Deed – Sinopse Estatística da Educação Básica de 2005 a 2012

10.9.1 SÍNTESE DOS INDICADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL



10.10 ENSINO MÉDIO

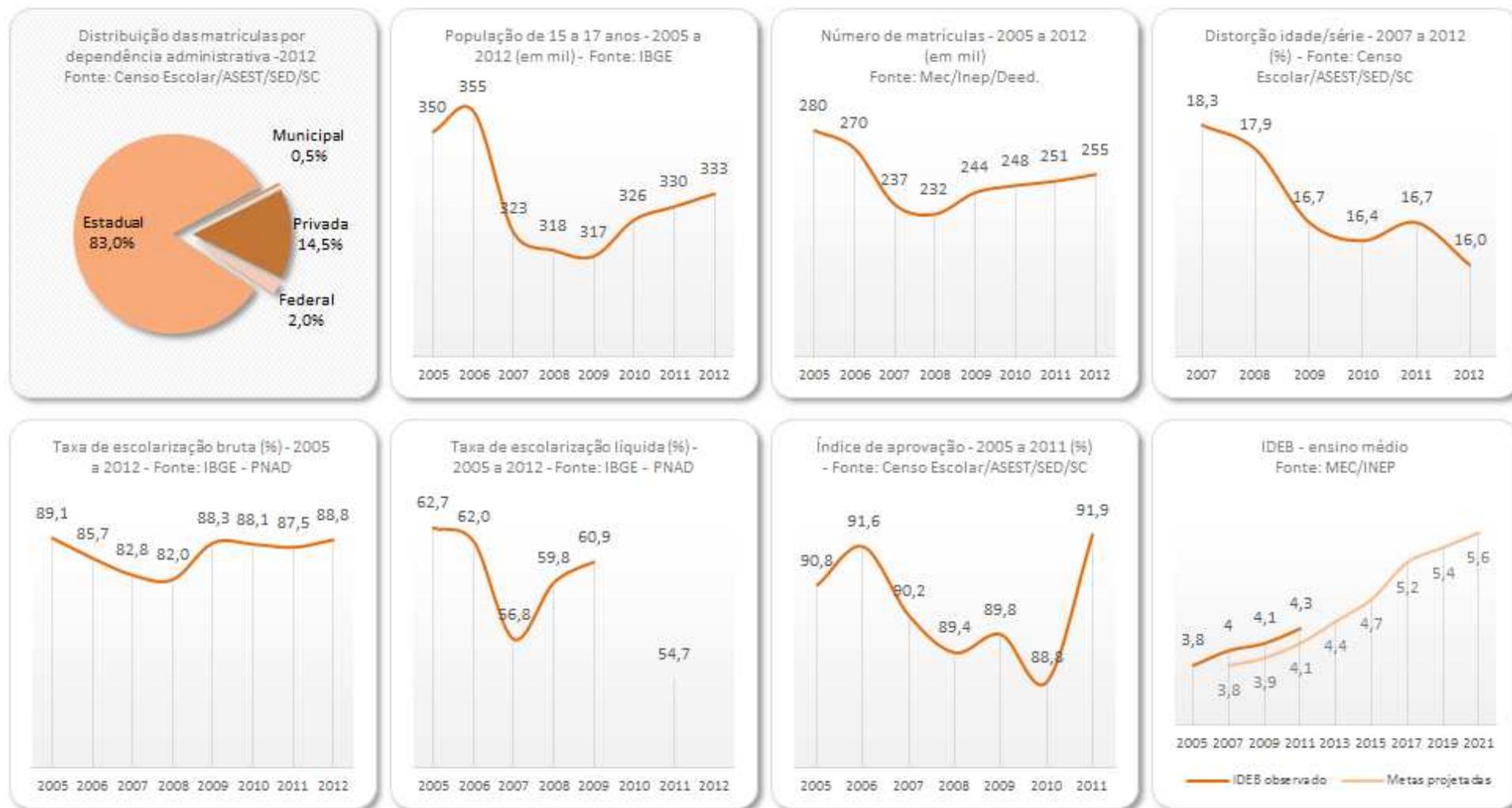
O ensino médio é a etapa final da educação básica e prepara o jovem para a entrada na faculdade. Com duração mínima de três anos, esse estágio consolida e aprofunda o aprendizado do ensino fundamental, além de preparar o estudante para trabalhar e exercer a cidadania. Ensina teoria e prática em cada disciplina, facilitando a compreensão das profissões, e desenvolve o pensamento crítico e a autonomia intelectual do aluno.

TABELA 10-10 – INDICADORES DO ENSINO MÉDIO - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População de 15 a 17 anos de idade	349.582	354.971	322.768	318.137	316.558	326.188	329.704	333.104
Número de matrículas	279.863	269.594	237.358	231.799	244.167	248.209	250.780	254.636
Número de escolas	835	844	858	875	917	952	965	970
Número de funções docentes	16.101	15.704	13.814	13.905	14.477	14.734	15.395	16.326
Taxa de distorção idade/série		21,7	18,3	17,9	16,7	16,4	16,7	
Taxa de escolarização bruta	90,2	81,4	81,1	86,0	77,2		80,4	
Taxa de escolarização líquida	62,7	62,0	56,8	59,8	60,9		54,7	
Taxa de aprovação	90,8	91,6	90,2	89,4	89,8	88,8	91,9	
Taxa de reprovação	9,2	8,4	9,8	10,6	10,2	11,2	8,2	
Taxa de abandono	10,8	7,1	7,1	6,8	7,1	8,0		
IDEB	3,8	...	4,0	...	4,1	...	4,3	

Fonte: MEC/Inep/Deed – Sinopse Estatística da Educação Básica de 2005 a 2012

10.10.1 SÍNTESE DOS INDICADORES DO ENSINO MÉDIO



10.11 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional de nível médio é destinada a alunos matriculados ou oriundos do ensino médio, com o objetivo de proporcionar habilitação ou qualificação profissional de nível médio, segundo perfil profissional de conclusão. Ela pode ser realizada de duas formas articuladas (integrada ou concomitante) e subsequente ao ensino médio.

A forma integrada é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Já a forma concomitante é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer das seguintes maneiras: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

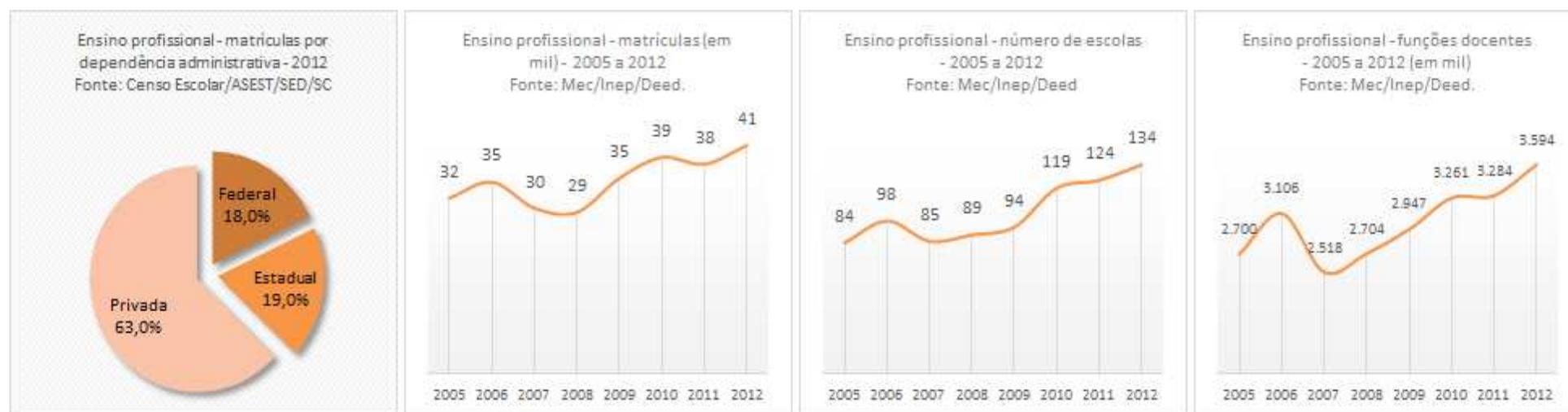
A forma de realização subsequente é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

TABELA 10-11 – PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de matrículas	31.680	34.546	29.845	29.121	35.267	39.003	37.748	41.148
Número de escolas	84	98	85	89	94	119	124	134
Número de funções docentes	2.700	3.106	2.518	2.704	2.947	3.261	3.284	3.594

Fonte: MEC/Inep/Deed – Sinopse Estatística da Educação Básica de 2005 a 2012

10.11.1 SÍNTESE DOS INDICADORES DO ENSINO PROFISSIONAL

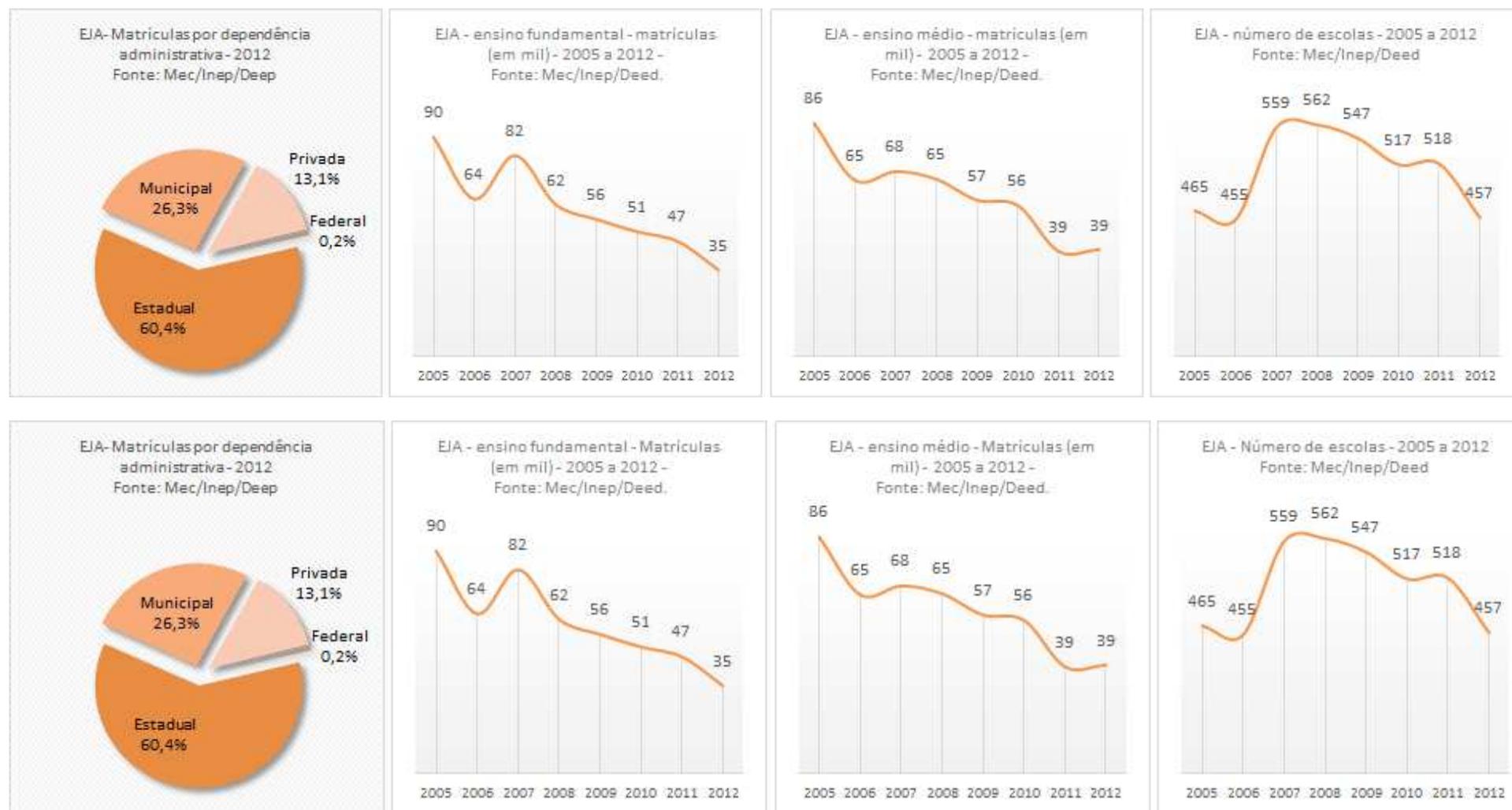


10.12 EJA – ESCOLAS DE JOVENS E ADULTOS

TABELA 10-12 – PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de matrículas - EJA – ensino fundamental	89.532	64.293	82.024	62.097	56.059	50.992	47.052	35.402
Número de matrículas - EJA – ensino médio	85.626	64.757	67.977	65.156	57.467	55.557	38.717	39.374
Número de escolas	465	455	559	562	547	517	518	457

Fonte: MEC/Inep/Deed – Sinopse Estatística da Educação Básica de 2005 a 2012



11 SAÚDE

Apresentamos indicadores referentes à infraestrutura e resultados de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e Leis Orgânicas da Saúde, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público e gratuito a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto.

O conjunto de ações e serviços de saúde constitui o Sistema Único de Saúde, cujos campos de atuação estão assim divididos:

Atenção Básica à Saúde

Corresponde a atenção primária ao paciente, mas de forma integral. É a porta de entrada do sistema de saúde. Desenvolve programas de prevenção de doença e promoção da saúde.

Serviços de Urgência / Emergência

É o serviço disponível que visa à sustentação da vida quando na eminência de algum acometimento que confira uma urgência ou emergência, isto é, que coloque a continuidade da vida em algum grau de risco.

Média e Alta Complexidade

É a atenção especializada, ferramenta importante para o tratamento de doenças. Compreende um maior grau de complexidade e resolubilidade a partir do diagnóstico ou encaminhamento da atenção primária.

Assistência Farmacêutica

Abrange todas as etapas do abastecimento de medicamentos, do atendimento ambulatorial/hospitalar ao fornecimento dos remédios para tratamento prescrito por médico responsável.

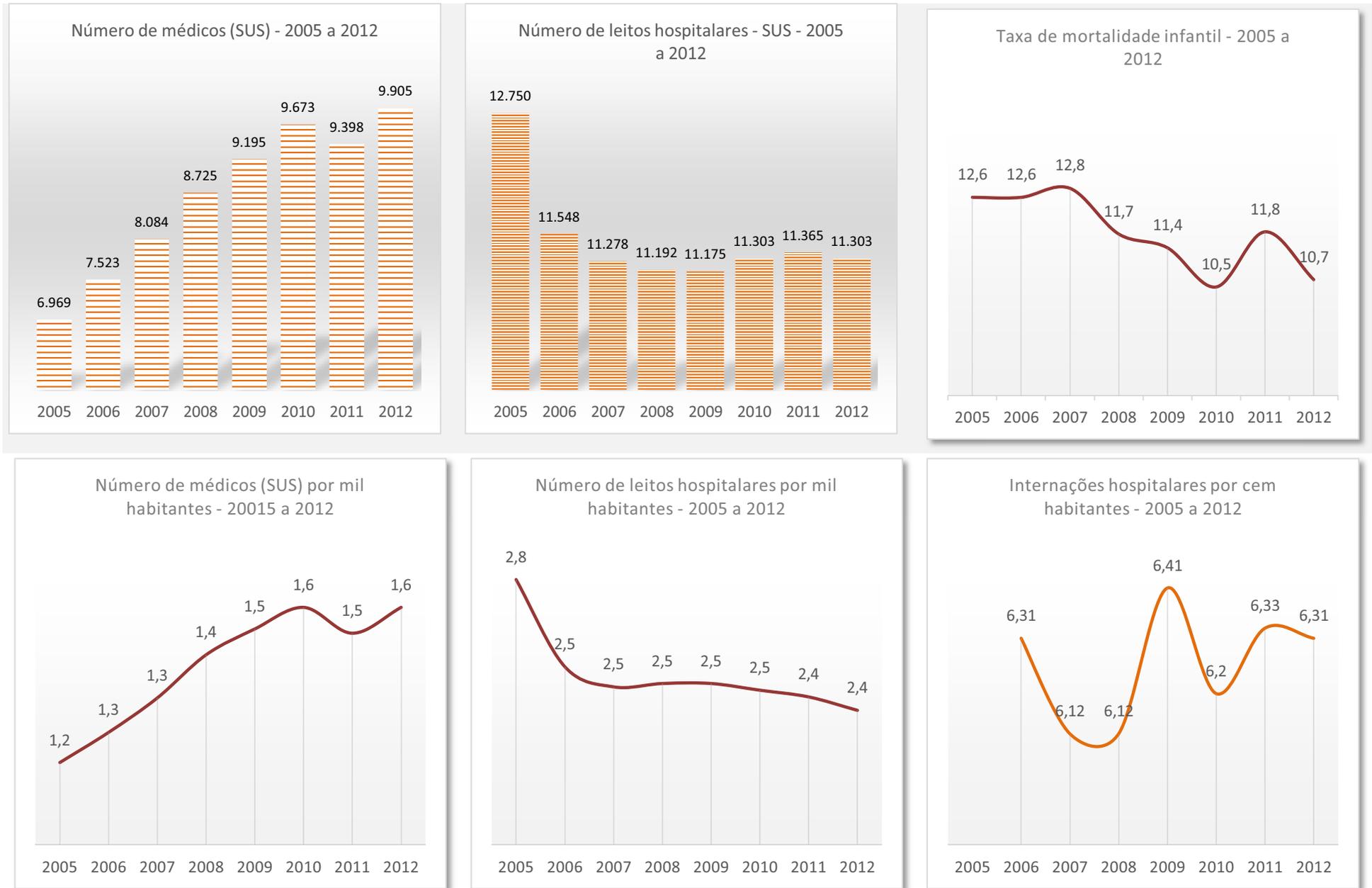
Todas as esferas de assistência devem trabalhar em harmonia, permitindo que a atenção básica seja o grande eixo da assistência ao cidadão, com acesso garantido a todos os recursos existentes no Sistema Único de Saúde.

A atenção básica é capaz de oferecer atendimento integral aos usuários e, principalmente, trabalha com a prevenção e promoção da saúde, permitindo que a atenção de alta e média complexidade seja responsável apenas pelos atendimentos de maior complexidade. Já o serviço de urgência e emergência é, de fato, caracterizado pelos atendimentos que requeiram intervenções imediatas para a sustentação da vida.

O funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

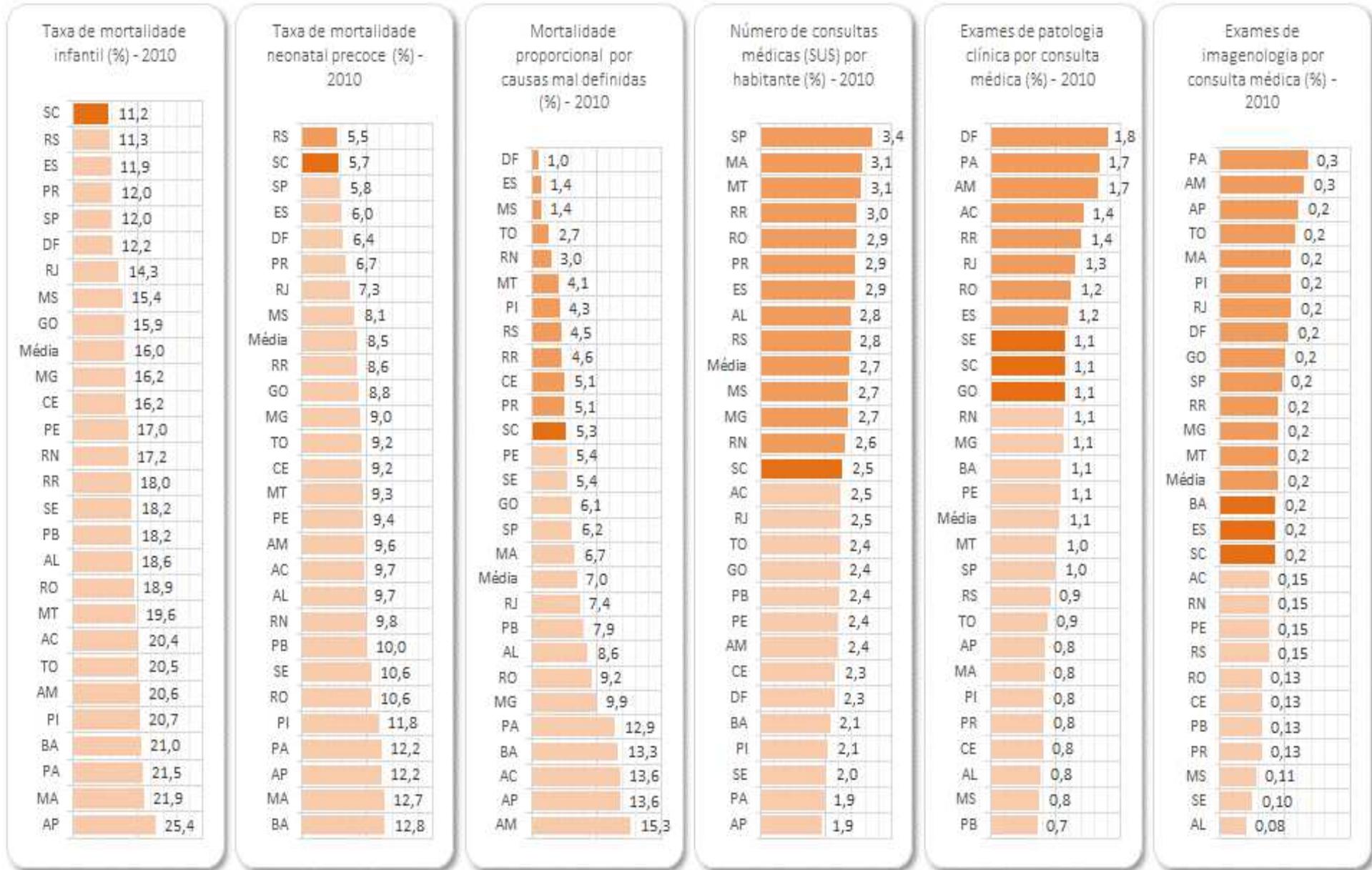
O sistema público de saúde funciona de forma referenciada. Isso ocorre quando o gestor local (município) do SUS, não dispondo do serviço de que o usuário necessita, faz o encaminhamento para outra localidade que oferece o serviço. Esse encaminhamento e a referência de atenção à saúde são pactuados entre os municípios.

11.1 PERFIL DA SAÚDE CATARINENSE



Fonte: DATASUS/RIPSA e MS/SVS/SIM

11.2 COMPARAÇÕES ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS



11.3 INDICADORES DE RESULTADOS DA SAÚDE

A gestão dos serviços de saúde não pode prescindir de indicadores de resultados. Tais indicadores são utilizados para definir, acompanhar, controlar e assegurar os resultados do complexo sistema de saúde. São, portanto, elementos-chave para controlar processos, recursos e pessoas.

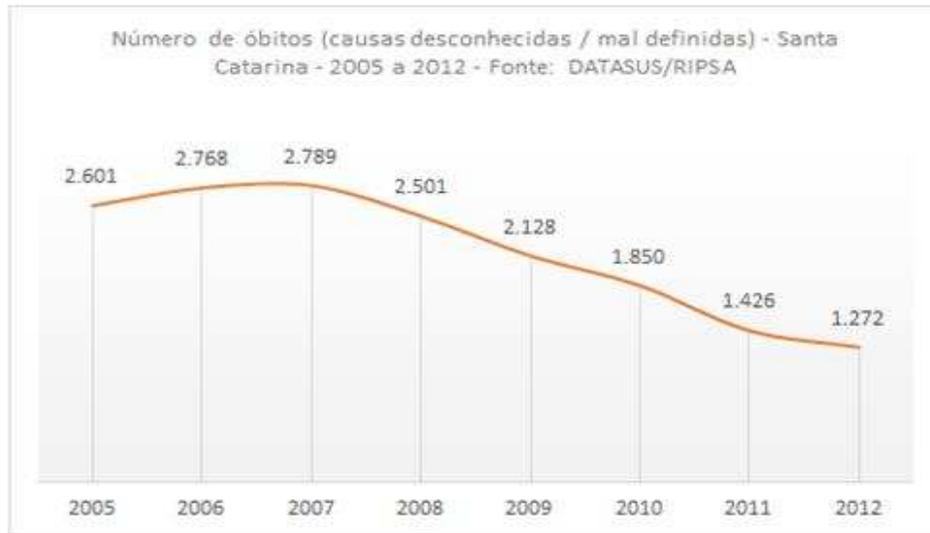
TABELA 11-1 - PRINCIPAIS INDICADORES DA SAÚDE - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	12,59	12,59	12,80	11,74	11,42	10,51	11,79	10,68
Taxa de mortalidade perinatal por mil nascimentos	13,89	14,76	14,12	13,01	12,83	12,77	13,35	13,07
Taxa bruta de mortalidade por mil habitantes	5,10	5,30	5,32	5,29	5,48	5,64	5,68	5,22
Número de óbitos (causas desconhecidas / mal definidas)	2.601	2.768	2.789	2.501	2.128	1.850	1.426	1.272
Taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório por 100 mil habitantes	146,92	143,58	151,23	151,24	157,43	159,9	168,15	154,98
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas por 100 mil habitantes	92,37	89,09	96,09	98,5	106,31	108,08	112,5	112,7
Taxa de mortalidade específica por diabetes por 100 mil habitantes	18,51	18,04	19,87	22,7	23,86	25,41	24,74	23,62
Taxa de mortalidade específica por AIDS por 100 mil habitantes	8,56	8,17	8,93	9,38	10,39	9,12	9,12	7,63
Taxa de mortalidade específica por doenças transmissíveis por 100 mil habitantes	33,41	37,78	41,2	38,88	46,94	43,18	48,54	44,27
Cobertura dos planos de saúde (%)	16,19	19,52	20,39	22,54	22,87	23,55	24,11	21,6
Beneficiários dos planos de saúde	949.758	1.162.846	1.233.301	1.364.478	1.399.392	1.471.701	1.523.084	1.378.841

Fonte: DATASUS/RIPSA e MS/SVS/SIM

11.3.1 ÓBITOS (CAUSAS DESCONHECIDAS / MAL DEFINIDAS)

Óbitos por causas mal definidas na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



11.3.2 TAXA DE MORTALIDADE ESPECIFICA POR DIABETES



11.3.3 TAXA DE MORTALIDADE ESPECIFICA POR AIDS

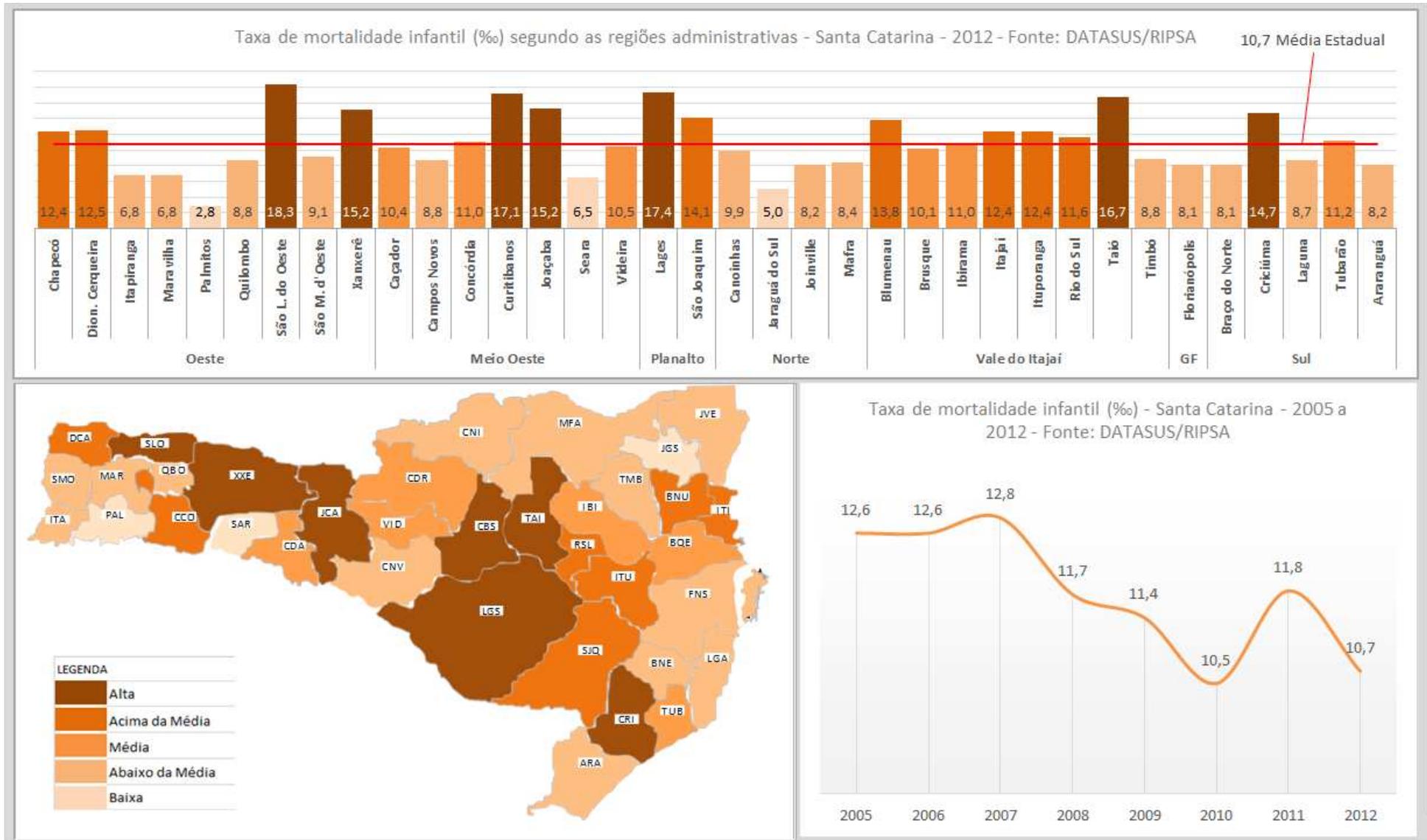


11.3.4 COBERTURA DOS PLANOS DE SAÚDE



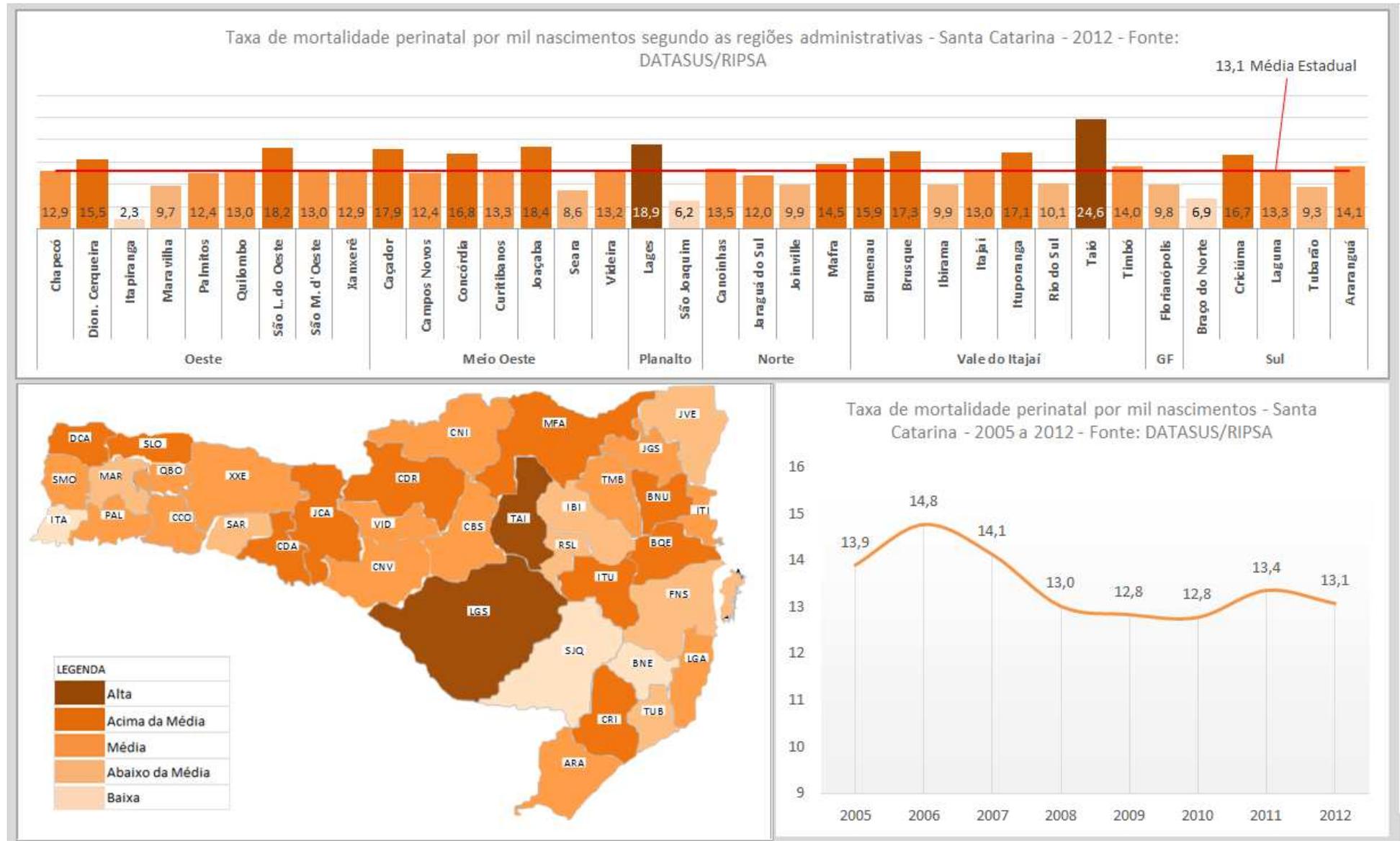
11.3.5 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

O indicador expressa o número de óbitos em menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa de mortalidade infantil estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida, refletindo, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e da infraestrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para a atenção à saúde materna e infantil.



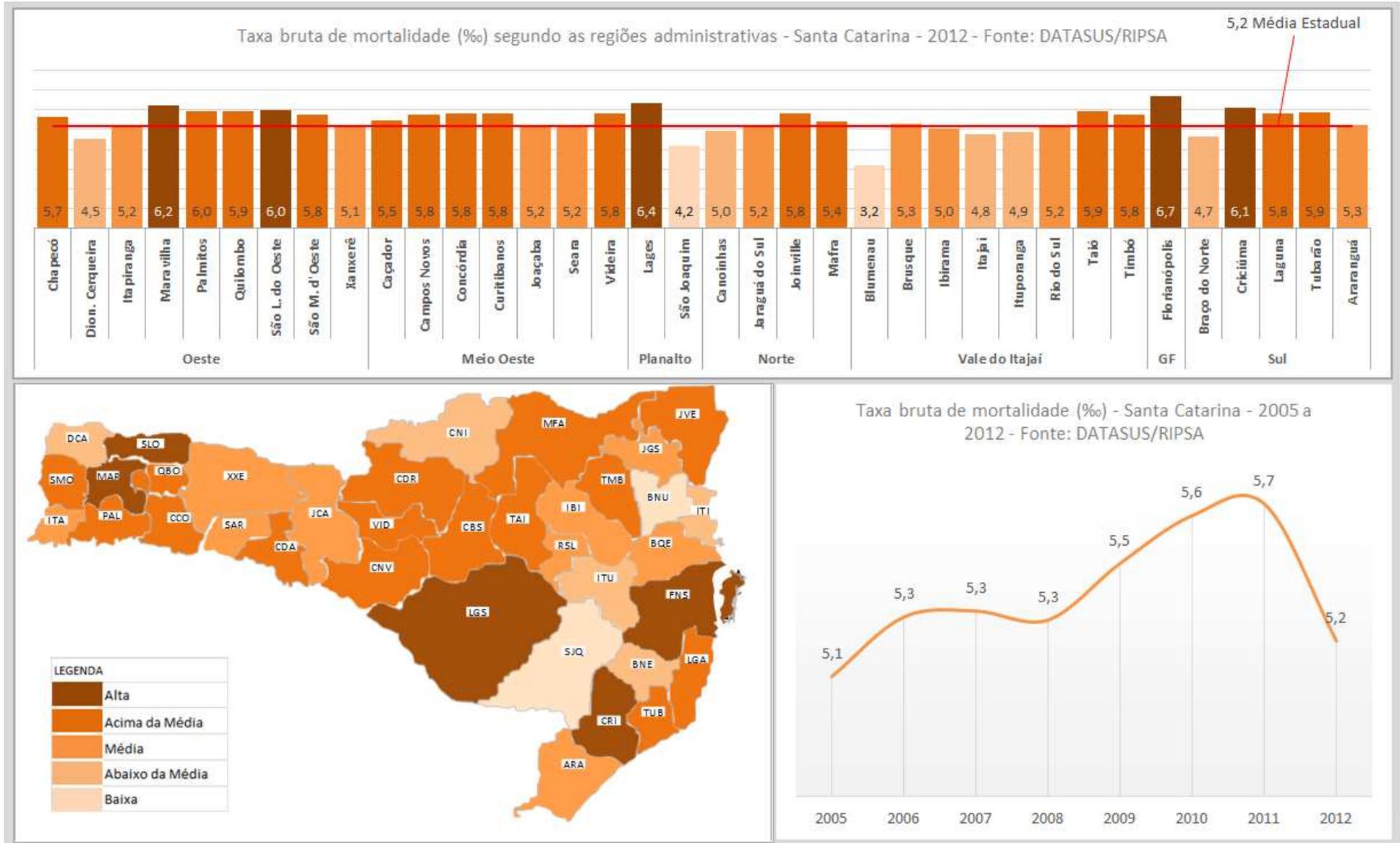
11.3.6 TAXA DE MORTALIDADE PERINATAL POR MIL NASCIMENTOS

Número de óbitos fetais (a partir de 22 semanas completas de gestação ou 154 dias) acrescido dos óbitos neonatais precoces (0 a 6 dias), por mil nascimentos totais (óbitos fetais mais nascidos vivos), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

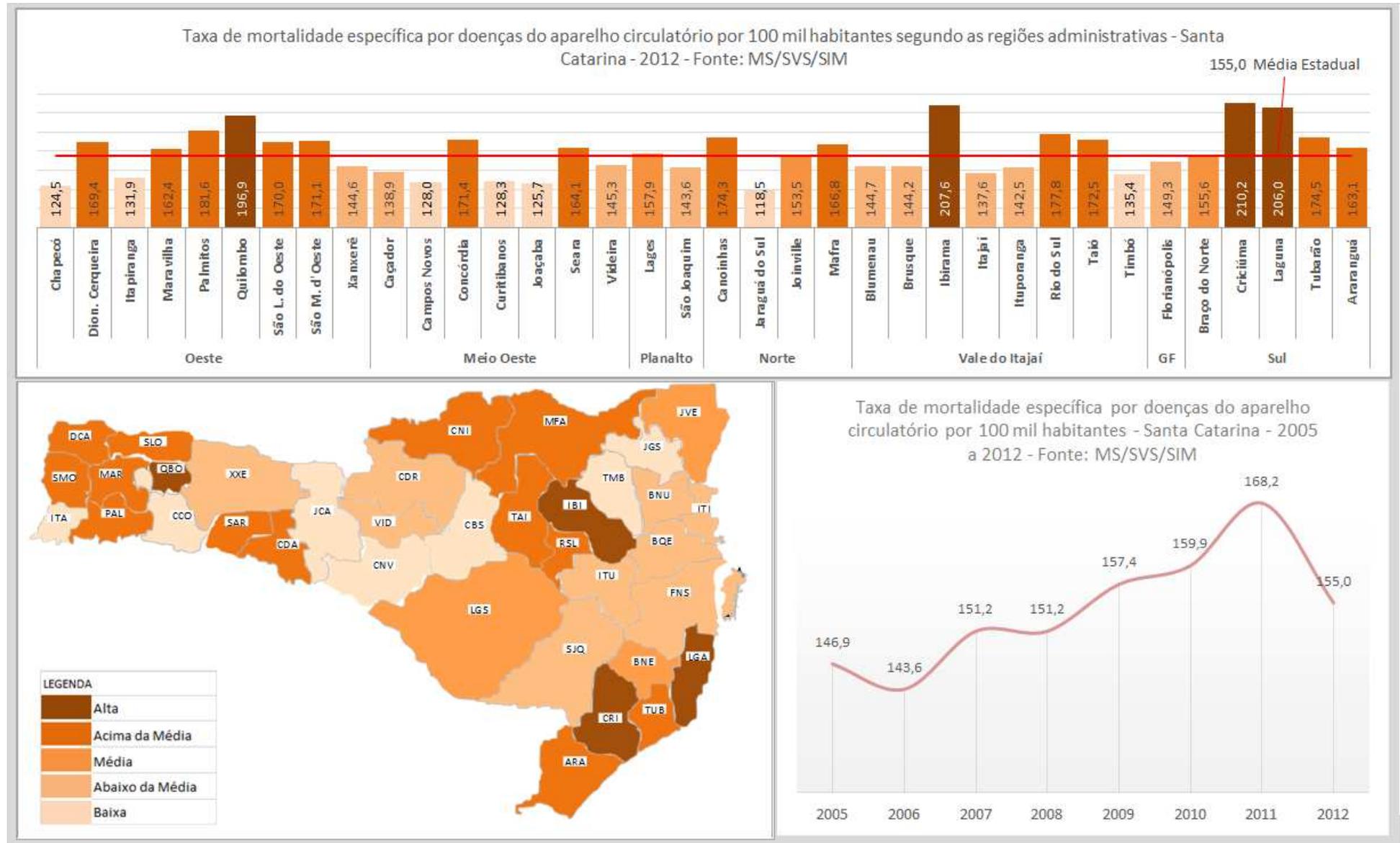


11.3.7 TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

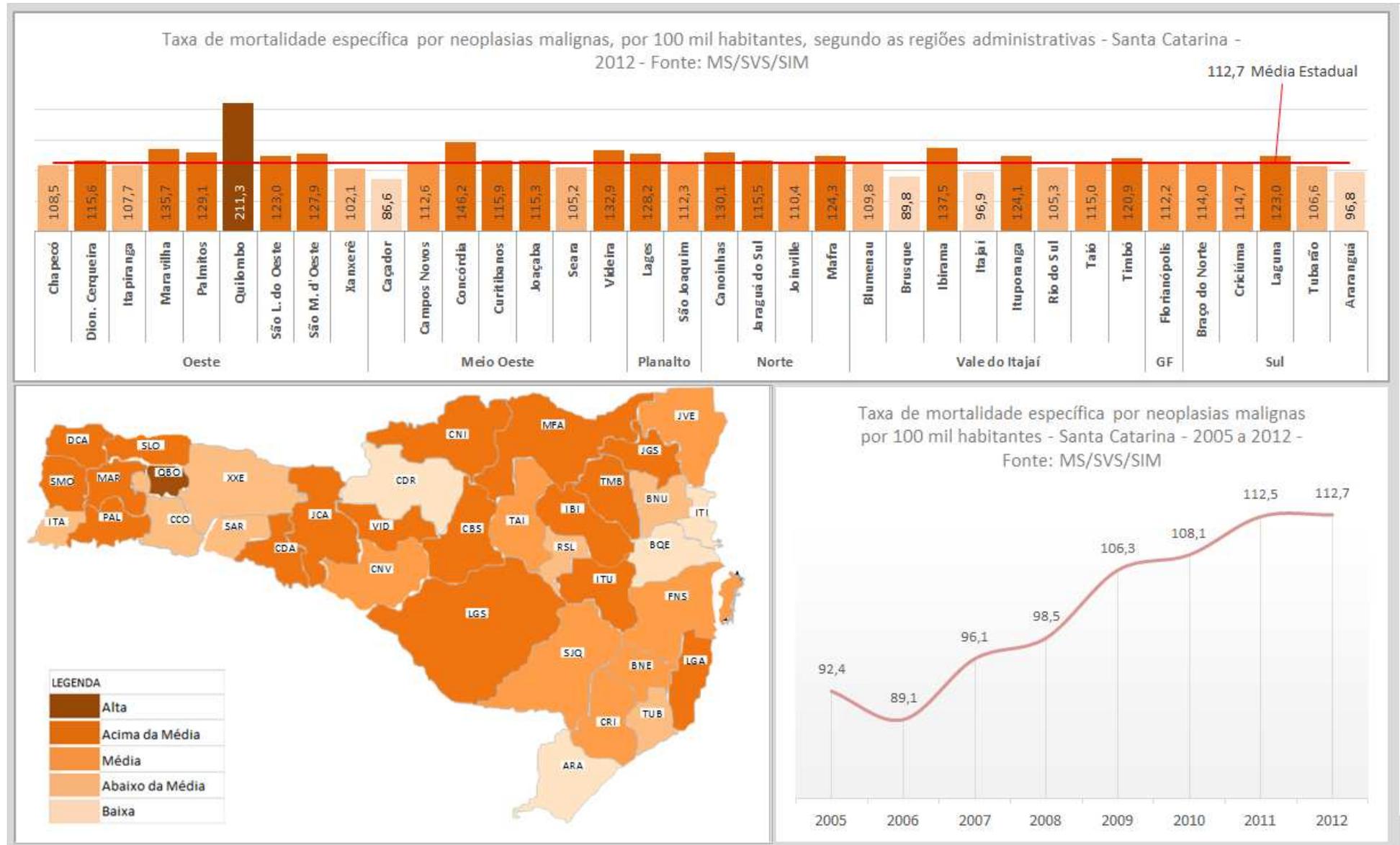
Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



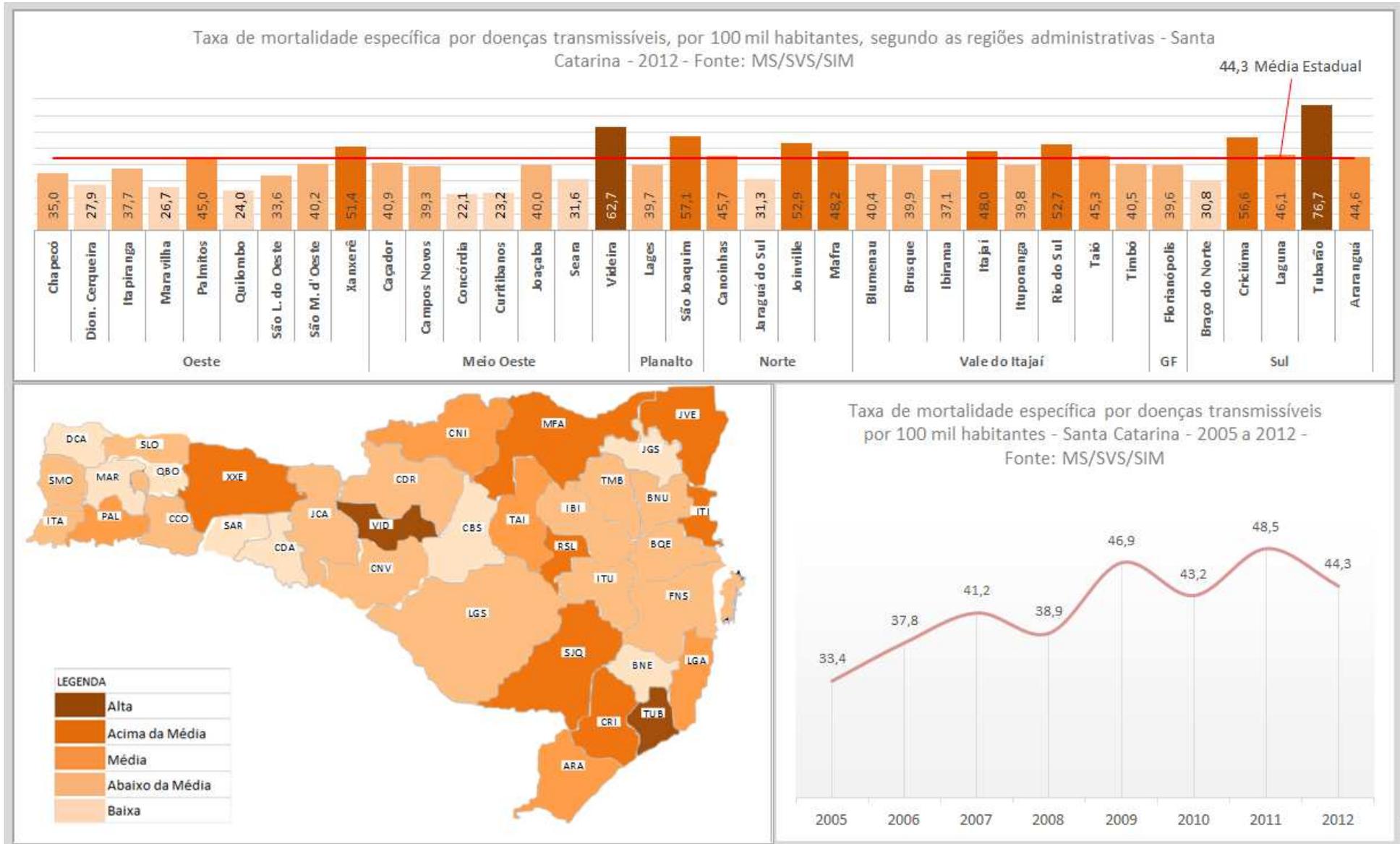
11.3.8 TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO



11.3.9 TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA POR NEOPLASIAS MALIGNAS

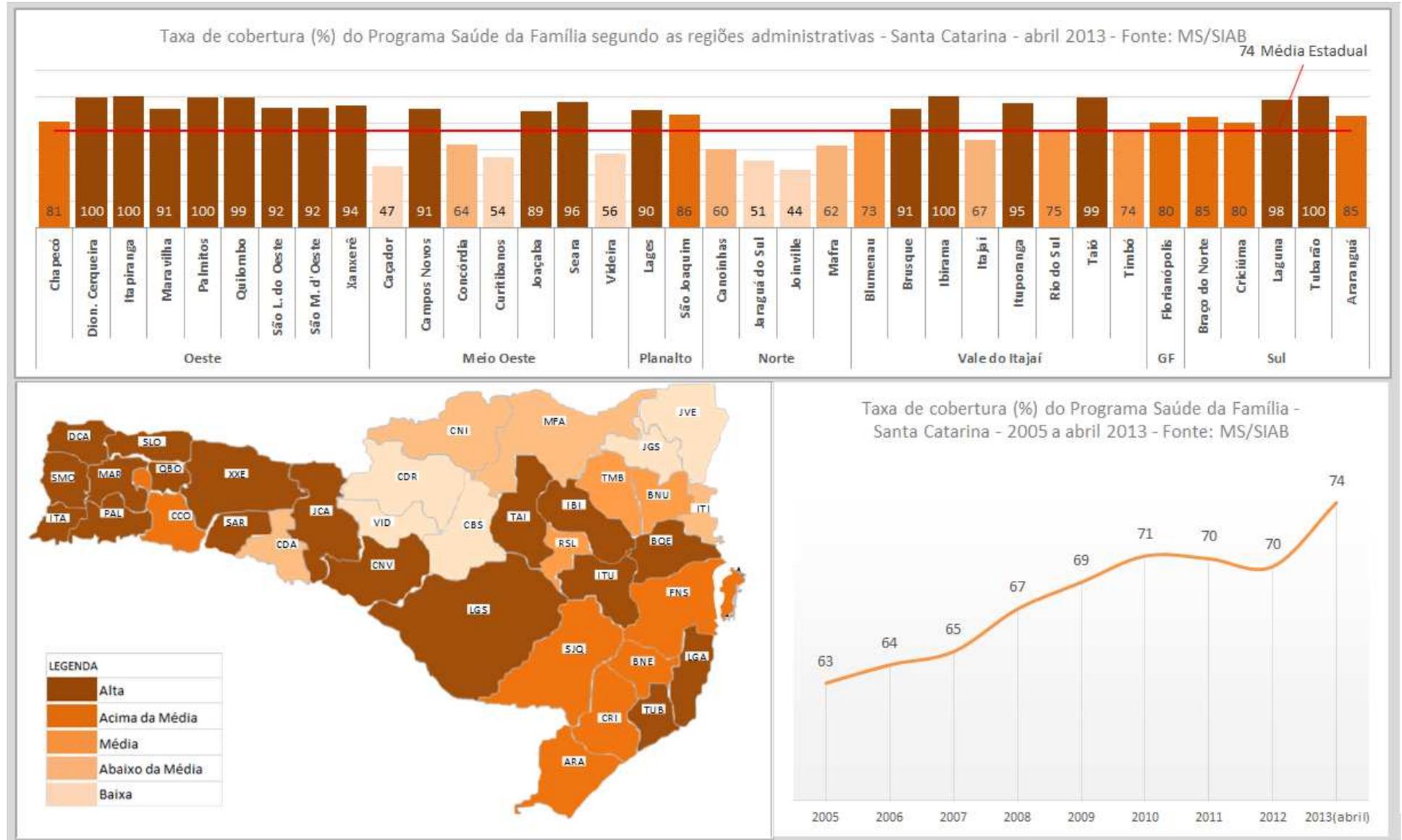


11.3.10 TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS



11.3.11 COBERTURA POPULACIONAL DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

A saúde da família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. As equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número de famílias localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam na promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.



11.4 INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

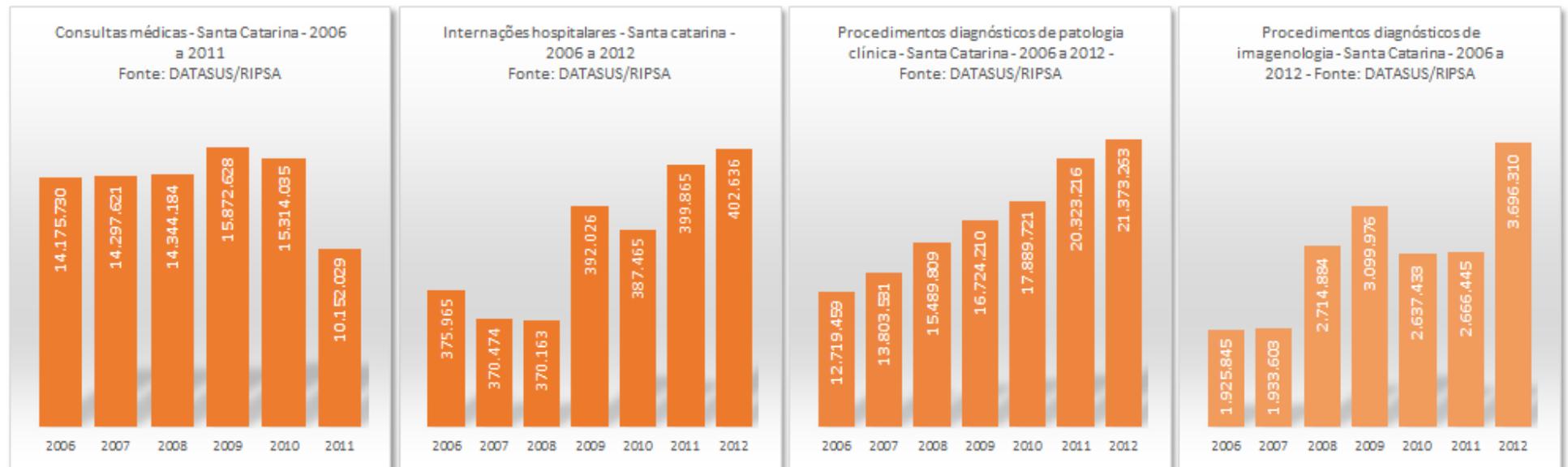
Neste espaço estão relacionados os indicadores das realizações (serviços prestados) pelas diferentes instituições que atuam no sistema de saúde de Santa Catarina.

TABELA 11-2 – PRINCIPAIS INDICADORES DE REALIZAÇÃO NO SISTEMA DE SAÚDE – SANTA CATARINA – 2006 A 2012

INDICADORES DE REALIZAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Consultas médicas SUS	14.175.730	14.297.621	14.344.184	15.872.628	15.314.035	10.152.029	
Número de internações hospitalares	375.965	370.474	370.163	392.026	387.465	399.865	402.636
Número de procedimentos diagnósticos de patologia clínica	12.719.459	13.803.531	15.489.809	16.724.210	17.889.721	20.323.216	21.373.263
Número de procedimentos diagnósticos de imagenologia	1.925.845	1.933.603	2.714.884	3.099.976	2.637.433	2.666.445	3.696.310
Consultas médicas SUS por habitantes	2,38	2,36	2,37	2,59	2,45	1,61	
Internações por cem habitantes	6,31	6,12	6,12	6,41	6,20	6,33	6,31
Número de procedimentos diagnósticos de patologia clínica por consulta médica	0,90	0,97	1,08	1,05	1,17	2,00	
Número de procedimentos diagnósticos de imagenologia por consulta médica	0,14	0,14	0,19	0,20	0,17	0,26	

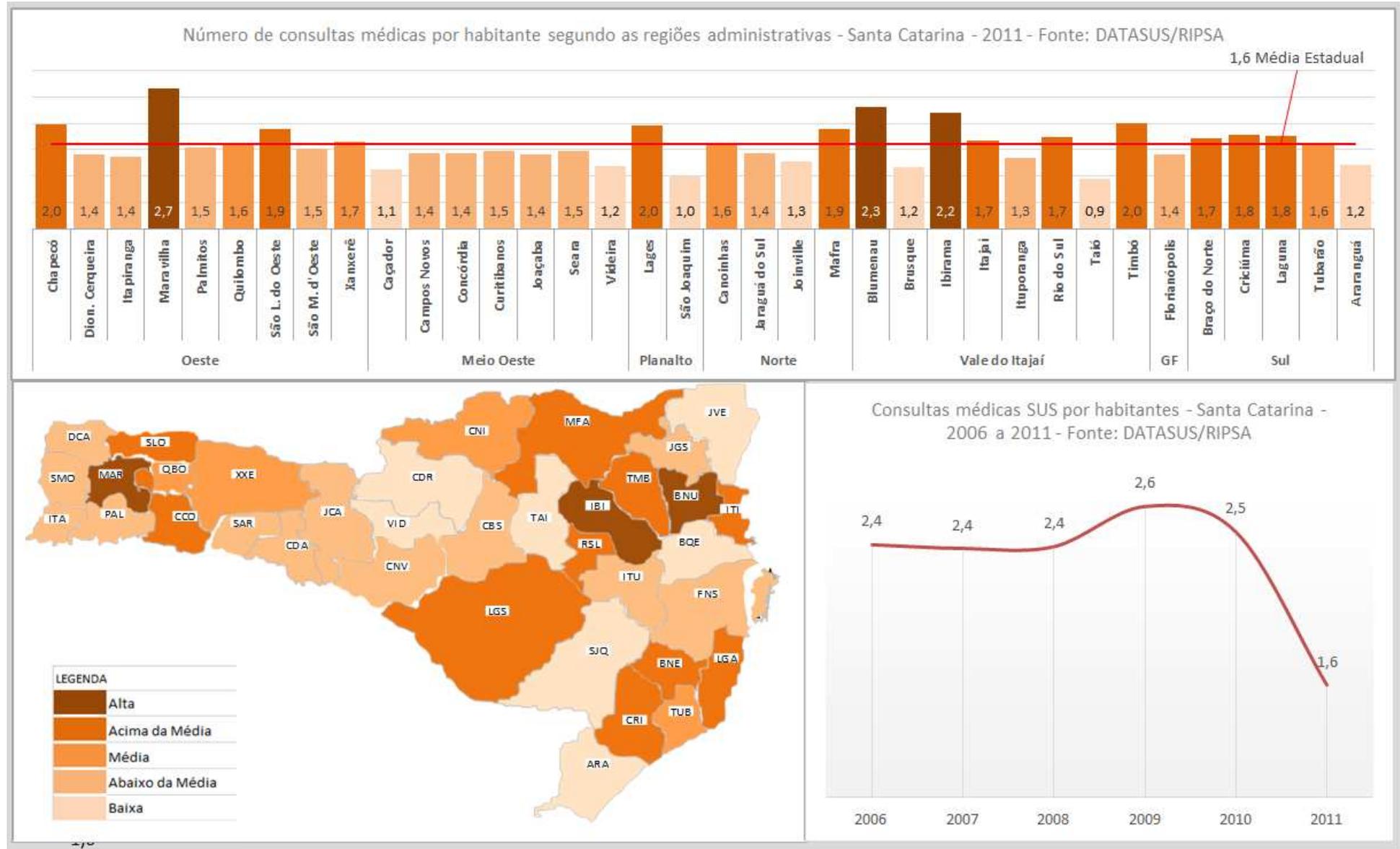
Fonte: DATASUS/RIPSA

GRÁFICO 11-1 – NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS REALIZADOS PELO SUS – SANTA CATARINA – 2006 A 2012



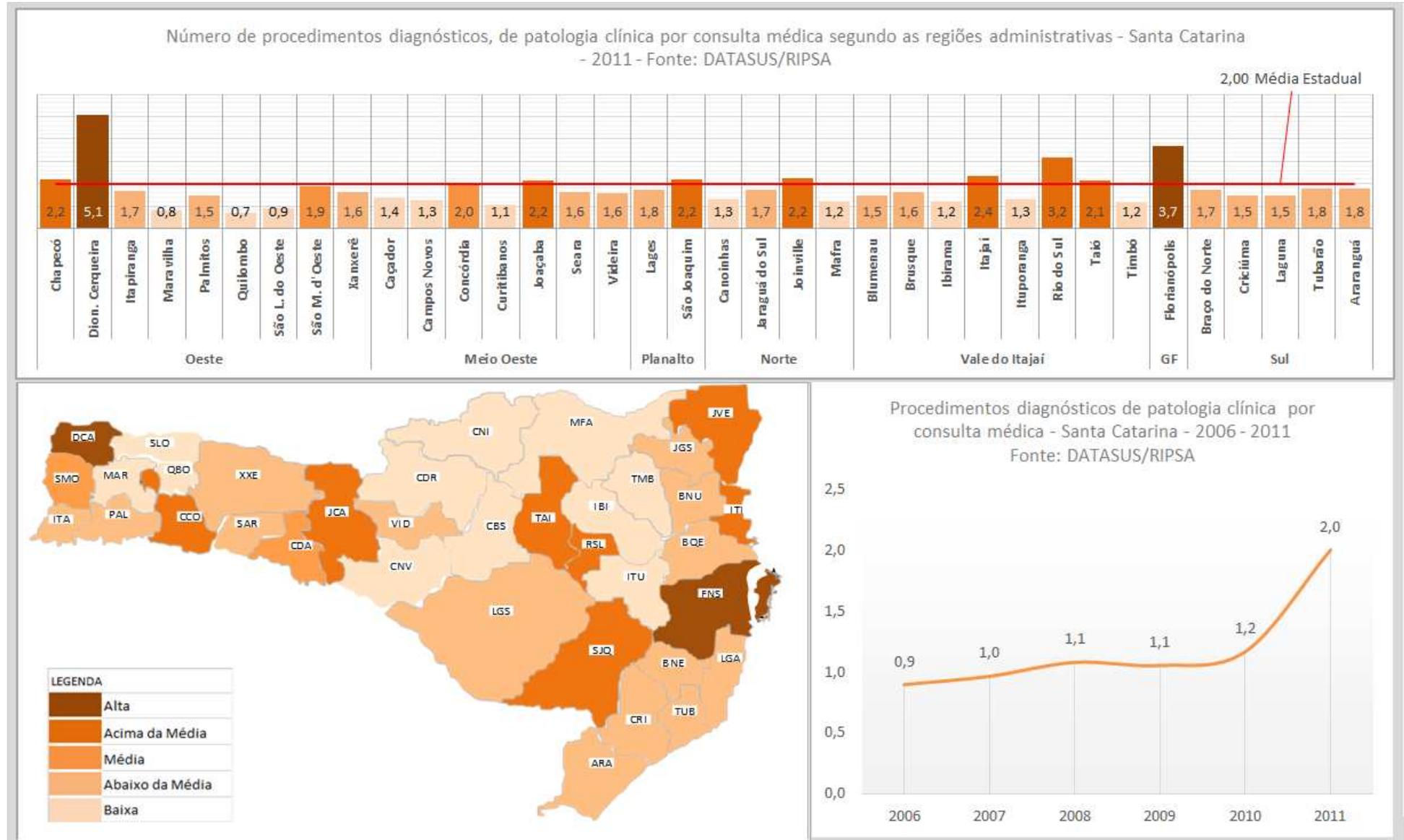
11.4.1 CONSULTAS MÉDICAS (SUS) POR HABITANTE

As consultas médicas correspondem aos procedimentos de atenção básica e de média complexidade relacionados na tabela SIA/SUS vigente no período considerado.



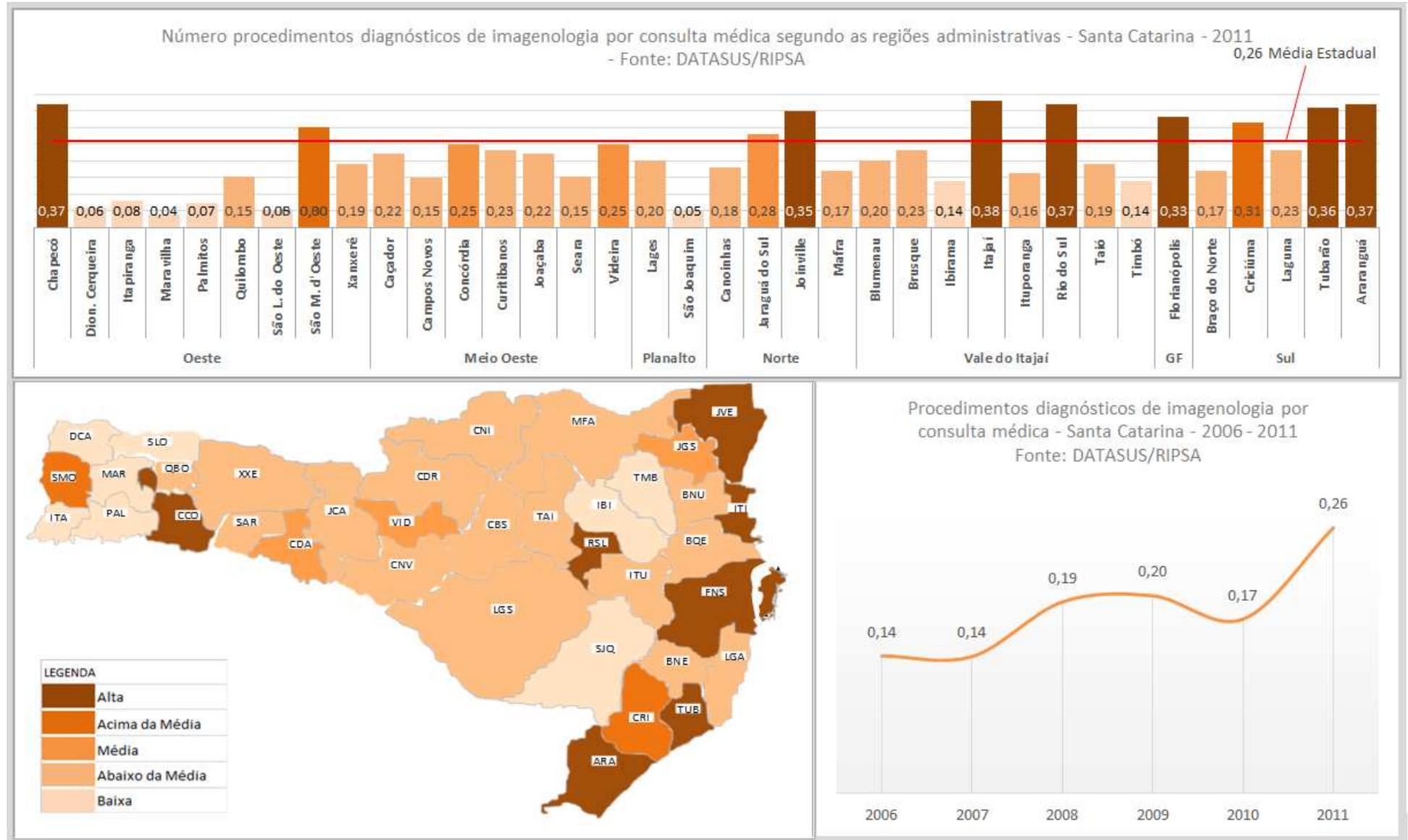
11.4.2 PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS DE PATOLOGIA CLÍNICA POR CONSULTA MÉDICA

Número médio de procedimentos diagnósticos, de patologia clínica por consulta médica, apresentados no Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Todos os procedimentos diagnósticos, aprovados ou não, que foram apresentados ao gestor correspondente pelas unidades de saúde vinculadas ao SUS. Os procedimentos diagnósticos correspondem aos relacionados na tabela SIA/SUS vigente no período considerado.



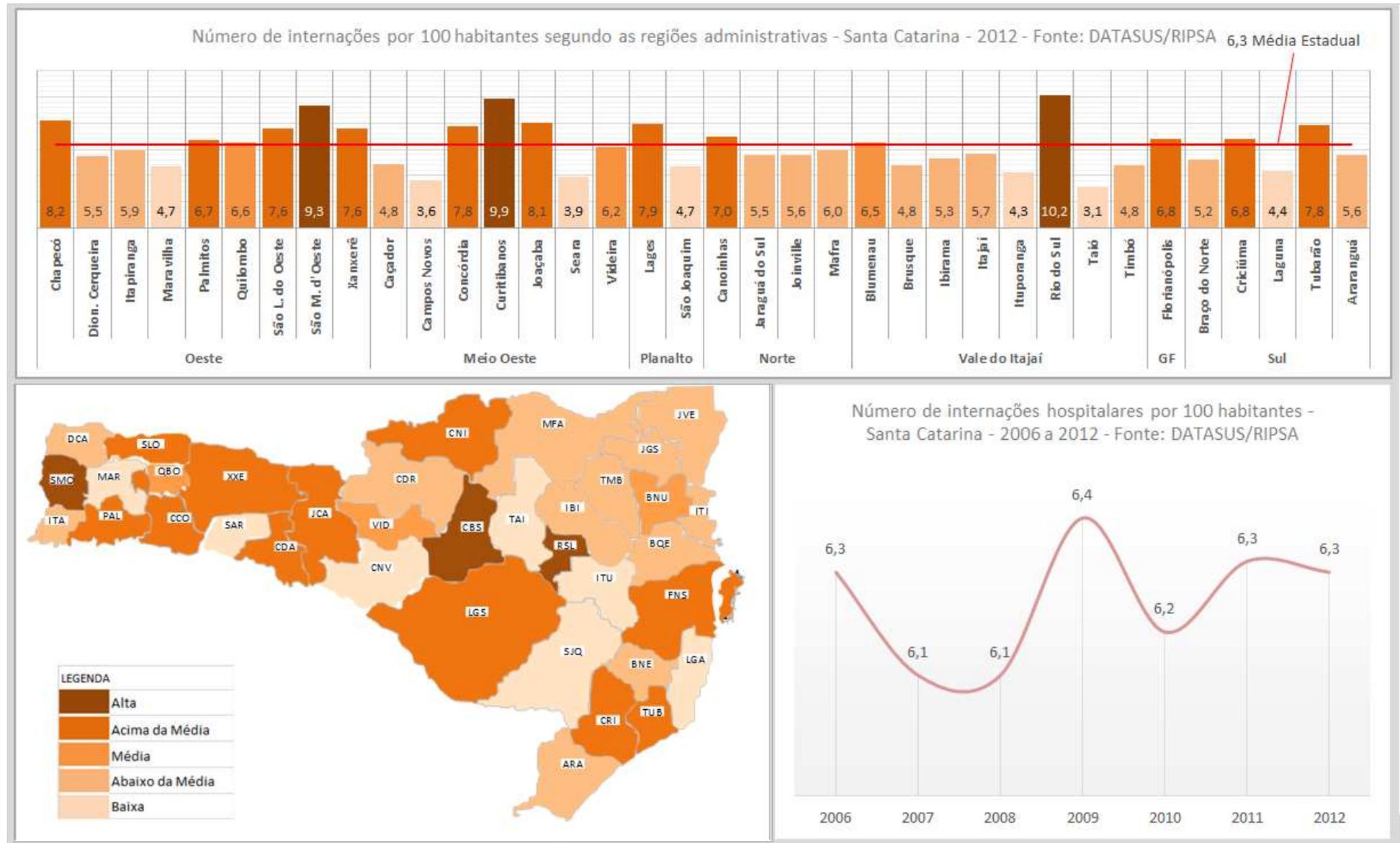
11.4.3 PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS DE IMAGENOLOGIA, POR CONSULTA MÉDICA

Número médio de procedimentos diagnósticos de imagenologia por consulta médica, apresentados no Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Todos os procedimentos diagnósticos, aprovados ou não, que foram apresentados ao gestor correspondente pelas unidades de saúde vinculadas ao SUS. Os procedimentos diagnósticos correspondem aos relacionados na tabela SIA/SUS vigente no período considerado.



11.4.4 INTERNAÇÕES HOSPITALARES (SUS)

Número médio de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por cem habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



11.5 INDICADORES DE RECURSOS DA SAÚDE

A eficiência do setor público não deve diferir do setor privado, onde as organizações buscam o maior benefício com o menor custo. A qualidade de vida das pessoas está relacionada à aplicação dos recursos arrecadados pelo Estado e sua utilização eficiente. O Estado e os municípios devem transformar recursos em serviços públicos que propiciem qualidade de vida aos seus cidadãos.

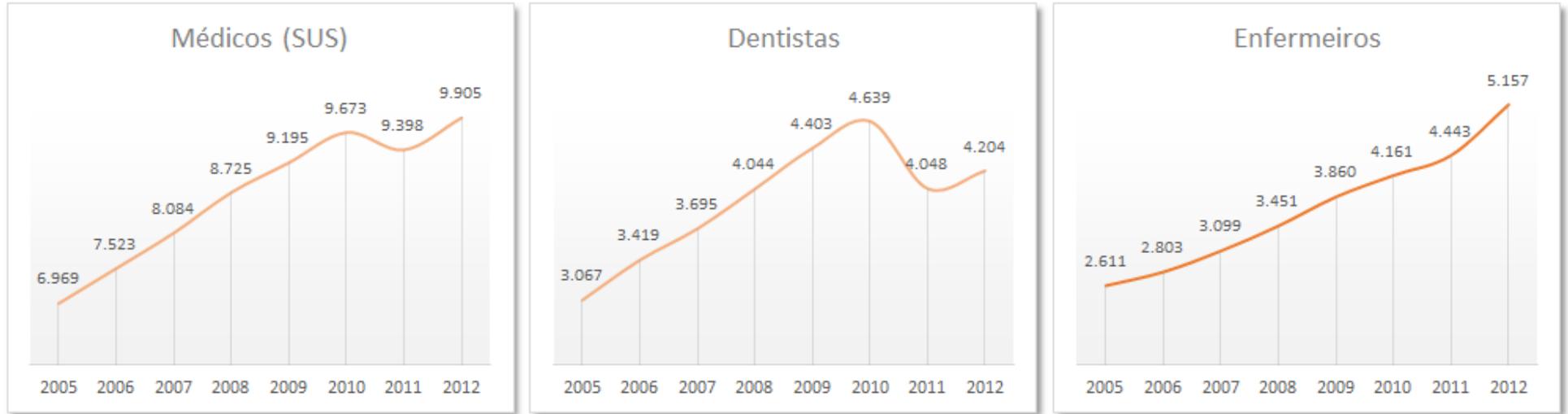
TABELA 11-3 – INDICADORES DE RECURSOS DA SAÚDE - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de médicos	6.969	7.523	8.084	8.725	9.195	9.673	9.398	9.905
Número de enfermeiros	2.611	2.803	3.099	3.451	3.860	4.161	4.443	5.157
Número de dentistas	3.067	3.419	3.695	4.044	4.403	4.639	4.048	4.204
Número de leitos hospitalares	16.374	15.061	14.944	15.025	15.153	15.344	15.405	15.344
Leitos hospitalares - SUS	12.750	11.548	11.278	11.192	11.175	11.303	11.365	11.303
Médicos por mil habitantes	1,19	1,26	1,34	1,44	1,50	1,55	1,49	1,55
Enfermeiros por mil habitantes	0,45	0,47	0,51	0,57	0,63	0,67	0,70	0,81
Dentistas por mil habitantes	0,52	0,57	0,61	0,67	0,72	0,74	0,64	0,66
Leitos hospitalares por mil habitantes	2,79	2,53	2,47	2,48	2,48	2,46	2,44	2,40
Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes	2,17	1,94	1,86	1,85	1,83	1,81	1,8	1,77

Fonte: DATASUS/RIPSA

11.5.1 PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

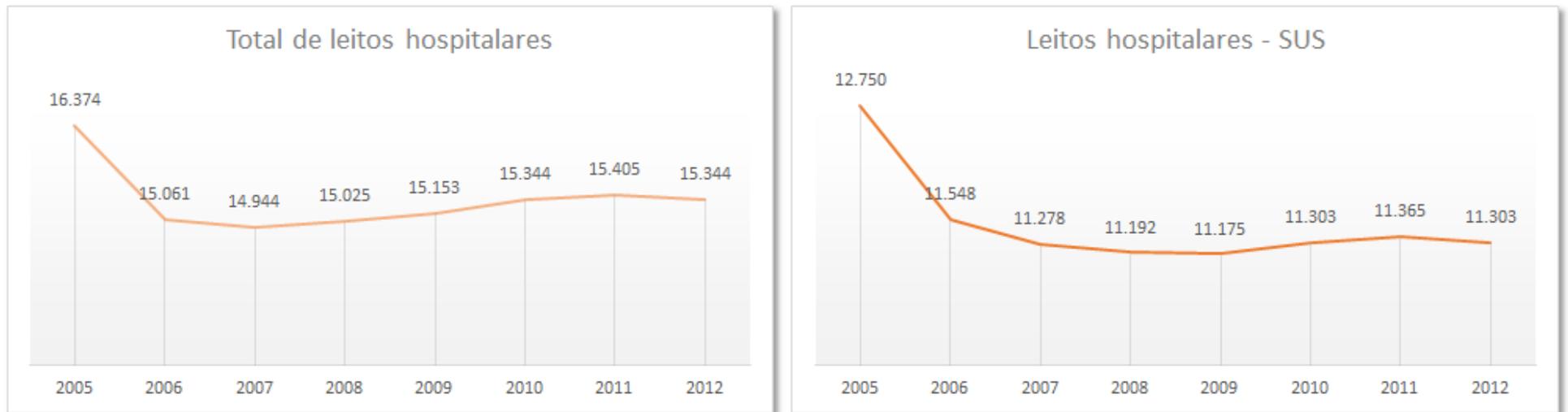
GRÁFICO 11-2 – NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE – SANTA CATARINA – 2005 A 2012



Fonte: DATASUS/RIPSA

11.5.2 LEITOS HOSPITALARES

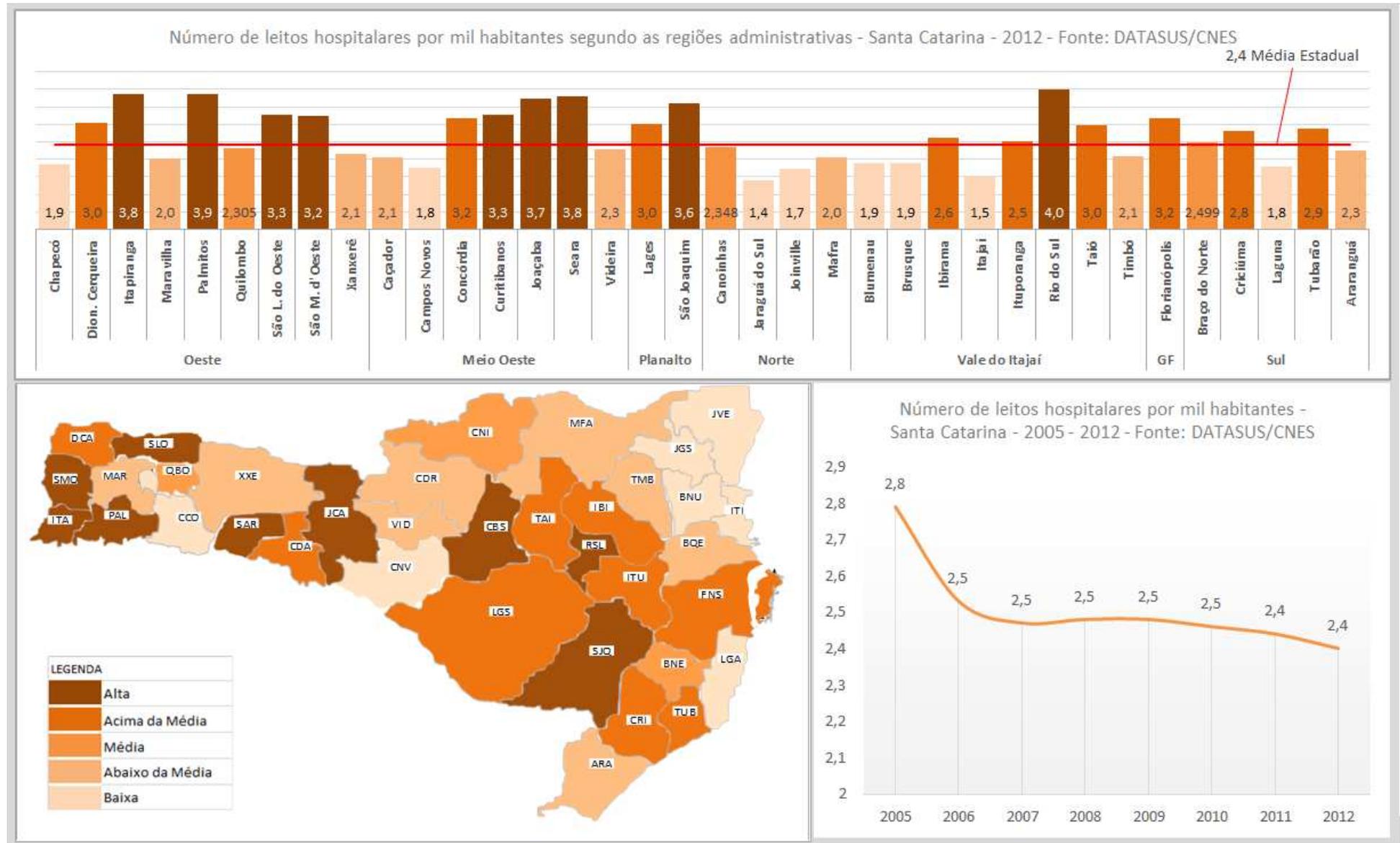
GRÁFICO 11-3 – NÚMERO DE LEITOS HOSPITALARES – SANTA CATARINA – 2005 A 2012



Fonte: DATASUS/CNES

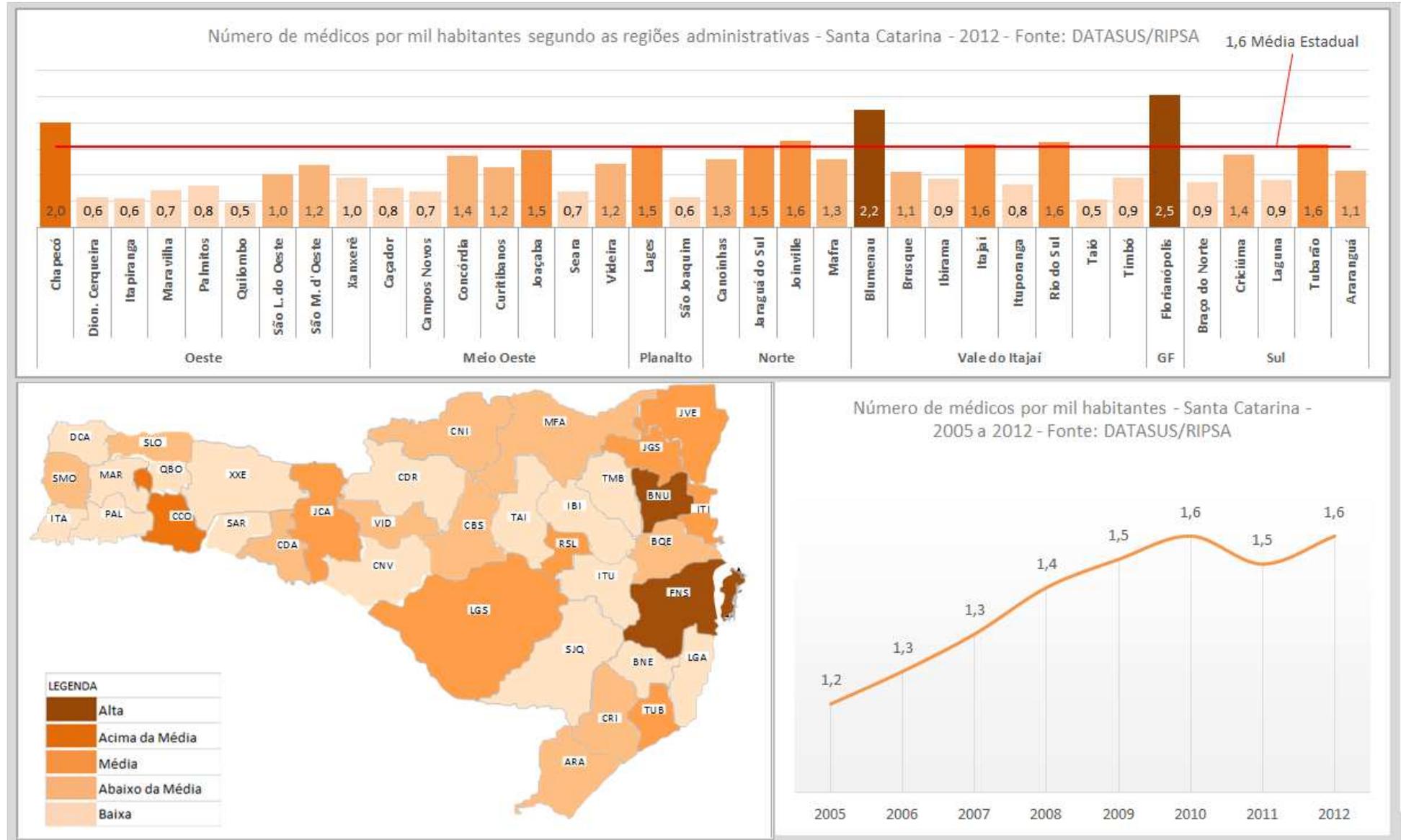
11.5.3 LEITOS HOSPITALARES DISPONÍVEIS POR MIL HABITANTES

Número de leitos hospitalares públicos e privados, vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes.

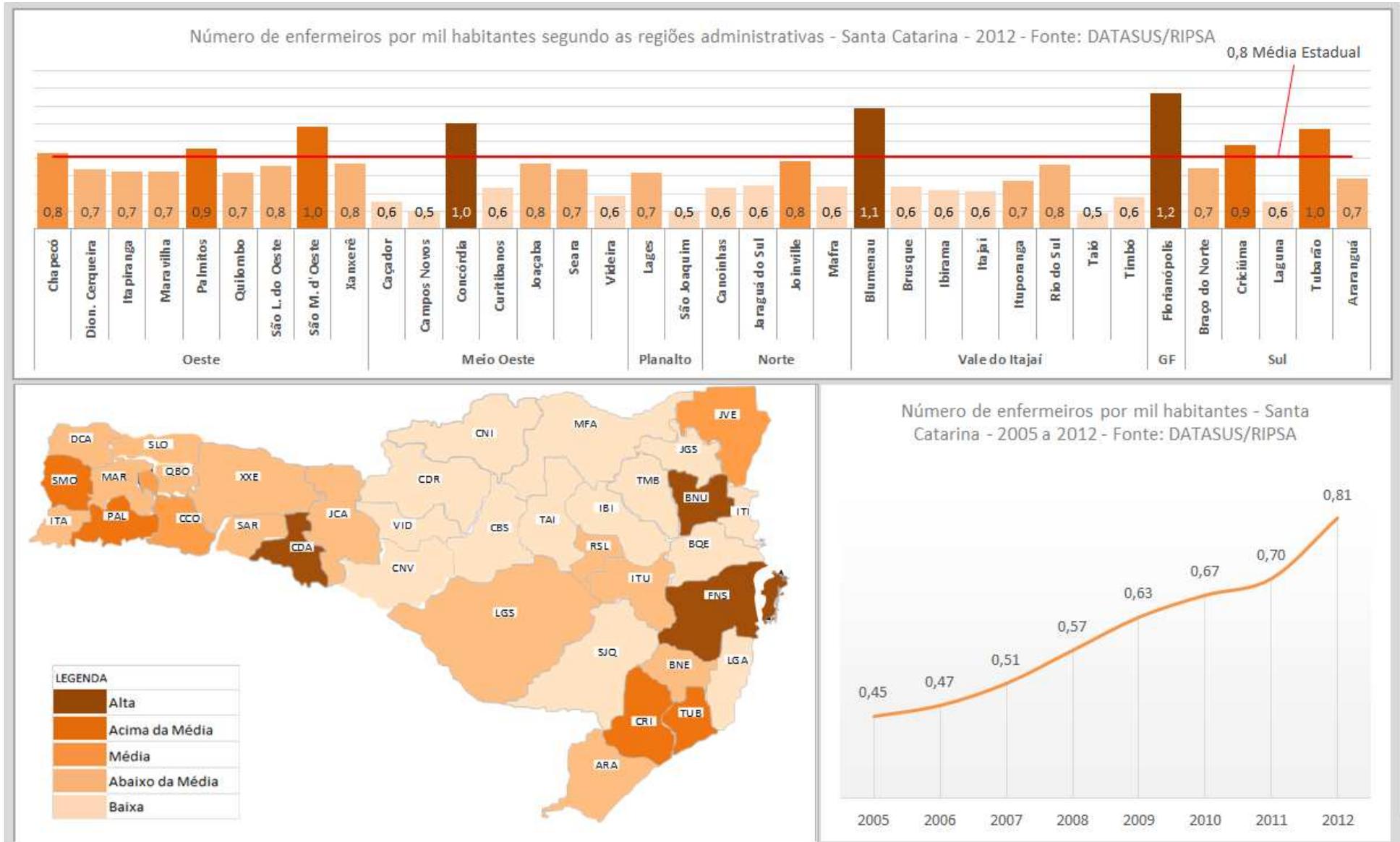


11.5.4 MÉDICOS POR MIL HABITANTES

A densidade médica (relação entre o número de médicos e o de habitantes) é um importante indicador para avaliar os sistemas de saúde. Isoladamente, no entanto, o indicador não é suficiente para avaliar a adequação da oferta de médicos. A jornada do trabalho médico, as especialidades médicas disponíveis, assim como as necessidades da população podem variar de acordo com a região ou município.



11.5.5 NÚMERO DE ENFERMEIROS POR MIL HABITANTES



11.5.6 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO MÉDICA EM ATIVIDADE - SANTA CATARINA - 2013

ESPECIFICAÇÕES		NÚMERO DE ESPECIALISTAS NO ESTADO	
Número de médicos registrados na CFM	12.497	Acupuntura	133
População do Estado	6.316.906	Alergia e Imunologia	28
Masculino	8.308	Anestesiologia	747
Feminino	4.189	Angiologia	44
Idade média	44,02 anos	Cancerologia	124
Tempo de formado (DP)	18,69 anos	Cardiologia	442
Número de generalistas	4.505	Cirurgia Cardiovascular	92
Número de especialistas	7.992	Cirurgia da Mão	19
INDICADORES DO ESTADO		Cirurgia de Cabeça e Pescoço	21
Razão médico registrado (CFM)/1.000 habitantes	1,98	Cirurgia do Aparelho Digestivo	96
Razão masculino/feminino	1,98	Cirurgia Geral	833
Razão especialista/generalista	1,77	Cirurgia Pediátrica	52
Razão posto de trabalho médico ocupado (AMS)/1.000 habitantes	3,34	Cirurgia Plástica	187
Razão médico contratado (RAIS)/1.000 habitantes	0,98	Cirurgia Torácica	43
Razão médico cadastrado (CNES- total) / 1.000 habitantes	1,54	Cirurgia Vascular	128
Razão médico cadastrado (CNES - SUS) / 1.000 habitantes	1,13	Clínica Médica	839
INDICADORES DE FLORIANÓPOLIS		Coloproctologia	67
Número de médicos	3.299	Dermatologia	208
Proporção de médicos na capital	26,40%	Endocrinologia e Metabologia	133
População da capital	427.298	Endoscopia	105
Razão médico registrado (CFM)/1.000 habitantes	7,72	Gastroenterologia	154
Razão posto de trabalho médico ocupado (AMS)/1.000 habitantes	10,48	Genética Médica	5
Razão médico contratado (RAIS)/1.000 habitantes	3,49	Geriatria	49
Razão médico cadastrado (CNES-total) / 1.000 habitantes	4,18	Ginecologia e Obstetrícia	891
Razão médico cadastrado (CNES-SUS) / 1.000 habitantes	2,56	Hematologia e Hemoterapia	77
		Homeopatia	106
		Infectologia	58
		Mastologia	54
		Medicina de Família e Comunidade	278
		Medicina do Trabalho	669
		Medicina de Tráfego	104
		Medicina Esportiva	28
		Medicina Física e Reabilitação	19
		Medicina Intensiva	173
		Medicina Legal e Perícia Médica	19
		Medicina Nuclear	29
		Medicina Preventiva e Social	51
		Nefrologia	91
		Neurocirurgia	81
		Neurologia	139
		Nutrologia	43
		Oftalmologia	398
		Ortopedia e Traumatologia	438
		Otorrinolaringologia	208
		Patologia	80
		Patologia Clínica/Medicina Laboratorial	30
		Pediatria	1.061
		Pneumologia	120
		Psiquiatria	282
		Radiologia e Diagnóstico por Imagem	345
		Radioterapia	17
		Reumatologia	54
		Urologia	177

Fonte: CFM - Pesquisa Demografia Médica no Brasil, 2013.

12 JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Prover a segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos, das empresas e das comunidades, tanto em relação a atos delituosos como sinistros e calamidades. Na área de segurança pública, as prioridades são a expansão e a melhoria dos equipamentos, o fortalecimento da inteligência policial, a expansão do policiamento comunitário, a formação e capacitação de pessoal e a integração das atividades de polícia nos três níveis de governo.

A meta principal nessa área, no período 2012-2015, é a melhoria da gestão e modernização da infraestrutura da polícia catarinense, incluindo a rede física e o aprimoramento dos sistemas de inteligência, com base na integração operacional e no compartilhamento de informações. Além disso, será feito um investimento na capacitação dos servidores com o objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade.

As leis que tratam da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina definem que o serviço de policiamento será executado por duas polícias: Polícia Militar e Polícia Civil, subordinadas hierárquica, administrativa e funcionalmente à Secretaria de Estado da Segurança Pública e ao governador do Estado. As duas polícias detêm o papel primordial de combate ao crime e a garantia da segurança. Elas também têm papel fundamental na prevenção e na investigação de crimes. Portanto, é responsabilidade do Estado, o planejamento, a implementação e o acompanhamento das políticas de segurança especialmente voltadas para o combate ao crime.

A Polícia Militar tem como função o policiamento ostensivo e preventivo fardado.

À Polícia Civil cabe o trabalho de Polícia Judiciária, atuando na repressão e investigação das práticas delituosas, a fim de apurar a materialidade e autoria das infrações criminais.

A regulamentação específica de cada polícia é feita mediante leis federais e estaduais, leis complementares e estatutos de organização interna. A regulamentação legal fundamental para a organização e funcionamento das polícias é a Lei Orgânica, que ainda prevê a complementaridade das funções militar e civil através de ações coordenadas de planejamento e implementação.

A partir dos mapas temáticos elaborados, pode-se observar as regiões em melhor ou pior situação para determinado indicador estudado e estabelecer comparações entre elas, gerando desta forma uma base de informações necessárias para o planejamento de políticas de justiça e segurança pública.

12.1 INDICADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

12.1.1 INDICADORES DE RESULTADOS

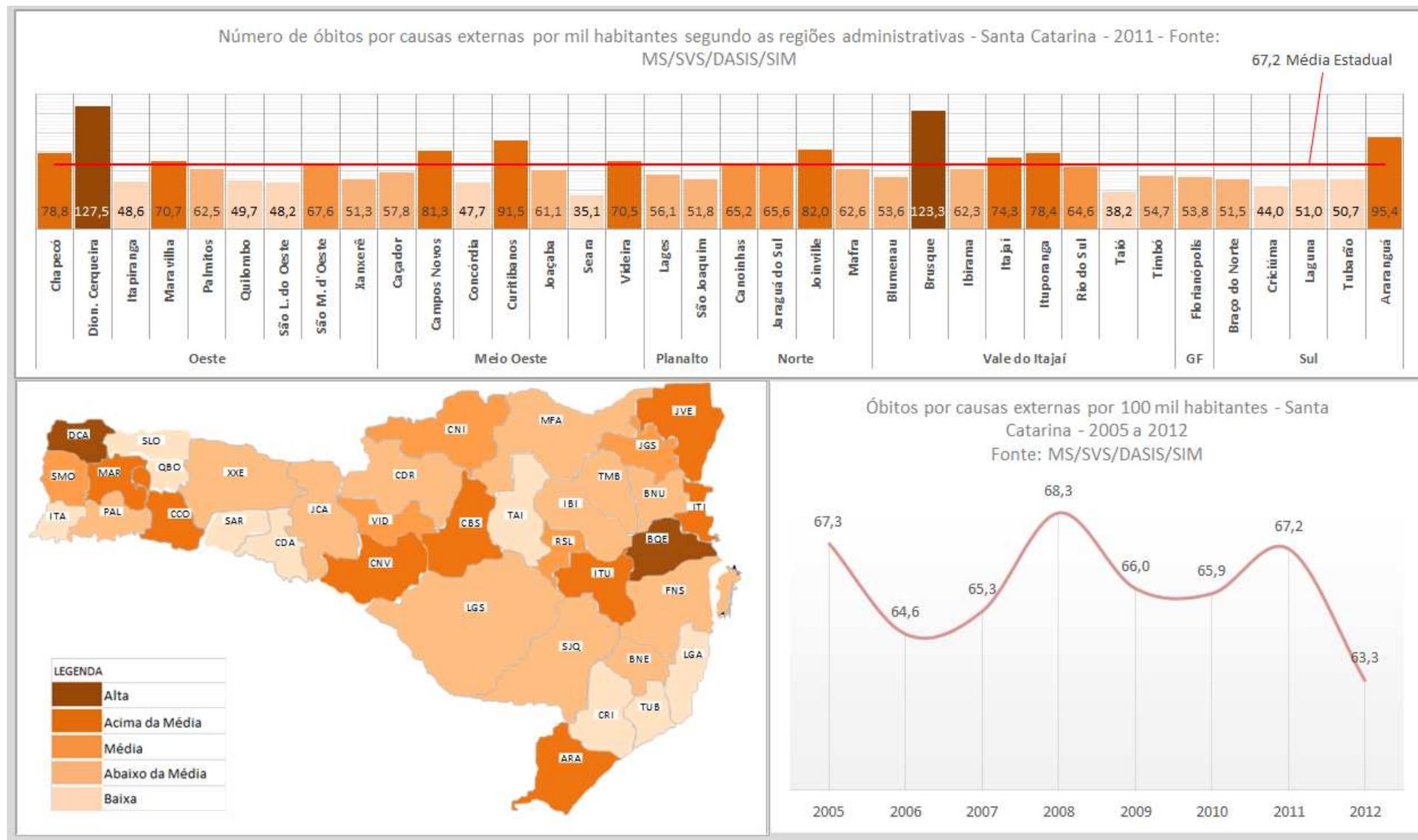
TABELA 12-1 – INDICADORES DE RESULTADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA – SANTA CATARINA – 2005 A 2012

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Óbitos por causas externas - total	3.951	3.852	3.952	4.132	4.039	4.115	4.245	4.039
Mortos em acidentes de transporte	1.949	2.027	2.078	1.976	1.980	1.983	2.169	1.898
Vítimas de homicídios dolosos	630	666	635	808	829	831	817	767
Total de óbitos por causas externas por 100 mil habitantes	67,3	64,6	65,3	68,3	66,0	65,9	67,2	63,3
Mortos em acidentes de transporte por 100 mil habitantes	33,2	34,0	34,4	32,6	32,4	31,7	34,3	29,7
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	10,7	11,2	10,5	13,3	13,5	13,3	12,9	12,0
Número de furtos por mil habitantes						18,6	18,0	17,9
Número de roubos por mil habitantes						2,0	2,1	2,2

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

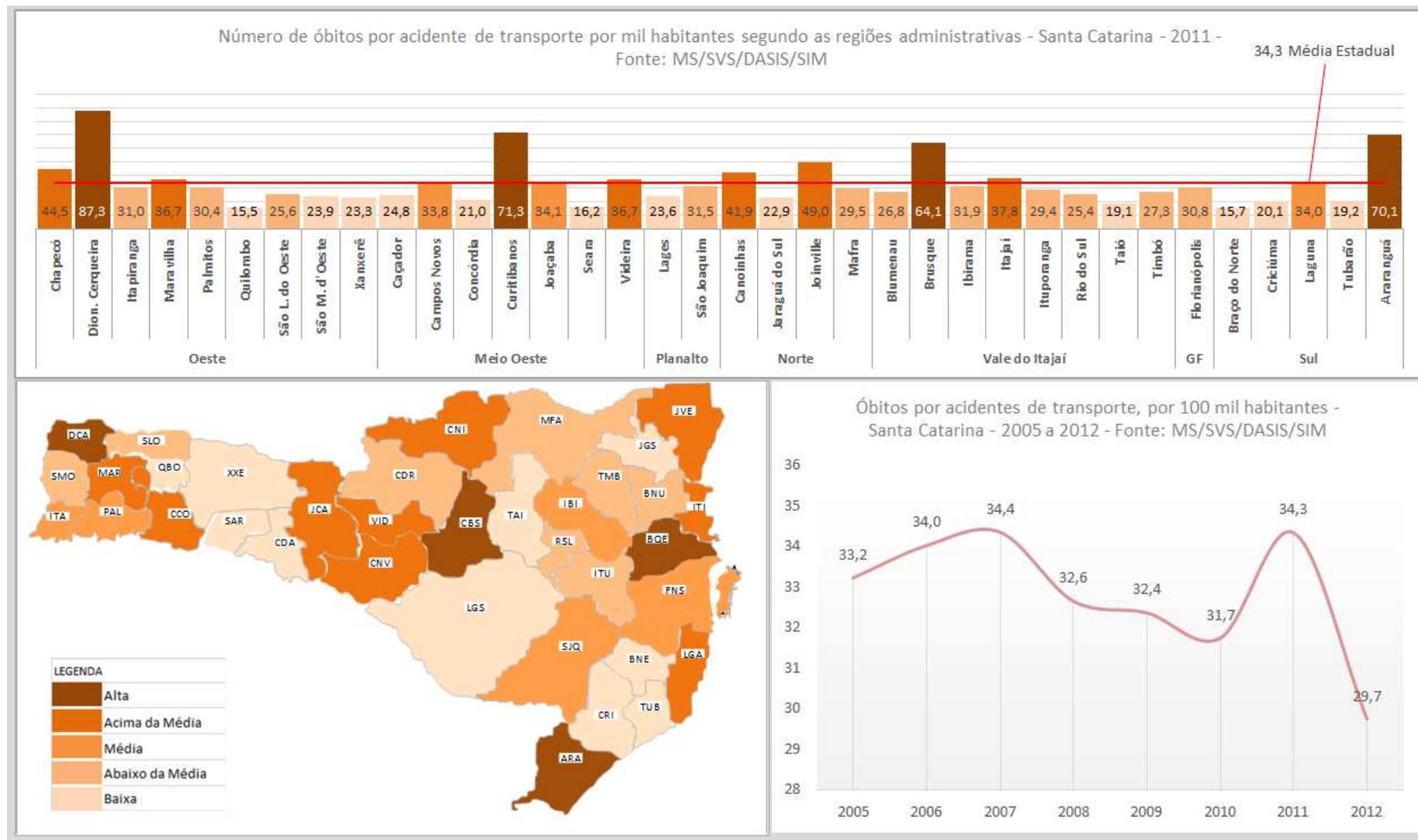
12.1.2 ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS

Número de óbitos por causas externas (acidentes e violência), por 100 mil habitantes da população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Entre as causas externas (capítulo XX da 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças – CID-10), encontram-se agressões (homicídios), acidentes, suicídios, afogamentos, envenenamento, quedas, intervenções legais e operações de guerra, entre outros.



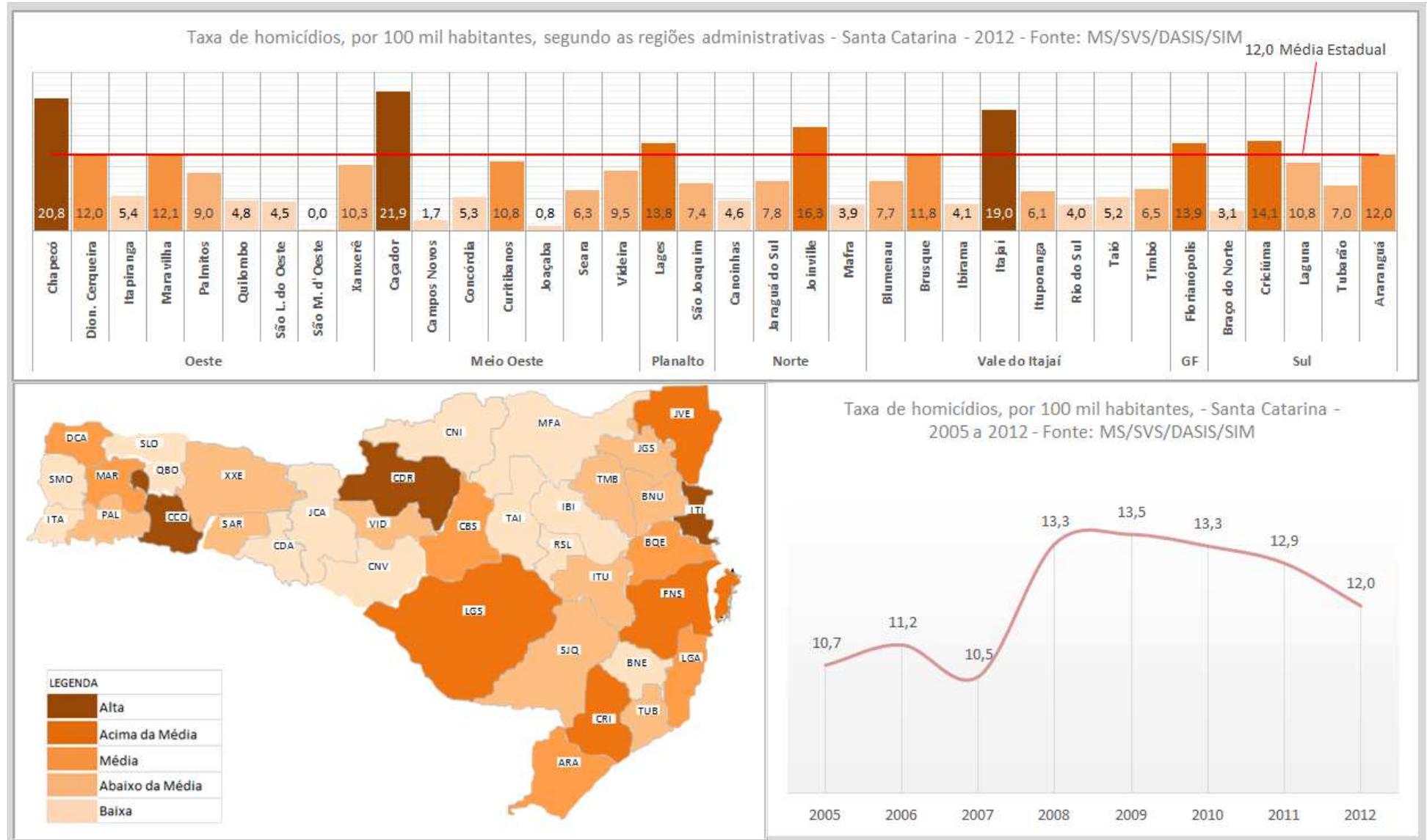
12.1.3 ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRANSPORTE

O indicador é uma medida do número de óbitos por acidentes de transporte, por local de ocorrência, para cada 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa o risco médio ao qual está sujeito um indivíduo de determinada população, de morrer por acidentes de transporte, conforme as classificações de óbitos relacionadas na 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10).



12.1.4 TAXA DE HOMICÍDIOS

O indicador refere-se a um tipo específico de crime violento, que é o homicídio. É medido pela relação entre o número de registros de ocorrências de homicídios e a população total residente em um determinado espaço geográfico. Entende-se por crime de homicídio a eliminação da vida humana extra uterina praticada/causada por outra pessoa (art. 121 do Código Penal Brasileiro).



12.1.5 INDICADORES DE REALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

TABELA 12-2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SANTA CATARINA – 2010 A 2012

INDICADORES	2010	2011	2012
POLÍCIA CIVIL			
Nº de boletins de ocorrência registrados - PC		799.793	866.272
Nº de procedimentos instaurados PC (*)		96.118	100.630
Nº de boletins de ocorrências de posse de drogas para uso pessoal - PC	3.355	4.289	4.798
Nº de boletins de ocorrências de tráfico de drogas - PC	3.285	3.820	4.950
Nº de boletins de ocorrências de furtos - PC	115.932	114.015	114.464
Nº de boletins de ocorrências de roubos - PC	12.767	12.999	13.961
Número de prisões realizadas - PC		19.054	19.257
Nº de procedimentos instaurados por mil habitantes		15,2	15,8
Nº de boletins de ocorrências de posse de drogas para uso pessoal por mil habitantes - PC	0,54	0,68	0,75
Nº de boletins de ocorrências de tráfico de drogas por mil habitantes	0,53	0,60	0,78
POLÍCIA MILITAR			
Número de boletins de ocorrências registrados		59.847	103.754
Prisões efetuadas		32.632	49.522
BOMBEIRO MILITAR			
Nº de emergências atendidas pelo CBM por meio do 193 - BM			168.780
Nº de atividades técnicas realizadas pelo CBM - BM			185.981

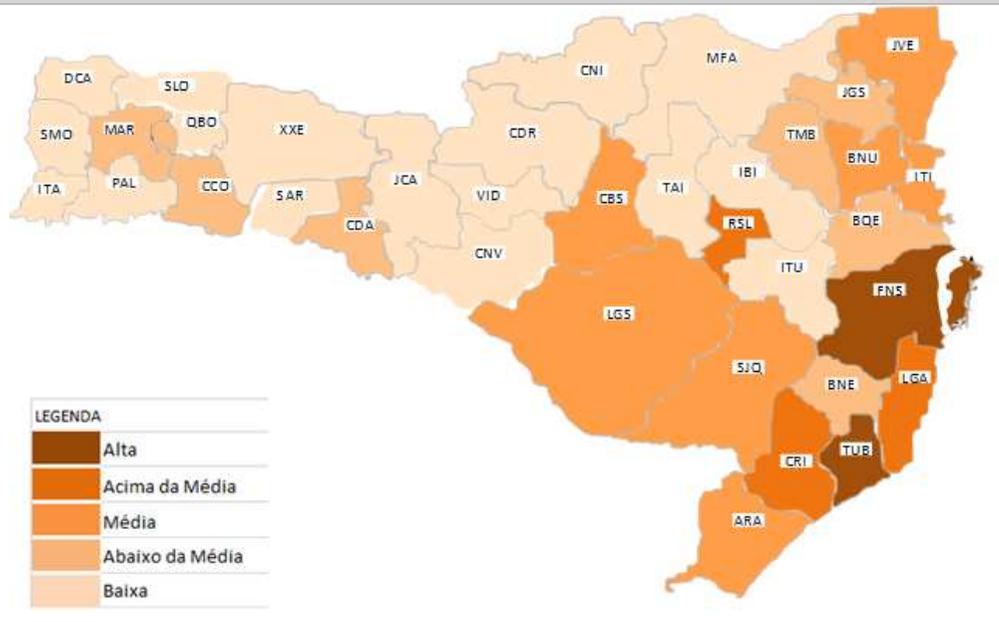
Fontes: Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP e Agência Central de Inteligência (ACI/PMSC)

(*) IP (inquérito policial); APF (auto de prisão em flagrante); TC (termo circunstanciado)

12.1.6 NÚMERO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE DROGAS

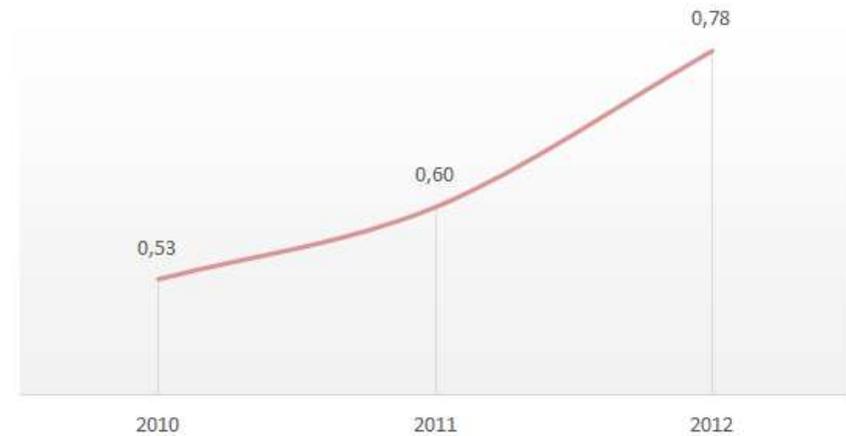
Boletins de ocorrência de tráfico de drogas, por mil habitantes, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2012

Fonte: SSP/SISP

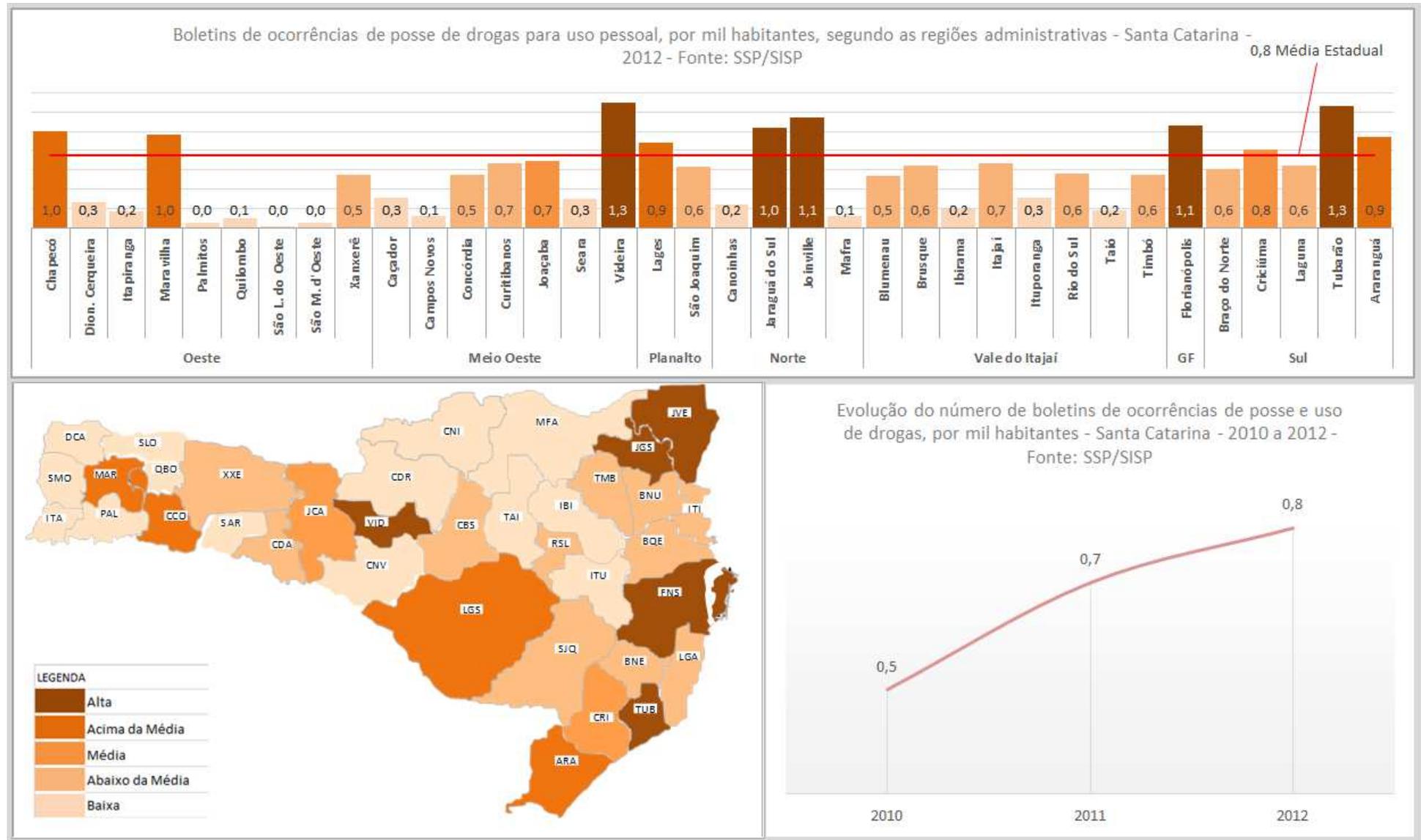


Evolução do número de boletins de ocorrências de tráfico de drogas, por mil habitantes - Santa Catarina - 2010 a 2012 -

Fonte: SSP/SISP

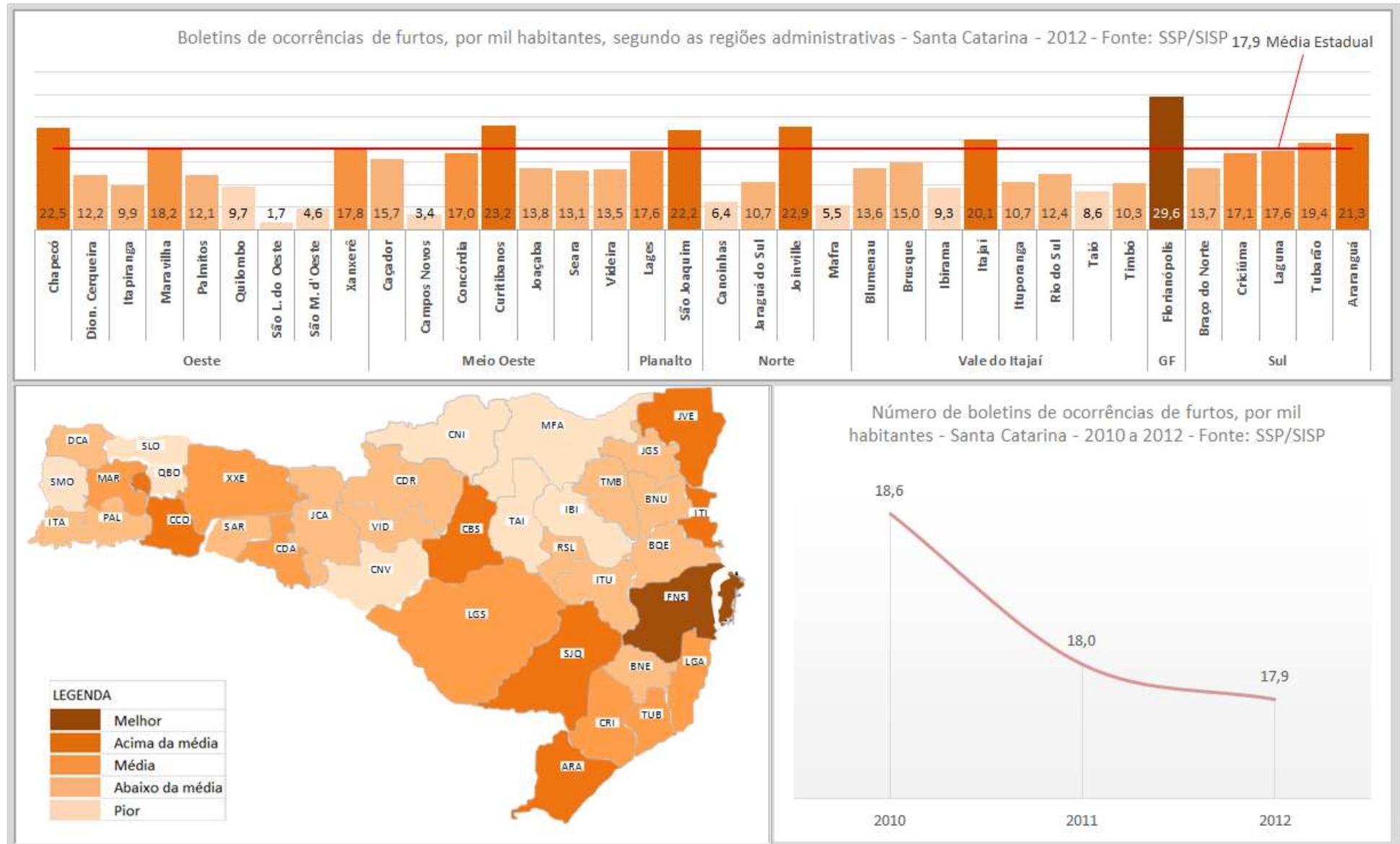


12.1.7 NÚMERO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DE POSSE DE DROGAS

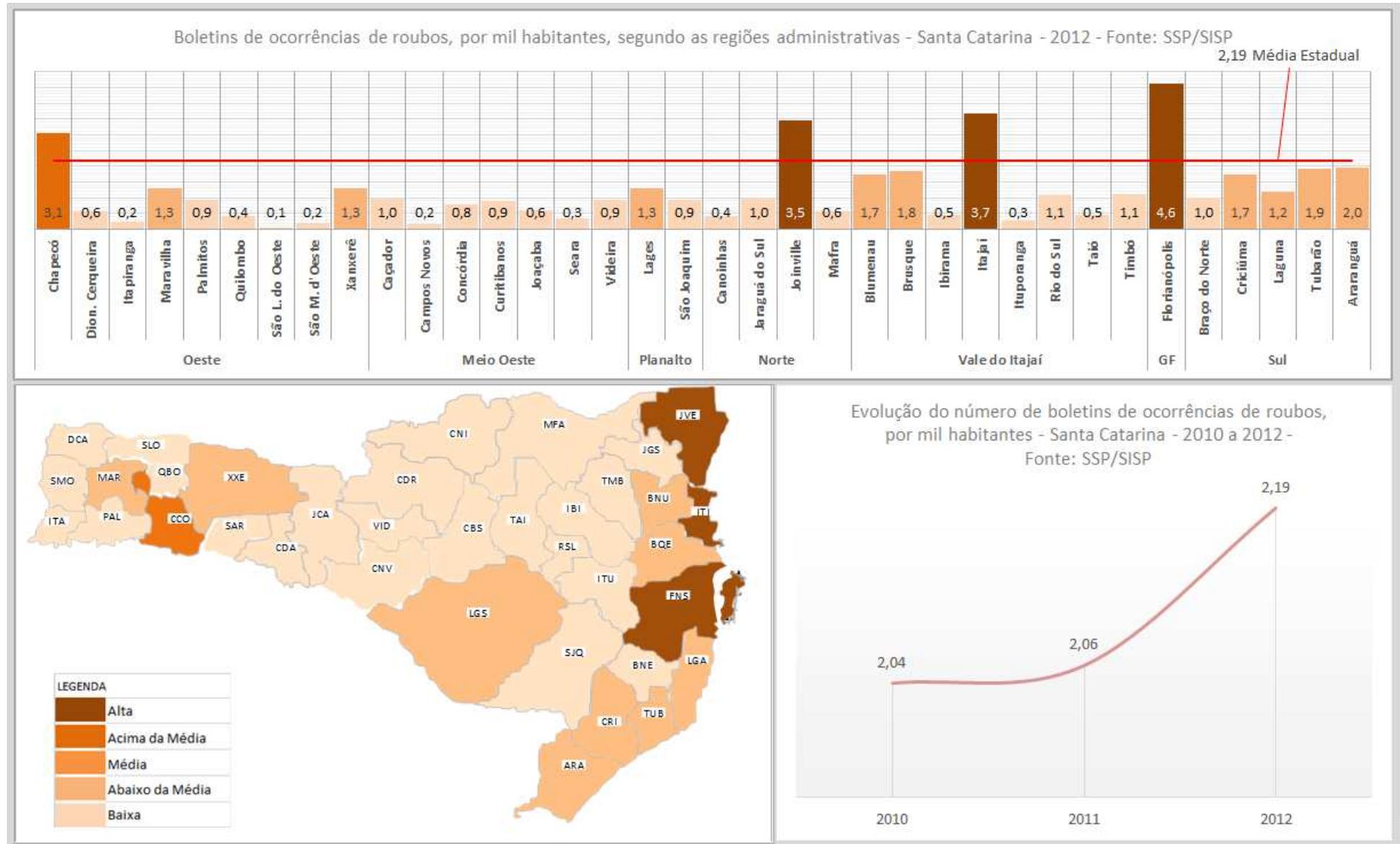


12.1.8 NÚMERO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA DE FURTOS

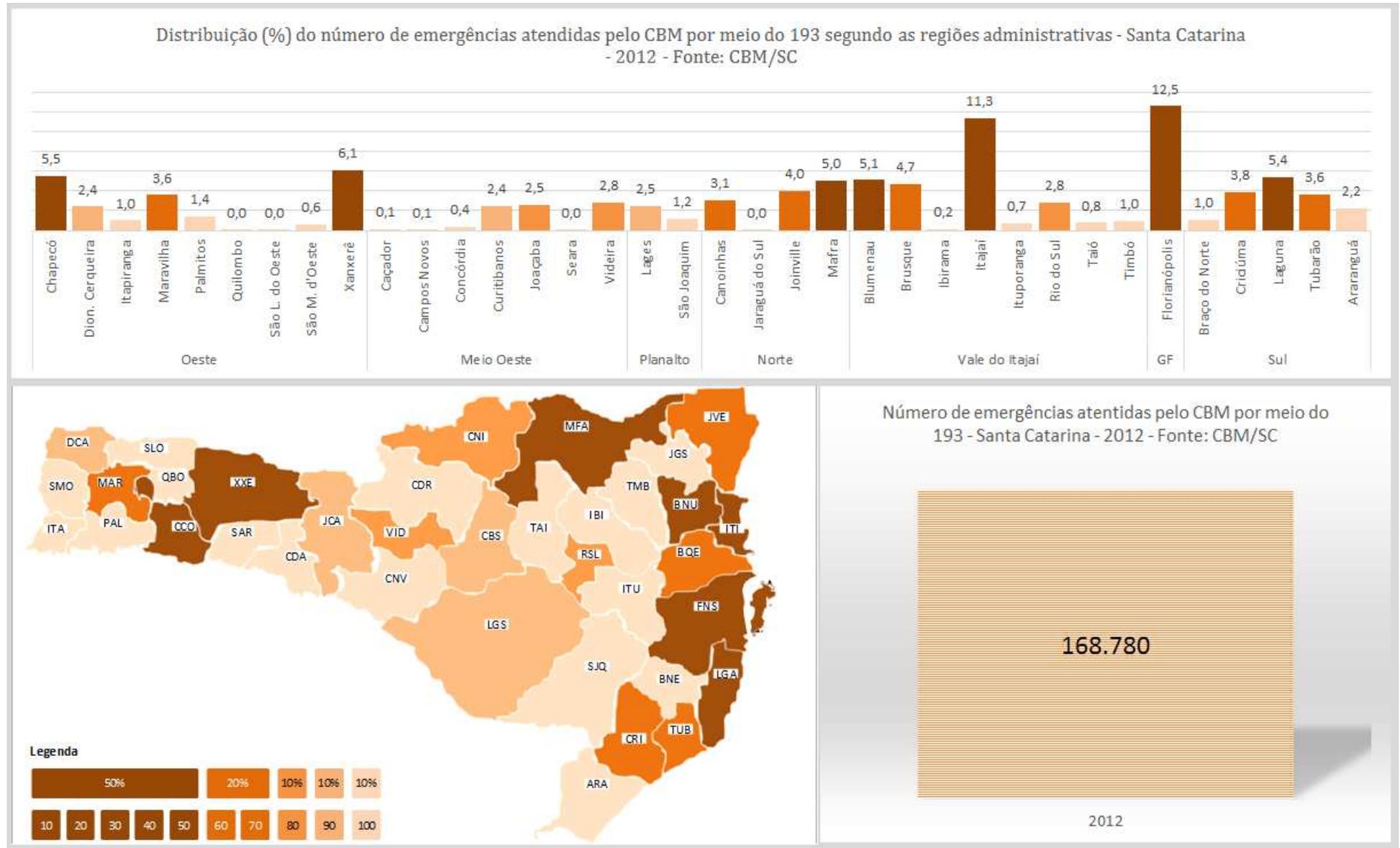
O boletim de ocorrência de furto é o registro ordenado e minucioso das ocorrências que exigem a intervenção policial. Ocorrência policial, por sua vez, é todo fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a ordem pública e que exija a intervenção policial por meio de ações ou operações.



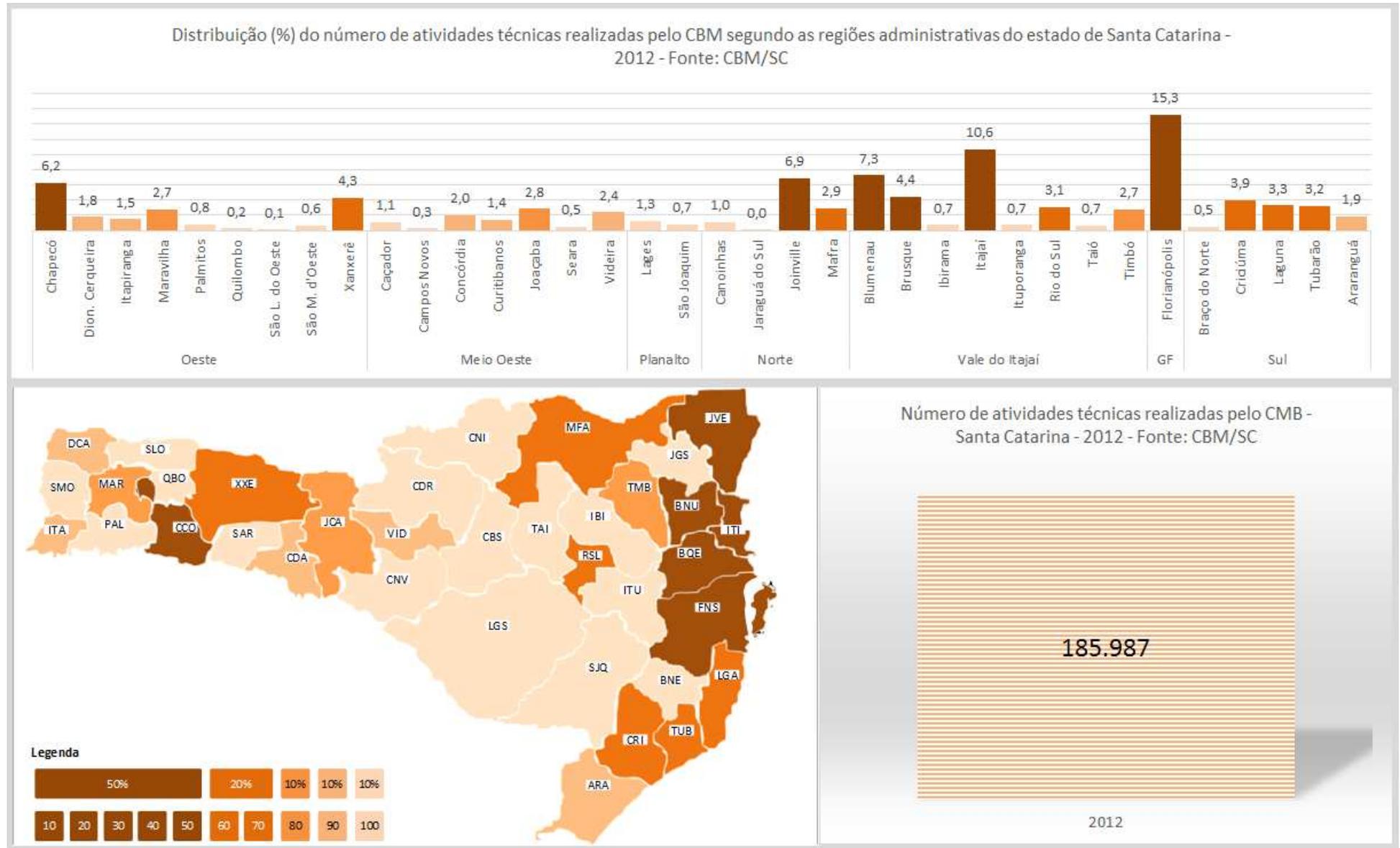
12.1.9 NÚMERO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA DE ROUBOS



12.1.10 NÚMERO DE EMERGÊNCIAS ATENDIDAS PELO CBM POR MEIO DO 193



12.1.11 NÚMERO DE ATIVIDADES TÉCNICAS REALIZADAS PELO CBM



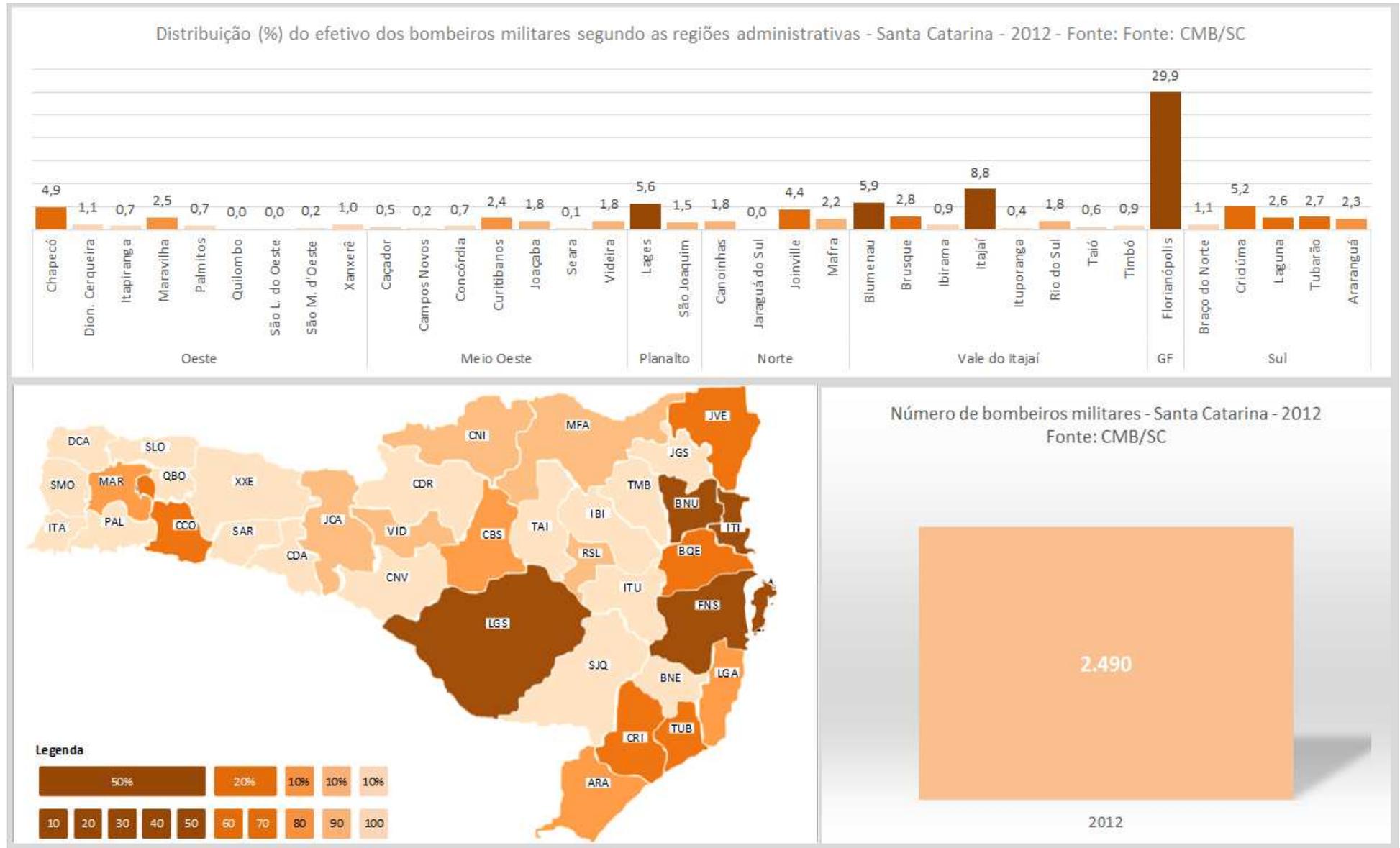
12.1.12 INDICADORES DE RECURSOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

TABELA 12-3 – INDICADORES DE RECURSOS DA SEGURANÇA PÚBLICA – 2005 A 2012

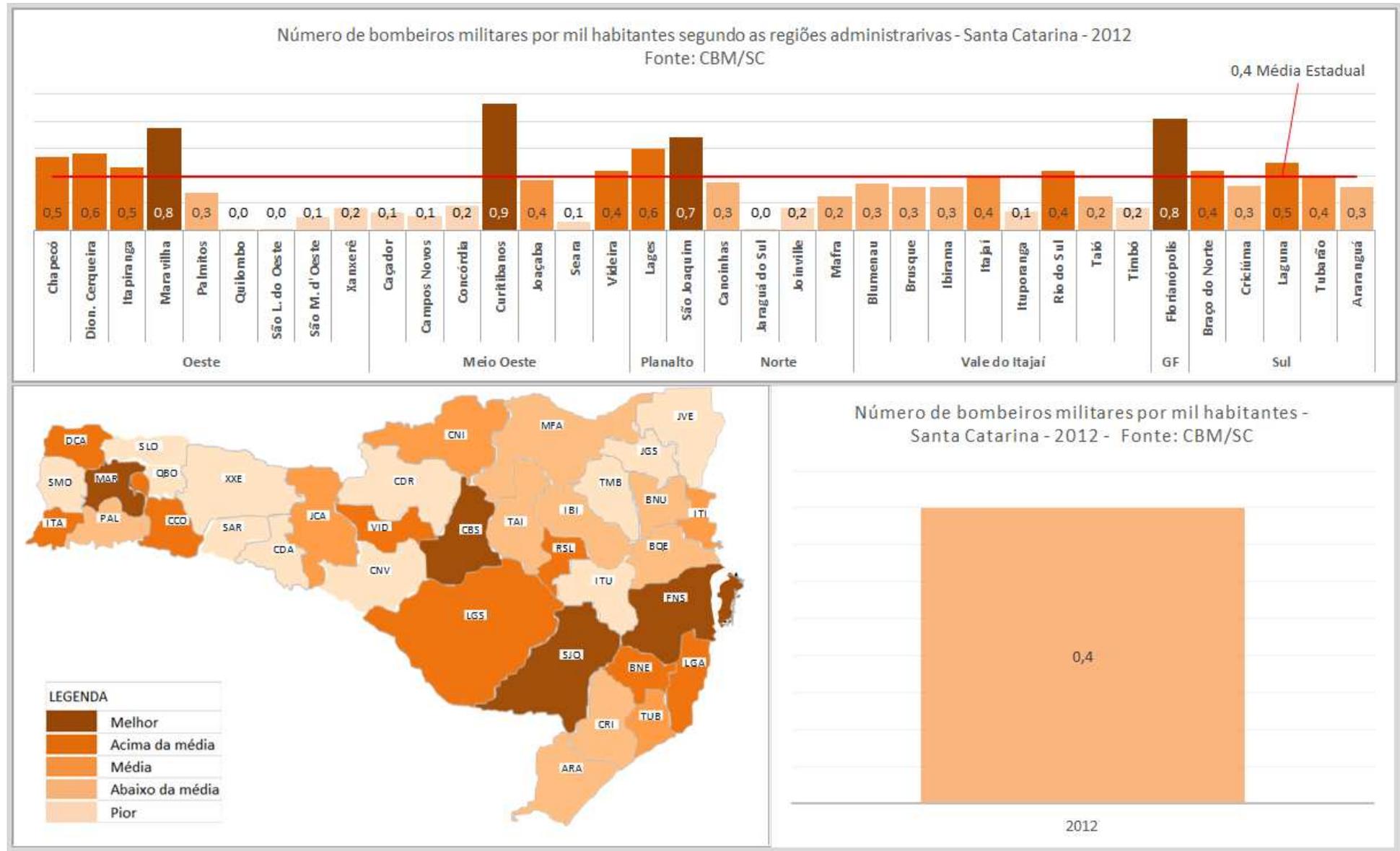
INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
POLÍCIA CIVIL								
Unidades de Polícia Civil (DP's - DRP's - DIC's)								441
Número de viaturas em circulação da Polícia Civil								1.395
Nº de policiais civis								3.177
Número de policiais civis por mil habitantes								0,50
POLÍCIA MILITAR								
Nº de instalações - quartéis da Polícia Militar								481
Número de viaturas da Polícia Militar								1.873
Nº de policiais militares	11.552	12.193	11.824	11.572	11.029	10.927	11.232	11.552
Número de policiais militares por mil habitantes								1,71
BOMBEIRO MILITAR								
Número de bombeiros militares por mil habitantes								0,39
Nº de instalações – quartéis de bombeiros militares								132
Nº de bombeiros militares								2.490

Fonte: Agência Central de Inteligência (ACI/PMSC) e Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP

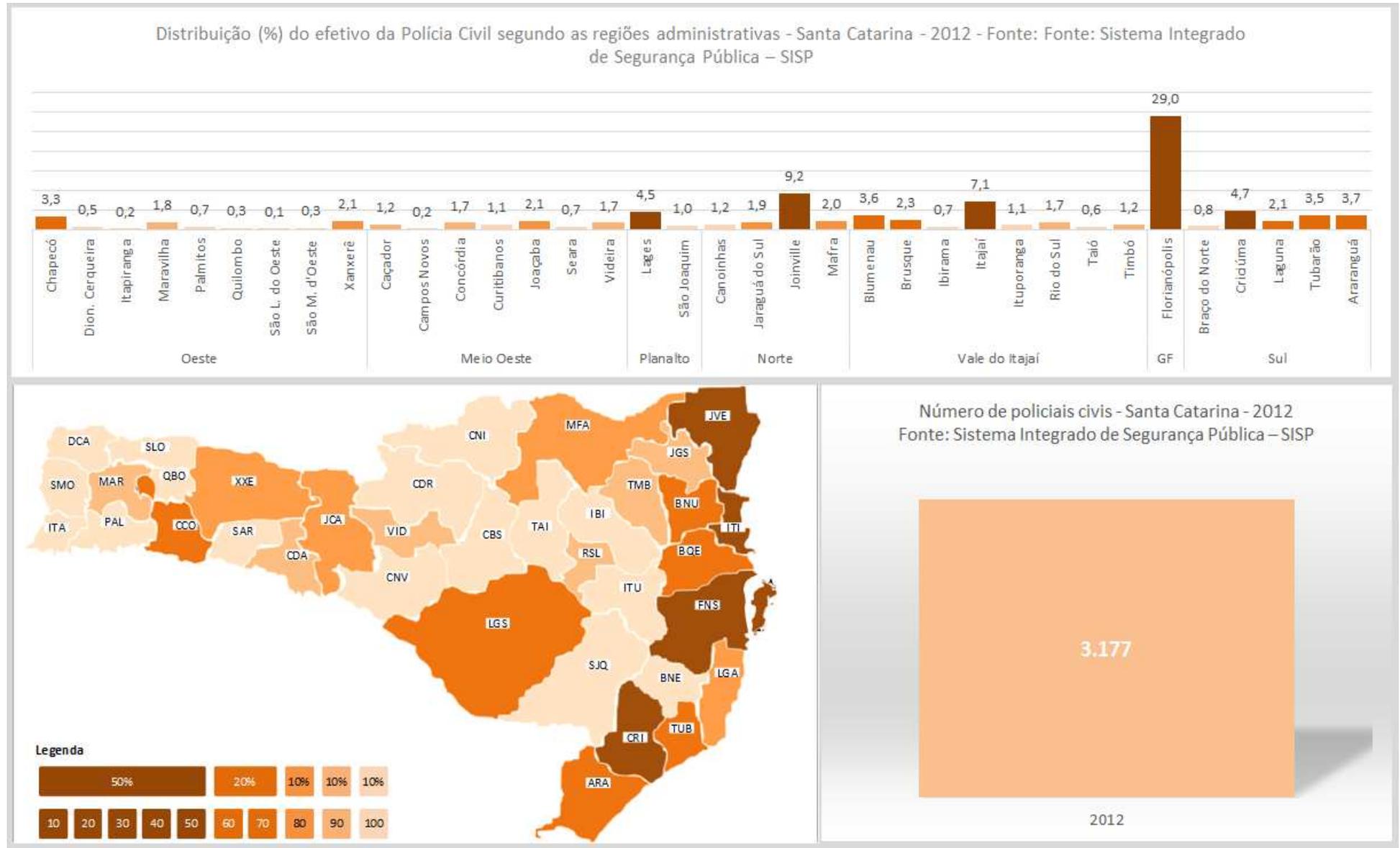
12.1.13 DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR



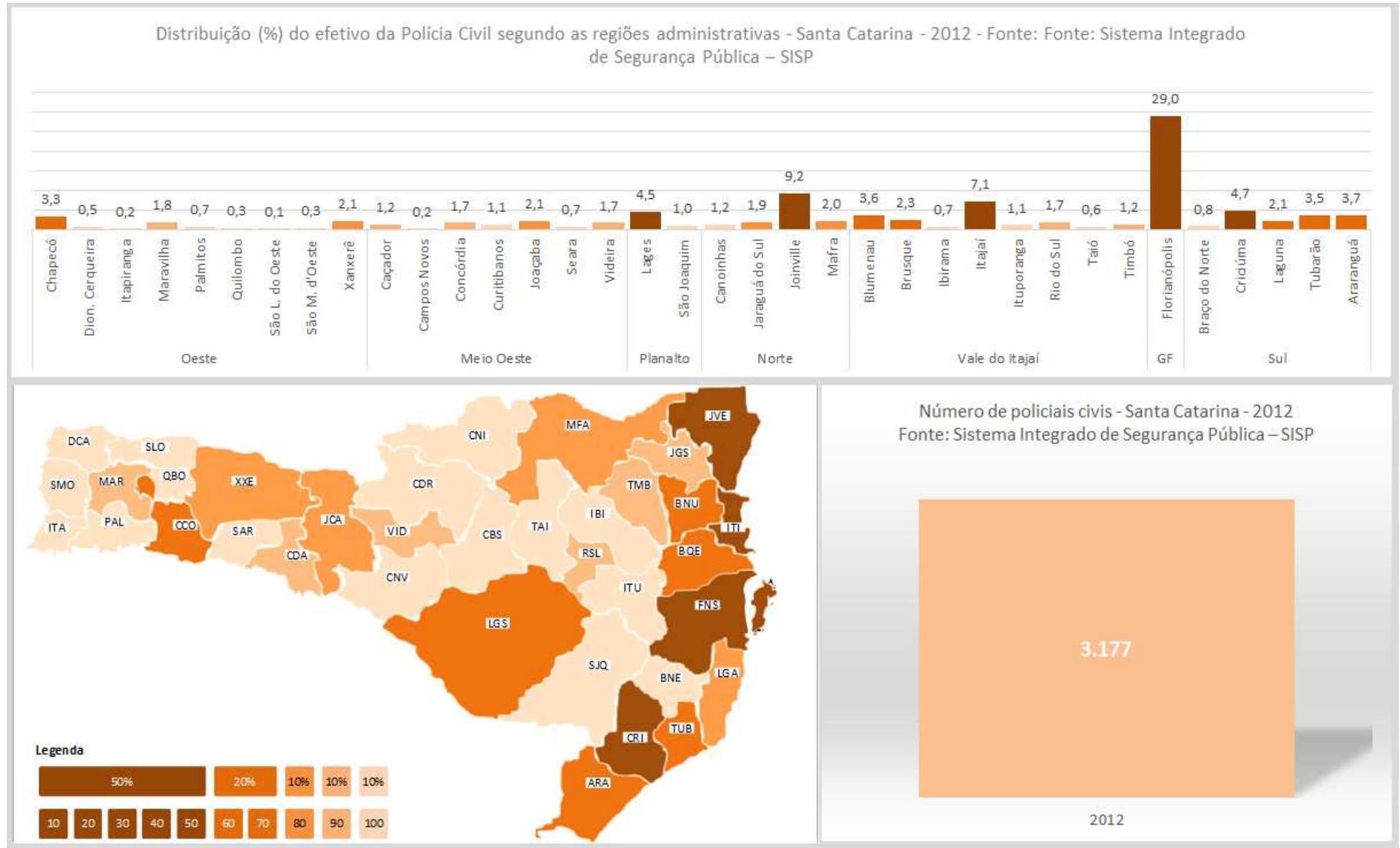
12.1.14 NÚMERO DE BOMBEIROS MILITARES POR MIL HABITANTES



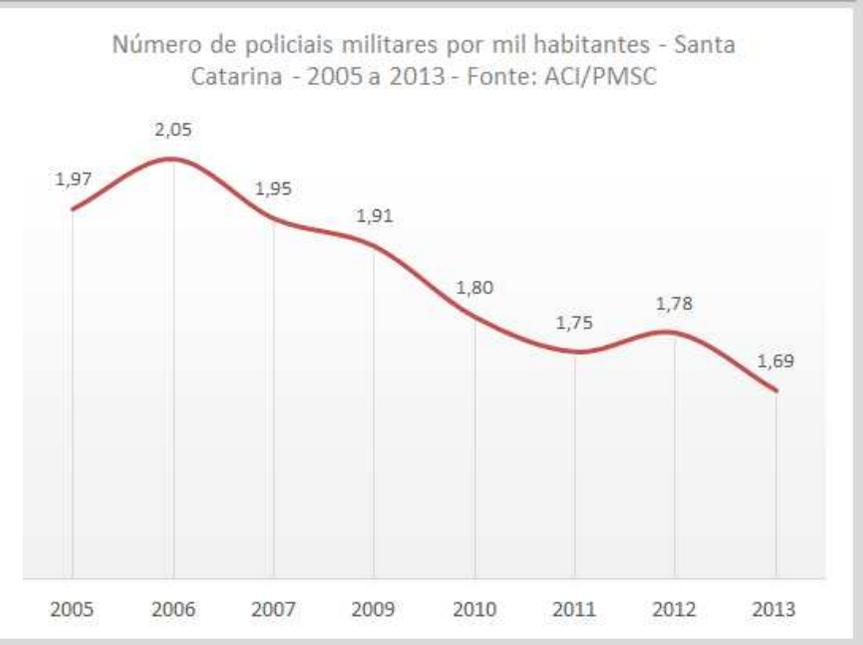
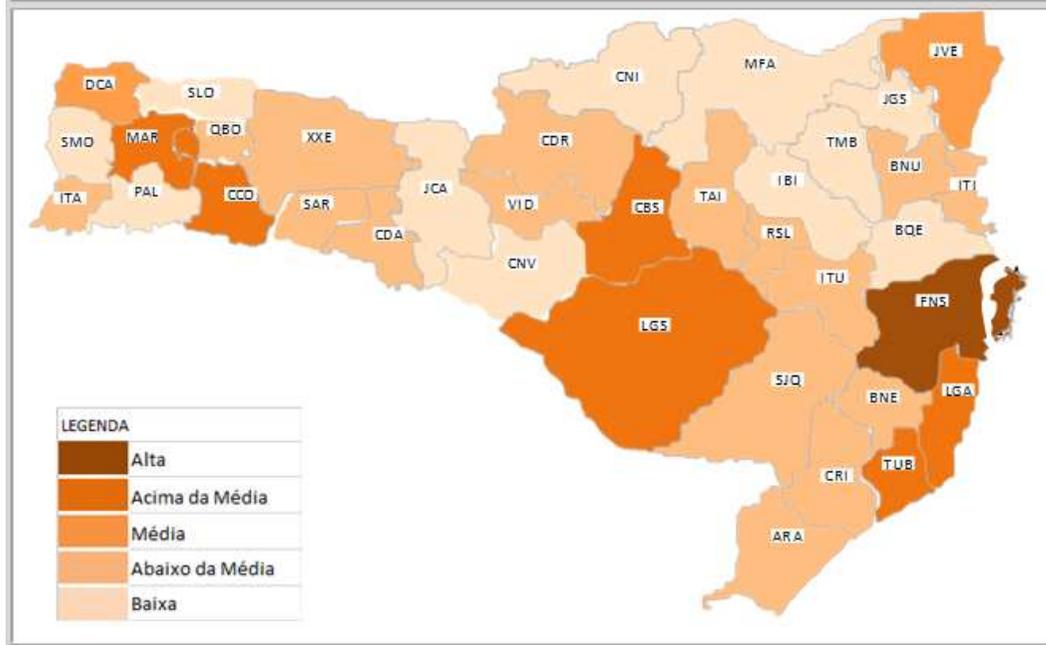
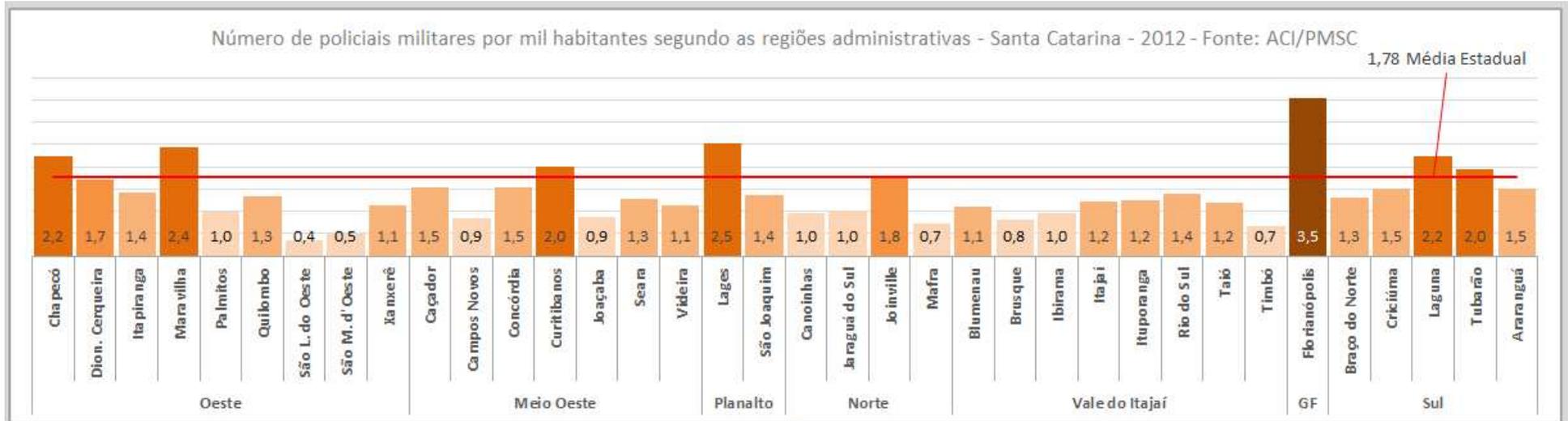
12.1.15 DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA CIVIL



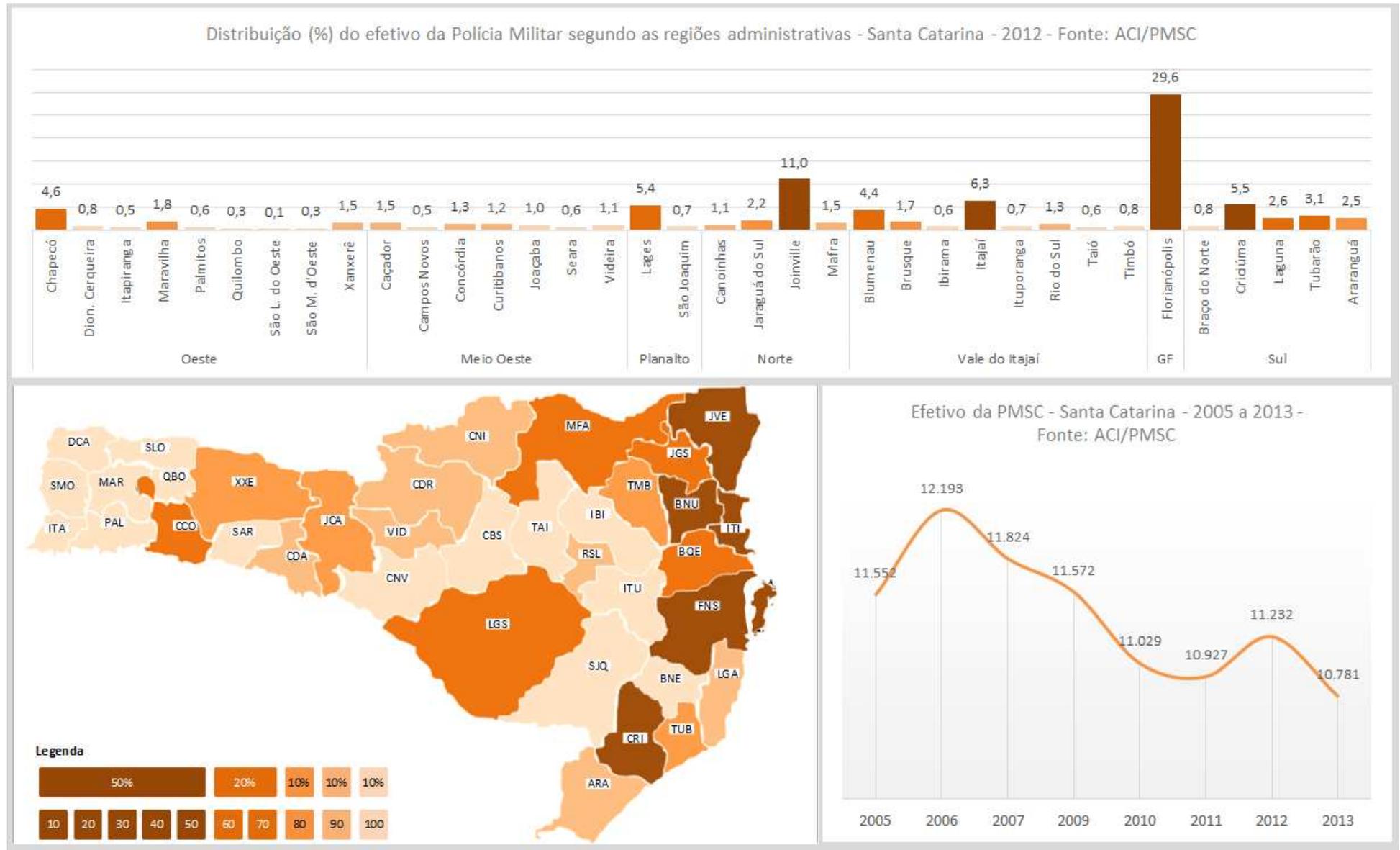
12.1.16 NÚMERO DE POLICIAIS CIVIS POR MIL HABITANTES



12.1.17 NÚMERO DE POLICIAIS MILITARES POR MIL HABITANTES



12.1.18 DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR



13 ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas públicas de cunho social, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia de condições mínimas para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, articula esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e os marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O Sistema é composto pelo poder público e pela sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. O Estado de Santa Catarina comprometeu-se com a implantação de sistemas locais e regionais de assistência social e com sua adequação aos modelos de gestão e cofinanciamento propostos e assinou pactos de aperfeiçoamento do Sistema.

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social.

Proteção Social Básica

Destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Proteção Social Especial

Destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

A gestão das ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e seus pares locais, que desempenham um importante trabalho de controle social. As transações financeiras e gerenciais do SUAS contam, ainda, com o suporte da Rede SUAS, sistema que auxilia na gestão, no monitoramento e na avaliação das atividades.

13.1 INDICADORES DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

TABELA 13-1 – INDICADORES DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL – SANTA CATARINA – 2011 A 2012

INDICADORES	2011	2012
INFORMAÇÕES BÁSICAS		
População com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 (pessoas)	50.246	418.480
População com renda per capita mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 (pessoas)	239.769	479.972
População com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo (pessoas)	932.259	1.286.506
Cobertura do Programa Bolsa Família (em %)		61,1
INDICADORES DE RESULTADOS		
Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	135.520	147.043
Quantidade de pessoas atendidas – SINE (pessoas)	373.274	
Quantidade de pessoas capacitadas para o mercado de trabalho – SINE (pessoas)	3.952	20.866
Benefício de Prestação Continuada (BPC) – pessoas com deficiência	35.227	38.013
PAIF - Serviços de Proteção Social Básica à Família (capacidade de atendimento)	206.367	212.066
Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (pessoas)	4.770	4.650
Serviço de convivência do idoso e/ou criança até 6 anos (pessoas)	76.261	104.138
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias (pessoas)	10.206	10.206
Serviços de acolhimento (famílias e indivíduos)	1.800	1.575
INDICADORES DE RECURSOS		
Número de postos de atendimento do SINE/SC (posto)	102	106
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	93	84
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	232	325

Fonte: MDS/CadÚnico

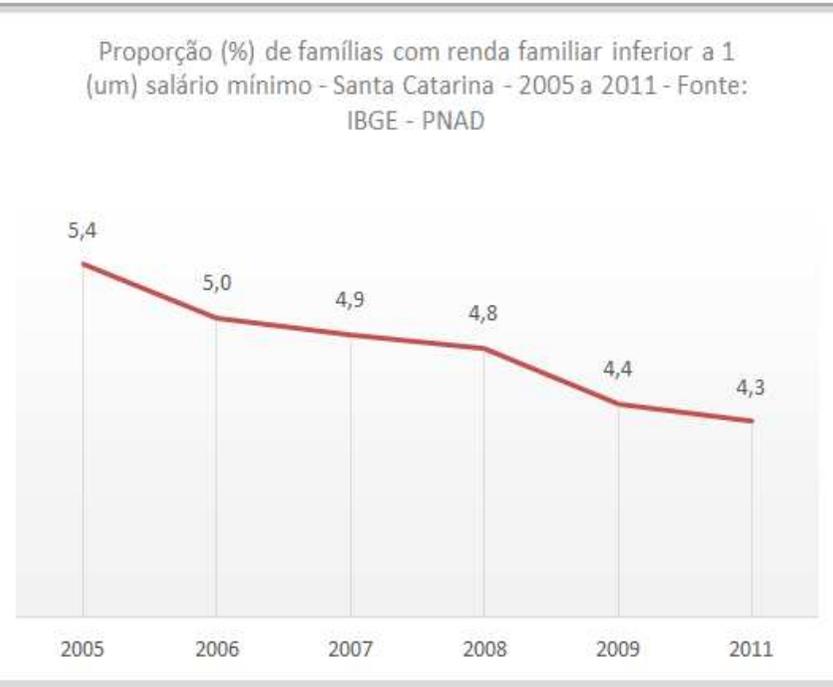
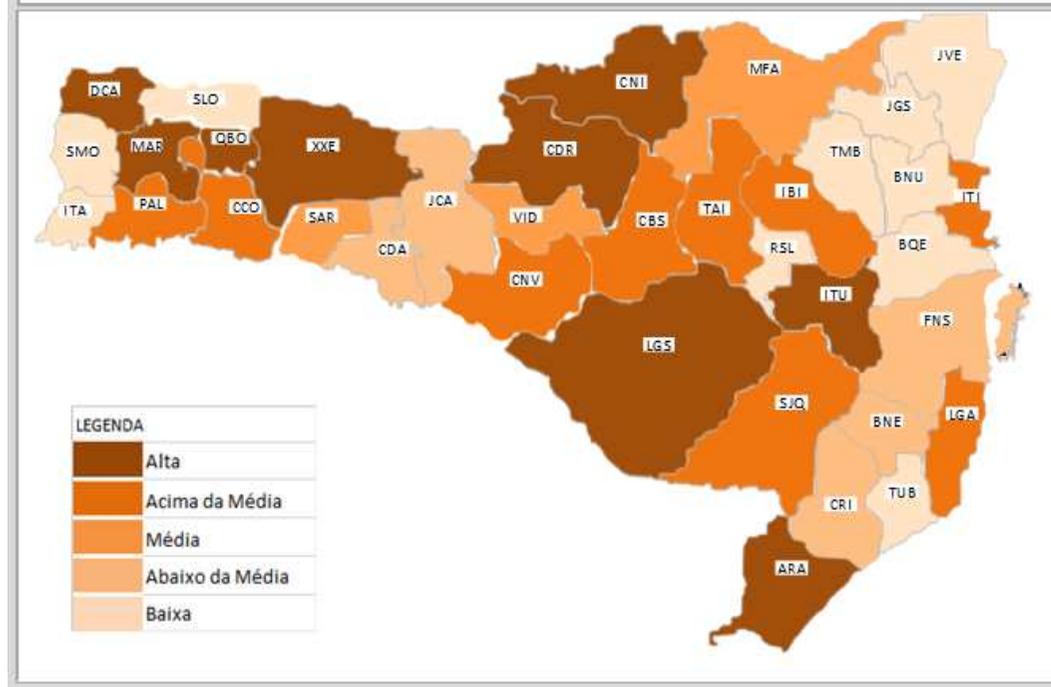
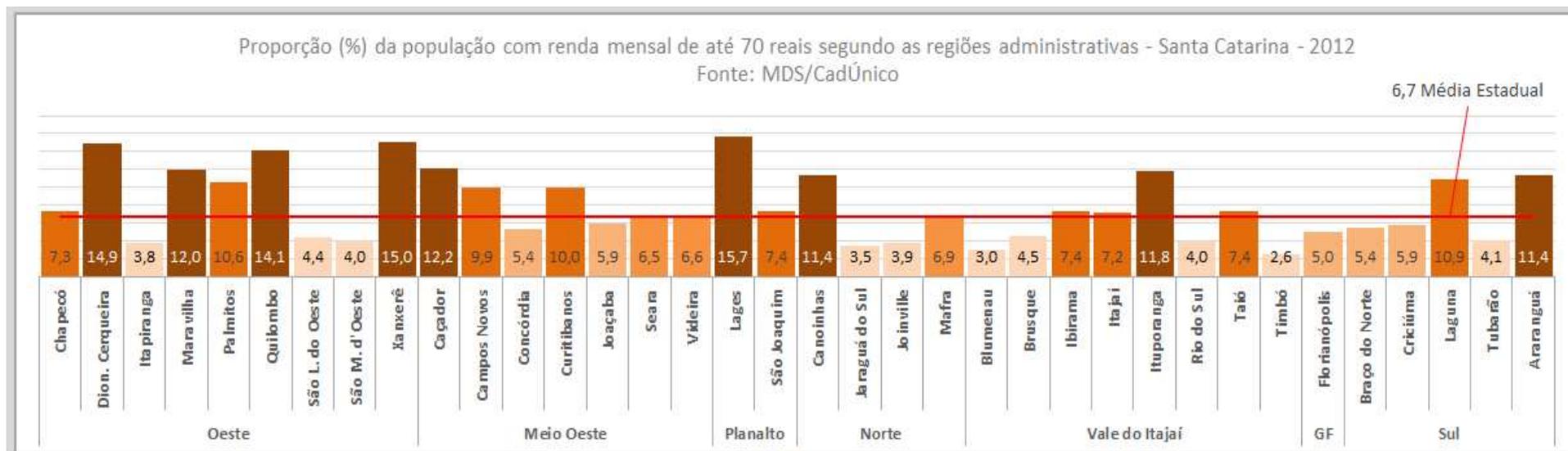
13.1.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou deficiências).

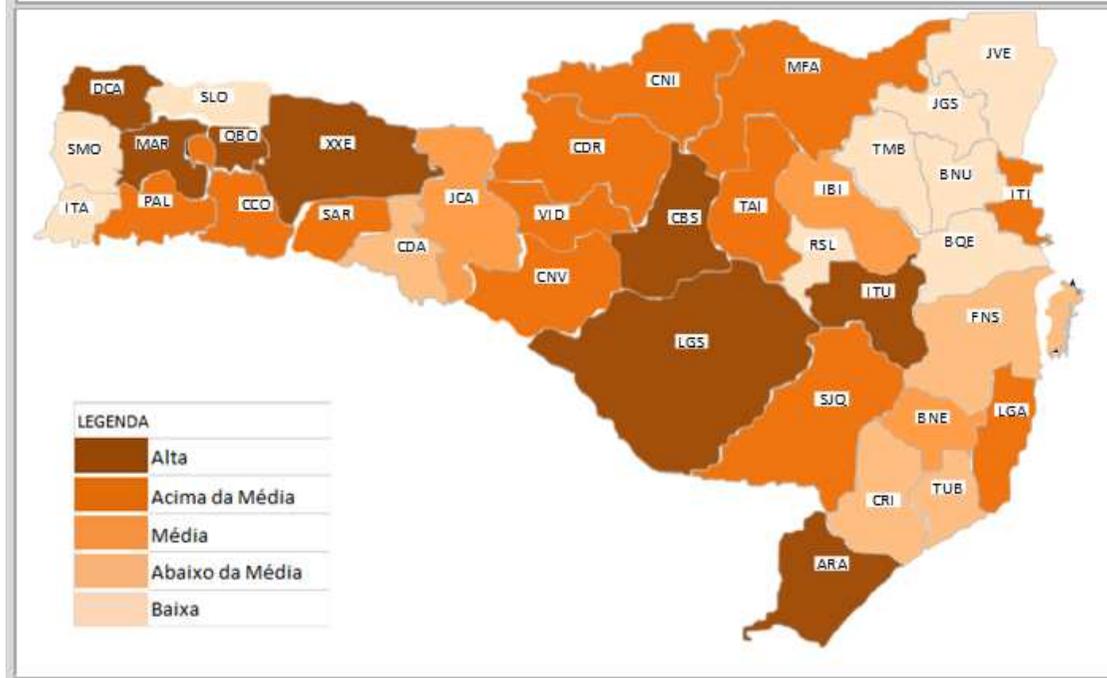
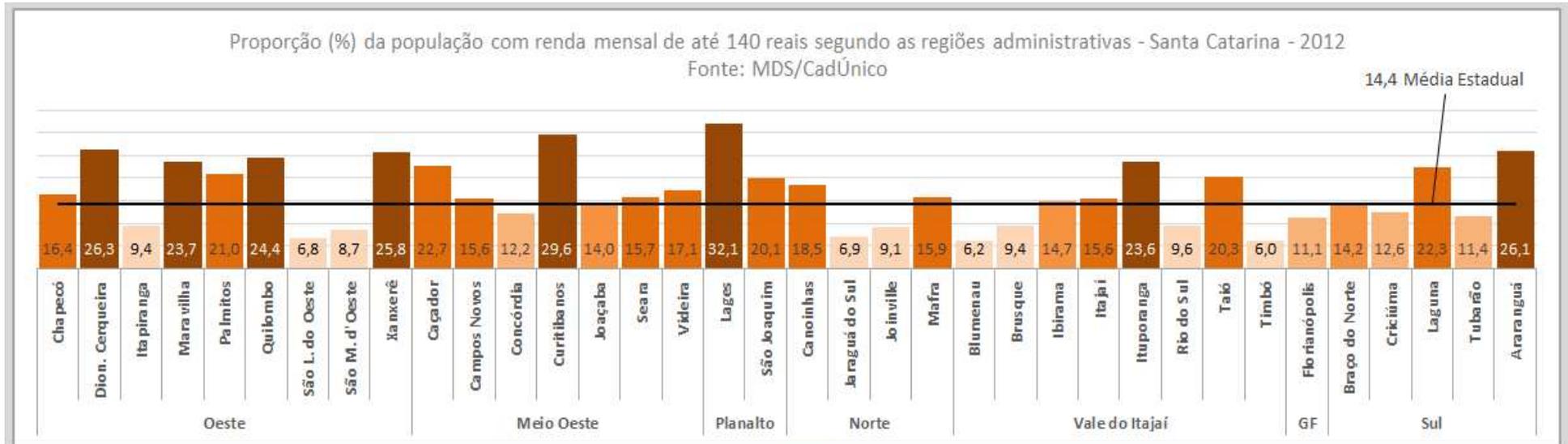
Cadastro Único

É um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas prioritariamente como aquelas cuja renda per capita mensal é de até meio salário mínimo. Famílias com renda superior (até três salários mínimos) também podem ser cadastradas, para o planejamento ou implementação de programas sociais específicos.

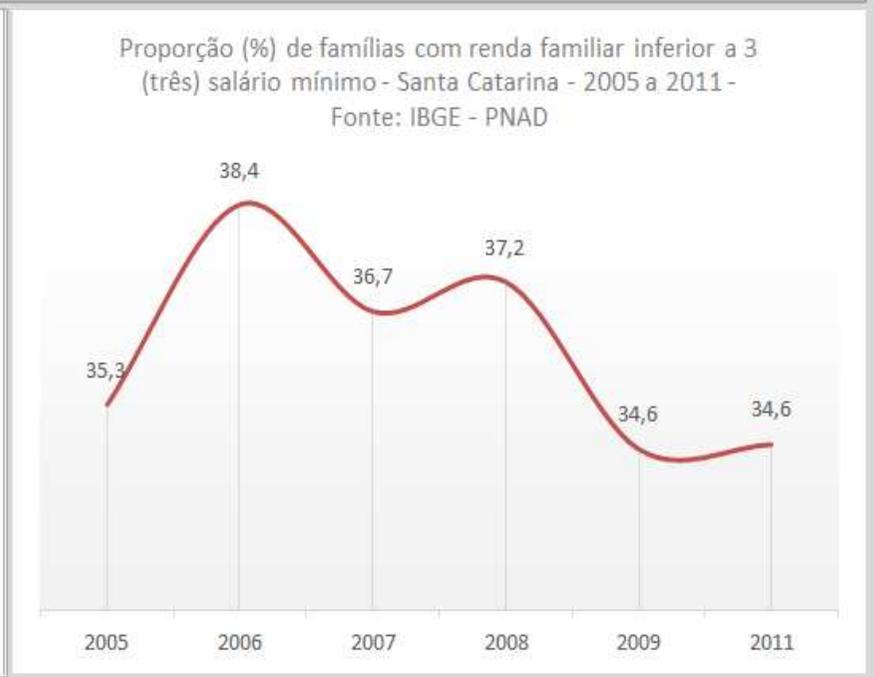
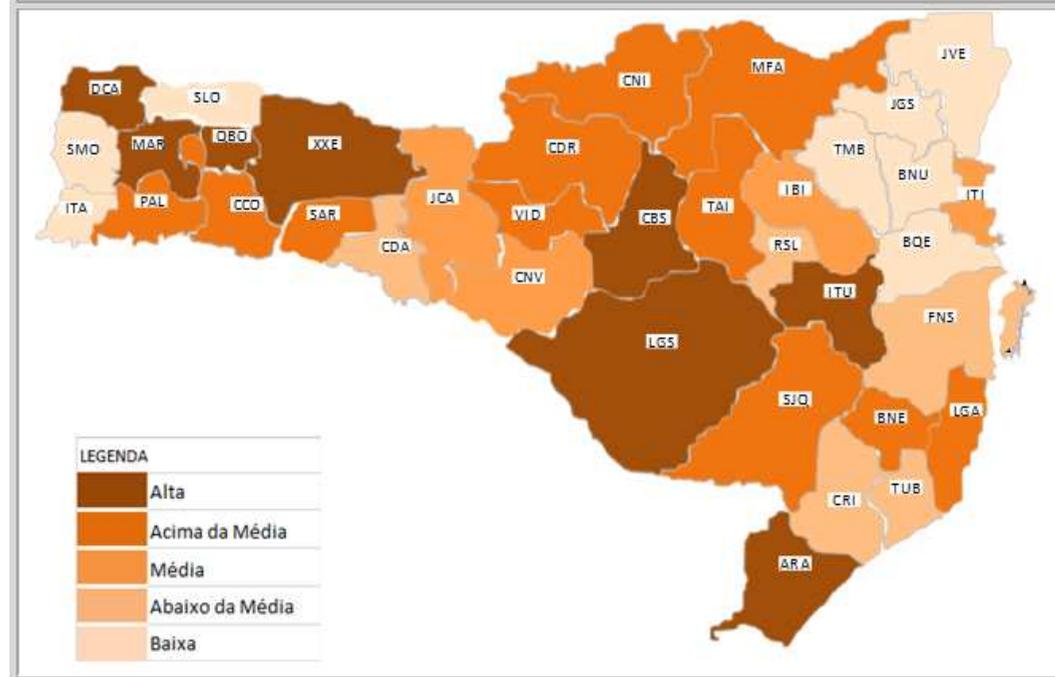
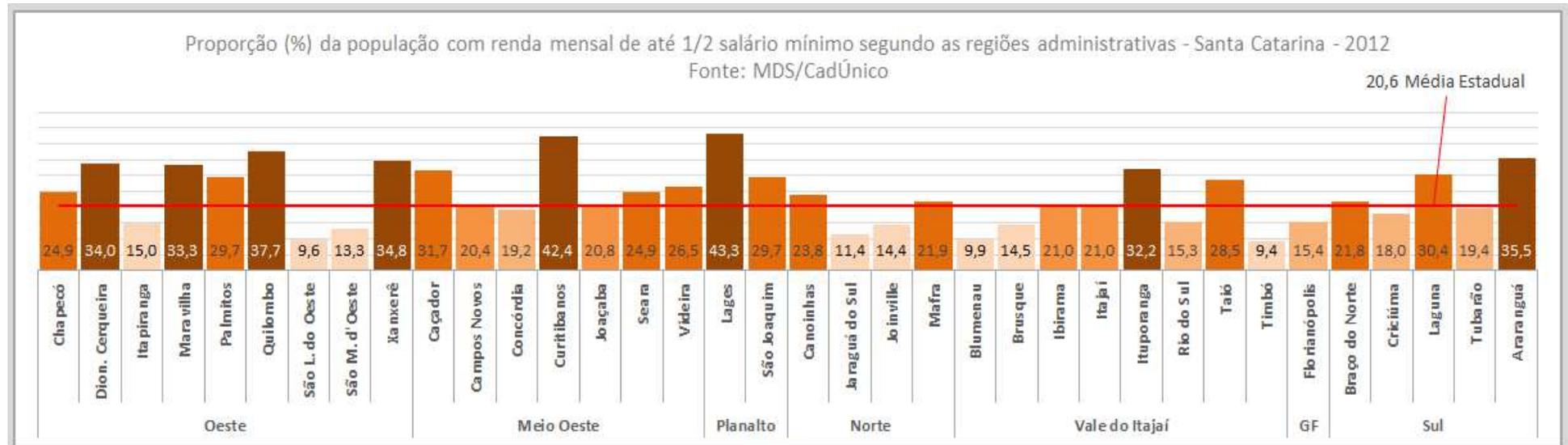
13.1.2 POPULAÇÃO COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ R\$ 70,00



13.1.3 PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ R\$ 140,00

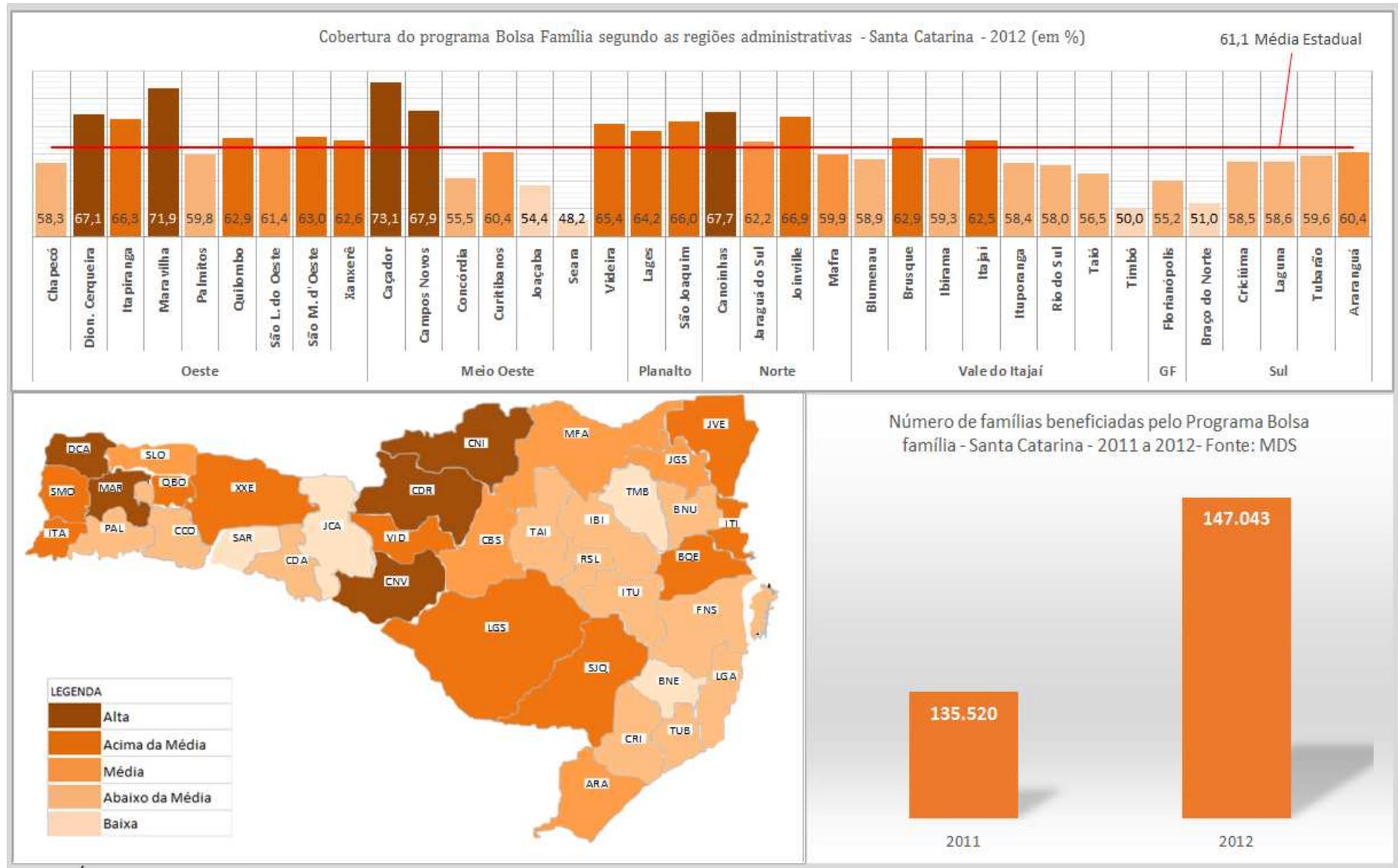


13.1.4 PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO



13.1.5 COBERTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (EM %)

Expressa a cobertura do Programa Bolsa Família numa área geográfica específica, em relação às famílias cadastradas no Cadastro Único, com renda per capita de até R\$140,00.

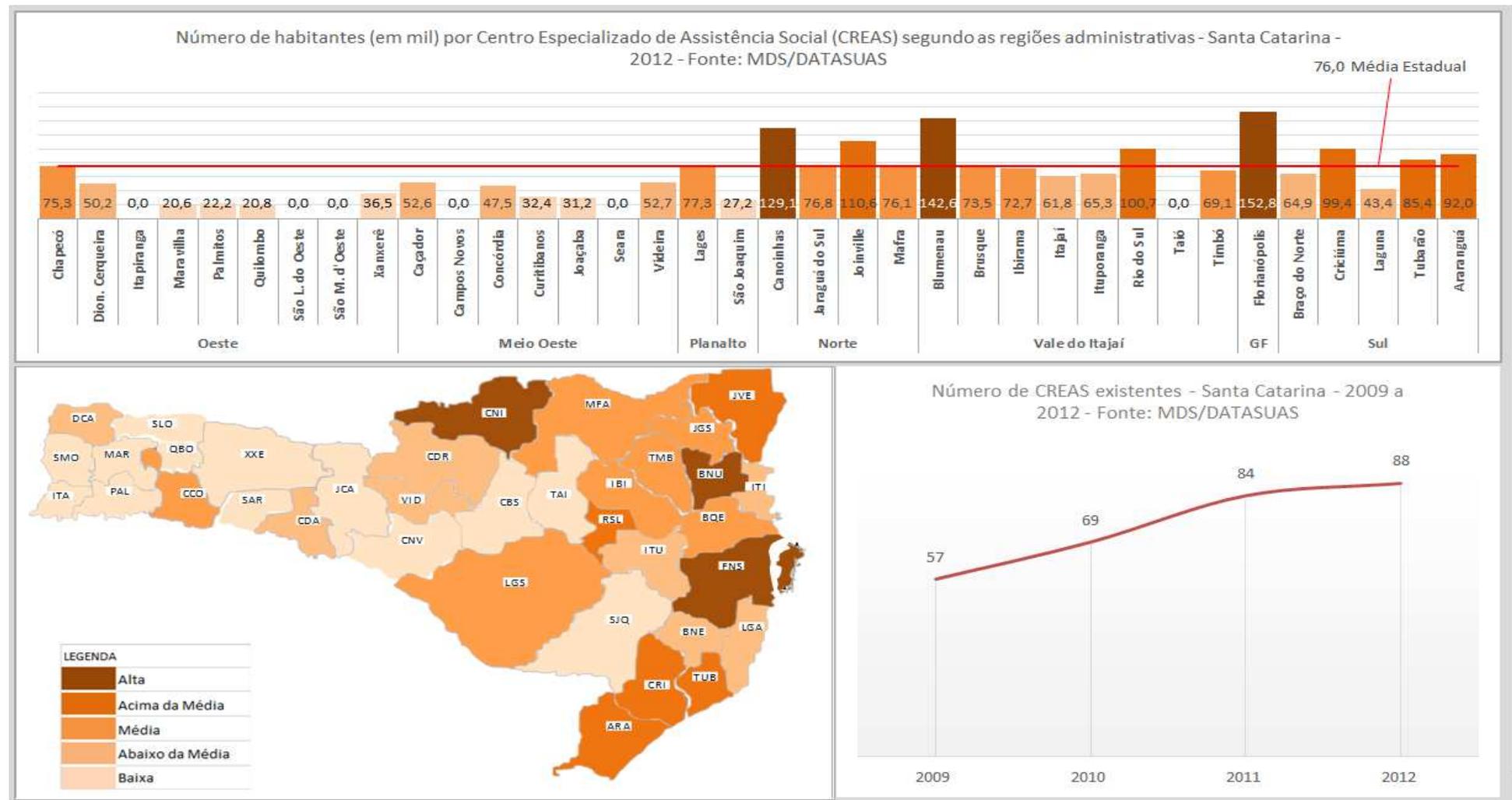


13.2 REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA

É a interligação de entidades governamentais e não governamentais prestadoras de serviços assistenciais que são oferecidos aos destinatários da Política Pública de Assistência Social. Traduz a ideia de articulação, conexão, complementariedade e interdependência de serviços para atender às demandas da população.

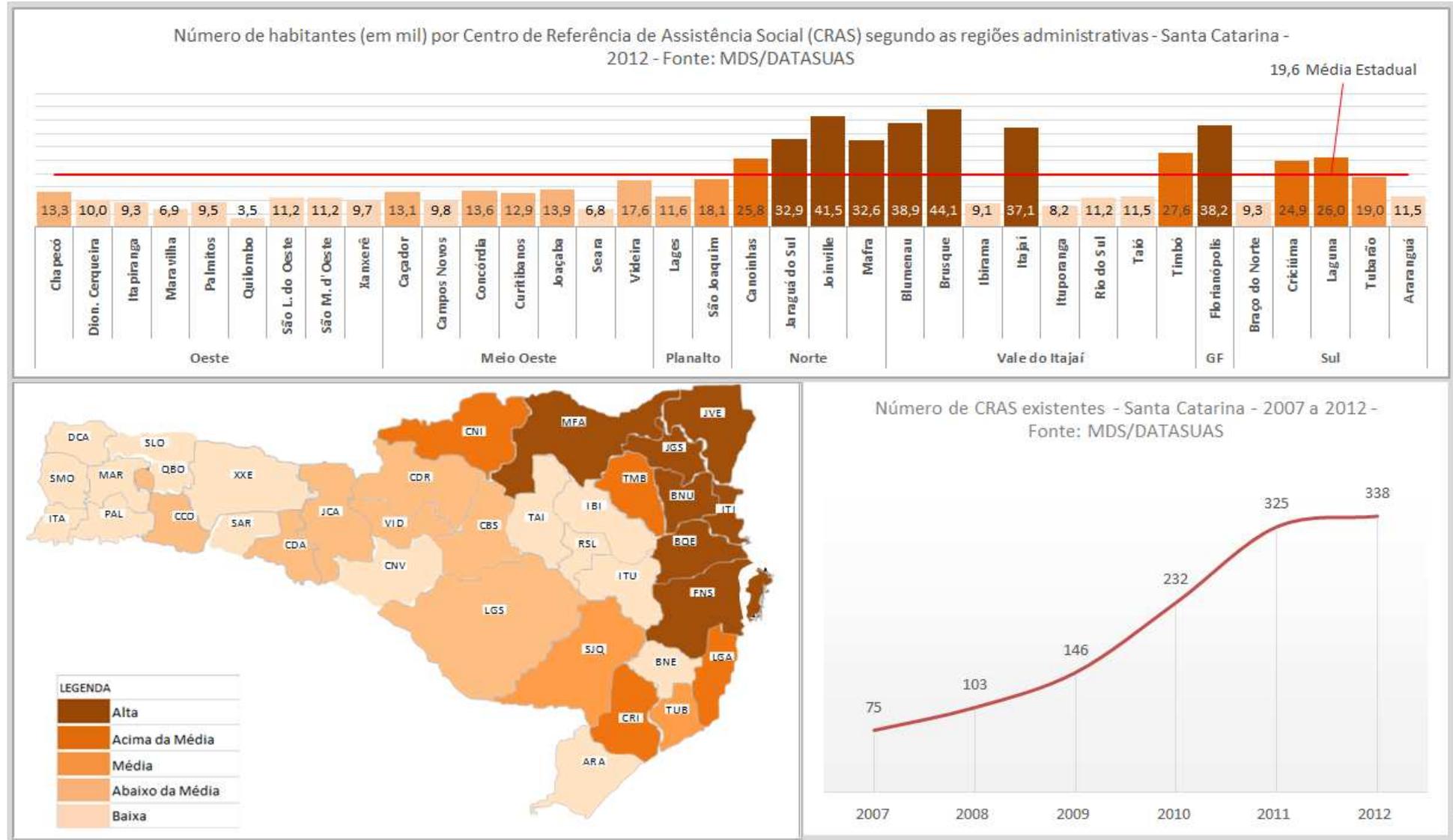
13.2.1 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

É a unidade pública estatal que oferta gratuitamente serviços de proteção especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.



13.2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

É uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios, e é responsável pela organização e oferta de serviços de Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas, e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.



14 FINANÇAS PÚBLICAS

Observação: É importante observar as seguintes notas:

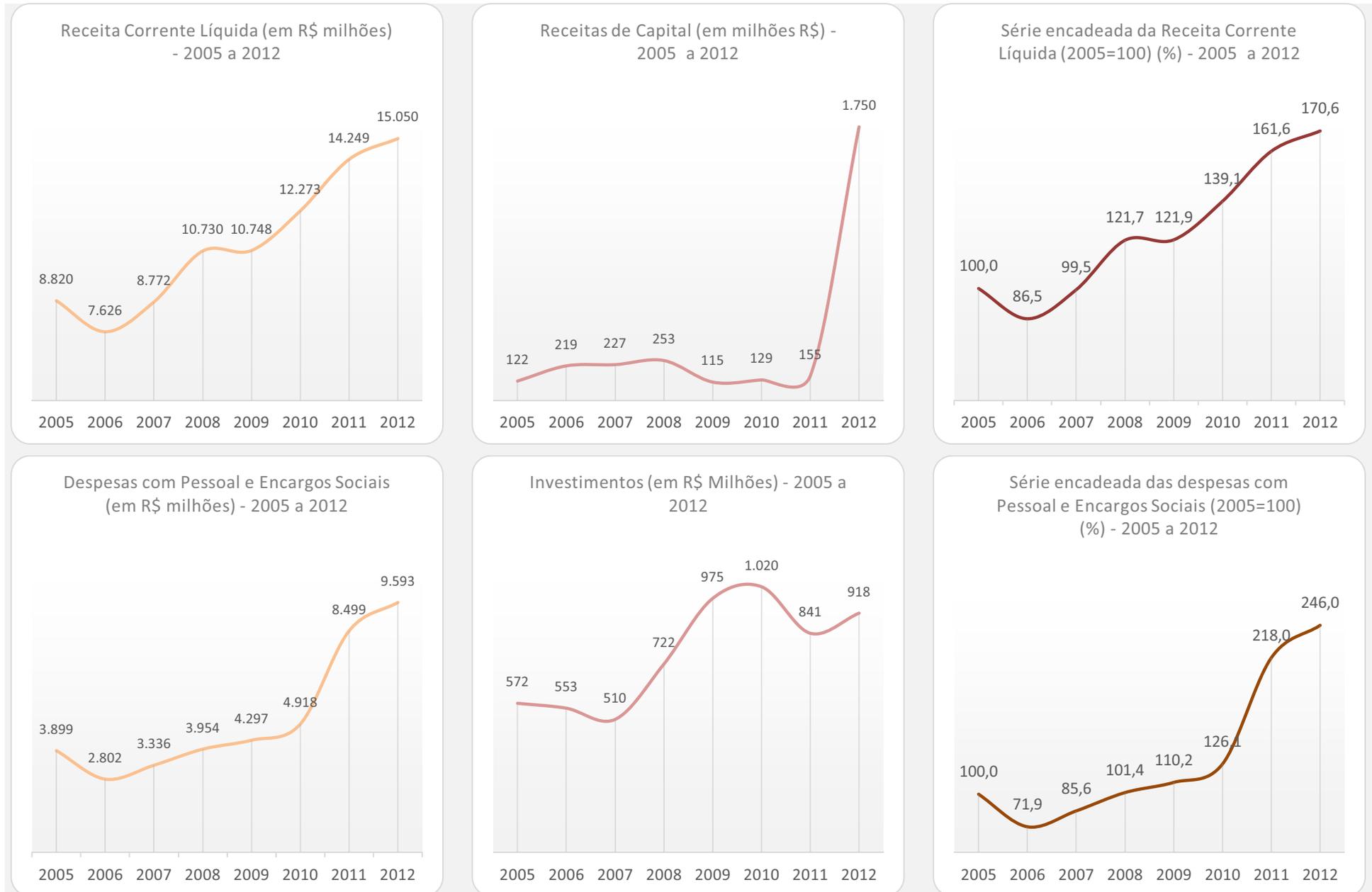
As informações de arrecadação deste relatório podem apresentar divergências em relação a outros relatórios que tratam sobre este tema, porque:

As informações apresentadas são posteriores à realização dos ajustes necessários: estornos, ressarcimento/restituição de valores, transferências constitucionais para os municípios, repasse para o FUNDEB, etc.

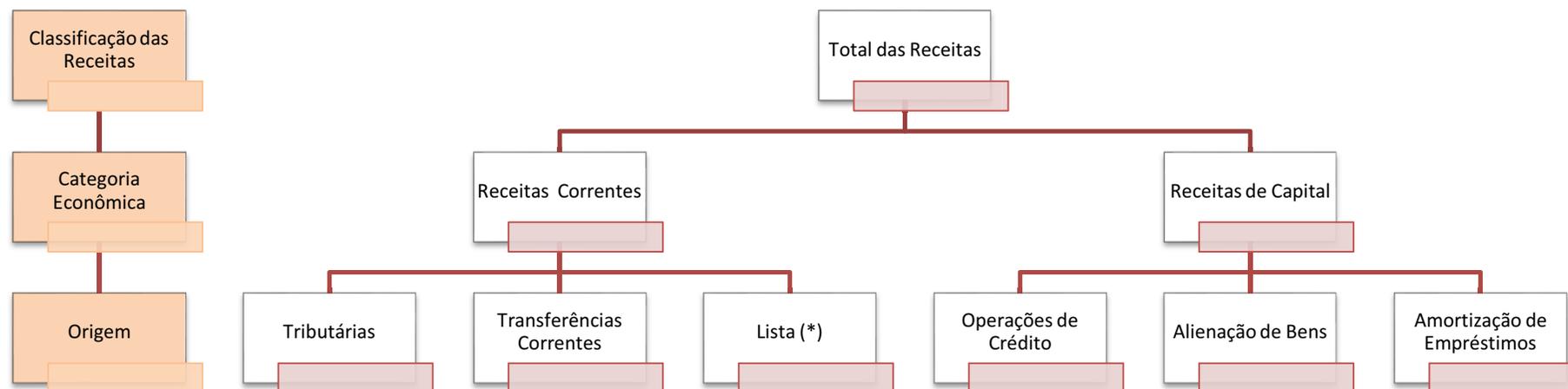
As eventuais diferenças entre ambos não desqualificam a utilização das informações agregadas mais recentes neste relatório, para fins de análise do comportamento da arrecadação.

Parte das receitas arrecadadas pelo Estado é repassada aos Municípios. Dentre as principais transferências do Estado aos municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o ICMS (25%) e o IPVA (50%), além da contribuição do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (20%).

14.1 PERFIL DO ORÇAMENTO DO ESTADO



14.2 CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS



(*) Receita de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária e industrial, receita de serviços e outras receitas correntes.

14.3 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de caráter não devolutivos auferidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública pois tem como finalidade atender às despesas públicas.

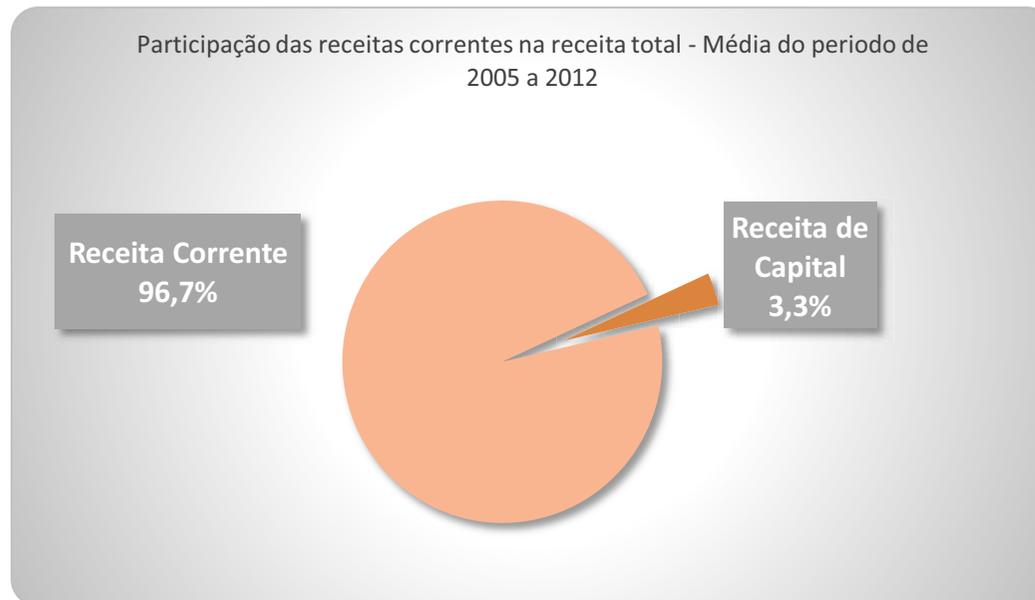
TABELA 14-1 - ARRECADAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA A PREÇOS CORRENTES - 2005 A 2012

CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM DAS RECEITAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.820,09	7.626,13	8.771,91	10.729,87	10.748,27	12.272,62	14.249,39	15.049,87
Receitas Tributárias	5.924,03	4.550,41	5.206,94	5.795,56	6.059,63	7.355,92	8.447,50	9.284,18
Receita de Contribuições	492,71	387,64	685,34	771,63	424,59	503,62	573,58	629,23
Receita Patrimonial	195,11	172,92	201,18	554,29	263,69	270,58	545,77	313,85
Receita Agropecuária e Industrial	12,05	11,22	7,58	8,71	8,95	9,79	8,91	10,11
Receita de Serviços	164,10	132,10	126,65	136,63	160,57	162,68	169,38	202,24
Transferências Correntes	1.719,75	1.963,73	2.332,38	3.126,15	3.565,30	3.653,26	4.059,30	4.155,92
Outras Receitas Correntes	312,34	408,21	211,84	336,91	265,54	316,75	444,96	454,35
RECEITA DE CAPITAL	121,85	219,24	227,06	253,42	115,30	129,17	154,63	1.749,68
Operações de Crédito	87,98	103,57	70,15	195,04	60,52	59,70	95,29	1.661,16
Demais Receitas de Capital	33,87	115,67	156,90	58,39	54,78	69,47	59,33	88,51

Fonte: SEF-SC

14.4 1º NÍVEL - CATEGORIA ECONÔMICA

A Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 11 classifica a receita orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



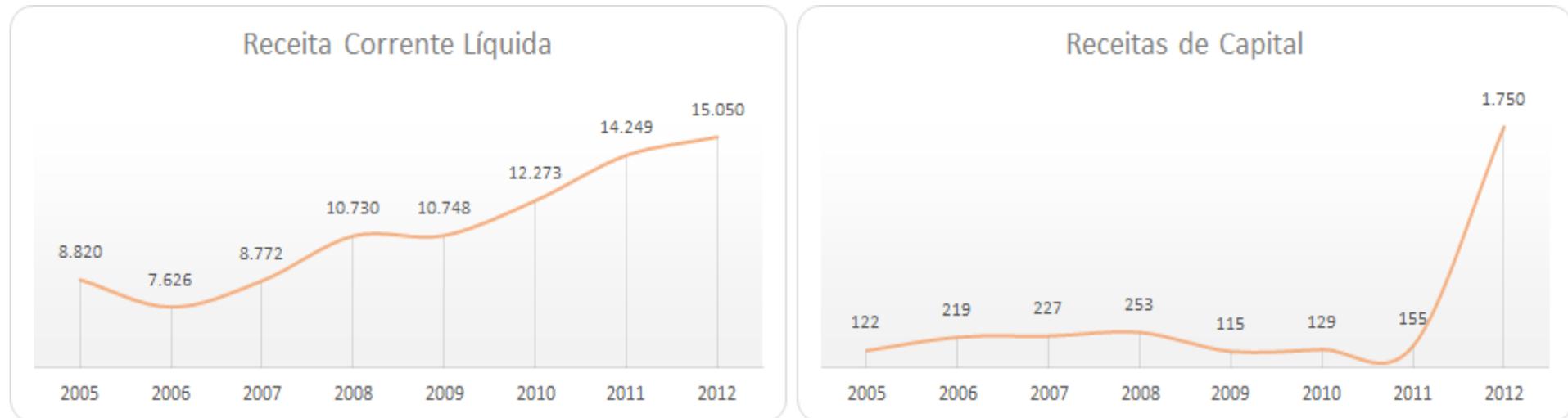
RECEITAS CORRENTES - São constituídas pelas receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Na média do período de 2005 a 2012 as receitas correntes representaram 96,7% da receita total do Estado de Santa Catarina.

RECEITAS DE CAPITAL - São provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis como despesas de capital.

Na média do período de 2005 a 2012 as receitas de capital representaram 3,3% da receita total do Estado de Santa Catarina

GRÁFICO 14-1 – RECEITAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA POR CATEGORIA ECONÔMICA EM MILHÕES DE R\$) – 2005 A 2012

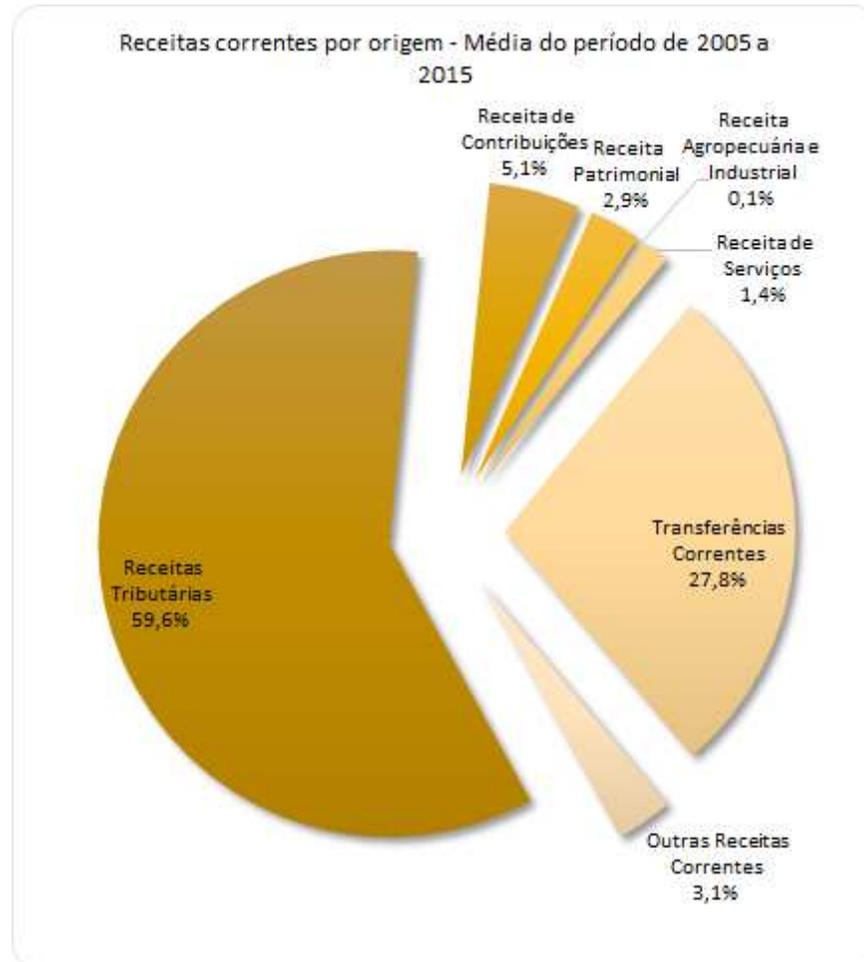


Fonte: SEF/SC

14.5 2º NÍVEL – ORIGEM DAS RECEITAS

É a subdivisão das categorias econômicas, que tem por objetivo identificar a origem das receitas, no momento em que as mesmas ingressam no patrimônio público. No caso das receitas correntes, tal classificação serve para identificar se as receitas são compulsórias (tributos e contribuições), provenientes das atividades em que o Estado atua diretamente na produção (agropecuárias, industriais ou de prestação de serviços), da exploração do seu próprio patrimônio (patrimoniais), se proveniente de transferências destinadas ao atendimento de despesas correntes, ou ainda, outros ingressos.

14.5.1 ORIGEM DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RECEITAS TRIBUTÁRIAS - São os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. É receita privativa das entidades investidas do poder de tributar: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - É o ingresso proveniente de contribuições sociais. As contribuições sociais são destinadas ao custeio da seguridade social, que compreende a previdência social, a saúde e a assistência social.

RECEITA PATRIMONIAL - É o ingresso proveniente da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, ou seja, de participação societária.

RECEITA AGROPECUÁRIA - É o ingresso proveniente da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

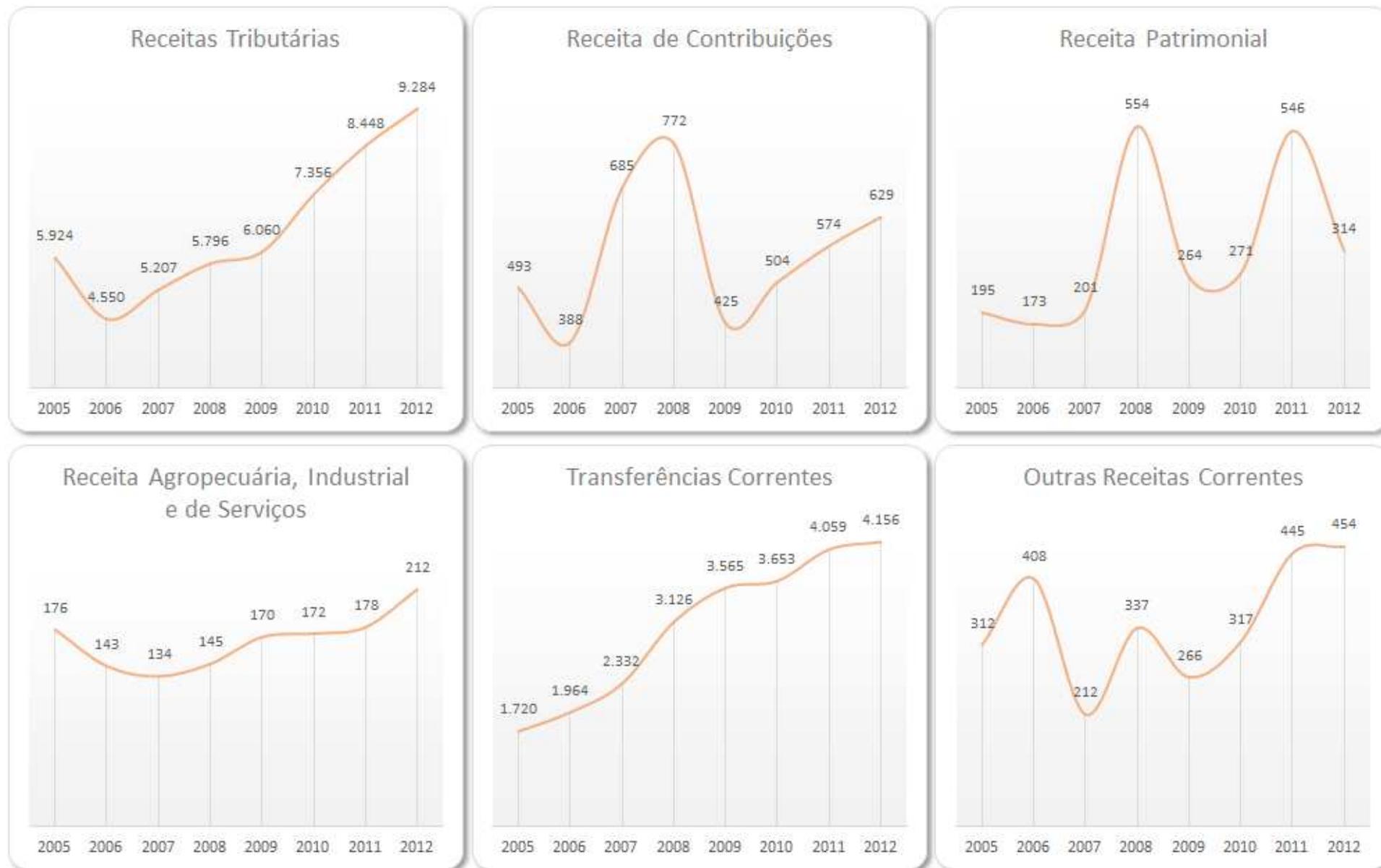
RECEITA INDUSTRIAL - É o ingresso proveniente da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, provenientes das atividades industriais definidas como tal pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

RECEITA DE SERVIÇOS - É o ingresso proveniente da prestação de serviços de atividades comerciais, financeiras, de transporte, de saúde, de comunicação, de armazenagem, e serviços científicos e tecnológicos de metrologia e outros.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - As transferências constitucionais consistem na distribuição de recursos provenientes da arrecadação de tributos federais aos estados, com base em dispositivos constitucionais. São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES - São os ingressos correntes provenientes de outras origens, não classificáveis nas anteriores.

GRÁFICO 14-2 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA POR ORIGEM (EM MILHÕES DE R\$) – SANTA CATARINA – 2005 A 2012



Fonte: SEF/SC

14.5.2 ORIGEM DAS RECEITAS DE CAPITAL

No caso das receitas de capital, distinguem-se as provenientes de operações de crédito, da alienação de bens, da amortização de empréstimos, das transferências destinadas ao atendimento de despesas de capital, ou ainda, de outros ingressos de capital.

GRÁFICO 14-3 - RECEITAS DE CAPITAL POR ORIGEM (EM MILHÕES DE R\$) – SANTA CATARINA - 2005 A 2012



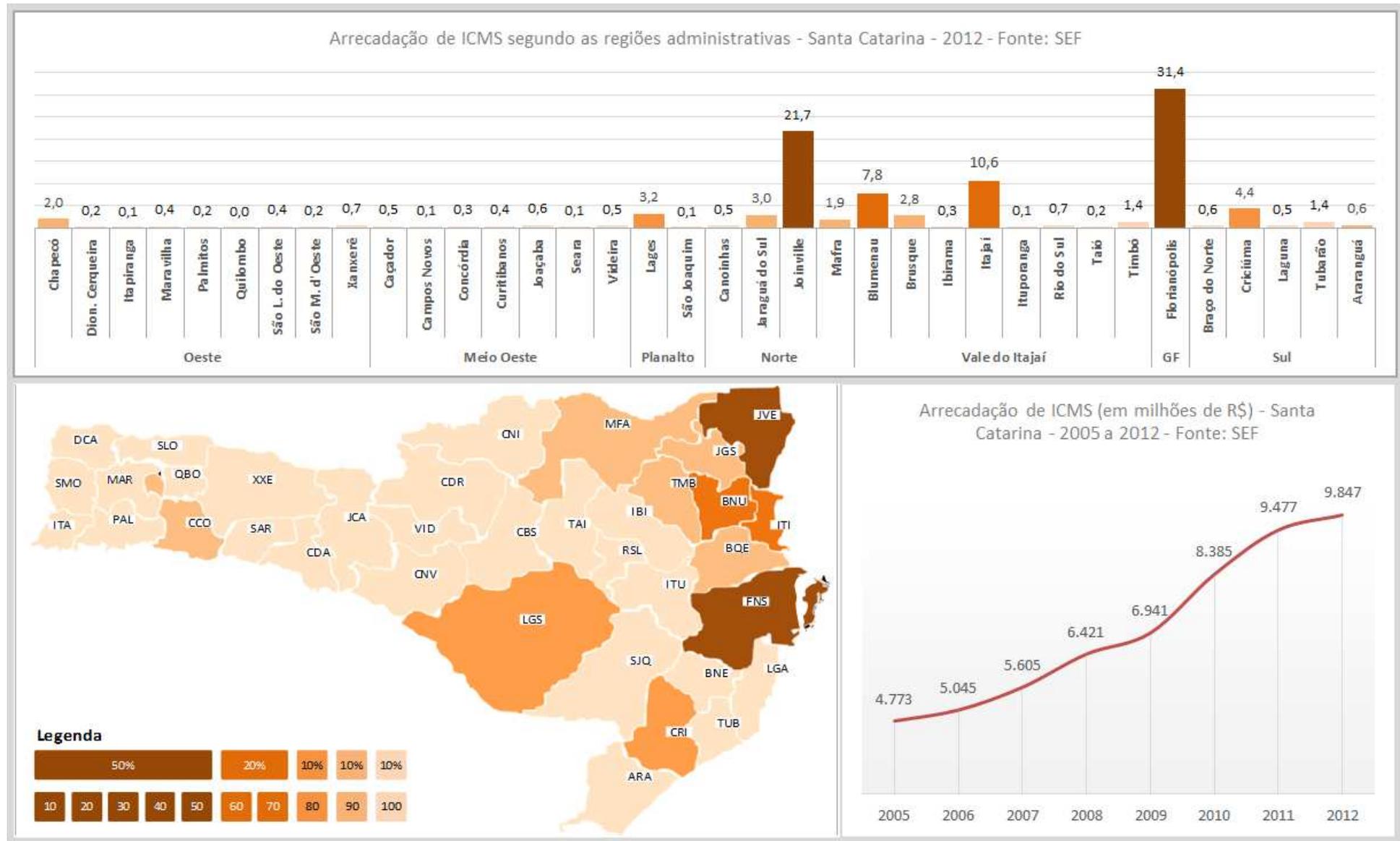
Fonte: SEF/SC

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - São os ingressos (internos ou externos) provenientes da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

RECEITAS DE CAPITAL - As demais receitas têm uma contribuição muito pequena na arrecadação total do Estado.

14.5.3 ARRECAÇÃO ANUAL DO ICMS EM SANTA CATARINA

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS é o imposto de competência estadual que incide (base de cálculo) sobre a circulação de mercadorias, prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal, comunicações e energia elétrica. Do valor arrecadado, 75% pertence ao Estado e os outros 25% é distribuído para os municípios.



15 DESPESAS DO ESTADO

15.1 CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

As despesas são classificadas em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

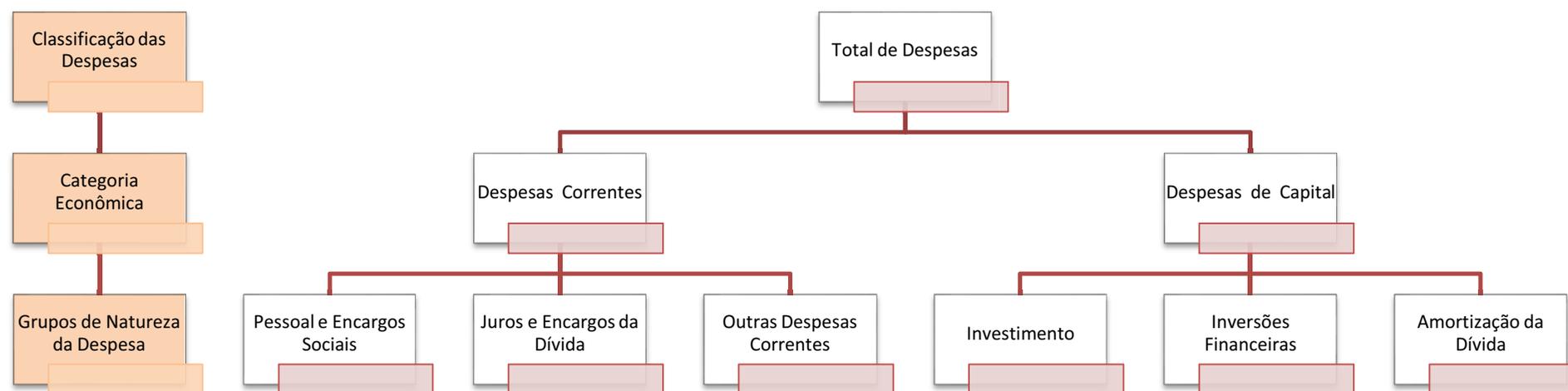
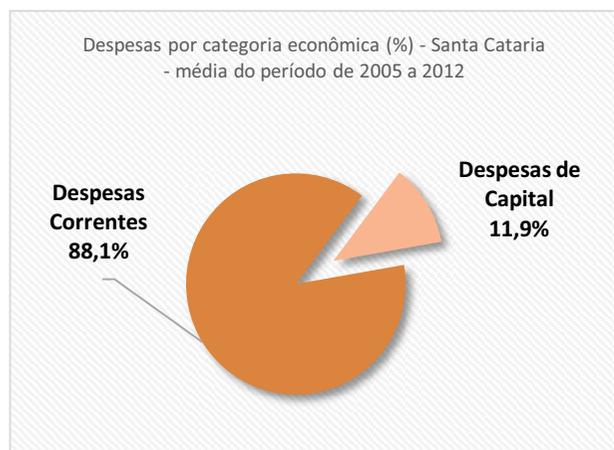


TABELA 15-1 – DESPESAS, SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE R\$) - SANTA CATARINA – 2005 A 2012

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	7.780,19	6.719,8	7.729,2	8.964,1	10.036,4	11.372,4	13.122,9	15.163,8
Pessoal e Encargos Sociais	3.899,3	2.802,5	3.336,4	3.954,1	4.297,1	4.917,9	8.499,3	9.593,4
Juros e Encargos da Dívida	511,0	550,1	606,9	666,7	765,3	814,2	998,2	1.642,8
Outras Despesas Correntes	3.369,9	3.367,2	3.785,8	4.343,4	4.974,0	5.640,3	3.625,4	3.927,5
DESPESAS DE CAPITAL	885,8	907,5	888,2	1.379,7	1.491,5	1.486,3	1.400,1	2.531,8
Investimento	571,6	552,8	509,8	722,4	974,8	1.019,7	840,7	918,1
Inversões Financeiras	39,4	14,6	12,4	202,6	18,8	38,1	56,7	32,9
Amortização da Dívida	274,8	340,1	366,1	454,7	497,9	428,5	502,7	1.580,8
TOTAL DAS DESPESAS	8.665,9	7.627,3	8.617,3	10.343,8	11.527,9	12.858,7	14.523,0	17.695,6

Fonte: SEF-SC

15.2 DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA



Despesas correntes - Classificam-se na categoria de despesas correntes todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

As despesas correntes representaram 88,1% das despesas do Estado.

Despesas de capital - Classificam-se como despesa de capital as que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e estão subdivididas em grupos de natureza da despesa: investimento, inversões financeiras e amortização da dívida.

As despesas de capital representaram 11,9% das despesas do Estado, média do período de 2005 a 2012.

15.2.1 DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes se desdobram em grupos de natureza da despesa:

- 1) Pessoal e encargos sociais – são as despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- 2) Juros e encargos da dívida – são as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- 3) Outras despesas correntes - despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica independente da forma contratual, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio alimentação, vale-transporte, além de outras despesas correntes não classificáveis nos grupos anteriores.

GRÁFICO 15-1 – DESPESAS CORRENTES SEGUNDO OS GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA (EM MILHÕES DE R\$) – SANTA CATARINA – 2005 A 2012



15.2.2 DESPESAS DE CAPITAL

As despesas de capital se desdobram em grupos de natureza da despesa:

- 1) Investimentos - Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários para este fim, com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- 2) Inversões financeiras - Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
- 3) Amortização da dívida - Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

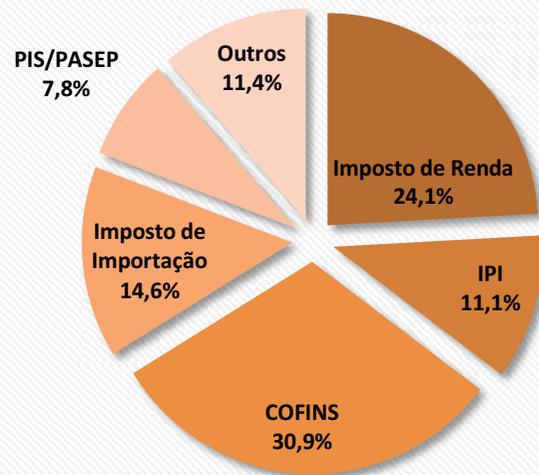
GRÁFICO 15-2 - DESPESAS DE CAPITAL SEGUNDO OS GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA (EM MILHÕES DE R\$) – SANTA CATARINA – 2005 A 2012



Fonte: SEF/SC

16 RECEITAS FEDERAIS ARRECADADAS NO ESTADO

Participação (%) dos impostos federais arrecadados em Santa Catarina - 2012 - Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal



Os impostos federais são aqueles destinados à União e, entre eles podemos destacar:

IRRF - Imposto de Renda é um imposto existente em vários países, em que cada contribuinte, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica, é obrigado a deduzir uma certa porcentagem de sua renda média anual para o governo federal.

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados - Incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

COFINS - A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social é uma contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social.

Imposto de Importação - Incide sobre a importação de mercadorias estrangeiras e sobre a bagagem de viajante procedente do exterior.

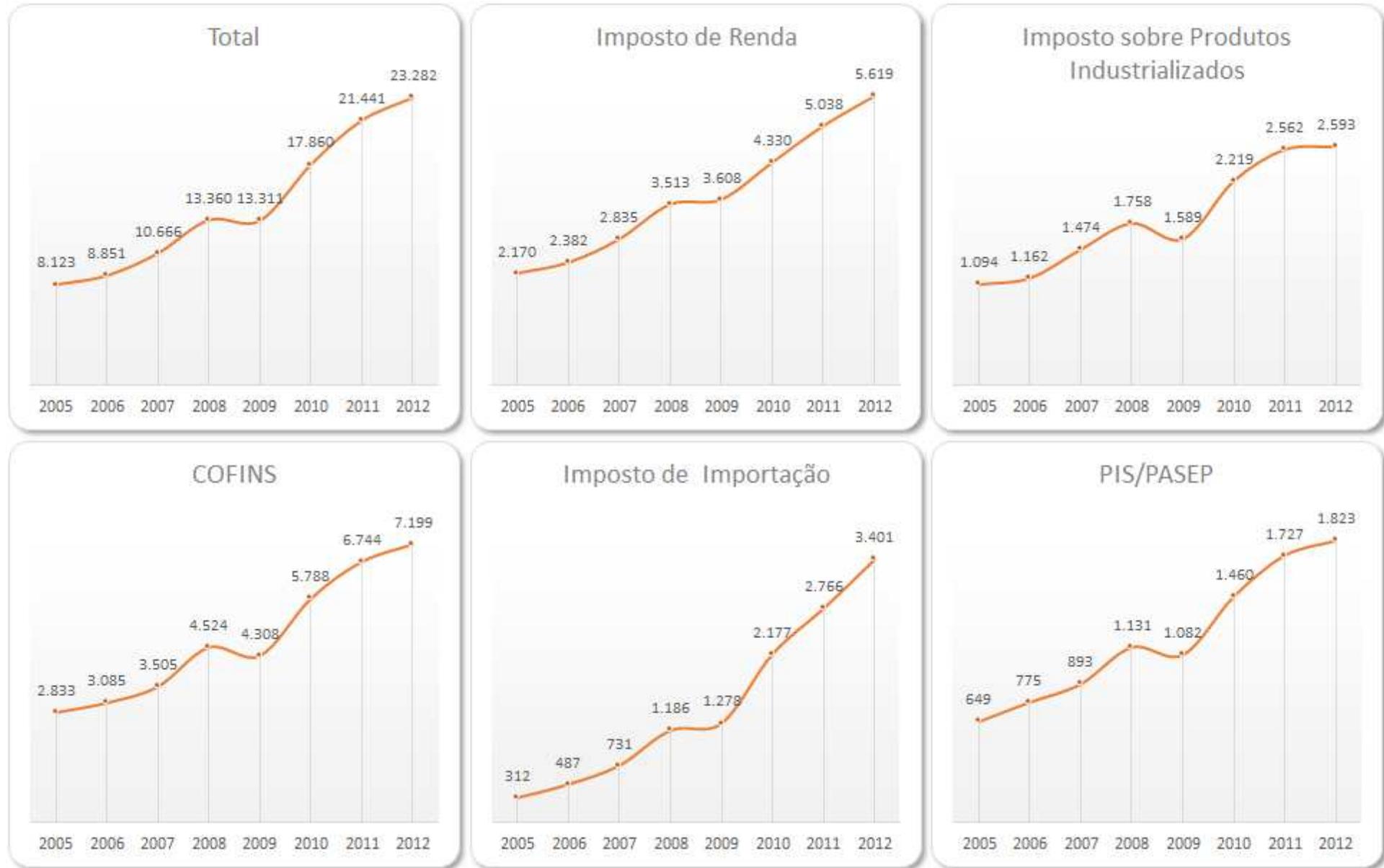
PIS/PASEP - As siglas **PIS/PASEP** significam, respectivamente, Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

TABELA 16-1 – TRIBUTOS FEDERAIS ARRECADADOS (EM MILHÕES DE R\$) EM SANTA CATARINA – 2005 A 2012

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total das Receitas Administradas pela SRF (1)	8.123	8.851	10.666	13.360	13.311	17.860	21.441	23.282
Imposto de Renda	2.170	2.382	2.835	3.513	3.608	4.330	5.038	5.619
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	1.094	1.162	1.474	1.758	1.589	2.219	2.562	2.593
COFINS	2.833	3.085	3.505	4.524	4.308	5.788	6.744	7.199
Imposto de Importação	312	487	731	1.186	1.278	2.177	2.766	3.401
Contribuição para o PIS/PASEP	649	775	893	1.131	1.082	1.460	1.727	1.823
Outros	1.066	960	1.229	1.248	1.446	1.886	2.604	2.647

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal – (1) Não inclui Receita Previdenciária.

GRÁFICO 16-1 – RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL ARRECADADAS EM SANTA CATARINA – 2005 A 2012 (EM MILHÕES DE R\$)



Fonte: MF - Secretaria da Receita Federal



CADERNO DE
INDICADORES
Santa Catarina
e suas regiões
2013



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**

Secretaria de Estado da Fazenda